



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRABALHADORES-MIGRANTES NOS CANAVIAIS PAULISTAS:
SOCIABILIDADES, CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAS DE RESISTÊNCIA!**

Marcelo Saturnino da Silva
Orientadora: Doutora Marilda Aparecida de Menezes

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
2011

MARCELO SATURNINO DA SILVA

**TRABALHADORES-MIGRANTES NOS CANAVIAIS PAULISTAS:
SOCIABILIDADES, CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAS DE RESISTÊNCIA!**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Marilda Aparecida de Menezes.

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586t Silva, Marcelo Saturnino da.
Trabalhadores – Migrantes nos canaviais paulistas : sociabilidades,
condições de trabalho e formas de resistência! / Marcelo Saturnino da
Silva. - Campina Grande: UFCG, 2012.
321 f.: il. col.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientadora: Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Referências.

1. Migração. 2. Trabalho. 3. Sociabilidade. 4. Dominação e Resistência.
I. Título.

CDU 323.3:63-051(043)

MARCELO SATURNINO DA SILVA

**TRABALHADORES-MIGRANTES NOS CANAVIAIS PAULISTAS:
SOCIABILIDADES, CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAS DE RESISTÊNCIA!**

Tese apresentada em 25/11/2011

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marilda Aparecida Menezes (PPGCS/UFCG - Orientadora)

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (PPGCS/UFCG - Examinador Interno)

Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento (PPGCS/UFCG - Examinador Interno)

Prof^a. Dra. Rosineide de L. M. Cordeiro (UFPE - Examinadora Externa)

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga (UNESP/Marília - Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
2011

AGRADECIMENTOS

A Deus!

A professora Marilda Menezes, minha orientadora, que sempre dosou rigor, seriedade, ternura e carinho.

Aos professores do Programa, de modo especial à professora Mércia Batista, Roberto Veras, Luiz Henrique Cunha, pelos aprendizados propiciados.

Aos colegas do grupo de pesquisa Campesinato, Migrações e Políticas Públicas da UFCG:

Ao amigo Maciel Cover pela amizade e conversas compartilhadas.

Ao Pe. Garcia, Ir. Inês e a todos que fazem a Pastoral dos Migrantes.

Aos trabalhadores migrantes que me acolheram e comigo compartilharam suas dores e alegrias, sonhos e frustrações, esperança e cansaço;;

A minha esposa, Jaíde Aparecida e Emanuel Victor, meu filho, pela paciência e companheirismo.

A minha mãe Severina Emília, pelo carinho, cuidado e orações.

A meus irmãos e irmãs, Dedinha, Cristina, Aparecida, Iraci, Eva, Ana Paula; aos meus irmãos Miguelito, Aloisio, Gonzaga, Rafael e meus sobrinhos Vianez Jr, Babita, Bruna, Teresa, Felipe, Rafaela.

Aos meus cunhados e cunhadas: Vianez, Leda, Delma, Jailma, Clécio, Jailton, Edna, Erivan

A minha sogra e mãe, dona Maria, pelas orações e apoio.

Ao Sebastião Maurício, pessoa fantástica e fundamental.

A meus colegas da FIS, especialmente aos professores: Ferreira Junior, Magno Leite, Mabel e Jaciana, pelo apoio e amizade;

A todos meus alunos e alunas da FIS, em especial aos componentes do grupo de pesquisa “Migração, Saúde e Direito”, vocês que me trouxeram insights e com quem compartilhei esse caminho, especialmente Polyana, Danielle e Renata;

Àqueles e Àquelas que direta ou indiretamente contribuíram com a feitura desse trabalho;

De modo bastante especial também a Rita Araujo, terapeuta e amiga, com quem compartilhei alegrias e dores desse aprendizado.

A todos e todas, meu reconhecimento e meu muito obrigado!

RESUMO

Todos os anos milhares de trabalhadores nordestinos deixam suas terras para empregarem-se nos canaviais do estado de São Paulo durante a época da colheita da cana-de-açúcar. Tais atores têm sido foco de várias pesquisas, cujos resultados vêm chamando a atenção para o caráter forçado dessa migração e para a intensidade da exploração do trabalhador nos espaços dos canaviais. Sem negar a pertinência desses estudos, é minha intenção, no espaço desta tese, compreender como os trabalhadores-migrantes oriundos da região de Princesa Isabel, na Paraíba e da Vale do Pajeú, em Pernambuco, vêm se colocando nesse processo, a partir da consideração de suas redes de sociabilidade e das condições e relação de trabalho nos canaviais, focalizando, sobretudo as formas de dominação utilizadas pelas empresas do setor canavieiro, visando extrair um quantum sempre mais crescente de mais-trabalho e, por outro lado, as formas de resistência protagonizadas pelos trabalhadores visando fazer face ao projeto de exploração de sua força de trabalho. Trata-se de retirar o véu que cobre e encobre a humanidade desses trabalhadores, buscando revela-los em sua condição de sujeito de suas histórias, uma história que não se faz do jeito que se quer, mas a partir das possibilidades reais e com as armas de que dispõem.

Palavras chaves: migração, trabalho, sociabilidade, dominação e resistência.

ABSTRACT

Every year thousands of Northeastern workers leave their homelands to work on the São Paulo sugar plantations during the sugar-cane harvest. These people have been the focus of several studies, which have highlighted the coercive nature of this migration and the intensity of exploitation of workers in the sugar-cane fields. Without rejecting the relevance of these studies, it is my intention, within this thesis, to understand how migrant workers from the regions of Princess Isabel, Paraíba Valley and Pajeu, Pernambuco, have been affected by this process, by considering their social networks, conditions and working relationships in the cane fields and by focusing mainly on the forms of domination used by companies in the sugar-cane sector in order to extract an ever-increasing quantity of over-work and on the other hand, the forms of resistance taken up by the workers in order to address the exploitation of its workforce. This removes the veil that covers up and obscures the humanity of these workers, and seeks to reveal them in their status as subjects of their stories, a story that is not the way you want, but it shows the real possibilities and the weapons at their disposal.

Keywords: migration, work, sociability, domination and resistance.

RÉSUMÉ

Chaque année, des milliers de travailleurs qui habitent la région Nordeste quittent leurs terres à employer dans les plantations de sucre de São Paulo lors de la récolte de la canne à sucre. Ces acteurs ont fait l'objet de plusieurs études, dont les résultats ont attiré l'attention sur le caractère coercitif de cette migration et l'intensité de l'exploitation des travailleurs dans l'espace des champs. Sans nier la pertinence de ces études, il est de mon intention, dans cette thèse, pour comprendre comment les travailleurs-migrants de la région de la Princesa Isabel dans la Paraíba et de Vale do Pajeú en Pernambuco, ont été de mettre dans ce processus, de la considération de leurs réseaux sociaux, conditions et relations de travail dans les champs de canne, se concentrant principalement les formes de domination utilisés par les entreprises dans le secteur de la canne à sucre afin d'en tirer une croissante de le montant de sur-travail et, d'autre part, les formes de résistance des travailleurs afin de répondre le projet contre de ses effectifs. C'est enlever le voile qui couvre et obscurcit l'humanité de ces travailleurs, qui cherchent à les révéler dans leur statut de sujets de ses histoires, une histoire qui n'est pas la manière que vous voulez, mais à partir des possibilités réelles et les armes qui ils ont.

Mots-clés: migration, travail, sociabilité, domination et de résistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução da Produção de Cana-de-açúcar no Brasil	29
Gráfico 02 – Evolução do efetivo de rebanhos bovinos (Novo Horizonte e Sales - SP.)	32
Gráfico 03 – Tavares-PB e Santa Cruz da Baixa Verde – PE: Dados populacionais	105
Gráfico 04 e 05 – Estabelecimentos Familiares (Por área ocupada)	106
Gráfico 06 – Faixa etária dos Entrevistados	110
Gráfico 07 – Grau de Escolaridade dos Entrevistados	111
Gráfico 08 – Local de Moradia dos Entrevistados	112
Gráfico 09 – Como os trabalhadores-migrantes ficam sabendo da existência de vaga?	125
Gráfico 10 – Produção de cana-de-açúcar e de açúcar pela usina Santa Isabel	129
Gráfico 11 – Usina Santa Isabel – Produção de Etanol	130
Gráfico 12 – Local de moradia dos trabalhadores nos lugares de destino (Preferência)	149
Gráfico 13 - Principais enfermidades relatadas pelos trabalhadores-migrantes.	237
Gráfico 14 – Produtividade dos Trabalhadores-Migrantes (Por Faixa Etária)	243
Gráfico 15 - Faltas na safra anterior	260
Gráfico 16 - Motivos alegados para faltas	260
Gráfico 17 – Percepção do “roubo” por parte dos trabalhadores/	279
Gráfico 18 – Participação em greve/paralisações	279
Gráfico 19 – Participação em Greve	280
Gráfico 20 – Evolução dos Processos Trabalhistas	285
Gráfico 21 – Principais empresas “reclamadas”	286
Gráfico 22 – Formas de resolução das “ações”	293
Gráfico 23 – Evolução da demanda de trabalhadores-migrantes para a colheita manual de cana-de-açúcar (SP)	303

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Foto 01 – Trabalhadores-migrantes esperando o ônibus que os transportará para o eito	38
Foto 02 – Saída dos trabalhadores-migrantes (Princesa Isabel – PB)	138
Foto 03 – Barraco de trabalhadores-migrantes em Novo Horizonte – SP	157
Fotos 04 e 05 – (direita) Trabalhadores-migrantes se arrumando para ir ao canavial (esquerda) e preparando a alimentação	165
Fotos 06 e 07 – Trabalhadores-migrantes lavando a roupa no alojamento	165
Fotos 08 e 09 – Churrasco em casa dos trabalhadores-migrantes (Sales)	173
Foto 10 - Disposição da cana em “montes”	212
Foto 11- Disposição da cana “esteirada”	212
Foto 12 – Carregadeira recolhendo a cana para colocar no caminhão	222
Fotos 13 e 14 – Condições dos Equipamentos de proteção (Sapatos)	225

LISTA DE BOX

Box 01 – Seleção de trabalhadores para a colheita da cana-de-açúcar – Exame físico 136

LISTA DE FIGURA

Figura 01 – Sistema de cinco “ruas” x sete “ruas”	41
Figura 02 – Os três âmbitos do Discurso Público dos Dominantes	88
Figura 03 – Relação Dos Discursos “Público” e “Oculto” com o Contexto	96
Figura 04 – Recrutamento de mão de trabalhadores mediante as redes familiares	126
Figura 05 – Arregimentação dos trabalhadores	128
Figura 06 – Hierarquização das funções no espaço dos canaviais	132
Figura 07 – Planta do barraco	147
Figura 08 – Relação de parentesco entre os moradores do barraco	147
Figura 09 – Planta do alojamento – COSAN	150
Figura 10 – Planta do alojamento – COSAN	151
Figura 11 – Planta do alojamento visitado em Rio das Pedras	152
Figura 12 – Planta de uma casa de trabalhadores-migrantes na cidade de Novo Horizonte – SP	158
Figura 13 – Planta de casa de trabalhadores-migrantes na cidade de Novo Horizonte – SP	159
Figura 14 – Interações sociais no espaço do churrasco (Sales – SP)	175
Figura 15 – Desenho da praça (Sales – SP)	178
Figura 16 - Padrão do corte estipulado pelas usinas	211
Figura 17 – Representação da curva de nível	218
Figura 18 – Equipamentos de proteção do cortador de cana-de-açúcar	224
Figura 19 – Esquema de táticas I	263
Figura 20 – Esquema de táticas II	264

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Local da Pesquisa	56
Mapa 02 - Municípios Pesquisados – Estado da Paraíba.	56
Mapa 03 - Municípios Pesquisados – Estado de Pernambuco	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Grupos de amizade	169
Tabela 02 – Fases da cultura da cana-de-açúcar	206
Tabela 03 - Fases do Manejo da cana-de-açúcar I	206
Tabela 04 - Fase do manejo da Cana-de-açúcar II	207
Tabela 05 - Tipo de cana x produtividade	273

SUMÁRIO

UMA INTRODUÇÃO EM TRÊS ATOS

- 1. Justificando: ou sobre as razões do coração
- 1.1. Uma nota pessoa à título de justificativa 19

A EXPANSÃO DO SETOR CANAVIEIRO: QUESTÕES EM DEBATE

- 1.2. Efeitos socioambientais da expansão do setor canavieiro 27
A Expansão do setor canavieiro e a intensificação da
- 1.3. contratação dos trabalhadores-migrantes 37
- 1.3.1.. A greve de Guariba 39
- 1.3.2.. A desregulamentação do setor canavieiro 44

PERCURSO METODOLÓGICO

- 1.4. Abordagem Metodológica 51
- 1.4.1. Universo e Amostra da pesquisa 54
- 1.4.2. Instrumentos, técnicas e procedimentos 57
- 1.5. Estrutura da Tese 69

CAPÍTULO I SOBRE *INFERNO, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA*

- 2. Sobre inferno, dominação e resistência.
- 2.1. *Isto é um inferno, homem!* 63
Trabalho e trabalhadores no agronegócio canavieiro: discursos
- 2.2. acadêmicos 67
- 2.3. Um tema pouco presente: a resistência 77
- 2.4. Resistência Cotidiana: contribuições de James Scott 81
- 2.4.1 A noção de Economia Moral 83
- 2.4.2. Discurso oculto *versus* discurso público 86

CAPÍTULO II RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE TRABALHADORES PARA O SETOR CANAVIEIRO

- 3.1. Tão longe e tão próximo 104
Recrutamento e seleção de trabalhadores para o setor
- 3.2. canavieiro 114
- 3.2.1. O papel das redes sociais 124
- 3.3. A estrutura hierárquica de uma empresa canavieira 127
- 3.4. Etapas do processo seletivo: as listas negras e os exames 134

CAPÍTULO III

MANEIRAS DE HABITAR E DE CONVIVER

4.	De exótico a familiar	
4.1.	A viagem	142
4.2.	Chegando ao espaço do outro	145
4.3.	O espaço dos alojamentos	149
4.4.	Casas e barracos	154
4.5.	Redes Sociais	161
4.6.	Interação social nos espaços de moradia	163
4.6.1..	Os espaços do bairro e as práticas de sociabilidade	168
4.6.2..	Relações com as mulheres nos lugares de destino	180
4.6.3..	Mulheres que ficam: entre a saudade, o medo e a esperança	187

CAPÍTULO IV

ENFRENTANDO O ROJÃO: TRABALHO E DOMINAÇÃO NO ESPAÇO DO EITO

5.	O Cotidiano da Dominação/Exploração Breve digressão sobre o “trabalho” em tempos de	
5.1.	reestruturação produtiva	196
5.2.	Os sentidos do trabalho para os trabalhadores-migrantes	204
5.3.	A configuração do trabalho na colheita de cana-de-açúcar	205
5.3.1.	Percepção sobre o trabalho	213
	A percepção do tempo do “trabalho”: ou sobre uma	
5.3.2.	multiplicidade de tempos	217
5.3.3.	A relação com os fiscais	219
5.3.4.	Exigências da usina	221
5.4.	Enfrentando o rojão	228
5.5..	De corpo marcado: trabalho e adoecimento nos canaviais	234
5.5.1..	Administrando o adoecer	244

CAPÍTULO V

DANDO TRABALHO: SOBRE AS ARTES DA RESISTÊNCIA

6..	Formas de resistência	247
6.1..	Eles têm parte com o diabo: sobre bons e maus trabalhadores	249
6.2.	Envolvimento com o trabalho	251
6.3.	Fazendo “piseiro”: sobre serviços mal feitos	254
6.4.	Baixa Produção e Absenteísmo	259
6.5.	Tentando roubar o roubo	263
6.5.1.	Uma chave interpretativa	266
6.6.	Quando o discurso oculto entra em cena	267

6.7.	Enfrentando os fiscais	268
6.8	Paralisações e greves	270
6.9.	A busca do direito na justiça	283
6.9.1.	Evolução das ações envolvendo o setor canavieiro	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS		289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		

Também neste lugar pode-se sobreviver, e por isso é preciso querer sobreviver, para contar, para testemunhar; e que para viver é importante esforçarmo-nos para salvar pelo menos o esqueleto, os pilares, a forma da nossa civilização

(...) Temos, portanto, sem dúvida de lavar a cara sem sabão, na água suja, e limparmo-nos ao casaco. Temos de engraxar os sapatos, não porque a tal obriga o regulamento, mas por dignidade e propriedade. Temos de caminhar direitos, sem arrastar as socas, certamente não em homenagem à disciplina prussiana, mas para nos mantermos vivos, para não começarmos a morrer.

Primo Levi

UMA INTRODUÇÃO EM TRÊS ATOS

1	JUSTIFICANDO: OU SOBRE AS RAZÕES DO CORAÇÃO	
1.1..	Uma nota pessoal à título de justificativa	19
	A EXPANSÃO DO SETOR CANAVIEIRO: QUESTÕES EM DEBATE	
1.2.	Efeitos socioambientais da expansão do setor canavieiro	27
1.3.	A Expansão do setor canavieiro e a intensificação da contratação dos trabalhadores-migrantes	37
1.3.1.	A greve de Guariba	39
1.3.2.	A desregulamentação do setor canavieiro	44
	PERCURSO METODOLÓGICO	
1.4.	Abordagem Metodológica	51
1.4.1.	Universo e amostra da pesquisa	54
1.4.2.	Instrumentos, técnicas e procedimentos.	57
1.5.	Estrutura da Tese	69

JUSTIFICANDO: OU SOBRE AS RAZÕES DO CORAÇÃO

*Eu escrevo, como se fosse salvar a vida de
alguém. Provavelmente a minha própria vida.
Clarice Lispector*

Este é o meu segundo trabalho de maior fôlego que tem como foco os trabalhadores nordestinos que anualmente se dirigem para os canaviais do Estado de São Paulo, onde vão oferecer sua força de trabalho durante o período da colheita de cana-de-açúcar. O primeiro foi a minha dissertação defendida neste mesmo programa de pós-graduação, no ano de 2006. Trata-se, portanto, de um aprofundamento, resultado de uma permanência maior junto ao fenômeno investigado.

Para os leitores que me acompanham a partir deste momento, acho que devo alguns esclarecimentos a título de justificativa.

1. Uma nota pessoal a título de justificativa:

Primeiramente gostaria de esclarecer que venho de uma família camponesa. Sou o último dos seis (06) filhos homens e o penúltimo de doze filhos (seis homens e seis mulheres). Quando nasci, meus pais residiam na “rua”, isto é, no centro urbano de um pequeno município, situado no “baixo sertão” paraibano e cuja economia era, em minha infância e adolescência, essencialmente agrícola.

Não conheci todos os membros de minha família, de alguns, os mais velhos, sabia apenas que residiam em São Paulo, para onde tinham migrado na década de 1960. De outros, pude testemunhar a partida, para o *Sul* tão distante.

Aos dezoito anos, também sai de casa, fui morar com uma irmã mais velha, na cidade de Recife – PE. Lá trabalhei como office-boy, recepcionista numa clínica médica e auxiliar de auditoria de um Shopping Center. No final da década de 1990, voltei para meu município de origem, de onde dois anos tornei a sair, desta vez com destino a cidade de Campina Grande, para estudar, primeiro na Universidade Estadual da Paraíba, onde graduei-me em Pedagogia no início dos anos 2000 e, posteriormente, na Universidade Federal da Paraíba, onde iniciei o curso de Ciências Sociais e depois cursei o mestrado e, logo após, o doutorado.

“É fácil tirar a moça do cortiço”, diz uma anedota sociológica, “o difícil é tirar o cortiço da moça”. Tendo sido criado numa pequena cidade, no seio de uma família

camponesa, ainda hoje trago comigo traços dessa primeira escola, e encontro então uma das razões de meu interesse pela sociologia rural.

Com efeito, embora minha família residisse no núcleo urbano de um pequeno município, íamos ao sítio¹ todos os dias e eram raros os dias passados totalmente na “cidade”. Durante a semana, os filhos homens, com exceção deste que ora escreve, saíam com o pai para as lidas no roçado: fazer cerca, cuidar do gado, no tempo do verão; preparar a terra, no tempo das primeiras trovoadas; plantar e colher no tempo do inverno. As mulheres também iam ao sítio: seja para ajudar os homens, no tempo de inverno, seja para lavar roupa, seja para pegar o leite ou levar almoço para trabalhadores.

Não sei por que razão, minha mãe me criou “debaixo de sua saia”, segundo ela “eu era diferente”, nas suas lembranças, tratava-se de um menino raquítico, sempre doente: gripe, amigdalite, febres etc. Assim, fui criado diferente dos meus demais irmãos. Talvez aquela mulher tivesse outras demandas para o filho caçula que por ser o último, concebido na velhice, talvez representasse a sua última esperança, ou não...

A lembrança que tenho de meu pai, falecido, é de um homem crente e ignorante. Ele também vinha de uma família numerosa. Em seus relatos, nos falava sempre do sofrimento pelo qual havia passado, dos fatos vivenciados: fome, guerra [revolução de 1930]. Ele era para mim o contraponto de minha mãe. Os dois de vez em quando discutiam a respeito de minha criação. Meu pai não entendia como um menino e depois um rapaz, filho de agricultor, não seguisse o caminho do roçado. Esse era o único caminho possível, ou talvez o único que ele se sentia seguro para ensinar-nos a ser gente, homens de “verdade”. E eu, que não ia para o roçado, ou só ia raramente, sentia-me sempre como menos “gente” e menos “homem” que meus outros irmãos. Afinal, eu não tinha o saber que eles supostamente possuíam, nem a coragem. Contrariamente a meu pai, minha mãe apostava nos estudos e na igreja, destino de um de meus irmãos mais velhos, que se ordenou sacerdote e com o qual eu sempre era comparado.

Raramente eu acompanhava meus irmãos para o roçado, com exceção do tempo de inverno, quando toda a família se envolvia nas tarefas de plantio. Não que me faltasse vontade, havia, inclusive, certa “inveja” dos outros e sentimento de inferioridade. O fato de acomodar-me “as barras da saia de minha mãe” está relacionado também ao temperamento de meu pai, muito agressivo. Com efeito, nos raros dias em que eu ia para o roçado, lembro-me

¹ O termo refere-se ao meio rural, em contraposição ao urbano (cidade), mas faz menção também às pequenas propriedades dos agricultores (o sítio de fulano ou de beltrano), podendo remeter ainda a determinada “comunidade” rural. Aqui fiz uso do termo no segundo sentido.

que ele repassava minhas tarefas, a procura de “defeitos”. Quando descobria um desses defeitos, costumava me xingar bastante e também me ameaçar. Nessas ocasiões antes que ele chegasse muito próximo de mim, eu costumava abandonar o serviço e sair correndo para casa.

Costumo dizer que muito cedo a contraposição “casa – roçado” foi gravada, com sangue, em meu corpo. A casa representava o espaço da mãe, acolhedor por excelência, uma espécie de porto seguro, onde me sentia protegido. O roçado, por outro lado, era o espaço do pai, do mundo, da insegurança e da ameaça. Um lugar do qual eu estava constantemente ou não querendo chegar ou voltando muito cedo, pois enquanto meus irmãos ficavam naquele local eles sabiam o que fazer, quase não “erravam”, eu estava sempre a fazer de mau jeito, *errando*, para os olhos do pai, olhos aqueles que eu nunca tive coragem de enfrentar, tanto que ameaçado, corria, chorando, de volta para casa, geralmente, muito antes do final do dia.. Ao chegar a casa, minha mãe costumava me deixar e ir, substituindo-me nas tarefas do roçado. Nunca me obrigou a retornar e enfrentar os meus medos.

Olhando de longe, penso que ele [o pai] também tinha medo. Afinal eu era “diferente”, e provavelmente ele não sabia como agir comigo. Como me tornar homem por outros caminhos, que não o do roçado, este mesmo caminho que eu estava sempre a recusar?

Lembro-me de como o caminho da casa ao roçado era doloroso. De quantas vezes recusei-me fazer tal percurso. De como me escorei nos estudos, percebidos como tábua de salvação. Por outro lado, quando não conseguia fugir do chamado paterno, quando tinha que ir ao roçado, eu criava mil e uma estratégias [seriam táticas?] para não estar mesmo estando. Uma dessas táticas era fingir-me doente, simular acessos de tosse, dor de cabeça, queixar-me aos irmãos mais velhos que, sabendo ou não do meu jogo, ajudavam na realização de meu projeto. Outro expediente era a recusa do conhecimento. Assim foi quando meu papai tentou ensinar-me a plantar de máquina, aprendizado que sempre rejeitei fingido não conseguir aprender, até que ele desistisse de ensinar.

Aos dezoitos anos, como disse, sai de casa para estudar e trabalhar. Fui para o Recife-PE. A cidade grande nunca me fascinou, pois nela, nunca me encontrei, ficou sempre a saudade da província, do interconhecimento, saudade de um rural idealizado... Voltei, tal qual o filho pródigo de que fala o evangelho, com as mãos vazias, meu pai não estava mais, tinha falecido, e na volta, estranho, a cidade não era a mesma. Meus amigos de outrora tinham seguido seus próprios caminhos, mesmo a estrutura familiar tinha mudado, minha irmã mais nova havia casado, outro irmão mais próximo, estava nos canaviais, cortando cana, no Estado de São Paulo. A cidade para a qual eu voltara, não mais existia, havia se transformado, senti-

me perdido, como que suspenso, sem encontrar lugar, para parafrasear um dos meus informantes “sem me sentir mais daqui, sem me sentir mais de lá”. Como lembra Martins (1986, p. 45):

Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

Nesse período de incertezas, trabalhei no programa “Educação Solidária”, como alfabetizador de Jovens e Adultos, também na zona rural do município. Descobri a docência, a sala de aula, onde me senti em casa, local seguro. Mas, não me sentia autorizado a ocupar o lugar de professor, lugar do suposto saber. Por isso, novamente, me pus a caminho, voltei à cidade grande, para estudar, me formar, ser professor, encontrar meu lugar...

Num primeiro momento cursei Pedagogia, logo após entrei em Ciências Sociais, e, tendo concluído o primeiro curso, resolvi me inscrever no programa de pós-graduação em sociologia, antes mesmo de concluir o curso de Ciências Sociais. Tendo sido aprovado no ano de 2003 [mesmo ano de conclusão do curso de Pedagogia] eu me propus a estudar o mundo rural [desejo de ir para o roçado?] e a presença dos jovens como elemento dinamizador deste mundo. No entanto, chegando a época da coleta de dados, descubro um espaço rural sazonalmente desabitado, sobretudo, pela figura masculina, pois que os jovens e mesmos os adultos haviam migrado para os canaviais paulistas, isto é, os “irmãos” continuavam saindo mais cedo, e quando eu “acordava” eles estavam a caminho do roçado.

Durante o mestrado, não tive coragem de ir com eles, fico aguardando a noite de sua chegada, quando me contarão sobre a viagem e o trabalho. Mas no retorno há quase que um silêncio sobre o trabalho. Eles voltam como os sobreviventes aos quais se referem Benjamin, mudos, “porque aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras” (GAGNEBIN, 2009, p. 51). Falam de outras coisas [Estratégias Defensivas? Negação do sofrimento?], entregam-se desesperadamente a rituais do tempo presente, as festas, aos churrascos, celebração de si mesmos, tal quais os “iniciados”. Dai o tema que elejo para dissertação: as migrações e as identidades da juventude rural. Percebo, por entre as falas, os gestos, os comportamentos dos migrantes, que eles ganharam novo status; que cortaram o

cordão umbilical que os prendia a casa; tornaram-se homens; enfrentaram o mundo e venceram, trazendo, gravadas em seus corpos as marcas do sofrimento e do trabalho. Afirmaram-se enquanto jovens e enquanto homens.

Eu sou o que não teve coragem de ir, daí o fascínio que o migrante me causa, seguindo seus passos, é a mim mesmo que procuro e que me encontro. Com eles, percorro o caminho do roçado e não é demais lembrar que tal movimento é me ditado pela voz de uma mulher², que, na banca de defesa do mestrado, me faz ver que é preciso ir lá para testemunhar o sofrimento de um trabalho penoso, insalubre; como o trabalho nos canaviais; é preciso ver e ouvir para poder melhor narrar o inarrável, o sofrimento de um trabalho que mói corpo e alma; verdadeira fábrica de “bagaços” humanos.

Dessa forma, sabendo que a migração dos jovens nordestinos para os canaviais do Estado de São Paulo se constitui, para esses atores, enquanto estratégias para concretização de seus projetos pessoais de autonomia era minha intenção, no doutorado, investigar o preço que os jovens pagam para se afirmarem enquanto homens e jovens.

Assim, reconhecendo que a migração para os canaviais vem contribuindo para a afirmação das identidades juvenis e redefinição dos espaços de sociabilidades locais, e que tal migração representa o desejo, desses mesmos trabalhadores, de serem cidadãos, sem necessariamente terem que sair do campo, foi necessário, reconhecer igualmente que tal migração também coloca questões que justificam uma análise mais aprofundada, uma vez que estudiosos (SILVA, 1999; SCOPINHO, 2000), além de pastorais e movimentos sociais têm chamado a atenção para o fato de que a renda obtida pelos trabalhadores-migrantes na agricultura canavieira em São Paulo é produzida em um processo de alta exploração da sua força de trabalho. A esse respeito Scopinho (2000) realça que as condições de trabalho nessas usinas são caracterizadas pela insalubridade, periculosidade e penosidade, enfatizando que:

As novas tecnologias não têm contribuído, efetivamente, para sanear estes problemas e melhorar as condições de saúde e de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, o modo pelo qual essas novas tecnologias estão sendo introduzidas traz consequências negativas, tanto dentro como fora do espaço da produção (p. 97).

As longas jornadas e a intensidade do trabalho necessário para alcançar a meta de doze toneladas (12t) ou mais de cana-de-açúcar ao dia têm ocasionado um desgaste prematuro dos jovens trabalhadores, os quais, quando chegam à idade de trinta anos, tornam-se cansados,

² Referência à professora Maria Nazareth Baudel Wanderley.

“velhos” e, portanto, “inaptos” para o trabalho. Nesse sentido, o acesso à renda monetária, recurso tão raro e difícil nos pequenos municípios, é parte integrante do processo de fetichização das mercadorias e relações sociais, que envolvem esses atores num jogo complexo de violência simbólica (SILVA, 1999).

Na mesma linha de Scopinho (2000) Novaes argumenta que o processo de modernização das usinas de cana-de-açúcar, não gerou benefícios para os trabalhadores, uma vez que:

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Os resultados são fantásticos nesse sentido. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Aí temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho³.

Fundamentando-me nas leituras acima referidas, decidi então continuar, no doutorado, aprofundando a temática da migração dos trabalhadores nordestinos para os canaviais do Estado de São Paulo, decisão esta que se revelou dolorosa, pois implicava em focar não mais na chegada, na festa, mas no próprio local de trabalho, no sofrimento, na exploração e da dominação presentes no mundo dos canaviais. Tarefa concomitantemente dolorosa e confortável, dolorosa por me remeter ao mundo do “pai” me obrigar a “enfrentar meus próprios medos” e confortável por implicava numa espécie de atualização de minhas próprias representações sobre o mundo do roçado. Por este caminho, com certeza eu acabaria apenas reeditando minhas antigas verdades, vendo no espaço da roça ou do eito o que sempre estivera lá: a lei, a sujeição, a dominação, a exploração...

Havia, no entanto, outra questão, que me permitiria não apenas atualizar, mas reeditar, reescrever não somente a história desses sujeitos em trânsito, mas igualmente a minha própria história, para tanto eu deveria buscar não o lugar da lei ou da sujeição, mas o lugar do agente, investigando o que fazem aqueles que vão até o final do percurso, como eles sobrevivem, por

³ NOVAES, José Roberto. O paradoxo no mundo do trabalho. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158351690.36word.doc>

que *artes* eles conseguem não sucumbir, se e como eles conseguem tecer para si espaços de liberdade; que permite suportar o que, de outro modo, seria “insuportável”.

Sem negar, pois, a pertinência dos estudos sobre esses trabalhadores, os quais tem focalizado o caráter forçado dessa migração bem como a intensidade da exploração nos espaços dos canaviais, o exercício que aqui farei se orientará por outro ângulo. A partir das categorias de “estratégias” e de “táticas” forjadas por Michel de Certeau (2007) e da noção de resistência cotidiana de James Scott (1986, 1990, 2002) é minha intenção averiguar, de um lado, as estratégias utilizadas pelas usinas no sentido de garantir um trabalhador, concomitantemente dócil e útil e, dessa forma, manter o atual índice de produtividade exigido pelo setor para o corte manual e, de outro lado, compreender como os trabalhadores migrantes tendem a forjar/elaborar um conjunto de “táticas” de resistência para responder ao esforço do capital de lhe extorquir mais mais-valia.

Trata-se de pensar o espaço dos canaviais não apenas como espaço da produção, mas principalmente como espaço contestado, lócus de luta entre capital e trabalho e cuja configuração só pode ser vista como resultado dessa correlação de forças.

Como anunciado, tomarei como referencia a concepção de ‘resistência cotidiana’ proposta por James Scott (1985, 1990, 2002), para compreender as práticas sociais que são difusas, fragmentadas, invisíveis, diferentemente das ações coletivas e institucionais, como as mediadas pelos sindicatos ou movimentos sociais; esperando, assim, contribuir para uma compreensão de que esses trabalhadores não se reduzem a um lugar de passividade, conformismo, imobilismo frente ao sistema de exploração e dominação em que estão envolvidos, mas, se constituem enquanto sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir de seus campos de possibilidades.

Ao considerar não apenas as formas clássicas, macros de resistência, mas também suas formas micro e cotidianas estou igualmente propondo um redirecionamento do olhar que nos possibilite enxergar os trabalhador-migrantes como sujeitos ativos, dotados de capacidade de reflexão sobre sua ação bem como sobre o contexto onde tal ação acontece (GIDDENS, 2001, p. 111). Esta reflexividade própria do ator social, o torna capaz de elaborar sua experiência e assim escolher a “melhor” forma de intervenção no mundo social.

O meu ponto de partida teórico é que as novas formas de gestão da força de trabalho, utilizadas pelas empresas do setor sucroalcooleiro com vista à maximização dos lucros tem redundado num maior grau de exploração e, conseqüentemente, impactado de forma negativa o bem estar físico, mental e social dos trabalhadores, impactos esses que se refletem no

envelhecimento precoce e nas várias formas de adoecimento que têm muitas vezes levado à exclusão laboral/social e mesmo à morte, centenas de trabalhadores.

No entanto, e aqui está minha hipótese, os corpos “dóceis” podem não se revelarem tão dóceis quanto desejados pelos patrões, visto que o trabalhador inserido nesse processo de exploração tende a não se conformar docilmente, mas a elaborar táticas de resistência pelas quais buscam tanto fazer o jogo do outro, tirando, no entanto, proveito próprio, quanto fazer frente direta aos processos e agentes da exploração que buscam subjugar-los. Como nos informa Leite (1994, p. 36), fundamentando-se em Chauí (1986) “é importante ter presente que a relação dos trabalhadores com a dominação é uma relação ambígua e ambivalente, marcada tanto pela submissão e pela revolta, como pelo conformismo e pela resistência”.

A EXPANSÃO DO SETOR CANAVIEIRO: QUESTÕES EM DEBATE

*Aqui antes tinha muitas coisas: café, tomate,
limão... Agora só tem cana... É uma paisagem
feia e triste...*

Taxista de Novo Horizonte – SP

Conforme sinalizado, esta tese trata dos trabalhadores-migrantes inseridos no setor canavieiro do Estado de São Paulo, especificamente, nas usinas de cana-de-açúcar localizadas na região do município de Novo Horizonte – SP, considerando a sociabilidade, bem como as condições e relações de trabalho no interior das quais busco focalizar por um lado, as principais formas de dominação/exploração engendradas pelas empresas visando a produção crescente de mais-valia e, por outro lado, as principais formas de resistência protagonizadas pelos trabalhadores-migrantes objetivando fazer face à tentativa de exploração/dominação a qual estão sujeitos. Trata-se como especificado de buscar as mil e uma artes pelas quais os trabalhadores aqui focalizados buscam afirmar no cotidiano mesmo da exploração, a sua dignidade de seres humanos contrapondo-se, dessa forma, aos processos que visam reduzi-los à condição de “coisas”.

Nesta seção, que compõe ainda o capítulo introdutório, busco mapear as principais linhas de debate atual a respeito do processo de expansão das empresas canavieiras então em curso. A ideia é sistematizar os principais questionamentos colocados por essa expansão, os quais têm abarcado, sobretudo, suas repercussões sobre a “natureza do espaço”, para utilizar um conceito de Santos (1997b), entendendo o espaço em sua dupla natureza (geográfica e social), abarcando, portanto, os elementos naturais, artificiais e humanos.

1.2. Efeitos socioambientais da expansão do setor canavieiro

Parece consenso para a população brasileira que o setor canavieiro atravessa, nos últimos anos, uma nova fase de expansão, se apresentando, inclusive, como emblema do progresso e do que há de mais moderno, em termos produtivos, no país. Em 2005, a reportagem publicada na Revista Época dava conta de que,

O álcool tornou-se a maior aposta econômica do país para as próximas décadas. O crescimento das vendas de carros bicompostíveis no Brasil e a procura por fontes alternativas de energia mais barata e menos poluentes que o petróleo no mundo dispararam o gatilho dos investimentos. Até 2009, 52 novas usinas entrarão em funcionamento com uma injeção na economia que chegará a R\$ 12 bilhões. As 320 usinas já existentes também estão sendo ampliadas e modernizadas. O objetivo é aumentar a produção brasileira de 15 bilhões de litros para 27 bilhões nesse período (ÉPOCA, 2005, p. 67).

Gonçalves (2009) utilizando dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2008), afirma que “na safra 2009/2010 o país atingirá a marca de 629 milhões de toneladas de cana”, para uma área “estimada em 7,7 milhões de hectares”. O autor chama a atenção para o fato de que 55,4% da cana colhida será destinada à produção de álcool (anidro e hidratado) sendo o restante, 44,6% destinado a produção de açúcar.

A maior parte desta produção está localizada na região centro-sul, especificamente no Estado de São Paulo, cujas regiões produtoras continuam a registrar aumento, conforme sinalizam dados publicados no portal “Direto da Usina”:

A produção de cana-de-açúcar deve ter um aumento de 4,7% na região de Ribeirão Preto em relação à safra passada, segundo o último levantamento do IEA (Instituto de Economia Agrícola), ligado ao governo do Estado. Araraquara, com crescimento previsto de 10,2%, Barretos (8,8%) e Franca (7,8%) devem ter, nesta safra, alta acima da média regional no plantio de cana, enquanto áreas mais tradicionais, como Ribeirão (com previsão de crescimento de apenas 1%) e Orlândia (1,2%), mostram uma tendência de menor expansão. No total, a região deve produzir 148 milhões de toneladas de cana, contra 141 milhões de toneladas da safra passada. A área dedicada à cultura estimada pelo IEA para o plantio do produto deve alcançar 1.728.995 hectares, aumento de 3% em relação aos 1.672.906 plantados na safra anterior. As áreas de maior expansão da cultura devem ser Araraquara (12%) e Franca (11%). A explicação para esse movimento, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é a menor possibilidade de expansão da cana-de-açúcar em áreas onde há menos terras disponíveis -e, por consequência, estão mais caras- e seu avanço sobre outras culturas⁴.

O gráfico abaixo (Gráfico 01) apresenta a evolução da produção de cana-de-açúcar no Brasil ao mesmo tempo em que, corroborando as citações acima, sinaliza para a preponderância da região Centro-Sul que figura como a região maior produtora de cana-de-açúcar do país.

⁴ Ribeirão Preto: cana avança em áreas menos tradicionais. (Folha de São Paulo, Terça-Feira, 07 de Julho, de 2009) In: “Direto da Usina”. Endereço Eletrônico <http://www.diretodausina.net/noticia2.aspx?Noticiald=191>

Gráfico 01 – Evolução da Produção de Cana-de-açúcar no Brasil



Fonte: Portal ÚNICA

Todo esse processo está relacionado, dentre outros fatores, ao novo ideário ambiental que vem preconizando o fim das fontes de energias tradicionais, como o petróleo, cujo esgotamento é dado como cada dia mais próximo. Nesse sentido são esclarecedoras as palavras de Schlesinger (2008, p.05):

O esgotamento das reservas mundiais de petróleo, tantas vezes anunciado, parece estar de fato próximo, desta vez. O ritmo do aumento do consumo é hoje muito superior ao da descoberta de novas reservas. E este consumo ganhou forte impulso com o rápido crescimento econômico dos países mais populosos do mundo, a China e a Índia. O mundo queima hoje dez vezes mais petróleo do que há cinquenta anos.

O que pese sobre esta questão não é apenas a iminência do fim das fontes tradicionais de energia que vem pautando o discurso ambientalista, há também uma acentuada percepção de que tais fontes de energias (tradicionais), pelo alto grau de poluição que acarretam, colocam em xeque a própria sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, da espécie humana. Assim, segundo o novo ideário ambiental, urge procurar novas fontes de energias, que sejam limpas e renováveis. Para citar novamente Schlessinger: (2008, p. 05) “O conjunto destes fatores vem estimulando, a partir da entrada do século 21 a pesquisa e a produção de

combustíveis alternativos aos derivados do petróleo”, processo este que tem favorecido uma maior demanda por etanol, tanto no mercado interno quanto externo, demanda esta fortemente atrelada ao desenvolvimento dos motores “Flex-fuel”⁵. Nas palavras de Gonçalves (2009, p.2):

Nos últimos anos, a produção de cana-de-açúcar no Brasil tem apresentado um considerável crescimento, que em parte pode ser explicado pelo aumento da demanda nacional e internacional pelo etanol, motivada pelo desenvolvimento da tecnologia ‘flex-fuel’, e em outra parte pela publicidade que se formou em torno do papel dos biocombustíveis, que supostamente representariam a ‘solução perfeita’ tanto para a crise energética, quanto para os desafios do aquecimento global e das mudanças climáticas, em evidência nesses últimos anos. (grifos dos autores).

O atendimento desta demanda, por sua vez, vem contribuindo para a substituição de várias culturas agrícolas (tomate, limão, feijão etc.) pela cana-de-açúcar, implicando numa modificação na natureza do lugar, modificação esta que se faz notar, primeiramente na paisagem, que se homogeneíza, com o verde da cana formando um grande tapete sem fim, sinalizando para a especialidade da produção, em detrimento da diversidade de outrora.

Esta expansão da lavoura canvieira não se dá apenas de forma intensiva [maior produtividade numa mesma área], mas, sobretudo, pela incorporação de novas terras às lavouras de cana-de-açúcar das usinas, isto é, de forma extensiva. Tal incorporação se faz mediante a utilização de terras próprias, anteriormente dedicadas a outros empreendimentos produtivos. Foi o que aconteceu com a usina Santa Isabel, localizada em Novo Horizonte, interior de São Paulo. No ano de 2006, os proprietários desta empresa inauguraram uma segunda unidade industrial, no município de Mendonça. A área, atualmente ocupada por esta “filial” da empresa, pertencia aos mesmos proprietários da usina, no entanto, era utilizada para criação de gado.

Outra forma pela qual as empresas do setor canvieiro estão expandindo seus investimentos é mediante a compra ou o aluguel de terras, sendo que esta última opção predomina sobre a primeira. Para Pedro Ramos, “O alto custo das terras, provocado pela própria expansão do plantio de cana, faz com que as usinas e os grandes fornecedores prefiram arrendar terras em vez de comprá-las.” (Folha de São Paulo, 29/04/2007). Nesse caso [de arrendamento] a usina paga o equivalente a certa quantidade, determinada no

⁵ Tecnologia que permite o uso da gasolina ou do álcool no mesmo motor, permitindo que o consumidor decida pelo tipo de combustível no ato da compra.

contrato, de toneladas por alqueires. Segundo Edvaldo [Fiscal da usina Santa Isabel, cuja sede está localizada no município de Novo Horizonte - SP]:

Quando a usina arrenda terra ela vai pagar setenta toneladas por alqueires, vamos supor você tem uma terra, dá vinte alqueires, aí ele te diz 'eu te pago setenta toneladas por alqueires'. Quando ele planta tem gastos e tudo, aí quando esta cana for produzir, se for uma terra boa ela dá 350, 400 toneladas por alqueires. O negócio da cana é cinco ruas, duas é gasto e três é lucros.

O pagamento, dependendo do contrato, pode ser realizado numa única parcela ou parcelado em até doze (12) vezes. O valor da tonelada de cana é calculado a partir do valor diário da tonelada de cana, dando margens a situações nas quais o produtor que arrendou a terra e que recebeu o valor do arrendamento, adiantado, tenha, no final da safra, que devolver dinheiro a empresa arrendatária, que, no decorrer da safra pode acontecer variação no preço da cana. Situações como estas tem causado constrangimento a pequenos e médios proprietários.

Em entrevista a Cinthia Leone, a professora e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Maria Aparecida de Moraes Silva, realça que essas terras apropriadas pelo setor canavieiro, pertencem à áreas “antes destinadas ao café, milho, arroz, trigo e que agora estão cobertas com cana”⁶, o que pode trazer efeitos funestos para a produção de alimentos.

Não é apenas a professora Moraes Silva que chama a atenção para os efeitos danosos que a produção, em larga escala, de cana-de-açúcar pode causar a produção de alimentos, levando ou, no mínimo, contribuindo para a crise alimentar. Esta perspectiva é defendida também por outros pesquisadores, a exemplo do economista Sergio Schlesinger que afirmou em entrevista divulgada no portal da Rede Globo, G1⁷, que:

São Paulo é o estado que mais produz cana no Brasil. Nesse estado, cresce a plantação de cana e diminui todo o resto. E diminui muito a área de pastagem, porque a terra está muito valorizada e não fica mais apropriada para criar gado. São Paulo teve uma redução enorme do rebanho bovino e da produção de leite. Muitas dessas regiões não têm nem mais leite para

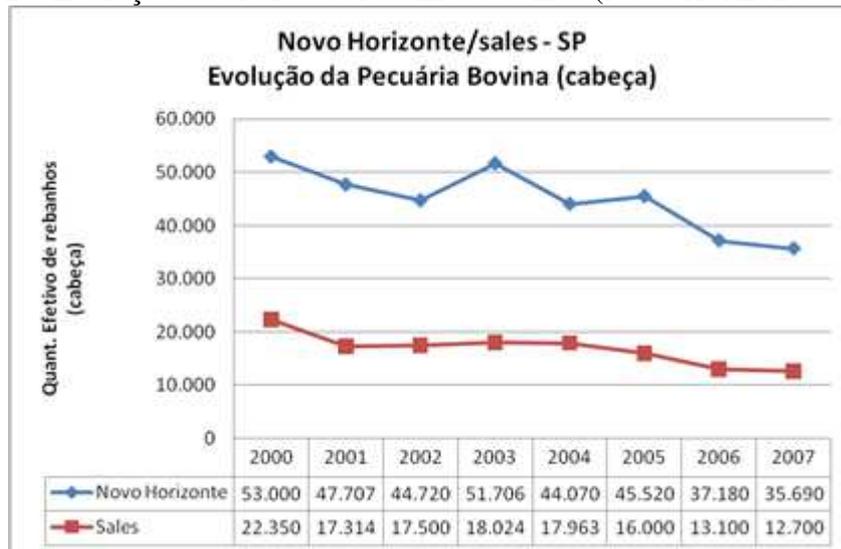
⁶: LEONE, Cinthia. Biocombustíveis: solução ou novos problemas? Disponível In: http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/voxscientiae/chintia_leone_41.htm Acesso em 02 agosto de 2010.

⁷ LIMA, Isabelle Moreira. Os biocombustíveis vão produzir escassez de alimentos? In: Portal G1. Disponível in: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL418110-9356,00-OS+BIOCOMBUSTIVEIS+VAO+PRODUZIR+ESCASSEZ+DE+ALIMENTOS.html

consumo próprio. Com isso, o preço do leite para essas regiões cresce ainda mais.

O Gráfico 02 é uma evidência para a análise acima, ao sinalizar para um decréscimo no efetivo de rebanho bovino tanto no município de Novo Horizonte, quanto no município de Sales, ambos situados na região de São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo.

Gráfico 02 – Evolução do efetivo de rebanhos bovinos (Novo Horizonte e Sales - SP)



Fonte: Confederação Nacional de Municípios/IBGE

No ano de 2007, a Via Campesina lançou a cartilha “Soberania alimentar, os agrocombustíveis, e a soberania energética” visando subsidiar o debate sobre a relação ente os agrocombustíveis e a crise alimentar. Em um dos textos que compõe a cartilha, Moreno (2007, p. 37) chama a atenção para o “esforço de integração da agricultura familiar e camponesa ao modelo de agricultura de energia como a solução para a geração de emprego e renda e a fixação da população do campo”.

Embora a autora em destaque direcione grande parte do texto para discussão a respeito do biodiesel, para cuja produção está previsto o Selo Combustível Social⁸, não podemos perder de vista o fato de que não é apenas na produção deste biocombustível que parte da agricultura familiar está integrada, também na produção do etanol pode-se perceber tal integração, seja mediante o arrendamento de terras, seja mediante parcerias entre usinas e agricultores familiares para fornecimento de cana-de-açúcar, por esses últimos. Assim é que, no Estado de São Paulo, pesquisadores vêm chamando a atenção para a presença cada vez mais constante da cana-de-açúcar, nas áreas de assentamentos.

⁸ Segundo Moreno (2007, p. 43) O Selo Combustível Social, é dado as empresas produtora de biodiesel que mantém vínculo com a agricultura familiar. Tal vínculo deve ser estabelecido mediante a compra da matéria-prima a agricultores que se enquadrem na agricultura familiar.

Dados da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, divulgado por Barone e Ferrante⁹, apontam para a existência de 350 produtores rurais, assentados em projetos da jurisdição do governo estadual, com contrato para fornecimento de cana-de-açúcar para diferentes usinas. Os autores em foco chamam a atenção para o fato de que tais contratos são tratados geralmente como “parcerias”, e realçam que o termo refere-se à portaria de n.º 75 do ITESP, a qual foi revogada pela portaria de n.º 77/2004, tratando-se, portanto, “de um termo utilizado pelos órgãos gestores para definir a política de desenvolvimento dos assentamentos rurais” (ibidem, p. 13). Para os autores, o sentido adquirido pelo termo “parceria” nesses documentos, vai de encontro ao sentido que o mesmo assume no Estatuto da Terra e no decreto que o regulamenta (Dec. n.º 59.566/66). Pois, ao invés de apontar para relações entre “parceiros” mesmo que implicando em pequenos graus de desigualdades; ao ser utilizado para nomear as relações entre assentados e usineiros, o termo “parceria” encobre relações de natureza totalmente mercantil e fundadas em relações assimétricas de poder.

No entanto, o argumento de que o avanço da cana-de-açúcar tem efeitos funestos sobre a produção de alimentos é rebatido pela tese de que a expansão da lavoura canavieira tem sido realizada, sobretudo, em áreas anteriormente ocupadas pelos capinzais, inclusive sem comprometer a agropecuária bovina, dado que esta passaria a ser realizada de forma preponderantemente intensiva, observando-se, portanto um aumento no número de cabeça por hectares. Rodrigues e Ortiz (2006) apresentam depoimentos de Laura Tetti, consultora da UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar, para quem “a cana não está indo para novas áreas. A própria logística não permite que as áreas se expandam. O que tem ocorrido é apenas a conversão, *não muito significativa*, de pastagens em cana, que a criação do gado tem ficado mais intensiva (p. 10 *grifos colocados*)”¹⁰.

Pensamento idêntico foi expresso também aos autores em destaque, por Suani Teixeira, vice-secretária da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para quem:

⁹ In: BARONE, Luíz Antônio & FERRANTE, Vera L. S. Botta. Dilema dos assentamentos rurais em São Paulo: expressões de conflitos e acomodações na produção para o Etanol. Disponível in: http://egal2009.easypanners.info/area06/6146_Luis_Antonio_Barone.pdf

¹⁰ In: RODRIGUES, Délcio & ORTIZ, Lúcia. Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil. Amigos da terra Brasil/ Vitae Civilis. Outubro de 2006. Disponível in: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/etanol_sustentabilidade.pdf

Nós temos monitorado a expansão da cana de açúcar e visto quais as atividades têm sido substituídas. Basicamente, são áreas de criação do gado. E para onde vai o gado? Temos visto que a área de criação de gado tem diminuído, enquanto as cabeças por hectare têm aumentado, o que significa que a pecuária tem ficado mais intensiva, passando de 1,1 a 1,2 para 1,9 cabeças por hectare. Isto significa que não está havendo pressão sobre a produção de alimentos nem a migração de atividades econômicas para outras áreas (p. 10) ¹¹.

Para Schlesinger, no entanto, não é isto que vem ocorrendo, baseando-se em dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, este autor advoga um processo de retração/migração dedicadas a outras lavouras (tomate, limão, milho etc.), para novas fronteiras, como consequência da expansão do setor canavieiro:

A expansão da área plantada com cana em São Paulo, com a conseqüente valorização das terras, pressiona as demais lavouras e áreas de pastagens para novas fronteiras. Segundo o IEA-SP (Instituto de Economia Agrícola), este crescimento foi de 54%, somente entre 2002 e 2008. As regiões preferenciais são o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e o leste do Mato Grosso do Sul. Além delas, apresentam-se como áreas de grande expansão o Paraná, Tocantins, Maranhão, Pará e Bahia (SCHLESINGER, 2008, p. 31).

Considerando os dados do Gráfico 02 relativos à evolução do rebanho bovino, nos municípios de Novo Horizonte e Sales, ambos localizados no interior do estado de São Paulo, podemos concluir que o argumento de que está ocorrendo uma intensificação da pecuária bovina ao contrário de sua retração ou migração para novas áreas, não encontra evidências empíricas que autorizem sua generalização. Não que a intensidade da pecuária bovina não possa estar ocorrendo, trata-se, de que tal intensidade não incide da mesma forma sob toda a região. O que o Gráfico 02 mostra é que nos dois municípios destacados [Novo Horizonte e Sales] está havendo uma nítida diminuição do efetivo bovino.

Outra tese pela qual se busca minimizar os supostos impactos negativos da expansão da cana-de-açúcar sobre a produção de alimentos, é a que afirma que dada a extensão do território brasileiro torna-se possível conciliar a expansão da lavoura canavieira com a produção de gêneros alimentícios. Esta é a posição adotada pelo professor de economia da Universidade de São Paulo – USP, Ricardo Abramovay, dentre outros, para quem, o incentivo aos biocombustíveis, por parte do governo não contribui para a inflação dos preços dos alimentos. Segundo este estudioso:

¹¹ Ibidem.

Existem duas fontes importantes de biocombustíveis no Brasil. A primeira, a que realmente tem peso em termos nacionais, é o etanol. O etanol é cultivado em uma superfície de 6 milhões ou 7 milhões de hectares, em um país cuja área de lavoura está em torno de 70 milhões de hectares¹².

Em artigo recente, o geógrafo alemão Gerd Kohlhepp (2010) realça que a relação causal entre expansão da cana-de-açúcar e a crise alimentar, no caso brasileiro, é incorreta. Amparado em dados do Instituto de Economia Aplicada (IEA), do estado de São Paulo, Kohlhepp (2010) afirma que, nesse estado, dada a expansão da cana-de-açúcar, é verdade que as culturas tradicionais estão se retraindo. No entanto, essa retração da área de plantio de gêneros alimentícios é compensada pela alta produtividade. Em suas palavras:

O grande aumento das plantações da cana-de-açúcar em São Paulo de 1,8 milhão de hectares (em 1990) para 4,6 milhões (em 2008) é atribuído, em grande parte, ao forte recuo das áreas de pasto de mais de 2,5 milhões de hectares nesse espaço de tempo. A atual redução de áreas de plantio de gêneros alimentícios em São Paulo foi enormemente compensada pela alta produtividade. Apesar da diminuição de mais ou menos 50% da área de plantio do feijão, entre 1990 e 2008, a quantidade da produção subiu em 16%. Com a diminuição da área de plantio do milho em 14%, a produção aumentou em 78%, em razão da duplicação da produtividade (KOHLHEPP, 2010, p.235).

Ainda segundo Kohlhepp (2010), o discurso contrário à expansão da cana-de-açúcar se fundamenta em três fatores, interrelacionados, quais sejam:

- 1) Nos “escassos conhecimentos na Europa, sobre a diferenciação das regiões naturais, econômicas e socioespaciais do Brasil (p.234);
- 2) No fato de que os europeus frequentemente confundem “a produção brasileira de etanol de cana-de-açúcar com a produção de biodiesel à base de soja” (p. 251);
- 3) “O lobby do petróleo, de empresas de gêneros alimentícios, parte da indústria automobilística, como também de produtores de biocombustíveis europeus” visando impedir ou dificultar a entrada do etanol brasileiro no velho continente. (p. 225)

Embora considerando como infundados alguns mitos que cercam a expansão da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, Kohlhepp (2010) não deixa de realçar que, se em São Paulo, maior estado produtor de etanol da cana-de-açúcar do país, a almejada sustentabilidade

¹² Idem, ibidem.

do setor, a qual demanda melhorias nas condições sociais e ecológicas, ainda não foi atingida, em outras regiões do país a situação é ainda mais agravante.

A garantia de sustentabilidade social e ecológica na produção do açúcar e do etanol da cana-de-açúcar, demanda a intervenção do Estado no sentido de impedir o avanço das monoculturas na Região Amazônica, no Pantanal e em outras áreas ecologicamente protegidas; bem como favorecer a sustentabilidade social da produção deste biocombustível [etanol], o que pode ser conquistado pela certificação do produto bem como por uma maior presença dos órgãos de fiscalização e controle visando impedir que o mundo do mercado, regido pelo lucro, devore vorazmente o mundo da vida.

Além da crise alimentar, outra dimensão dos efeitos da expansão da cana-de-açúcar no território brasileiro, no âmbito ecológico, diz respeito aos efeitos perversos que a produção da cana pode e tem causado ao meio ambiente. Aqui é importante lembrar que atualmente a queima da cana ainda é uma realidade nos canaviais brasileiros, ou seja, como grande parte da colheita ainda é feita de forma manual, a mesma é precedida pela queima da planta no sentido de garantir uma maior produtividade, haja vista que o rendimento com o corte da cana queimada é, aproximadamente, três vezes maior do que o realizado sem a queima da cana. No entanto, de acordo com Roseiro e Takayanagui (2004, p. 80):

Este processo acaba interferindo diretamente na saúde da população, pois a combustão da palha da cana-de-açúcar libera poluentes e o principal dano é o prejuízo à qualidade do ar, e, conseqüentemente, da saúde, pela excessiva emissão de monóxido de carbono e ozônio, trazendo, também, danos ao solo, às plantas naturais e cultivadas, à fauna e à população.

E, continuam os citados autores,

Frequentemente, as queimadas da cana-de-açúcar matam animais e plantas promovendo o desequilíbrio ecológico, invadem áreas de nascentes circundadas por vegetação ciliar, atingem acidentalmente ou não as áreas de preservação permanente, destruindo florestas inteiras, sujam casas, causam cortes de fornecimento de energia elétrica e impedem a visibilidade em estradas provocando acidentes (ROSEIRO; TAKAYANAGUI, 2004 p. 80).

Ainda sobre os custos ambientais relacionados à cultura canavieira, Tamás Szmrecsanyi e Daniel Gonçalves (2009, p. 09) chamam a atenção para o fato de que, se por um lado, a produção do álcool de cana-de-açúcar vem contribuindo para a redução de gás carbônico, diminuição do efeito estufa e outras coisas mais, por outro lado:

Foi altamente poluente nas regiões onde se implantou, tanto pelos aspectos ligados ao sistema de monocultura, que além de afetar negativamente a biodiversidade trouxe a necessidade do uso intensivo de produtos químicos, que contaminam rios, lençóis freáticos, solo, além de provocar desequilíbrio agroecológico; quanto pela prática da queimada da palha da cana, que afeta a qualidade do ar, destrói micro-organismos do solo e mata a fauna existente; bem como pela derrama do vinhoto e da água de lavagem de cana nos rios, que gerou assoreamento e mortandade de peixes por muitos anos, até o surgimento de um uso alternativo para estes resíduos.

A citação é bem emblemática dos efeitos perversos da expansão do setor canavieiro. Com efeito, os autores chamam a atenção para o alto grau de degradação ambiental como resultado dessa expansão desmitificando, dessa forma, a idéia de que o etanol pode ser considerado uma fonte de energia “limpa” e mesmo acenando para o fato de que os custos ambientais e, acrescentaria humanos, não estão sendo computados no produto final, sinal de que tais custos estão sendo socializados enquanto o lucro continua sendo privado.

1.3. A Expansão do setor canavieiro e a intensificação da contratação dos trabalhadores-migrantes

O que concerne aos aspectos humanos a produção do etanol da cana-de-açúcar, revela toda a sua “sujeira”. Com efeito, a expansão da cana de açúcar tem contribuído para a intensificação dos fluxos migratórios, especificamente, de indivíduos provenientes dos Estados Nordestinos e do Vale de Jequetinhonha (MG), que anualmente se dirigem aos canaviais do Estado de São Paulo, onde vão oferecer sua força de trabalho por um período de seis, sete, oito e, até, nove meses.

São as “gentes do norte”, os “paraíbas” ou os “baianos” etc., como são denominados nos espaços de destinos. Gente que veio de longe, atraídos, dizem alguns pelo ouro verde da cana; iludidos, dizem outros, pelo apelo das mil e uma mercadorias que lhes acenam com a promessa de felicidade; empurrados, dizem ainda outros, pela fome e pela miséria de suas regiões de origem.

Com efeito, não é só o verde dos canaviais o que há de novo na paisagem cotidiana quer nos situemos no pequeno município de Sales, quer em Novo Horizonte, quer em qualquer município do interior do estado de São Paulo que esteja encravado em alguma região produtora de cana-de-açúcar. Nova, no espaço em questão, é também uma categoria de seus habitantes: os trabalhadores-migrantes inseridos nos complexos agroindustriais, presentes neste mesmo espaço.

Sua presença, nos municípios de destino, pode ser notada de madrugada, muito antes do sol despontar no horizonte. Assim, quem se aventurar pelas ruas dessas cidades as quatro, cinco horas da manhã se depara com um verdadeiro exército de trabalhadores em movimento, sujeitos azulados com garrafões, botinas e outras ferramentas, geralmente, em grupos, nas esquinas e calçadas, esperando o ônibus que os transportará até o eito.

Foto 01 – Trabalhadores-migrantes esperando o ônibus que os transportará para o eito



Novo Horizonte – SP - Trabalhadores-migrantes esperando o ônibus

Mas não são apenas as calçadas que são ocupadas, sempre é possível, mesmo em dias de trabalho, vê-los nas ruas e repartições públicas, especificamente, hospitais e centros de saúde.

Os ônibus que os transportam para os canaviais trazem a inscrição RURAIS, e pode-se vê-los diariamente cruzando as ruas, tanto pela manhã, quanto ao final da tarde. Se pela manhã os trabalhadores estão cabisbaixo, calados, sentados sobre seus garrafões, ou deitados defrontes suas moradias; à tarde, eles trazem a marca do dia do trabalho: o corpo exausto, alguns ainda cobertos pelo carvão da cana.

De onde vêm esses trabalhadores? De acordo com o dossiê 2001-2003: Rota da mobilidade humana para o interior paulista, publicado pela Pastoral dos Migrantes do município de Guariba, Estado de São Paulo, “Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba,

Pernambuco, Piauí e demais Estados do Nordeste, figuram como as áreas principais de origem desses migrantes” (p. 7).

A inserção desses trabalhadores-migrantes nos canaviais do Estado de São Paulo é favorecida pela confluência de uma série de fatores, dentre os quais, merece destaque: o episódio conhecido como a Greve de Guariba; a desregulamentação do setor, na década de 1990 seguida de seu novo ciclo de expansão, então em curso; as transformações no mundo do trabalho, que vem se processando desde o início da década de 1980 e a configuração socioeconômica dos locais de destino dos trabalhadores-migrantes. Permitam-me passar em revista cada um deles.

1.3.1. A Greve de Guariba

A greve de Guariba, ocorrida em 1984, está intimamente relacionada ao processo de modernização da agricultura, implantado ainda na fase da ditadura militar, quando, buscando responder a crise energética dos anos de 1970 os militares implantaram o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) fundado tanto nos automóveis movidos a álcool de cana-de-açúcar, quanto no direcionamento dos subsídios estatais para o setor canavieiro e cuja consequência principal foi expansão da monocultura da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo, que suplantou a diversidade de culturas agrícolas e “concentrou o controle dos usineiros” nas regiões produtoras de cana daquele estado.

Nas palavras de Chiovetti¹³:

O Proálcool mudou o perfil da agricultura em muitos estados brasileiros, na medida em que muitas lavouras foram sendo obrigadas a dar espaços cada vez maiores para as plantações de cana, para abastecer as indústrias. No Estado de São Paulo, por exemplo, em 1998 cerca de 1/3 da área cultivada estava tomada pela lavoura da cana-de-açúcar, atingindo 2.946 milhões de hectares e empregando uma mão-de-obra em torno de 390 mil trabalhadores.

No dia 15 de maio de 1984, a praça central do município de Guariba, localizado na região de Ribeirão Preto, foi ocupada por milhares de trabalhadores rurais que incendiaram o prédio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp; saquearam um supermercado, de propriedade de um ex-agenciador de trabalhadores para a colheita de cana; além de enfrentarem a polícia militar. Embora o episódio esteja vinculado à cidade de

¹³ CHIOVETTI, Simão Pedro. Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados. Disponível in: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_simao.pdf

Guariba, é importante ter presente que o movimento dos trabalhadores rurais, extrapolou os limites desse município, uma vez que cortadores de cana de vários outros municípios também estavam em greve, a qual se estendeu igualmente por outras regiões do Estado bem como entre outras categorias de trabalhadores, a exemplo dos colhedores de laranja.

Para Penteadó (1985) a greve teve seu marco inicial, às sete horas da manhã, do dia 14 de maio de 1984, uma segunda-feira, quando tendo iniciado mais uma jornada de trabalho, um trabalhador da seção de Limeira, na fazenda São Bento, fornecedora da Usina São Martinho, gritou para seus companheiros: *Parem, chega de morrer de fome! Nós só vamos voltar a trabalhar quando voltar as cinco 'ruas' e derem um salário melhor.* (p. 25-6), Segundo depoimentos colhidos pela autora em tela, vários trabalhadores e trabalhadoras atenderam a ordem do líder iniciando, dessa forma, o movimento cujos desdobramentos imediatos foram os episódios do dia 15, no centro da cidade de Guariba.

Penteadó (1995, p. 27) chama a atenção para o fato de que na noite do dia 14 de maio de 1984, os moradores do município de Guariba ainda não acreditavam que os trabalhadores fossem capazes de protagonizarem um movimento grevista, o que também foi enfatizado por Welch (2010, p. 422), para quem:

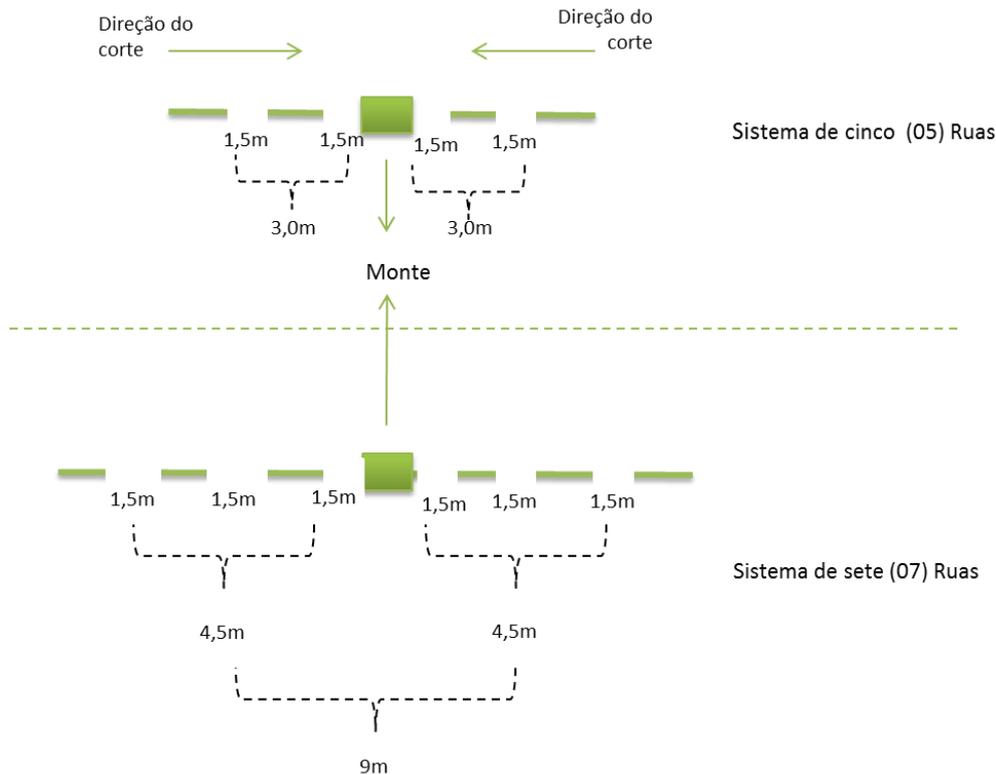
Poucos tinham previsto a habilidade dos trabalhadores eventuais de dar início a uma série de eventos tão chocantes. Não havia sindicatos nem grupos reconhecidos envolvidos na organização das manifestações daquele primeiro dia. Ainda assim, 24 horas depois, quase dez mil trabalhadores haviam aderido à greve. Inspirados pelo exemplo de Guariba, cinco mil apanhadores de laranjas da cidade vizinha de Bebedouro entraram em greve no dia 15 de maio, e, quando a disputa de Guariba havia sido resolvida, no dia 17 de maio, os cortadores de cana de mais cinco municípios da região e das usinas de estados vizinhos haviam começado a fazer exigências semelhantes. Pararam mais de 25 usinas. No final de junho, havia relatos de 24 conflitos – incluindo 19 greves – envolvendo quase 50 mil trabalhadores.

Parem, chega de morrer de fome! Nós só vamos voltar a trabalhar quando voltar as cinco 'ruas' e derem um salário melhor. (Penteadó, 1995, p. 25-6). As palavras desse trabalhador sintetizam as duas principais demandas dos trabalhadores grevistas, a saber, o retorno do sistema de cinco ruas [faixa de 1,5m] e não de sete, como havia sido implantado desde o ano de 1983; e o pagamento por metro cortado e não por peso.

Sobre a primeira dessas reivindicações, isto é, o retorno do sistema de cinco ruas, os trabalhadores alegavam que o novo sistema implantado [sete ruas] acarretava um esforço físico maior, que os “obrigava” a transportar a cana cortada por mais três metros para

organizá-la em “montes” na rua do meio - a quarta (4ª) rua, no sistema de sete (07) ruas e a terceira (3ª) no sistema de cinco (05) ruas – (Ver figura abaixo).

Figura 01 – Sistema de cinco “ruas” x sete “ruas”



À tarde do dia 15 de maio de 1985, em meio aos conflitos com a polícia militar, por conta dos protestos ocorridos durante todo o dia, os trabalhadores organizaram uma comissão que apresentou aos patrões uma lista contendo quinze exigências como condição para o recuo do movimento. Além das duas exigências transcritas acima, as demais incluíam: a adoção do metro linear e não do peso como critério de medição; fornecimento diário, para cada trabalhador, de recibo informando a quantidade produzida bem como o valor ganho na jornada; fornecimento gratuito dos instrumentos de trabalho, bem como dos equipamentos de proteção individual; tabela de preço para o metro da cana cortada; pagamento de domingos e feriados de acordo com a média trabalhada; consideração do tempo gasto com transporte como hora extra, sendo as mesmas pagas em dobro, tendo como base de cálculo a hora média da semana trabalhada; registro de todos os trabalhadores; pagamento normal de salário, em caso de adoecimentos, tendo-se como base a média diária da semana trabalhada; pagamento de salários integrais, com base na média da semana trabalhada, nos dias em que, por motivos alheios ao trabalhador, não houver trabalho; garantia de estabilidade por um ano para os

trabalhadores safristas; manutenção, por parte do empregador, de caixas de medicamentos de primeiros socorros, nos locais de trabalho, visando o atendimento dos trabalhadores. (PENTEADO, 1995, p. 41-2).

A primeira exigência dos trabalhadores, isto é, o retorno do sistema de cinco ruas foi atendida ainda na tarde do dia 15, no entanto, as demais reivindicações não tiveram a mesma aceitação, por parte dos usineiros. Frente às reticências dos usineiros em atender as exigências dos trabalhadores, os mesmos ameaçaram “incendiar os canaviais”, bem como saquearem e depredarem lojas.

Na manhã do dia dezesseis, foi realizada uma assembleia na cidade de Guariba, durante a qual foi eleito um comando de greve, composto por quinze (15) trabalhadores, o qual apresentou aos usineiros a pauta de reivindicações dos trabalhadores. Procurando ganhar tempo, os usineiros pediram um prazo de cinco dias para darem uma resposta às reivindicações apresentadas. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (1984) apresentado por Penteado (1995, p. 53) embora, entre os fornecedores, as negociações estivessem aumentando, “os usineiros não pareciam muito dispostos a negociarem”, foi somente após os trabalhadores terem incendiado canaviais e ameaçado invadirem usinas foi que os usineiros resolveram negociar com os trabalhadores.

Esta tática de incendiar os canaviais revelou-se eficaz, tendo os usineiros formalizados “ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal e de Guariba, uma proposta de reconciliação” (PENTEADO, 1995, p. 54), atendendo 90 por cento das reivindicações dos trabalhadores.

Os episódios de 1984 foram fruto, não de uma, mas de várias sementes, algumas plantadas em épocas mais remotas, como os movimentos grevistas do início da década de 1960; outras mais recentes, a exemplo da “presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região e as condições de vida e de trabalho dos cortadores de cana” (PENTEADO, 1995, p. 182). Silva¹⁴, em texto publicado na revista “Travessia” e também no site da Pastoral do Migrante, traz contribuições importantes para pensarmos o papel da Pastoral dos Migrantes nos episódios grevistas de 1984-1985. Embora oficialmente essa pastoral [dos migrantes] tenha sido criada, na região de Guariba, em 1985, desde 1983 seus missionários estavam presentes no município de Dobrada – SP, atuando pastoralmente junto aos trabalhadores-migrantes.

¹⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Pastoral dos migrantes: peregrinos da resistência. In. Site da Pastoral dos Migrantes. Disponível in: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=218%3Apastoral-dos-migrantes-peregrinos-da-resistencia-&option=com_content&Itemid=78 Acesso em 18 de outubro de 2011.

É importante o resgate que a autora faz da atuação das irmãs Inês Facioli e Gregoria Roman Oliva, ambas missionárias Scalabrinianas, as quais chegaram ao município de Dobrada no ano de 1983, para iniciarem um trabalho pastoral junto aos trabalhadores rurais e os migrantes cortadores de cana. A autora resgata igualmente a atuação do Pe. José Domingos Braghet, que “na época, vinha atuando em nível de diocese junto a Comissão Pastoral da Terra – CPT”. Ainda segundo Silva:

A atuação da CPT compreendia outros municípios da Diocese, como Guariba, Barrinha, Pitangueiras, Jaboticabal e Bebedouro, entre outros. Juntamente com o Padre Braghetto as missionárias realizaram visitas e celebrações nos alojamentos da Usina Bonfim, situada na região, além de idas aos locais de trabalho durante a colheita da laranja, cana e amendoim com as turmas dos caminhões. Ademais, participaram de reuniões com o Sindicato de Dobrada e dos Encontros da CPT na região. Em janeiro de 1984, a paróquia de Dobrada ficou sob responsabilidade das Missionárias por motivo de transferência do Padre Braghetto.

Foi numa dessas reuniões das quais participavam membros da CPT e missionários Carlistas que um trabalhador denunciou o “sistema de sete ruas”, para a autora, logo após a publicação dessa denúncia na imprensa local, a greve de Guariba teria irrompido.

Nesse sentido pode-se afirmar, ratificando a observação de Penteado, que a greve de Guariba não foi resultado de uma, mas de várias sementes, plantadas por várias mãos, dentre essas, a Pastoral do Migrante, então nascente. Tais sementes encontraram um solo propício nas duras condições vivenciadas pelos trabalhadores migrantes.

Para Alves¹⁵, foram quatro as consequências da greve de Guariba, a saber:

As condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais tornaram-se visíveis tanto para a sociedade quanto para os próprios trabalhadores; os trabalhadores perceberam que as duras condições de vida e de trabalho não se deviam a um bom ou mau patrão, mas eram constituintes desta relação de trabalho; o Movimento Sindical passou a se preocupar mais com a organização e com as reivindicações dos trabalhadores assalariados rurais; criação de novos sindicatos em municípios onde não havia, bem como a emergência de direções sindicais comprometidas com a luta dos trabalhadores assalariados rurais.

¹⁵ ALVES, Francisco. Greve nos canaviais e agricultura mecanizada: novos desafios. Disponível in: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_16.pdf

Vettorassi (2007, p. 21) realça que a greve de Guariba foi uma ocasião em quem “os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, espontaneamente, levantaram-se contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, em um regime que poderia ser considerado de semiescravidão”.

Gostaria de registrar a hipótese de que a incorporação dos trabalhadores nordestinos atendia aos interesses políticos dos usineiros em sua busca por um maior controle da força de trabalho empregada nos canaviais. Alves (2007) sinaliza para o fato de que a mecanização foi um dos expedientes utilizados pelos usineiros face ao poder de barganha dos trabalhadores. O que estou sugerindo, mesmo que a título de hipótese, é que aliado a mecanização, houve também a incorporação dos trabalhadores-migrantes nordestinos, vistos como “trabalhadores tranquilos, que não criam confusão, de trato fácil, que aprendem rápido o exercício do trabalho, são bons pagadores etc.” (ALVES, 2007, p. 46).

1.3.2. A desregulamentação do setor canavieiro

Shikida *et al* (2004, p. 366) realçam que “historicamente, a agroindústria canvieira do Brasil foi objeto de intervencionismo governamental, variando apenas de grau conforme circunstâncias e interesses de cada época”. Como se sabe a história da cana-de-açúcar no Brasil se confunde com a própria história da colonização deste país, pelos portugueses.

A indústria canvieira contou sempre com as benesses do estado que inicialmente atuou como sócio ou fundador de engenhos, intervindo igualmente na proibição de outras atividades comerciais que concorressem com a atividade canvieira, bem como concedendo poderes monopolísticos aos produtores de açúcar.

Shikida e Bacha (1998, p. 92) informam que no período de 1630 a 1650, quando o açúcar brasileiro sofreu os efeitos da concorrência da produção das Antilhas e do açúcar de beterraba, no mercado europeu, buscando “ajustar indústria brasileira do açúcar às tendências dos países de vanguarda nesse tipo de produção, o Governo Imperial procurou estimular a modernização dessa atividade produtiva via medidas de amparo aos engenhos centrais”. Mas, foi a partir da década de 1930 com a criação do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), que o intervencionismo estatal no setor canvieiro ganhou sua maior expressão.

Segundo Silva Lima (1982, p. 50) ao IAA cabia, dentre outras atribuições, “estabelecer quotas de produção para cada Estado; garantir preços mínimos; regulamentar as relações entre os fornecedores de cana e as usinas e financiar a produção”.

Por sua vez Shikida *et al* (2004, p. 367) destacam os principais mecanismos de regulação do estado no setor canavieiro, no período em pauta, a saber, “estabelecimento de quotas de produção (que significa reserva de mercado), fixação de preços para a cana-de-açúcar, açúcar e álcool (que implica certa garantia de margens mínimas de lucro), até a concessão de subsídios (que indica um estímulo direto à atividade)”.

Na década de 1970, foi instituído o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), como resposta nacional à crise do petróleo, cuja consequência maior foi o aumento exponencial do preço deste combustível, levando os países importadores a se engajarem na busca de novas fontes de energias.

Através do Proálcool o estado brasileiro passou a estimular a produção de álcool hidratado, pelo setor canavieiro bem como a produção de automóveis movidos a álcool, objetivando “atender as necessidades do mercado interno e externo ao mesmo tempo em que diminuía a necessidade de importação de petróleo e garantia a utilização da capacidade ociosa das usinas” (SANTOS, 2010, p. 15).

Para Shikida e Bacha (1998, p. 101-2) o Proálcool é resultado da orquestração de vários atores, tais como o Estado, o setor canavieiro, a indústria automobilística e o setor de máquinas e equipamentos. Nas palavras dos autores:

Para os usineiros tratava-se de diversificar a produção, de criar um novo mercado diante das frequentes crises da economia açucareira, e diante também de um parque produtivo que precisava avançar tecnologicamente e que estava em tendência à sobrecapacidade. Para o Estado, os interesses nesse programa resumiam-se aos seguintes objetivos: economia de divisas; diminuição das desigualdades regionais de renda; crescimento da renda interna; geração de empregos; e expansão da produção de bens de capital. Para o setor de máquinas e equipamentos, o advento do Proálcool permitiu vislumbrar um quadro de continuidade do crescimento que havia sido iniciado ao final da década de 60 e que atingiu o seu auge no período do “milagre” econômico do País. Especificamente para a indústria automobilística, a crise do petróleo obstaculizava, de certa forma, a continuidade da política de transporte baseada em rodovias; e o carro movido a álcool despontou como uma alternativa para a continuidade dessa política de transporte.

No que se refere à atuação do Estado, mediante o Proálcool, a mesma se traduziu pela garantia de mercado e de preços remuneradores e concessão de empréstimo para investimento no setor.

No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, o Proálcool passava por uma crise expressa tanto no menor volume de investimento estatal quanto no desequilíbrio entre

oferta e demanda de álcool, afetando conseqüentemente a produção e o consumo de carros movidos a esse combustível.

Segundo Santos (2010), o aumento da frota de carros movidos a álcool não foi acompanhado pelo aumento da produção deste combustível, gerando desequilíbrios na oferta e procura e, conseqüentemente, desestimulando o consumidor, sobretudo se considerarmos que paralelamente o preço do petróleo e, conseqüentemente, da gasolina, voltou a cair. Por outro lado, frente ao desestímulo do consumidor, o interesse da indústria automobilística pela produção de automóveis movidos a álcool, tendeu, também, a arrefecer.

Este desequilíbrio entre oferta e demanda de álcool, por sua vez, estava atrelado ao fato de que os produtores de açúcar e álcool podiam direcionar grande parte da produção para um ou outro produto a depender dos preços internacionais. Assim, quando o preço do açúcar no mercado internacional estava em alta, grande parte da cana-de-açúcar era direcionada para a produção deste produto [açúcar] impacto na oferta de álcool para o mercado interno.

Os investimentos estatais para o programa também sofreram forte redução, consequência da crise fiscal e financeira pela qual o estado passava, em finais dos anos de 1980, bem como da adoção pelo Estado dos princípios derivados do Neoliberalismo.

Shikida e Bacha (1999, p. 80) advogam que com a queda do preço do petróleo concomitante ao aumento da produção interna deste combustível, “desapareceu a justificativa diante da população para manter o corporativismo em torno desse programa [o **Proálcool**]”.

Ao longo da década de 1990, o Estado foi saindo de cena e, conseqüentemente, eliminando os mecanismos de controle e planejamento da produção (SANTOS, 2010), favorecendo a concorrência interna entre as empresas do setor canavieiro.

Tal concorrência tem favorecido a busca/elaboração de estratégias visando o rebaixamento dos custos de produção, dentre essas estratégias utilizadas pelas empresas canavieiras, ganha destaque o rebaixamento dos custos com o capital variável, mediante as novas formas de gestão da força de trabalho, bem como pela incorporação dos trabalhadores-migrantes nordestinos e da região do Vale do Jequitinhonha (MG). Nesse sentido são significativas as palavras de Rodrigues e Ortiz (2006, p. 11), segundo os quais:

A opção pelo uso da mão-de-obra migrante é uma estratégia para baixar os custos de produção do setor sucroalcooleiro, uma vez que em grande parte a admissão desta mão de obra é feita sem registro trabalhista ou por intermédio de contratantes ilegais denominados “gatos”. Alojados em casas dentro dos canaviais ou nas periferias das cidades das regiões canavieiras, longe dos familiares e sem acesso às redes locais de proteção (sindicatos, pastorais da terra e migrantes e outros) estes trabalhadores ficam à mercê da vontade dos empregadores.

Mesmo considerando que atualmente grande parte da admissão desses trabalhadores é feita diretamente nos locais de origem e com registro trabalhista, devemos considerar que no início dos anos de 1990, quando os trabalhadores nordestinos começaram a ser absorvidos pelo setor canavieiro, prevaleciam as condições relatadas pelos autores citados, o que reforça meu argumento de que a incorporação dos trabalhadores-migrantes nordestinos pelo setor canavieiro teve como motivação, sobretudo, a possibilidade de rebaixar os custos com o trabalho vivo.

Além de trabalharem na informalidade, não devemos menosprezar o fato de que os trabalhadores-migrantes nordestinos se dirigiam aos canaviais apenas no período da safra de cana, motivados, em sua maioria, pela possibilidade de adquirirem uma renda complementar às suas atividades agrícolas em seus locais de origem, bem como pela esperança de reprodução e ampliação do patrimônio familiar (aquisição de gado, terras etc.) e de melhoria em sua qualidade de vida (reforma de casa, aquisição de moto etc.). Tendo atrelado o salário à produção, o setor canavieiro pode contar com um trabalhador interessado em atender e mesmo extrapolar as metas de produtividade fixadas, visando fazer a maior quantidade de dinheiro possível.

Dessa forma, a incorporação dos trabalhadores-migrantes dos estados Nordestinos e da região do Vale do Jequitinhonha (MG), pelo setor canavieiro representou concomitantemente a possibilidade de extração de mais trabalho, com o conseqüente aumento de produtividade para o setor, e a intensificação da degradação do trabalho. É nesse contexto que ganha sentido as palavras de um trabalhador paulista residente no município de Sales, interior do Estado de São Paulo, para quem “antes [dos trabalhadores migrantes nordestinos chegarem] a gente só começava a trabalhar depois que a usina dava o preço da cana, agora não, depois que os *Paraibas*¹⁶ chegaram, a usina só diz o preço da cana, depois que ela foi cortada, ai não dá mais para reclamar” (Gatão, 53 anos, cortador de cana, residente no município de Sales – SP).

¹⁶ No município de Sales, interior de São Paulo, o termo *Paraíba* é utilizado para referir-se aos trabalhadores-migrantes nordestinos.

Esta incorporação da força de trabalho dos migrantes em atividades laborais mais intensivas e, portanto, mais degradantes e indecentes, é um processo que se observa hoje em todo mundo, como bem assinala Antunes (2004, p. 338) para quem:

Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a **trabalhadores (as) imigrantes**, negros (as), indígenas etc.) (grifos meus).

Ao analisarmos a contratação e dos trabalhadores-migrantes nordestinos pelo setor canavieiro, devemos considerar além da greve de Guariba e da desregulamentação do referido setor a nova fase de expansão pela qual passa as empresas canavieiras, o que favoreceu um aumento na demanda por trabalhadores, aliado ao fato de que a atividade de cortar cana, não figura nos horizontes dos filhos dos antigos cortadores de cana-de-açúcar, estabelecidos na região de destino, como esclarecem o trecho da entrevista abaixo transcrito:

Os paulistas não querem fazer esse trabalho pesado... Hoje não, antigamente tinha, só que os paulistas que cortavam cana, hoje são de idade, e a molecada não quer mais trabalhar... O cara acha que cortar cana, cortar cana vai baixar a moral dele, ele esquece que vai trabalhar no mercado, em Novo Horizonte tem mercado que fecha nove horas da noite, e vai ganhar quatrocentos reais (Edvaldo, fiscal geral da usina Santa Isabel – Novo Horizonte).

As palavras de Edvaldo são ratificadas pela fala do senhor Egídio, funcionário de setor de Recursos Humanos da mesma usina: *é que essa mão de obra, a gente não tem mais essa mão de obra lá, então a gente tem que vim pegar aqui no Nordeste... Por que emprego aqui é mais difícil, daqui já tem várias pessoas que ficaram trabalhando lá, mas pessoas daqui...*

Faz-se necessário, ainda, que levemos em conta a configuração socioeconômica dos municípios de origem¹⁷ dessa parcela da força de trabalho empregada pelas usinas. Como disse Egídio, referindo aos locais de origem dos trabalhadores-migrantes, *emprego aqui é mais difícil*. Trata-se com efeito de pequenos municípios com poucas opções e alternativas de trabalho e nos quais as políticas públicas vigentes, Fome Zero, PRONAF, não obstante sua contribuição, ainda não tem sido suficientes para alavancarem/consolidarem processos efetivos de desenvolvimento local.

¹⁷ Para mais detalhes sobre os municípios de origem dos trabalhadores-migrantes aqui em foco, remeto o leitor ao capítulo II da tese.

Por outro lado, como defendi em minha dissertação (SILVA, 2006), a procura de emprego por parte de trabalhadores migrantes de áreas rurais do sertão paraibano em usinas de cana de açúcar está, também, relacionada à metamorfose no mercado de trabalho urbano, ocorrida nas décadas de 1980/1990 e que impactaram de forma negativa o cotidiano dos migrantes que se dirigiam para os grandes centros urbanos no Sudeste do país, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Com a retração dos empregos urbanos, as empresas aumentaram as exigências na seleção e contratação, o que dificultou a inserção de ampla parcela dos trabalhadores-migrantes dos estados dos Nordeste, notadamente, os mais desqualificados ou menos escolarizados.

Diante do exposto, pode-se concluir que a migração de grande parcela da força de trabalho nordestina para os canaviais do Estado de São Paulo só pode ser compreendida quando se leva em conta a orquestração de uma gama de fatores históricos, econômicos e sociais, dos quais se destacam:

- Greve de Guariba;
- Desregulamentação seguida de novo ciclo de expansão do setor canavieiro;
- Reestruturação produtiva com suas repercussões sobre o perfil da classe trabalhadora;
- Configuração socioeconômica dos municípios de origem;
- Transformações do mercado de trabalho urbano da região sudeste

No âmbito das empresas canavieiras os trabalhadores-migrantes assumirão funções manuais, sobretudo ligadas ao plantio e a colheita de cana-de-açúcar, sendo que alguns, notadamente nos últimos anos, têm sido incorporados aos cargos de gerência do trabalho, na condição de fiscais de turma.

Ora, o trabalho na colheita de cana-de-açúcar tem sido denunciado por pesquisadores (ALVES, 2007; SILVA, 2007, 2010) como um trabalho degradante, caracterizado pelo alto grau de exploração da força de trabalho, haja vista os atuais níveis de produtividade exigidos pelas empresas, bem como pela exposição dos trabalhadores aos efeitos do calor intenso - uma vez que se trata de uma atividade realizada a céu aberto; e a agentes químicos “oriundos dos hidrocarbonetos aromáticos e outros compostos de carbono reativos à queima incompleta das palhas de cana-de-açúcar” (SILVA; RIBEIRO, 2010, p. 15), os quais podem ocasionar vários danos à saúde.

Reconhecendo, pois a precariedade do trabalho na colheita de cana-de-açúcar é minha intenção, no espaço desta tese, averiguar como os trabalhadores vêm se colocando nesse processo, focalizando, precisamente, as formas de resistências por eles protagonizadas, visando mitigar a exploração a qual estão sujeitos.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

1.4. Abordagem Metodológica

Buscar as formas de resistência dos migrantes nordestinos nos canaviais do Estado de São Paulo implica em primeiro lugar numa leitura às avessas, buscando identificar rebeldia onde outros viram acomodação e subserviência. Trata-se, pois, de responder ao chamamento de Certeau (2007) e não tomar os outros por idiotas, mas sim de respeitar o “fraco”, “sem eira nem beira”.

Para tanto, faz-se necessário que se coloque a questão do sentido das ações para os autores, realizando o que Geertz (1989) denominou de uma descrição densa, isto é, uma descrição que não se contenta apenas em descrever o que os atores estão fazendo, mas que busca, concomitantemente, entender e explicar o que de fato os atores estão fazendo quando estão atuando.

Geertz (1989) lembra que “descrição densa” é uma noção tomada emprestada de Ryle, e utilizada por este em contraponto à noção de “descrição superficial”. A diferença entre uma e outra é que enquanto a segunda apenas descreve o comportamento ou o fluxo do comportamento social, a primeira busca compreender, ou seja, interpretar, o que está sendo dito através desse fluxo de comportamento. Portanto, trata-se não apenas de descrever, mas da realização de um esforço hermenêutico visando à interpretação. Daí o subtítulo do capítulo: “por uma teoria interpretativa da cultura”. Em suas palavras:

O que se deve perguntar a respeito de uma piscadela burlesca ou de uma incursão fracassada aos carneiros não é qual o seu status ontológico. Representa o mesmo que pedras de um lado e sonhos do outro – são coisas deste mundo. O que devemos indagar é qual é a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através de sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho (GEERTZ, 1989, p. 08).

Como sinalizado, este é um procedimento hermenêutico, se lembrarmos de que a hermenêutica é a arte/ciência da interpretação. Trata-se de tomar a vida social, ou o fluxo do comportamento, como se fosse um texto, cujo sentido original busca-se desvelar. Ainda citando Geertz (1989, p. 4):

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Para Geertz (1989), a interpretação implica, por um lado, na identificação do que ele chama de “estruturas de significação”, isto é, o quadro interpretativo que organiza a ação e a visão de mundo dos diferentes atores e, por outro lado, em determinar sua base social e sua importância, o que implica em relacionar cada quadro interpretativo à determinados atores em disputa, evidenciando sua importância/significado. Nesse sentido:

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 7).

O reconhecimento desta estranheza, desbotamento, elipses e incoerências da conduta humana é o que justifica a interpretação que Geertz (1989) chama de “universo imaginativo dentro do qual os atos das pessoas são marcos determinados”. Aqui é nítida a proximidade com Gadamer (2003, p. 19), para quem:

Falamos de interpretação quando o significado de um texto não é compreendido de imediato. Uma interpretação torna-se então necessária (...). Com efeito, o que é imediatamente evidente, o que nos convence com a sua simples presença não requer nenhuma interpretação.

Embora o empreendimento hermenêutico tenha sido utilizado para a interpretação de texto escrito, com a filologia e a teologia, Gadamer (2003) esclarece que atualmente a interpretação se aplica a tudo que é transmitido: eventos históricos, expressões espirituais e gestuais, comportamentos etc.; e, complementa: “Em todos esses casos o que queremos dizer é que o sentido daquilo que se oferece à nossa interpretação não se revela sem mediação, e que é necessário olhar para além do sentido imediato a fim de descobrir o “verdadeiro” significado que se encontra escondido”. (GADAMER, 2003, p. 19).

Aqui se torna importante o resgate da idéia de ciclo hermenêutico, a qual se baseia na “relação circular entre o todo e suas partes: o significado antecipado em um todo se compreende por suas partes, mas é à luz do todo que as partes adquirem a sua função esclarecedora” (GADAMER, 2003, p. 58). Há assim um movimento contínuo entre o todo e a

parte. Como diz o autor, é a partir do todo que as partes, os fragmentos, ganham sentido, mas são também as partes, os fragmentos que vão dando ou modificando o sentido do todo.

Na citação anterior Gadamer faz referência ao significado antecipado do texto, ideia esta que remete à questão do preconceito e da autoridade. Com efeito, para Gadamer (2008, p. 360), toda compreensão possui um caráter essencialmente preconceituoso. Por preconceito, o autor entende “um juízo que se forma antes do exame definitivo de todos os momentos determinantes da coisa em questão”. Nesse sentido, o preconceito é reabilitado, passando de algo que deve ser descartado, para algo que deve ser assumido como essencial à própria compreensão da “coisa-mesma”, que ele forma a pré-compreensão do sentido da “coisa-mesma”, isto é, do objeto da interpretação, ou seja, nos aproximamos do texto não de forma objetiva, neutra, mas como portadores de pré-conceitos.

Por outro lado, é importante realçar, que o preconceito não deve contribuir para embotar nosso acesso ao texto, mas que devemos conservar uma abertura para alteridade do texto, para sua novidade, fazendo do preconceito o ponto de partida e não de chegada à compreensão da “coisa mesma”. É esse encontro com a “coisa-mesma” na abertura do interprete que o leva a distinguir os preconceitos verdadeiros dos falsos.

Segundo Palmer (1969, p. 186), citado por Bressolin (2008) “não pode haver compreensão sem pressuposto” e este último autor complementa: “estes preconceitos são frutos da tradição à qual estamos inseridos. São o horizonte a partir do qual compreendemos” (BRESSOLIN, 2008, p. 72). Assim, se a função do antropólogo consiste em ver, o que vemos está formatado muito antes de nossa entrada no campo. Não chegamos ao campo com lentes vazias, mas essas são inscritas de nossas teorias, nossa própria visão de mundo, nossos valores e tudo isso condiciona nossa leitura do texto social.

Mas por que esta minha opção pela hermenêutica? Creio que esta tese é fruto de um empreendimento hermenêutico, de releitura do “mesmo” [a inserção dos trabalhadores migrantes nordestinos nos canaviais do Estado de São Paulo] a partir de outras chaves interpretativas e visando focar em outros sentidos possíveis além dos temas explicitados pela literatura especializada, a qual tem dado visibilidade a coerção e dominação no espaço dos canaviais.

O objetivo é averiguar como os trabalhadores vêm se colocando frente às investidas das empresas canavieiras no sentido de lhe arrancar “mais trabalho”. Assim, diante de

condições e relações de trabalho indecentes¹⁸, busquei indagar sobre as formas de resistência forjadas/utilizadas pelos trabalhadores, bem como, identificar as percepções dos distintos sujeitos a respeito dessas ações de resistência, como premissa, para apreensão de seus significados e sentidos. Dessa forma, não tomo como referência apenas aquilo que vi, no tempo em que convivi com tais trabalhadores, mas também aquilo que escutei deles próprios, o que faz deste texto não apenas interpretação, mas para retornar a Geertz (1989, p. 11), “interpretação de segunda e terceira mão”, entendendo, com este mesmo autor, que “por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão”.

Utilizando, pois, as reflexões de Scott (2000) sobre a relação entre política e infrapolítica ou entre discurso oculto e público, assumo como pressuposto a idéia dos seres humanos enquanto seres capazes de agir e, assim, darem início a algo novo. Como lembra-nos Arendt (2005, p. 191) “o fato de que o homem é capaz de agir, significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável”. Buscar este inesperado, captar as variedades de formas nas quais ele aparece, sem, contudo encerrá-lo numa única forma possível, eis a ambição deste trabalho. Trata-se como enunciando, de uma leitura ao avesso, pela qual os códigos, os gestos, os comportamentos são os mesmos, mas o sentido/significado é outro.

1.4.1. Universo e amostra da pesquisa

O universo da pesquisa é constituído por trabalhadores e trabalhadoras da região Nordeste do Brasil, especificamente, do sertão da Paraíba e de Pernambuco, oriundos da agricultura familiar, que anualmente migram para os canaviais do estado de São Paulo, na esperança de obtenção de uma renda monetária que possibilite a concretização de seus projetos pessoais de autonomia e a reprodução de seu grupo familiar.

Trata-se, portanto, de indivíduos marcados por uma dinâmica territorial local que “pouco tem a oferecer à população rural, particularmente a ofertas de bens e serviços e à constituição de mercados locais de proximidade e de alternativas de ocupação, enquanto campo para a pluriatividade da família camponesa” (WANDERLEY, 2008, p. 221).

Assim, sem muitas alternativas de acesso à trabalho e renda em seus locais de origem, os sujeitos aqui pesquisados, tendo como centralidade seu lugar de moradia, tendem a se

¹⁸ A noção de condições e relações de trabalho **indecente** baseia-se na noção de trabalho decente, tal como definida pela Organização Internacional do Trabalho que entende como decente o trabalho "desenvolvido em **ocupação produtiva, justamente remunerada e que se exerce em condições de liberdade, equidade, seguridade e respeito à dignidade da pessoa humana**" (OIT, 2001).

conectarem a outros lugares, mobilizando-se em busca de acesso a trabalho e renda que lhes permita a satisfação de suas necessidades e, em última instância, a reprodução do seu grupo familiar.

Por se tratar de sujeitos em movimento, em trânsito, a pesquisa buscou apreendê-los neste movimento, não se restringindo, portanto, a um dos polos nos quais os sujeitos se inserem. Como especifica Menezes (2002, p. 20), inspirando-se em Mayer (1964), “nenhuma análise convencional que trate apenas de uma única estrutura, cultura, comunidade ou sociedade contemplará o fenômeno da migração; assim o estudo tem que abranger, ao menos, dois espaços de pesquisa”. Dessa forma a pesquisa teve como *locus* tanto o espaço de moradia desses trabalhadores, situado em partes do sertão dos estados da Paraíba e de Pernambuco quanto os espaços de trabalho temporário desses sujeitos, especificamente os pequenos municípios da região de Novo Horizonte (SP), (Ver mapa abaixo):

Mapa: 01 – Local da Pesquisa

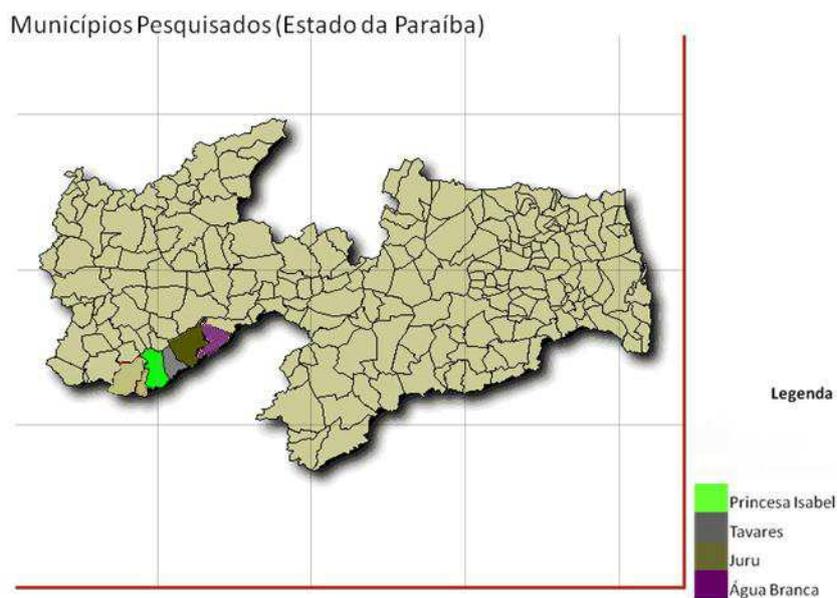


Nos locais de moradia, a pesquisa teve como foco os municípios que compõem a microrregião da Serra de Teixeira (PB) e parte da microrregião do vale Pajeú (PE) conforme mapa abaixo:

Na microrregião da Serra de Teixeira a pesquisa foi feita nos municípios de Água Branca, Juru, Princesa Isabel e Tavares. Na microrregião do Vale do Pajeú, os municípios nos

quais a pesquisa foi feita, foram: Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde e Tabira (Ver Mapas 02 e 03).

Mapa 02 – Municípios Pesquisados – Estado da Paraíba.



Fonte: IBGE

Mapa 03 – Municípios Pesquisados – Estado de Pernambuco



Fonte: IBGE

Os municípios acima listados foram escolhidos graças à informação repassada por um funcionário da usina Santa Isabel, responsável pela arrecimentação e contratação de trabalhadores nessa região de origem. Segundo o informante, é nesses municípios que a referida usina arrecimenta trabalhadores para o trabalho no corte de cana-de-açúcar. Vale

ressaltar que a usina é uma das que mais leva trabalhadores da região pesquisada. Por exemplo, durante a última safra, 2008-9, a usina contratou cerca de mil e seiscentos trabalhadores dessa região. Para a safra de 2010, esta mesma usina contratou cerca de 1.200 trabalhadores somente para a fase do plantio. No período da coleta dos dados havia uma expectativa, por parte dos funcionários de Recursos Humanos, de contratar cerca de 800 trabalhadores além dos contratados para a fase do plantio.

Nos lugares de destino, elegi como foco para análise, os municípios de Novo Horizonte e Sales, ambos situados no interior do Estado de São Paulo, na microrregião de Novo Horizonte, por ser esta a região de destino dos trabalhadores-migrantes que se deslocam das regiões de origem acima especificada.

1.4.2. Instrumentos, técnicas e procedimentos

Fiz opção por uma pesquisa qualitativa, sem, contudo dispensar a utilização de dados quantitativos, seguindo assim as recomendações de Malinowski quando sugere que, uma vez em campo, devemos medir pesar, contar, tudo aquilo que possa ser medido, pesado e contado (MICHELL, 2010, p. 91).

Como sinalizado, trata-se de uma pesquisa etnográfica, baseada, portanto, na observação participante e na história oral fundamentada em entrevistas semiestruturadas. Schwartz & Schwartz (1955, p. 355), assim definem a observação participante:

Um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face à face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto de observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

No desenvolver da pesquisa, fiz uso da observação participante, tanto nos lugares de destino (Sales e Novo Horizonte) quanto nos municípios de origem dos trabalhadores-migrantes.

É importante registrar que minhas visitas aos canaviais paulistas tiveram início em 2007, logo após minha entrada no doutorado. Nesse ano [2007] tive a oportunidade de visitar a usina Ester, um alojamento pertencente a uma das unidades do grupo Cosan, bem como diversas moradias de trabalhadores-migrantes, nos municípios paulistas de Engenho Coelho, Cosmópolis, Guariba e Novo Horizonte.

Em 2008, residi no município de Sales – SP, junto a um grupo de sete (07) trabalhadores-migrantes, todos oriundos do município Paraibano de Tavares. Convivi com este grupo de março a dezembro daquele ano. Partilhei assim o dia-a-dia dos trabalhadores, em alguns momentos pude mesmo acompanhá-los até o eito. É daí que provém grande parte dos dados e insights aqui apresentados.

Ainda em 2009, fiz nova visita aos trabalhadores-migrantes durante o período da safra. Naquele ano, passei mais uma semana visitando e conversando com trabalhadores-migrantes no município de Novo Horizonte e de Sales, ambos localizado no interior paulista.

Novamente, no final do ano de 2010, retornei aos municípios de Novo Horizonte e de Sales, desta vez com o objetivo de fechar algumas lacunas nos dados já coletados, os quais passavam então pelo momento da sistematização e análise.

É importante registrar que durante essas visitas e estadia no interior paulista, travei contato não apenas com trabalhadores, mas igualmente com fiscais e outros funcionários de usinas; funcionários públicos (educação, saúde, assistência social), educadores, sindicalistas e advogados.

Além da observação participante, apliquei questionários, de forma aleatória, juntos aos trabalhadores pesquisados, durante o tempo da entressafra (janeiro a março de 2010). Ao todo foram aplicados sessenta e quatro (64) questionários, nos meses de janeiro a março de 2009.

Se a observação participante forneceu-me o acesso aos comportamentos, gestos e ações dos sujeitos pesquisados foram importantes também o uso de outras técnicas de pesquisa visando acessar a fala dos informantes e, por meio dela, aos valores, representações, normas e símbolos desses mesmos sujeitos. Para tanto, fiz uso tanto da entrevista semiestruturada, quanto das narrativas dos trabalhadores-migrantes e das histórias de vida desses mesmos sujeitos. Ao todo foram feitas cerca de 60 entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras, mas também com esposas, companheiras e sindicalistas; entrevistei, ainda, funcionários da usina Santa Isabel. Trata-se, como será melhor especificado de uma usina localizada na região de Catanduva, precisamente nas imediações dos municípios de Novo Horizonte e Mendonça, interior do Estado de São Paulo.

Cabe aqui deixar claro que todos os nomes dos informantes foram omitidos, com exceção dos sindicalistas, por se tratar de pessoas públicas. Dessa forma, utilizei sempre de codinomes visando resguardar as identidades dos sujeitos que se dispuseram contribuir com esta investigação.

A entrevista semiestruturada é entendida como uma conversa a dois, o complemento semiestruturada referindo-se ao fato de que a mesma é guiada por um roteiro elaborado previamente pelo pesquisador com base nos objetivos da pesquisa.

Foram entrevistados não apenas trabalhadores migrantes, mas também funcionários de empresas canavieiras e outros agentes, tais como, arregimentadores, presidentes de sindicatos, donos de agência de turismo¹⁹, secretários municipais etc.

Por sua vez, através da narração de muitos informantes obtive acesso a acontecimentos e fatos, situações por eles vividas no espaço dos canaviais. Tais narrativas são entendidas no sentido Benjaminiano, isto é, como um trabalho artesanal, cuja pretensão não é com a transmissão da coisa “em si”, mas com a imersão do conteúdo narrado na própria vida do narrador, donde tal conteúdo emerge reconstruído, alterado, localizado mediante uma lógica cujos fundamentos são as noções e representações familiares do grupo de pertencimento. Como observar Alberti (2004, p.77), “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinados sentidos”.

O uso da fala como material de pesquisa é amparado no pressuposto de que a fala, embora acene para um fenômeno individual, é, em certo sentido, a expressão da língua, remetendo igualmente à sua dimensão social. Dessa forma, as expressões individuais remetem para o grupo do qual o indivíduo torna-se porta voz, como bem lembra Bourdieu (1974, p. 18) ao realçar que:

As relações interpessoais numa pesquisa nunca são apenas relações de indivíduos e a verdade da interação não reside unicamente na interação. É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos trazem consigo em forma de “habitus” em todo tempo e lugar que marca a relação.

Minayo (2010, p. 208), amparando-se em Gadamer (1999), anota que “nem o sujeito se esgota na fala ou na conjuntura em que vive e nem sua ação e seu pensamento são meros frutos da vontade, personalidade e desejo. (...) Assim é preciso buscar o que há de comum no grupo e o que há de específico no discurso individual”.

O critério utilizado para delimitação da amostra foi o da saturação, isto é, quando o conteúdo expresso pelos entrevistados começou a se repetir, finalizou-se a coleta dos dados.

É importante enfatizar que todos os procedimentos realizados no processo da pesquisa foram guiados pelo que dispõe as diretrizes éticas, tais como: livre consentimento dos

¹⁹ Geralmente o transporte desses trabalhadores é realizado por empresas alternativas, que para fugirem da fiscalização e evitarem problemas com as empresas “oficiais” são registradas como agências de turismo.

entrevistados, participação livre e voluntária dos mesmos etc. Além de que, todos os informantes tiveram sua identidade preservada, sendo que, para tanto, utilizei nomes fictícios, com exceção das pessoas públicas, garantindo-se, dessa forma, o anonimato dos participantes.

1.5. Estrutura da tese:

A tese está organizada em cinco capítulos, além dessa introdução e das conclusões. No primeiro capítulo, intitulado “Trabalhadores migrantes nos canaviais do estado de São Paulo: entre a dominação e a resistência”, busco apresentar e analisar a literatura recente sobre os trabalhadores-migrantes que trabalham na colheita de cana-de-açúcar, buscando apreender como esses sujeitos são vistos/percebidos/tratados, bem como identificar as principais chaves de leitura utilizadas pelos pesquisados para a leitura e interpretação da atuação/inserção dos migrantes no espaço dos canaviais. Num segundo momento, debruço-me sobre a noção de resistência cotidiana, tal como formulada por James Scott buscando aí, entrever as potencialidades e possibilidades de sua utilização visando o desvelamento de outros sentidos e aspectos ainda não totalmente explicitado.

No segundo capítulo, intitulado “Recrutamento e seleção de trabalhadores para o setor canavieiro”, visando desvelar os mecanismos utilizados pelas usinas para o controle e a exploração dos trabalhadores-migrantes, faço uma etnografia do processo de recrutamento dessa força de trabalho, pelas empresas do setor canavieiro, mostrando como os instrumentos de controle começam a se fazer presente desde essa fase de arregimentação, mediante, sobretudo, a utilização das redes de parentesco e vizinhança pelas empresas do setor canavieiro visando o recrutamento de trabalhadores úteis e dóceis. Busco, ainda, mostrar como os trabalhadores vão se inserindo neste processo, fazendo o jogo do outro e, ao mesmo tempo, buscando tirar proveitos próprios e, dessa forma, mitigar a exploração.

O terceiro capítulo trata-se de uma etnografia, intitulada: “No espaço do outro: sobre as maneiras de habitar e de conviver”. Neste capítulo focalizo desde a chegada dos migrantes nordestinos nos municípios do interior de São Paulo, as relações aí estabelecidas com o “outro”, as mil maneiras de praticar e se apropriar desses espaços. O foco também é direcionado para a maneira como o migrante é visto/percebido/tratado pela população local e sobre as formas de reciprocidades simétricas e assimétricas aí estabelecidas.

O quarto capítulo cujo título: “*Trabalhando!* o cotidiano da dominação”, também organizado em forma de relato etnográfico focaliza, sobretudo, o cotidiano do espaço de trabalho, bem como os instrumentos e formas de dominação aí presentes.

Por fim, o quinto e último capítulo é intitulado “Dando trabalho: formas de resistência no espaço dos canaviais”. A ênfase aqui é na intersecção entre formas micros e macros de resistência, bem como no sentido que os atores atribuem a cada uma delas. Trata-se de perceber a importância das armas dos fracos, mas também a relação que existe entre o discurso oculto e público; entre as formas micros e macros de resistência, questionando os limites e as potencialidades de ambas no sentido da implantação de territórios da esperança, para usar uma categoria de David Harvey (2004). Ao quinto capítulo seguem-se as considerações finais.

CAPÍTULO I
SOBRE *INFERNO*, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

2.	Sobre inferno, dominação e resistência.	
2.1.	<i>Isto é um inferno, homem!</i>	63
2.2.	Trabalho e trabalhadores no agronegócio canavieiro: discursos acadêmicos	67
2.3.	Um tema pouco presente: a resistência	77
2.4.	Resistência Cotidiana: contribuições de James Scott	81
2.4.1.	A noção de Economia Moral	83
2.4.2.	Discurso oculto <i>versus</i> discurso público	86

SOBRE *INFERNO*, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

2.1. *Isto é um inferno, homem*

Vocês que vivem seguro
Em suas cálidas casas,
Vocês que, voltando à noite,
Encontram comida quente e rostos amigos
Pensem bem se isto é um homem
Que trabalha no meio do barro,
Que não conhece a paz,
Que luta por um pedaço de pão,
Que morre por um sim ou por um não.
Pensem bem se isto é uma mulher,
Sem cabelos e sem nome,
Sem mais força para lembrar,
Vazios os olhos, frio o ventre,
Como um sapo no inverno.

Pensem que isto aconteceu:
Eu lhes mando estas palavras,
Gravem-na em seus corações,
Estando em casa, andando na rua,
Ao deitar, ao levantar,
Repitam-na para seus filhos.

Ou, senão, desmorone a sua casa,
A doença os torne inválidos,
Os seus filhos virem o rosto para não vê-los.

Estas palavras são de Primo Levi (2001), um sobrevivente dos campos de concentração nazistas. Mas a pergunta, “É isto um homem?” “É isto uma mulher?” poderá ser feita por qualquer um que visite o mundo dos canaviais durante a época da colheita de cana-

de-açúcar. Ainda lembro-me da primeira vez que estive num desses canaviais no Estado de São Paulo. Eu simplesmente não acreditava que fosse possível trabalhar debaixo daquele sol escaldante, cobertos até o pescoço. Ao me aproximar mais dos trabalhadores, percebi que os mesmos tinham os rostos cobertos pelo pó do carvão que se desprende da cana, durante o corte. Eu descobrira, naquele dia, aterrorizado, que o inferno descrito por Dante estava ali, bem próximo, debaixo dos meus olhos.

Dois anos depois, de volta aos canaviais eu escutaria a frase: “Isto é um inferno, homem”, expressão esta saída da boca de Desmarques (Migrante Paraibano – Cortador de cana de açúcar) quando o ônibus que nos levava do Município de Tavares, situado no sertão Paraibano para a Região de Ribeirão Preto no interior Paulista, chegava ao seu destino. Era o início de uma manhã de domingo, por volta das cinco/seis horas sentimos a mudança da paisagem: estávamos no coração do mar de cana e do rio de álcool de que nos fala a professora Maria Aparecida de Moraes Silva (2007): “tudo era verde, mas, no entanto, nem tudo era bondade ou esperança”.

A mudança no exterior refletiu-se imediatamente numa transformação interior, por parte da maioria dos rapazes cujo destino era os canaviais. Com efeito, embora os passageiros fossem oriundos de cidades diferentes, a viagem havia contribuído para criação de laços de afetividades. A partilha de cachaça e outras bebidas e comidas, mas, sobretudo da palavra (contaram-se muitas piadas, mas também anedotas e fragmentos de histórias de vida), dos feitos e episódios que marcavam seus autores, permitiu que criássemos laços. Na última noite éramos todos conhecidos. Havia claro, os descontentamentos: os rapazes que vinham na parte traseira do ônibus eram vistos de forma preconceituosa pelos que se sentavam na parte dianteira do veículo, sobretudo pelo “barulho” que os primeiros faziam. Isto, contudo, não impossibilitava o intercâmbio.

Ao adentrarmos no território verde da cana-de-açúcar, o ônibus foi impregnado pelo cheiro característico da cana queimada. Um cheiro forte, meio de melado. Para mim o mesmo tinha um leve sabor de infância: trazia-me a lembrança dos engenhos de rapadura de minha terra natal, cuja visita, em tempo de moagem, constituía motivo de festa para grande parte da população local. Para os que vinham oferecer sua força de trabalho nos canaviais que avistávamos, porém, o cheiro trazia outras lembranças, como a frase pronunciada por Delmarques deixava transparecer.

Mas não foi apenas a frase, como frisei, a mudança na paisagem exterior refletiu-se igualmente na modificação da paisagem interior. No momento em que o cheiro da cana

impregnava por todo o ônibus e em que a paisagem ficou *completamente* homogênea, notei que os rapazes, sobretudo os que vinham na parte traseira, se aquietaram. Desde as três horas da manhã que eles contavam piadas, tiravam brincadeiras jocosas uns com os outros e contavam feitos e façanhas: mulheres com quem tiveram algum tipo de relacionamento afetivo, confusões que se envolveram, discussões com os fiscais nas safras anteriores. De repente fez-se um silêncio, só rompido pela frase de Delmarques que, percebi, expressava bem o que todos estavam sentindo.

A alegria, é preciso que repita mais uma vez, havia dado lugar à tristeza, e a outros sentimentos como o desejo de estar longe, de não ter vindo, os quais eram revelados nas outras expressões que se seguiram: “eu devia não ter vindo”, exclamou um dos rapazes. O próprio Delmarques, sentado ao meu lado, disse várias vezes, com lágrimas: “se eu der a doidisse, eu volto esta semana”.

De um lado, o chamado do mundo familiar, as lembranças do aconchego de casa e a saudade dos entes queridos; de outro lado, um feixe de recordações de outras safras: a certeza da obrigação de acordar cedo, o sabor da comida estragada, o sol escaldante ou o frio congelante, a humilhação por parte dos fiscais e outros funcionários da usina, o carvão, e o peso, o peso e o cansaço, tudo isto os transportava para o território da esperança, expresso, novamente numa frase de Delmarques: “Deus ajude que passe logo”. Era preciso que passasse logo. Eu acabara de descobrir que a certeza da temporalidade, da sazonalidade do trabalho, de sua brevidade, embora não tão breve quanto desejassem que fosse, constitui-se enquanto fator importante no imaginário dos migrantes. Sentimento, este, que deve ter sua cota de contribuição para que os trabalhadores suportem as agonias e o cansaço do tempo do trabalho.

Delmarques comparara a usina ao inferno. Sem saber utilizara-se de uma analogia que vem de longe, lembro que a mesma pode ser encontrada inclusive na obra do Padre Antônio Vieira, em seus famosos Sermões do Rosário (Sermão 14º)

E que cousa há na confusão deste mundo mais semelhante ao Inferno, que qualquer destes vossos engenhos e tanto mais, quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar **doce inferno**. E verdadeiramente quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes: as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio: os etíopes, ou ciclopes banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forçados com que revolvem e atijam; as caldeiras ou lagos ferventes, com os tachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando escumas, exalando nuvens de vapores mais de calor, que de fumo, e tornando-os a chover para outra vez os exalar: o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda

da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de trégua, nem de descanso: quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto etnas e vesúvios, que é uma semelhança de Inferno (VIEIRA, 2003, p. 655-656).

O professor Sérgio Leite Lopes (1976), também faz menção à analogia entre usina e inferno, em obra considerada clássica nas Ciências Sociais, “O vapor do diabo”.

Num dos textos de Ítalo Calvino (2003) há uma discussão sobre o inferno digna de menção. A cena encontra-se no livro “As cidades invisíveis”, no qual o autor imagina um diálogo fantástico entre Marco Polo, mercador veneziano e o Grande Khan, imperador de Cambaluc, atual Pequim, a quem o primeiro teria servido, ocupando importantes funções diplomáticas. No livro, o mercador veneziano descreve minuciosamente para o seu anfitrião 55 cidades por onde teria passado. Após escutar o último relato:

O Grande Khan, folheando em seu atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos e nas maldições; Enoch, Babilônia, Yahoo, Butua, Brave New World, disse:

- É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito. (CALVINO, 2003, p. 158).

Ao que Marco Polo teria respondido:

- O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos, estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 2003, p. 158).

Se a usina e, por extensão, os canaviais, são facilmente comparáveis ao inferno, trata-se então, inspirados em Calvino, de nos questionarmos sobre o que fazem os trabalhadores, isto é, de saber se eles simplesmente aceitam a servidão/exploração a que estão sujeitos ou, se ao contrário, eles elaboram táticas de resistência, e em caso afirmativo de pensarmos as possibilidades e os limites dessas táticas, ou seja, sua eficácia. O tema envolve uma reflexão sobre a questão da **dominação** e, portanto, do poder, e ao mesmo tempo da **resistência**, aqui entendidos como mutuamente implicados, isto é, toda relação de poder é também relação de

resistência. Como afirma Simmel, no artigo Superordenação e Subordinação, nas relações de dominação e subordinação:

A exclusão de toda e qualquer espontaneidade é efetivamente mais rara do que sugerem certas expressões populares amplamente usadas, tais como ‘coerção’, ‘não ter nenhuma escolha’, ‘absoluta necessidade’, etc. Mesmo nos casos de subordinação mais expressivos e cruéis, ainda existe uma considerável medida de liberdade pessoal (SIMMEL, 1983, p. 109).

Não obstante, se o tema da dominação/exploração está muito presente na literatura que tem como foco os trabalhadores-migrantes nordestinos que anualmente vão oferecer sua força de trabalho nos canaviais do estado de São Paulo, o mesmo não se pode dizer sobre a resistência. Com efeito, os estudos sobre os protagonismos desses trabalhadores tanto nos espaços de moradia, quanto nos espaços dos canaviais, ainda ocupa um lugar secundário no debate atual, inclusive pelo fato de que a exploração e as mil e uma artes forjadas pelas empresas do setor canavieiro visando extrair um quantum sempre crescente de mais trabalho, se impõe de tal forma e com tamanha violência que se faz necessário desvelá-lo em seus mecanismos mais sutis.

2.1. Trabalho e trabalhadores no agronegócio canavieiro: discursos acadêmicos

Neste momento, gostaria de resgatar esta literatura especializada, no sentido de mapear suas grandes temáticas bem como suas ausências. Início com um livro, composto por uma coletânea de artigos, de vários pesquisadores envolvidos com a temática, o qual foi editado em 2007 e que expressa bem os principais temas do debate sobre a inserção dos trabalhadores-migrantes, nesta atual fase de expansão do setor canavieiro.

Trata-se do livro “Migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)”, organizado pelos professores José Roberto de Novaes e Francisco Alves, como resultado de uma pesquisa que articulou estudiosos/as das várias partes do Brasil e cujo objetivo era compreender as razões que levavam um contingente expressivo de trabalhadores oriundos de vários estados do Nordeste e de Minas Gerais a anualmente migrarem para os canaviais paulistas. O livro está dividido em três partes, as duas primeiras tendo como foco as condições de vida e de trabalho no complexo canavieiro e, a última, focada nas regiões de origem, buscando averiguar as dinâmicas sócio-políticas e econômicas dessas regiões como fatores explicativos da migração em tela.

A primeira parte do livro é composta por quatro artigos. O primeiro deles de autoria do professor Francisco Alves busca responder a duas indagações básicas: (1) “Por que o complexo canavieiro necessita de trabalhadores vindos de regiões tão distantes?” (2) “Por que esses trabalhadores vêm de tão longe para o trabalho de cortar cana?” (ALVES, 2007, p. 23).

Buscando responder a primeira indagação, o autor passa em revista as grandes fases de expansão vivenciadas pelo setor canavieiro. A primeira fase ocorreu durante a década de 1960, tendo como principal fator o boicote dos Estados Unidos à produção Cubana, cuja consequência para o setor foi o aumento internacional do preço do açúcar. Aproveitando o novo cenário decorrente do boicote ao açúcar cubano, o Estado brasileiro “implementou um vigoroso processo de modernização das usinas, com o aumento da capacidade de moagem e da área plantada” (ALVES, 2007, p. 25). Internamente, foram os produtores e usineiros do Estado de São Paulo que mais se beneficiaram dos investimentos estatais para modernização de suas unidades produtivas, cujos índices de produção passaram a ultrapassar os da região Nordeste.

Todavia, o processo de modernização acima referido não atingiu de forma igualitária todas as etapas da produção, mas concentrou-se principalmente nas fases da industrialização, da preparação do solo e em algumas das etapas do plantio [*transporte das mudas, abertura das valas, fechamento e adubação* (ALVES, 2007, p. 25)]. Quanto à fase da colheita, tal qual o plantio, a mesma, também, foi lócus apenas de uma mecanização parcial, uma vez que das três atividades que a constitui – corte, carregamento e transporte – apenas as duas últimas foram mecanizadas.

Considerando, pois, que a produção havia se expandido, nas décadas de 1960/70, e que o corte da cana-de-açúcar, continuava a ser realizado manualmente, houve um aumento da demanda de mão de obra por parte do setor canavieiro, num momento em que o país ainda vivia o sonho do milagre econômico e, portanto, outros setores da economia também demandavam um maior número de trabalhadores. Dessa forma, diz Alves:

O crescimento do emprego urbano industrial e de serviços demandou trabalhadores, diminuindo o número de trabalhadores livres pra o emprego na cana. O CAI [Complexo Agroindustrial Canavieiro] naquela oportunidade, temia a concorrência com os empregos urbanos, pois teria de aumentar salários diretos e promover a incorporação dos direitos trabalhistas, aumentando, por sua vez, a folha de pagamento e os custos, reduzindo a lucratividade (ALVES, 2007, p. 26).

Este prognóstico, porém, não se realizou, pois com a modernização das áreas agrícolas do próprio estado de São Paulo e, também, do Paraná, um grande contingente de trabalhadores expulso do campo, foi “acolhido” pelo setor canavieiro, que teve assim sua demanda por mais trabalhadores suprida sem necessidade de ampliar o processo de modernização/mecanização em seu interior.

A segunda fase de crescimento do setor canavieiro, analisada por Alves (2007), correspondeu aos anos de 1975/1985 e teve como marco a produção de álcool no bojo do programa que incorporou esse produto à matriz energética brasileira – o Proálcool. Este programa foi resultado da crise do petróleo, iniciada quando da formação de cartéis pelos países exportadores em 1973 e cujo resultado foi o aumento no preço deste produto. Desde o Proálcool, o setor canavieiro vive períodos de expansão, demandando maior número de trabalhadores, especificamente para a fase da colheita da cana-de-açúcar. De acordo com Alves (2007), foi o processo de expropriação dos pobres do campo, predominantemente, na região do Vale do Jequitinhonha – MG, transformada em região produtora de eucalipto, que forneceu uma mão de obra volante ao setor canavieiro do Estado de São Paulo²⁰.

Por fim, Alves (2007) analisa uma terceira fase vivenciada pelo setor canavieiro, nas décadas de 1990/2000, quando houve um período de desregulamentação com a saída do Estado que deixou de fixar o preço da tonelada de cana e cujo resultado foi o acirramento da concorrência interna e a consequente busca de redução dos custos de produção.

Nos primeiros anos do século XXI, o Complexo Agroindustrial Canavieiro passou por uma fase bastante dinâmica proveniente em grande medida do papel que o açúcar, mas, principalmente, o álcool passa a assumir no cenário internacional, em virtude do aumento do preço do petróleo. Houve um aumento na demanda do álcool hidratado, sobretudo, pelo êxito dos novos modelos de automóveis (Flex Fuel) movidos tanto a álcool quanto a gasolina. Some-se a isso, o novo ideário ecológico que tem chamado a atenção para o caráter limitado dos recursos naturais (dentre eles o petróleo), mas, igualmente, para as consequências catastróficas ao meio ambiente. Tal ideário favoreceu a emergência, na agenda política, da necessidade de novas fontes de energias que fossem, concomitantemente, limpas e renováveis, quando, então o etanol derivado da cana, emerge como uma alternativa viável. Em sua nova fase de expansão, o setor canavieiro continuou necessitando de mais trabalhadores, que foram incorporados de diversos estados da região Nordeste, como Piauí, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e outros estados nordestinos.

²⁰ Para maiores informações sobre o processo de expropriação dos camponeses oriundos do Vale do Jequitinhonha – MG, ver Silva (1999).

De acordo com Alves, essa nova fase de expansão da produção do álcool e do açúcar tem favorecido a “retomada dos investimentos tanto na parte agrícola quanto na industrial” (2007, p. 29). Entre as mudanças na parte agrícola, Alves cita a mecanização do corte de cana-de-açúcar. Trata-se, porém, de uma intensificação do processo de mecanização do corte de cana-de-açúcar, visto que o mesmo vinha ocorrendo desde os finais dos anos de 1980, em decorrência, segundo o autor em foco, “do crescimento do poder de barganha dos trabalhadores com as greves” (ALVES, 2008, p. 23).

Se o processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar tem início após a segunda metade da década de 1980, nos anos de 1990 o mesmo intensificou-se em razão da luta da sociedade civil contra as queimadas, cujo resultado concreto foi à promulgação da Lei que estabeleceu o ano de 2034 para o fim da queima da cana crua, permitindo, dessa forma, a permanência do corte manual. Em artigo publicado na “Ruris” – Revista do Centro de Estudos Rurais da Universidade de Campinas – UNICAMP, Alves, fundamentando-se em Graziano (1981) e Moraes Silva (1999) esclarece que:

A mecanização iniciada visava combater a possibilidade de vir a faltar braços para a colheita de cana. Os usineiros temiam que faltasse força de trabalho, ou que tivessem que pagar salários compatíveis aos urbano-industriais para cortadores de cana. As máquinas desenvolvidas e adquiridas transformaram-se em máquinas de vitrine, usadas apenas para ameaçar os trabalhadores no início da safra (GRAZIANO DA SILVA, 1981). A dinâmica populacional resolveu o problema da possibilidade de falta de força de trabalho, promovendo a expulsão de trabalhadores da agricultura de subsistência no Vale do Jequitinhonha e outras regiões do país (ALVES, 2009, p. 154).

Atualmente assiste-se, como enfatizado, a um aumento no processo de mecanização, o que tem implicado num maior número de trabalhadores disponíveis para o setor canavieiro. Dada à demanda da força de trabalho, os departamentos de recursos humanos das usinas têm sido mais rigorosos na seleção dos trabalhadores visando selecionar aqueles sujeitos que, potencialmente, garantam maior nível de produtividade no corte manual.

Após descrever as fases pela qual passou o setor canavieiro, Alves (2007) inicia a análise do processo de produção e de trabalho nos canaviais, realçando, contudo, que as novas configurações assumidas pelo trabalho nos canaviais estão relacionadas à busca pela diminuição dos custos e maximização dos lucros, o que requer, dentre outros fatores, maior produtividade do corte manual. Assim, a permanência dessa técnica só se torna viável se consideramos os novos recordes de produtividade alcançados pelos trabalhadores, o que por

sua vez estão relacionados às novas formas de gestão da força de trabalho no interior das usinas.

Tendo analisado minuciosamente todas as fases do corte manual de cana-de-açúcar e chamado a atenção para as exigências das usinas, Alves anota que o trabalho nos canaviais supõe um desgaste de energia que pode, inclusive, ser comparado ao desgaste de um atleta corredor fundista. Dessa forma, são essas exigências do processo de trabalho que vai orientar o perfil dos trabalhadores a serem contratados, predominando, portanto, jovens e migrantes, isto é, trabalhadores de fora. Em suas palavras:

Considerando o processo de trabalho descrito, fica claro que não é qualquer trabalhador que tem disposição e resistência física para realizar esse conjunto de atividades, sob essas condições. Apenas trabalhadores que já tenham o corpo preparado para realizar essa atividade poderão suportá-la durante toda a safra (ALVES, 2007, p. 34).

É nas regiões de origem dos trabalhadores migrantes que Alves vai buscar o elo invisível que os ata aos canaviais. Para ele, com efeito, a configuração das relações de trabalho nas pequenas unidades agrícolas camponesas do Piauí e do Maranhão, marcadas pela inserção precoce de crianças e adolescentes, na agricultura de toco, favorece a formação de um trabalhador capaz de se adaptar, mesmo que com dificuldades, às durezas e exigências do corte de cana. Por outro lado, o autor assinala que dado o comprometimento das condições de reprodução da família em seus locais de origem o trabalhador-migrante se engaja na “busca de outro local como única alternativa para a sobrevivência” (ALVES, 2007, p. 47). Tal local, diz Alves, “no capitalismo, é sempre o local em que o capital está concentrado e onde há demanda por força de trabalho livre” (ALVES, 2007, p. 47).

Para Alves (2007) a migração desse contingente de trabalhadores para o setor canavieiro se caracteriza como migração forçada, que deve ser interpretada como única alternativa que restou àqueles sujeitos, como podemos perceber neste trecho transcrito ainda do texto de Alves: “É necessário deixar claro que a migração, acredita-se, é um movimento determinado pela **expulsão**” (ALVES, 2007, p. 47, grifos meus). Logo, em seguida o autor esclarece o que está entendendo por “expulsão”: “Considera-se expulsão todo e qualquer fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa, no sentido de impedir, as condições de reprodução do grupo social” (ALVES, 2007, p. 47). E, mais adiante:

Considera-se, pelo menos nos locais onde foi possível realizar a pesquisa de campo, no Piauí e no Maranhão, que está havendo um processo de expulsão, ocasionando a impossibilidade de os trabalhadores conseguirem boas terras para o plantio de subsistência e pela impossibilidade de acesso a outras formas de renda, por meio da venda de sua força de trabalho (ALVES, 2007, p. 47).

Buscando evidências para o seu argumento, Alves aponta alguns fatores existentes nos Estados por ele estudado [Maranhão e Piauí], impossibilitado ao campesinato residente o acesso à boas terras ou às outras formas de renda que favorecesse a reprodução do grupo familiar. Assim, amparando-se nas falas dos trabalhadores entrevistados, o autor em tela, realça que a renda de um agricultor que trabalhasse no alugado, durante um mês, por uma diária de R\$ 5,00 ganharia em torno de R\$ 50,00 mensais, conforme as narrativas dos seus entrevistados, um trabalhador consegue, no máximo, dez diárias mensais. Além do alugado, outra alternativa presente em algumas regiões do Piauí e em todo o estado do Maranhão, é o babaçu, cuja atividade de coleta e retirada da castanha é realizada por mulheres e crianças que vendem o fruto [castanha] aos comerciantes locais, que por sua vez, revendem às indústrias beneficiadoras. Sucede que, além da presença dos intermediários [comerciantes], que reduzem grande parte dos lucros dos trabalhadores diretos, em algumas regiões de ambos os Estados, os proprietários de terra estão passando a exigir uma renda às quebradeiras, o que reduz ainda mais os lucros dessas últimas.

Outra situação, nos Estados pesquisados por Alves, que tem dificultado a reprodução da unidade de produção familiar tem sido a elevação do preço [independentemente das condições climáticas] aliado à redução do tempo do arrendamento²¹.

É esse quadro estrutural que compõe a natureza do processo de *expulsão* dos trabalhadores em seus estados de origem. Uma vez expulsos, complementa Alves (2007), os trabalhadores tendem a buscar os locais onde o capital está concentrado e há necessidade de mão de obra barata.

Como podemos depreender do exposto acima, na análise que Alves (2007) faz a respeito da inserção dos trabalhadores migrantes no setor canavieiro, há um realce dos fatores estruturais e coercitivos, os quais *se impõem* para o pesquisador a partir mesmo da fala de seus informantes. O autor chama a atenção para os laços de interdependência entre os espaços

²¹ A redução do tempo do arrendamento implica na devolução da terra arrendada pelo agricultor, no primeiro ano. Sucede que o arrendatário ao arrendar a terra é quem arca com as atividades de desmatar, queimar, cercar e plantar e que uma terra assim preparada e dependendo das condições e da disponibilidade de água pode permitir até três safras. Sendo obrigado a devolver a terra ao final da colheita da primeira safra, o agricultor terá que arcar novamente com a preparação de uma nova terra mais distante.

de origem e de destino dessa força de trabalho, mostrando como os elevados índices de produção das empresas canavieiras estão relacionados à dificuldade de reprodução dos trabalhadores e seus familiares em suas regiões de origem. Em suas palavras:

Trata-se de um processo de acumulação primitiva, que libera trabalhadores, em uma ponta, tendo em vista que não permite que sobrevivam de sua produção agrícola independente, e os emprega, na outra, sob condições precárias e de elevada penosidade, para que atinjam produtividades elevadas. Portanto, trata-se de dois movimentos casados, isto é, a ocorrência de um, o aumento da produção de cana, de açúcar e, fundamentalmente, de álcool no Centro-Sul, necessita do outro, a expulsão ou impossibilidade de sobrevivência de trabalhadores ligados à agricultura familiar no Nordeste (ALVES, 2007, p. 24).

Uma vez inseridos nesta corrente migratória, os trabalhadores-migrantes são submetidos a condições e relações de trabalho desumanas, indecentes, que exigem alto desgaste de energia, só comparado “ao desgaste de um atleta corredor fundista” (ALVES, 2007, p. 33). Como bem especificado pelo autor:

Um trabalhador que corta seis toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 de largura, caminha, durante o dia, aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia (considerando uma cana em pé, não caída e não enrolada e que tenha densidade de dez canas a cada 30 cm). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ainda transporta os vários feixes de cana cortados para a linha centro. Isso significa que ele transporta, em seus braços 6 toneladas de cana em montes de peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros, ou seja, durante parte dos 4.400 metros percorridos em um dia ele não está apenas caminhando, está se abaixando, torcendo-se e ou carregando peso (ALVES, 2007, p. 33-4).

Para Alves (2007), é a forma de pagamento utilizada pelas empresas do setor canavieiro, isto é, o pagamento por produção, que favorece a submissão, por parte dos trabalhadores, às condições e ritmos de trabalho estipuladas pelas usinas. Uma vez que os trabalhadores necessitam do dinheiro para garantir sua própria subsistência [no tempo de sua permanência no interior de São Paulo] bem como a dos familiares que ficaram nos municípios dos Estados de Paraíba e Pernambuco e, como o quantum de salário está diretamente relacionado ao quantum de produção, os trabalhadores tendem a se auto explorarem visando

atingir e mesmo ultrapassar as médias de produtividade estipuladas pelas empresas, tornando-se “trabalhadores padrões”.

A submissão do trabalhador, não seria, portanto algo irracional, mas estaria relacionada às suas condições e de sua família no lugar de origem, além da organização do processo de trabalho: pagamento por produção, sanções por parte das usinas para os trabalhadores que não atendem a esse padrão; e, por fim, por fatores culturais (os trabalhadores migrantes estariam aptos a realizarem este tipo de trabalho, portanto, tendem a reclamarem menos. Essa aptidão para os trabalhos pesados faz parte do ideário do macho, viril, o qual tende a ser muito valorizado pelo grupo social de origem).

Outro autor que tem se dedicado bastante à temática em questão é o professor José Roberto Pereira Novaes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o qual além de organizador do livro: “Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)”, é também autor do terceiro capítulo da primeira parte.

José Roberto Novaes ou simplesmente Roberto Novaes, como é mais conhecido, inicia sua contribuição à obra que também organiza passando em revista algumas produções artísticas-científicas constituídas, em sua maior parte, por documentários com o foco na migração, concluindo que:

A partir de pesquisas, as migrações passaram a ser vistas como consequência de **relações sociais de subordinação** expressas tanto no processo **de expulsão dos trabalhadores do campo** seguido da **dificuldade de obtenção de trabalho e de acesso à terra** na própria região quanto nas **dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores na colocação e nos preços de seus produtos no mercado, no acesso às políticas agrícolas, no encarecimento do arrendamento da terra** (NOVAES, 2007, p. 89, grifos colocados).

A partir daí ele busca as rupturas e continuidades do processo migratório, destacando como elementos de continuidades, num dos polos deste processo, a concentração da terra e as dificuldades inerentes à pequena produção agrícola e, no outro polo, a necessidade de mão de obra barata. Quanto às rupturas, ao que há de novo, Novaes anota que ao lado da construção civil e do mercado de trabalho informal no Rio de Janeiro e em São Paulo, há atualmente a moderna agricultura paulista demandando trabalhadores nordestinos. É neste aspecto que se concentrará sua análise, buscando dar conta das mudanças nos padrões tecnológicos das usinas e sua repercussão nas formas de gestão do trabalho e, concomitantemente, na atividade de colheita da cana-de-açúcar. Seu pressuposto é de que “mudanças tecnológicas e expansão

da lavoura canavieira no Brasil e, particularmente em São Paulo, produzem mudança que afetam a vida e a saúde do trabalhador-migrante” (NOVAES, 2007, p. 90).

Para Novaes (2007), o aumento da mecanização observado nos últimos anos, aliado à expansão das unidades produtivas, não alterou significativamente o corte manual, mas apenas o perfil dos trabalhadores exigidos pelas usinas e, também, a configuração do contrato de trabalho.

No que tange às mudanças no contrato de trabalho, o autor acima citado aponta a existência de contratos de trabalho por tempo indeterminado ao lado do contrato por tempo determinado (safra). O contrato por tempo indeterminado pode significar, em alguns casos, a eliminação da figura do trabalhador safrista, sobretudo nas usinas em que o corte mecanizado atingiu um determinado patamar (80%, no exemplo apresentado pelo autor), ou, em outros casos, a convivência entre os dois tipos de trabalhadores (o trabalhador contratado por tempo indeterminado e o trabalhador safrista). Essas novas formas de contrato têm impactado o tempo de permanência dos trabalhadores-migrantes nos locais de destino.

Em relação às mudanças no perfil da força de trabalho exigido pelas usinas, Novaes chama a atenção para o fato de que a mecanização não implicou na humanização do trabalho, mas, ao contrário, contribuiu para a elevação da meta de produtividade do corte manual, algo sinalizado por Alves (2007). Visando atingir os novos índices de produtividade, as usinas têm lançado mão de várias estratégias que vão desde o momento da contratação, no qual se busca selecionar trabalhadores capazes de satisfazer o perfil exigido, até o momento de utilização da força de trabalho, quando, então, as usinas vão utilizar vários mecanismos de gestão da força de trabalho, visando controlar os trabalhadores e, assim, garantir o cumprimento das metas de produtividade estipuladas.

Embora não se utilize dessas categorias, Novaes realça que o controle sobre os trabalhadores-migrantes por parte das usinas é baseado tanto no reforço negativo, quanto no reforço positivo, para utilizarmos os termos de Skinner (1969). Fazem parte dos reforços negativos, as punições: broncas dos fiscais, advertências, ganchos e, em última instância, demissões por justa causa. Quanto aos reforçadores positivos, eles assumem a forma de prêmios individuais, técnicas motivacionais, dentre as quais o pagamento por produção é um exemplo, bonificações etc. Novaes destaca também a importância que os treinamentos têm neste processo. Diz ele:

Esse aumento de produtividade ocorreu por meio de programas de treinamento com as turmas de trabalhadores realizados pelas usinas para melhorar a qualidade do corte e, conseqüentemente, o rendimento industrial

da matéria-prima. O programa Cana Limpa, implementado pelas usinas, é um exemplo dessa busca (NOVAES, 2007, p. 100).

Para o autor em foco, este aumento de produtividade tem impactado de forma negativa a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores-migrantes. Ainda segundo Novaes (2007), os trabalhadores nem sempre se comportam dentro dos padrões esperados pelas empresas, assim é que, ultimamente, anota o autor, têm sido registradas “reações mais indignadas” (p. 102) por parte dos trabalhadores: paralizações, greves, denúncias ao ministério público etc., contribuindo para “destoar da eficácia das novas formas de organização e gestão do trabalho nos canaviais, tão apregoada pelos empresários dessa agroindústria” (NOVAES, 2007, p. 105).

Todavia, não obstante as atuais reações de trabalhadores, ministério público, pastorais etc. são muitos ainda os casos de violação dos direitos trabalhista e mesmo de atentado à dignidade humana por parte das empresas canavieiras, cujo controle sobre o trabalhador tem perdurado e mesmo se intensificado cada dia mais, chegando a abarcar “todas as horas de suas vidas, inclusive aqueles em que eles se encontram fora do trabalho” (NOVAES, 2007, p. 111).

Buscando os motivos explicativos para a aquiescência dos trabalhadores às exigências das empresas, os pesquisadores têm chamado a atenção para a configuração dos locais de origem desta força de trabalho: dificuldade de reprodução da agricultura familiar; dificuldade de acesso a terra ou a outras atividades de geração de emprego e renda. Assim é que Silva (2007), a autora do terceiro texto da primeira parte do livro aqui em análise (*Migrantes, trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro*), realça o fato dos “migrantes serem oriundos das áreas pobres do país” (SILVA, 2007, p. 73) para os quais a migração aparece como uma estratégia capaz de garantir um patamar mínimo de sobrevivência e, ao mesmo tempo, a reprodução e ampliação do patrimônio familiar e, ainda, a recomposição do modelo cultural, visto que a terra, núcleo do patrimônio familiar é sempre grávida de outros sentidos além do meramente econômico.

Outro fator elencado pela autora é a naturalização da dor e do sofrimento, o que se dá mediante a internalização dos padrões de masculinidade. Nas palavras da autora:

Há uma pressão constante e regular exercida sobre a vida desses indivíduos, os quais mal a sentem, pois se habituaram a ela, tendo em vista que o comportamento e a plasmação das funções foram, desde a infância, ajustados à essa organização da sociedade. (...) Logo, a imposição das altas taxas de produtividade do trabalho, que extrapolam os limites físicos dos trabalhadores, levando-os, em alguns casos, à morte, é suportada em virtude

deste processo de introjeção da autodisciplina que os acompanha durante toda a vida (SILVA, 2007, p. 78).

A dor e o sofrimento aparecem como “uma provação para o próprio indivíduo e para o grupo ao qual pertence, uma espécie de rito de passagem” (SILVA 2007, p. 75). Junte-se a isto o fato de que o retorno é também carregado de expectativas sociais, assim, espera-se que aqueles que partiram retornem ostentando os símbolos do sucesso, sinais de que enfrentaram o mundo e se deram bem. Nesse contexto, o fracasso pode ser fonte de sanções negativas por parte do grupo.

Além de que, os autores chamam a atenção também para os mecanismos de retaliação utilizados pelas empresas visando atingir os trabalhadores que ousam fazer frente à exploração a qual estão sujeitos. Neste sentido são esclarecedoras as palavras de Silva (2006, p. 80):

As iniciativas destes trabalhadores para levar a público este contexto de exploração são seguidas de ameaças e retaliações por parte das empresas. O contato destes trabalhadores com sindicatos ou órgãos públicos competentes para fiscalização das condições de trabalho é evitado pelas empresas, dificultando sobremaneira não apenas a defesa dos direitos envolvidos nas relações de trabalho no campo, mas também o esclarecimento acerca do real conteúdo das relações que sustentam o corte manual da cana-de-açúcar no estado.

A produção teórica dos autores aqui enfocados tem sido imprescindível no sentido de dar visibilidade a toda “sujeira” que se esconde por trás do agronegócio canavieiro. Ao focalizarem a dominação e exploração dos trabalhadores no espaço dos canaviais, eles têm favorecido a sensibilização e a mobilização de amplos setores da sociedade (nacional e mesmo internacional) no sentido de reconhecer e combater a desmedida do capital no setor canavieiro, que tem levado a depredação de um enorme contingente da força de trabalho, constituída basicamente por jovens. Mais: têm suscitado, igualmente, entre pastorais e movimentos sociais, a reflexão sobre o papel do Estado e das Políticas Públicas nos espaços de origem dessa força de trabalho visando favorecer novas alternativas de trabalho e renda que efetivamente se traduza em condições de vida digna para aqueles que vivem no campo,

2.2. Um tema pouco presente: a resistência

Pelo exposto podemos perceber que há uma história sendo contada, uma denúncia sendo feita. Trata-se da história da opressão e da tentativa de assujeitamento da qual as

empresas do setor canavieiro são autoras. Creio, no entanto, que haja igualmente outra história a procura de narradores, história cujos lampejos podemos inclusive antever na produção dos autores citados, bem como, de outros autores que têm se debruçado sobre a temática em questão. Trata-se nesse caso de uma história que está sendo praticada e vivida no próprio espaço dos canaviais. História esta feita não apenas de grandes gestos: paralisações, denúncias, mas igualmente de pequenos gestos, astúcias de fracos, esperteza, que apontam para *microespaços* de liberdade. Fazer o inventário dessas práticas torna-se importante, como forma, inclusive de pensar os seus limites e possibilidades, mas pensar, igualmente, possíveis trânsitos entre esses microdiscursos da micropolítica e outros âmbitos da prática revolucionária, além de sua importância também como forma de resgate da dignidade que se pensa perdida.

Certo que o controle da força de trabalho é uma busca constante pelas usinas e que nessa busca mil e um dispositivos são pensados, forjados, utilizados. Resta, no entanto, saber até que ponto tal controle se efetiva, pois se os mecanismos de controle mudam, são renovados, afinados, não é sinal de que os trabalhadores lhe opõem resistência?

Claro que a resistência é um tema reconhecido pelos autores que têm se debruçado sobre a inserção dos trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas. No entanto, quando se busca resistência procura-se prioritariamente os grandes feitos, tais como greves, paralisações, acionamento da justiça etc. O olhar que aqui buscarei exercitar é sobre o aspecto micro da resistência, suas formas sutis. O que estou propondo nesta tese é outro ponto de partida, qual seja o de que o trabalhador-migrante não apenas não aceita a servidão, mas elabora e se engaja em formas de **resistência cotidiana**. Meu pressuposto é que o canavial deve ser compreendido não apenas como o lugar do trabalho ou da coerção física e moral, mas também como espaço de luta entre os trabalhadores e aqueles que buscam extrair-lhe mais trabalho. Assim, ao invés de explicar porque o trabalhador-migrante aceita a dor e a exploração, tentaria saber se é possível enxergar essa “aceitação da dor e da exploração” como “simulação”. Trata-se de explicar expressões de resistência que são nomeadas por James Scott (1985, 2000), como *armas dos pobres*. Buscarei, também, compreender os limites e as possibilidades advindas dessas armas, bem como a relação entre as formas de micro resistência e as resistências coletivas e institucionais como as greves, as paralisações, a busca pela justiça e pelo direito.

Uma das grandes descobertas de Marx foi de que é no interior da fábrica, portanto, no processo de consumo da força de trabalho que se dá o processo de criação da mais valia e de

sua apropriação pelo capitalista. Assim sendo, ao comprar a força de trabalho e ao fazê-la trabalhar sobre seu controle, o capitalista engaja-se numa luta contínua com o trabalhador visando extrair um quantum cada vez maior de trabalho excedente. Portanto, podemos concluir que a maneira como o trabalho está organizado visa, antes de tudo, saciar essa sede do capitalista, o que só é possível com o controle cada vez mais intenso da força de trabalho. Corpos dóceis e úteis, tanto mais dóceis quanto mais úteis sempre foi o sonho dos detentores dos meios e do processo de produção.

Nessa busca por extração sempre crescente de mais valia, o capital usou de diversos expedientes tais como a concentração de trabalhadores na fábrica, a divisão entre trabalho manual e intelectual com a conseqüente desqualificação do trabalhador, o aumento da jornada de trabalho, a intensificação do processo de trabalho etc. Como lembra Gorz *apud* Leite (1994, p. 55):

As técnicas capitalistas não visavam maximizar a produção e a produtividade de trabalhadores quaisquer, elas eram concebidas a fim de maximizar a produtividade para o capital, de trabalhadores que não tinham razão alguma para se empenharem, já que os objetivos de sua produção lhes eram ditados por vontade inimiga.

Todos esses expedientes historicamente assumidos pelo capital sinalizam que a disciplina e o controle do trabalhador nunca foram totalmente conquistados, visto que a relação de dominação é construída nas interações cotidianas entre os que estão em situação de dominação e os que detêm o controle. Simone Weil (1979) também citada por Leite (1994, p. 64) anota, brilhantemente, que:

Através dos meios mais grosseiros, usando como estimulante, ao mesmo tempo, a sujeição física e a isca da gratificação – em suma – por um método de domesticação que não se dirige a nada do que é propriamente humano, doma-se o operário como doma um cão, combinando o chicote com os pedaços de açúcar. Felizmente não alcançam nunca um êxito total, porque nunca a racionalização é perfeita e porque, graças a Deus, o chefe da oficina nunca conhece nunca tudo. Restam meios de tirar o corpo fora, mesmo para um operário não qualificado.

Dessa forma, ao estudo dos meios coercitivos físicos e morais presentes nos espaços de trabalho, ou, para dizer de outro modo, ao estudo dos micropoderes que atuam no espaço de produção, em meu caso, no mundo dos canaviais, é necessário acrescentar outra perspectiva visando dá mais visibilidade às mil e uma práticas de resistências, pela quais os trabalhadores inventam o seu cotidiano e forjam para si micro espaços de liberdades.

Importa, nesse sentido, tomar o espaço do canavial, quase sempre pensado como um lugar inquestionável, lugar da produção, do trabalho, como espaço também de uma luta contínua, cotidiana, às vezes silenciosa, às vezes não, mas sempre constante, entre o trabalhador e aqueles que querem lhe extrair mais trabalho.

Como ensina-nos Certeau (2007), não podemos tomar os outros por “idiotas”. Nesse sentido vale a pena nos indagar se o conjunto de práticas que tendemos a enxergar como sinais da submissão e do assujeitamento do trabalhador aos processos de trabalhos que buscam docilizá-los para melhor explorá-los, não poderia ser visto de forma invertida, isto é, lido ao contrário, como sinal de astúcia por parte desses mesmos sujeitos visando fazer o jogo do outro, buscando, no entanto, tirar proveito próprio.

Astúcia, esta arma dos pobres, que em muitas situações representa a última arma que os mesmos dispõem e com os quais procuram escreverem-se a si mesmos, remete a fingimento, visando conseguir um fim; mas, também, a manha, esperteza, espécie de “arte” por meio da qual se consegue o que deseja, sem trabalho. E, afinal, não é disto que se trata?

É preciso buscar enxergar o mesmo a partir de outros ângulos. Ainda citando Certeau, importa respeitar toda a resistência, ainda que mínima; o que implica numa revolução do olhar, de modo a enxergar *na* “liberdade gazeteira das práticas, micro diferenças onde tantos outros só veem obediência e uniformização” (CERTEAU, 2007, p. 19). Nesse itinerário ele nos lembra da “sabedoria” das etnias indígenas no contexto da dominação espanhola, os quais:

Submetidos e mesmo **consentindo** na dominação, muitas vezes faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistado julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, **não rejeitando-as diretamente** ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referência estranhas ao sistema do qual não podiam fugir (CERTEAU, 2007, p. 39 **negritos colocados**).

Discordo do autor quando diz que os indígenas consentiam na dominação. Creio que o seu próprio argumento permite-me tal contestação, parece-me muito mais que o consentimento ao qual o autor se refere não passava também de astúcia, fingindo fazer o jogo do dominante, os indígenas evitavam o confronto direto num contexto em que tal confronto podia representar sua anulação não apenas moral, mas, também, física. Assim, em vez de rejeitarem diretamente e dessa forma atrair sobre si a ira dos dominantes, os indígenas

rejeitavam as leis, normas, representações etc., dos dominantes de forma indireta, subvertendo-as por dentro, fazendo-as funcionarem a partir de outras lógicas.

2.3. Resistência Cotidiana: contribuições de James Scott

Necessário se faz, portanto, enxergar para além do dado, do explícito, da superfície, lançar nossas redes em águas mais profundas visando, assim, compreender o que os atores sociais estão dizendo quando manifestam uma “postura submissa”, quando “aquiescem” à exploração. Para tanto, utilizo-me do conceito de resistência cotidiana tal como formulado por James C. Scott, precisamente em seus livros: *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, publicado em 1985 e, *Los dominados y el arte de la resistencia* (2000)

O primeiro dos dois livros acima referidos se baseia em dados de pesquisa de campo realizada pelo autor, no final da década de 1970, em Sedaka, uma aldeia situada na planície Muda, então região *arrozeira, mais relevante da Malásia peninsular* (MONSMA, 2000, p. 99), quanto ao segundo, partindo de suas observações sobre as relações entre os camponeses pobres e os ricos fazendeiros malaios, e tendo percebido como as relações de poder afetam o discurso, que em Sedaka, “parecia que los pobres hablaban de una manera em presencia de los ricos y de otra cuando se hallaban entre personas de su misma condición. Asimismo, los ricos no se dirigian a los pobres de la misma manera que se comunicaban entre si” (SCOTT, 2000, p. 17), o autor, extrapolando o contexto inicial de suas análises, busca construir uma teoria capaz de dar conta das condutas políticas dos grupos subordinados (SCOTT, 2000, p. 20), cuja aceitação literal implica “em confundir lo que talvez sea sólo una táctica con toda la estructura de las relaciones de poder” (SCOTT, 2000, p. 21). Nesse sentido, o objetivo do livro em destaque é “mostrar como el proceso de dominación produce una conducta hegemônica y un discurso tras bambalinas, que consiste em lo que no se le puede decir diretamente al poder” (SCOTT, 2000, p. 21)

Tomarei como referência básica o livro *Los dominados y el arte de la resistencia*, por entender que no mesmo o autor desenvolve uma teoria buscando dá conta do que chama de infrapolítica, isto é, a política no nível micro do cotidiano, além do que penso que os dois livros não podem ser vistos de forma separada, pois creio que um ilumina o outro. Em *Los dominados y el arte de la resistencia*, o autor, partindo do material etnográfico de *Weapons of the weak*, ensaia uma teoria de caráter mais geral buscando dá conta de outras situações semelhantes. Em suas palavras:

Meu estudo em um pequeno vilarejo malaio era necessariamente uma análise detalhada, aleatória e com perspectiva histórica de um tecido social específico. Não é o caso deste, o qual, com sua aproximação eclética e esquemática, nega muitos dos princípios do pós-modernismo, ainda que compartilhe com o pós-modernismo a convicção de que não existe um elemento social, nem uma posição analítica a partir do qual se possa determinar a veracidade de um texto ou de um discurso. Estou convencido de que a investigação detalhada de um objeto específico é essencial para a teoria, mas também creio que quando algumas semelhanças estruturais delimitam nosso campo de observação, a incursão através de várias culturas e períodos históricos pode ser de alguma utilidade (SCOTT, 2000, p. 18).

Considero, portanto *Los dominados y el arte de la resistencia* como uma reflexão de caráter mais geral a partir do material exposto e detalhado em *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, e, sendo assim, usarei o primeiro inclusive como porta de entrada para o segundo.

No entanto, antes de entrar propriamente na questão da resistência, é necessário fazer alguns comentários sobre a situação estudada por Scott e que vai servir de base para as suas reflexões posteriores. A questão de fundo é a tentativa, por parte do autor, de entender as estratégias de resistência utilizadas por camponeses pobres da Malásia diante das mudanças que se processavam em seu cotidiano como resultado ou consequência da Revolução Verde, nos anos de 1970.

Em Sedaka, lócus da pesquisa de Scott, tal processo significou a entrada de máquinas agrícolas nos arrozais, o que representou, por um lado, uma gama enorme de novas oportunidades de maiores lucros, mas cuja consequência foi um decréscimo na mão de obra empregada, causando uma transformação nas relações tradicionais de dominação e implicando, dentre outras, no desmantelamento do sistema de reciprocidade. Os camponeses ricos que se inseriram no processo de modernização começaram a adquirir máquinas no lugar de trabalhadores, com houve uma maior valorização da terra e as oportunidades de arrendamento decresceram. Mais: o uso das máquinas tornou o trabalho manual menos necessário e, sem a necessidade de extorquir trabalho dos pobres, os ricos se viram 'livres' de várias obrigações cerimoniais (festas) e de caridade no interior da aldeia.

Portanto, o autor estava diante de um contexto marcado pelo surgimento de uma nova racionalidade (capitalista) e no qual as antigas relações de reciprocidade, baseadas na economia moral, estavam sendo abandonadas. Tais relações de reciprocidades eram assentadas em valores e costumes compartilhados, isto é havia todo um conjunto de expectativa que deveriam ser observadas na relação entre os ricos fazendeiros e os

camponeses pobres. Tais expectativas, diz Scott, eram lançadas no idioma do patrocínio, apoio, consideração, disponibilidade e aplicadas ao emprego, a caridade do arrendamento, à obrigações cerimoniais (dando festas) etc. Scott lembra ainda que os fazendeiros que atendiam essa expectativa recebiam em troca respeito, lealdade e reconhecimento social. Dessa forma, a reciprocidade e a caridade não eram entendidas enquanto direito, mas estavam ambas implicadas numa relação bilateral que era negociada de ambos os lados.

2.3.1. A noção de Economia Moral

Inspirando-se em Wolf, B. Moore, Shain e Chayanov, o conceito de economia moral de James Scott “se baseia no princípio da segurança em primeiro lugar ou do risco mínimo, numa noção de justiça permeada de reciprocidade entre amigos, parentes, relações patrões – clientes e até mesmo o estado e, em terceiro, na noção de subsistência como uma reivindicação moral” (MENEZES, 2005, p. 03).

O princípio de segurança em primeiro lugar acena para o fato de que o camponês, sobretudo os camponeses que vivem na linha mínima de subsistência procuram evitar um risco que poderia arruiná-los, evitando, dessa forma, um investimento que pode ser arriscado e fatal, demonstrando, assim, aversão ao risco e minimizando a probabilidade subjetiva de perda máxima (SCOTT, 1976, p. 04).

Quanto à noção de justiça, a mesma é fundada na noção de reciprocidade e permeia a vida do campesinato. Tal noção se baseia:

Na ideia simples de que se deve ajudar ou pelo menos não prejudicar, aqueles que o ajudaram. Mais especificamente, isso significa que uma dívida ou serviço recebido cria, para o destinatário, uma obrigação recíproca de devolver um presente ou serviço de valor comparável em alguma data futura. (SCOTT, 1976, p. 167, tradução livre).

Como explica Nascimento (2009, p. 67):

A justiça tem como base uma intrincada rede de reciprocidades, tanto internamente à comunidade quanto externamente: atitudes são tomadas com relação a amigos e parentes em caso de crise e/ou necessidade e, conseqüentemente atitudes são esperadas da parte de quem prestou algum favor ou ajuda.

Para Scott (1976) a reciprocidade é um princípio que se aplica tanto às relações entre os desiguais, quanto às relações entre os iguais. Entre os iguais, a reciprocidade é baseada numa troca igual de serviços ou presentes, por sua vez, entre os desiguais, a reciprocidade assimétrica é baseada num conjunto de expectativas com relação aos patrões (ceder parte da colheita, prestar ajuda em tempos de calamidades ou de “precisão” etc.) e aos empregados (fidelidade aos patrões, por exemplo). É da observância ou não dessas expectativas que resultam as figuras do “bom” e “mau”, patrão/senhor, ou do “bom” e “mau”, empregado/servo.

Por fim, para Scott (1976, p. 176) “há fortes evidências de que, juntamente com a reciprocidade, o direito a subsistência seja um princípio ativo na vida dos camponeses” (tradução livre). Esse princípio se reflete na pressão social pelo bem estar de todos; na obrigação de ajudar os vizinhos menos afortunados, no dever que o proprietário de terra tem de prover as necessidades vitais mínimas de seus inquilinos etc.. (SCOTT, 1976, p. 176).

Um ponto importante nessa tentativa de contextualização é que o conjunto de expectativa acima referido fora construído pelos próprios fazendeiros ricos, num tempo de dominação personalizada. Dessa forma, essa proteção econômica que os camponeses exigiam fazia parte do conjunto de deveres que compunha a retórica dos próprios fazendeiros ricos. Nesse tempo de outrora, os fazendeiros não possuíam apenas interesse em atender a estas expectativas, mas, igualmente, em serem vistos como bons patrões, o que lhes garantia a fidelidade dos camponeses pobres. Nas palavras de Scott:

Até 1975, ricos arrendatários e fazendeiros tinham mais arrozais do que eles próprios podiam cultivar. Assim, precisavam de arrendatários, de serviços de aragem, transplantadores, ceifadores e debulhadores. Para assegurar uma oferta confiável de mão-de-obra, era comum, entre os mais ricos proprietários, a benevolência com a força de trabalho bem como o acesso à terra. Essa benevolência se manifestava na promoção de festas ocasionais, pela extensão do bônus da *Zahat* (dízimo islâmico) aos trabalhadores das colheitas, através de pequenos empréstimos ou presentes e, sobretudo, pelo cultivo de um comportamento social diplomático. Com a introdução das novas tecnologias mencionadas, o bem estar dos grandes proprietários pouco se relaciona com os pobres arrendatários e trabalhadores, diminuindo sua motivação para continuar a cultivar a benevolência acima citada. (SCOTT, 2002, p. 16).

Se a modernização implicou em mudanças no plano material o ritmo dessas mudanças era muito maior nesse plano do que no plano simbólico que continuava orientando as expectativas sociais dos trabalhadores em relação a seus patrões. Dessa forma, as expectativas em relação às obrigações sociais dos patrões continuavam sendo mobilizadas pelos

camponeses para interpretar e darem sentido às suas relações de trabalho. Inseridos em novas relações sociais, os camponeses não abandonaram de forma mecânica os valores e regras morais anteriores. Ao contrário, frequentemente o novo cenário era lido/pensado/interpretado pelos camponeses com Sedaka a partir do quadro de valores do passado.

Embora o autor não chegue a afirmar explicitamente, há pontos de ancoragem com as reflexões formuladas pelo historiador de E. P. Thompson. Na sua obra clássica, “A Formação da Classe Operária Inglesa”, este autor mostra o papel que as práticas costumeiras e patrimonialistas desempenharam na resistência da classe operária à mudança em seu modo de vida desencadeada pela Revolução Industrial. Ele afirma, por exemplo, que devemos ver “o aparecimento do ludismo sem seu ponto crítico na anulação da legislação paternalista e na imposição da economia política do *laissez-faire* sobre os trabalhadores, contra a sua vontade e consciência” (THOMPSON, 1987, p. 114). E, após lembrar que a legislação paternalista foi anulada num curto espaço de tempo [cerca de dez anos], e que nesse período os trabalhadores presenciaram a “dissolução dos últimos controles costumeiros ou legais sobre a fixação dos preços nos mercados livres” (THOMPSON, 1987, p. 116), ele escreve: “os trabalhadores sentiam que os laços, ainda que ideais, que os ligavam ao resto da comunidade, com obrigações e deveres recíprocos, vinham se rompendo um após o outro” (THOMPSON, 1987, p. 117), e enfatiza:

Mesmo que dermos os descontos pelo barateamento do produto, é impossível chamar de “progressistas”, em qualquer acepção que tenha sentido, processos que causaram a degradação, por vinte ou trinta anos mais, dos trabalhadores empregados na indústria. E, sob este aspecto, podemos ver o luddismo como momento de um *conflito de transição*. De um lado, olhava para trás, para costumes antigos e uma legislação paternalista que nunca poderiam ressuscitar; de outro, tentava reviver antigos direitos a fim de abrir novos precedentes (THOMPSON, 1987, p. 125).

Em “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, ao analisar os motins da fome, na Inglaterra do século XVIII, Thompson advoga que os homens e as mulheres da multidão inglesa, não eram movidos mecanicamente pelos espasmódicos aumentos dos preços dos alimentos, mas pela “crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade” (THOMPSON, 1998, p. 152). A ação da multidão inglesa analisada por Thompson, na Inglaterra do século XVIII, ocorre, também, num período de transição quando toda uma

legislação paternalista que fixava o preço do trigo e, conseqüentemente, o preço do pão e que visava impedir a livre concorrência, protegendo o mais pobres, é substituída pela “liberdade de cada fazendeiro fazer o que quisesse com o que era seu” (THOMPSON, 1998, p.158), liberdade esta própria da economia de mercado, caracterizada pela lei da oferta e da procura (NASCIMENTO, 2009, p. 51).

Também, no contexto analisado por Scott estava ocorrendo um rompimento com as normas da economia normal, visto que o comportamento dos fazendeiros com relação aos camponeses não mais era orientado pelas normas de reciprocidade fundada na tradição e no costume. Não havia, no entanto, em Sedaka um conflito aberto entre os camponeses de Sedaka e os ricos fazendeiros, isto, entretanto, não quer dizer que tal conflito não existisse ou que ele existisse apenas de forma latente. O trabalho de Scott pode ser lido como uma tentativa de entender esse silêncio, de identificar se o mesmo era sinônimo de aquiescência, enfim, *de interpretar com maior precisão a conduta política dos grupos subordinados que aparece com bastante frequência como algo invisível* (SCOTT, 2000, 41).

2.3.2. Discurso oculto *versus* discurso público

A questão que Scott está levantando aqui é a do sentido da ação. Qual o sentido da ação social? Os seres humanos agem e agem sabendo o que estão fazendo, esse é o pressuposto da análise. Eles não apenas agem, mas dão sentido àquilo que fazem. Assim, o sentido que o indivíduo está dando ao seu ato pode ir de encontro à toda uma interpretação do mesmo pelos expectadores. Nas palavras de Scott (2000, p. 48-9): “corremos o perigo de cometer um grave erro sempre que tiramos conclusões sobre as crenças e as atividades de alguém em particular apenas porque ele ou ela tenha realizado um ato de aparente condescendência”.

Para Scott, tal qual a piscadela discutida por Geertz, (1989, p.5) qualquer ato de aparente condescendência pode esconder outros significados. Por exemplo, o ator pode pretender dar a impressão de que se conforma às normas dos superiores; o ato pode ter um caráter mecânico, como pode ser uma perfeita simulação, ou mesmo resultado de um cálculo, ou, ainda, a expressão do desejo consciente de honrar seus superiores. Portanto, numa relação de poder aquilo que se passa na cena não é condição suficiente para compreender os sentidos e significados dos atos dos subalternos, é necessário, então, buscar indícios para além da cena, nos bastidores dela.

A ação social baseada na etiqueta e nas regras sociais pode ter sentido bastante estratégica por parte dos que têm menos poder, uma vez que o outro, com quem se está interagindo, pode possuir a capacidade de fazer danos e/ou ser percebido como fonte de recursos de ordem material e simbólica. Convivendo com os camponeses pobres de Sedaka, Scott observa que eles falavam e se comportavam de uma maneira quando em presença dos ricos e de outra maneira quando nas interações simétricas, isto é, entre iguais, o que o levou ao reconhecimento de que as análises e as posições dos atores em interação influenciavam os tipos de ação.

Visando dar conta desses dois cenários nos quais os atores atuam (cena – bastidores /visibilidade – invisibilidade), Scott trabalha com a noção de discurso, buscando interpretar aquilo que está sendo dito e não dito. Discurso na perspectiva de Scott tem duas dimensões, a simbólica e a prática, envolve não somente a fala, mas igualmente os gestos e os atos dos subordinados em sua interação com os dominantes.

Numa situação marcada pela interação assimétrica, é importante considerarmos, dois espaços sociais, **a cena e os bastidores**. Importa reter, entender e interpretar o que está sendo dito em ambos os espaços, e a relação entre eles. Isso significa que as interações assimétricas acontecem tanto em cenários com visibilidade pública quanto em bastidores. Por sua vez, nesses espaços há duas ordens, uma simbólica da ordem do dizer ou não dizer e do fazer e não fazer.

A diferença entre cena e bastidores corresponde à diferença entre o discurso público aquilo que é dito e feito às claras, à luz do dia, publicamente e o discurso oculto, os ditos e feitos que não ocupam o primeiro plano das interações, ditos e feitos que não são mostrados publicamente, mas que são realizados fora de cena, em situação de dominação, um discurso oculto em que se expressaria a oposição ao poder.

Scott realça que seja por medo, por prudência, ou, ainda, como forma de conseguir favores, os subordinados tendem publicamente a agir conforme as expectativas dos grupos dominantes, a fazer o jogo do outro. Nas palavras de Goffman: “quando um indivíduo se apresenta diante de outros, terá muitos motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação” (GOFFMAN, 1985, p. 23).

Dessa forma, o discurso público, aquilo que se encena no cenário público, está relacionado aos ditos e feitos explícitos, em presença dos dominantes. Mas, em cena, publicamente, não são apenas os dominados que estão atuando, fazendo de conta, também, os dominantes agem dessa forma, visando demonstrar e com isso afirma o seu poder.

Da parte dos dominantes, o discurso público, de acordo com Scott, é constituído por três âmbitos: (I) o dos mecanismos de apropriação utilizados pelos dominantes, visando obter mais trabalho, serviços e impostos por parte dos subalternos; (II) um âmbito da subordinação ou representação pública da dominação, dado pelos rituais de afirmação hierárquica; mas igualmente pelos rituais de castigos, humilhações, deferência mediante os quais a força física acopla-se a força simbólica reforçando e, ao mesmo tempo, aumentando-lhe a eficácia e, finalmente, (III) a justificação ideológica da desigualdade mediante a socialização de uma visão de mundo que legitime a dominação. O diagrama abaixo é uma tentativa de sistematização e apresentação desses âmbitos do discurso público.

Figura 02 – OS TRÊS ÂMBITOS DO DISCURSO PÚBLICO DOS DOMINANTES



Para Scott (2000), o discurso público dos dominantes se assenta numa dramaturgia da afirmação, ocultamento, eufemização, estigmatização e na aparência de unanimidade. A afirmação está relacionada com a construção das aparências, e não podemos esquecer que aqueles que exercem posição de mando, não podem atuar a partir de seus próprios gostos e vontades, por estarem, também eles, presos em regras gramaticais que regem as interações assimétricas. Esse teatro do poder, mediante o qual os chefes/patrões/senhores buscam se comportar e serem vistos a partir das expectativas mais sublimes dos grupos subalternos, pode, no entanto, converter-se em verdadeiro instrumento político, o que acontece quando os trabalhadores/subordinados passam a exigir que os patrões/senhores se comportem segundo suas próprias definições idealizadas.

No entanto, para que possam se afirmar publicamente segundo as expectativas dos subordinados, é necessário todo um trabalho de ocultamento, de feitos e ditos que se vierem a público podem borrar o discurso público daqueles que ocupam posições de poder, os quais se utilizam do eufemismo, para nuançar ditos e feitos considerados negativos.. Por meio do

eufemismo muitos ditos e feitos desagradáveis são esterilizados, transformando-se em ditos e feitos inofensivos (Cf. SCOTT, 2000, p. 79).

Faz parte ainda do discurso público a diabolização dos que questionam a realidade social em sua aparência idealizada, isto é, os que questionam abertamente a visão de mundo dos dominantes: os rebeldes e revolucionários. Pelo trabalho de estigmatização ou diabolização do outro, estes atores passam a serem “apresentados/vistos” como criminosos e delinquentes. O objetivo dos dominantes é, com isso, desviar a atenção das demandas políticas dos grupos estigmatizados.

Publicamente, é necessário ainda que o discurso dos dominantes assuma a aparência de unanimidade, tanto entre os próprios dominantes quanto entre os dominados. Assim, as diferenças no interior do grupo dominante tende a ser escamoteadas, mas, é, também, a partir dessa exigência de unanimidade que os dominados tendem a coibir qualquer reunião não autorizada dos grupos dominados. Tais reuniões serão *consideradas uma ameaça potencial* (SCOTT, 2000, p. 88) ao *status quo* dos dominantes.

Tomando como referência o lugar dos dominantes, Scott (2000) aponta quatro variedades possíveis do discurso dos grupos que estão numa posição subalterna, a saber:

- 1) Forma de discurso público mais segura e mais pública – Quando os subordinados adotam, em cena, o *script* forjado pelos dominantes, agindo de acordo com as expectativas das elites. Nesse caso, os dominantes e dominados ocupam a cena, no entanto, o domínio da situação encontra-se nas mãos dos primeiros, são eles que dirigem a situação;
- 2) Discurso oculto – Um discurso que acontece longe da cena, nos seus bastidores. Aqui, nesta forma de discurso público os dominados encontram-se ocupando um espaço próprio, longe dos olhos do poder havendo, portanto, maior possibilidade de emergência da dissidência, da insurreição;
- 3) Política do disfarce e do anonimato – Nesta forma de discurso público, dominantes e dominados ocupam novamente a cena, no entanto, os dominados não mais adotam uma postura totalmente subalterna, mas buscam expressar suas dissidências com relação aos interesses dos dominantes. O que marca essa variedade de discurso é o caráter disfarçado das formas pelas quais os dominados se expressam, visando proteger a identidade dos atores. Faz parte dessa forma de

discurso público, os rumores, as fofocas, os contos populares, as canções, os ritos, códigos e eufemismos e

- 4) Ruptura da fronteira entre o discurso oculto e o discurso público – Caso em que o discurso público atinge um nível tal que não se contém em seus espaços próprios, irrompendo então na cena pública.

Na maior parte das interações assimétricas, os subordinados tendem a se comportarem de acordo com as expectativas dos grupos dominantes, o que não significa, necessariamente, a existência de uma concordância com os interesses desse grupo, como foi dito, assumir uma postura de subalternidade pode ter múltiplos sentidos, inclusive o fazer o jogo do outro buscando tirar proveito próprio, constituindo-se como uma espécie de “jogo de faz de conta”. Essa possibilidade de “fazer-de-conta”, torna o discurso público enganoso, que o mesmo pode ser apenas uma atuação fundamentada na expectativa do “outro”. Em cena, os dominados tendem a dar a impressão que os dominantes anseiam, o que faz da atuação pública uma prova da hegemonia dos grupos dominantes. Assim: o mais provável é que qualquer análise baseada exclusivamente no discurso público chegue à conclusão de que os grupos subordinados aceitam os termos de sua subordinação e participam voluntariamente e com entusiasmo dessa subordinação (SCOTT, 2000, p. 27).

Nessa forma de encenação pública, esclarece Scott, a linguagem está desequilibrada. Está-se, pois diante da ausência de diálogo. Conforme Freire (1975), o diálogo é o encontro de homens e mulheres livres mediatizados pelo mundo. Supõe, assim, uma comunicação horizontal, Nas palavras de Freire:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (JASPERS). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (FREIRE, 1994, p.115).

Nesse sentido, numa interação assimétrica, a possibilidade de diálogo está excluída, uma vez que o encontro com o outro é substituído pelo desejo de conquistá-lo e transformá-lo em coisa, objeto. Portanto, numa relação assimétrica, fala-se ao outro e não com outro.

Voltando a Scott, o seu pressuposto é que qualquer análise que se baseie exclusivamente na encenação pública pode perder de vista o fato de que aquilo “que de cima [do poder] se pode ver como a imposição de uma atuação, de baixo, se pode ver como uma

hábil manipulação da submissão e da adulação para conseguir fins próprios” (SCOTT, 2000, p. 60). E, ainda: “uma concepção de política enfocada exclusivamente no que pode ser manifestação imposta de anuência ou mesmo rebelião aberta reduz enormemente a imagem da vida política, sobretudo nas condições de tirania e de quase tirania” (SCOTT, 2000, p. 44).

Assim, precisamos olhar para além da cena, enfocando não apenas o explícito, mas igualmente o implícito, não apenas o discurso público, mas também aquilo que os atores fazem e dizem fora e longe do palco e do olho do poder. É ao conjunto dos ditos e feitos realizados nos bastidores, no espaço dos subordinados, que Scott nomeia de Discurso Oculto. Em suas palavras: “cada grupo subordinado produz, a partir de seu sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica ao poder feita às costas/às escondidas do dominador” (SCOTT, 2000, p. 21). Porém, essa forma de discurso não é exclusiva dos dominados, pois também os dominantes fazem uso desse expediente visando articular práticas e exigências do exercício da dominação que não podem ser publicamente expressas. Segundo Scott (2000, p. 54): “o discurso oculto é algo presente também entre os dominantes, também para eles existe uma discrepância entre o discurso público que se usa abertamente, no exercício do poder e o discurso oculto que se expressa, sem correr riscos, fora de cena”.

Assim como o discurso público, também, o discurso oculto, não pode ser entendido apenas em suas manifestações linguísticas, pois tal discurso se expressa mediante gestos e práticas, abarcando um conjunto de táticas, concretas e discretas, que visam minimizar a exploração e dominação. São, com efeito, ditos e feitos cuja consequência é borrar, deturpar, modificar e contradizer o discurso público.

Scott lembra que a resistência no plano simbólico não pode ser separada do plano material ou de suas manifestações concretas. A resistência, diz ele, atua em ambos os planos. Lembra que o discurso oculto é constituído por atos de linguagem, mas contém também uma enorme gama de práticas, que ele vai denominar de práticas cotidianas de resistências. Nas palavras de Scott:

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza (SCOTT 2002, p. 12).

Mais adiante o autor ainda esclarece:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) colocados à essa classe por classes superiores (proprietários de

terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimos de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

Para o autor, tais formas por ele denominadas de “formas brechtianas de luta de classe” são caracterizadas (1) pelo pouco grau de organização/planejamento; (2) por representarem uma forma de autoajuda individual e, finalmente, (3) por fazerem uso da confrontação simbólica em detrimento da confrontação direta. Além de que, esse tipo de resistência não tem como horizonte último a revolução, isto é, o que as motiva não é tanto a mudança do sistema ou das estruturas, mas, antes, fazer com que o sistema trabalhe a seu favor. Nesse sentido elas são como o próprio Scott as denomina, armas dos fracos contra os fortes, com vista a tirar proveito da situação.

Assim, o que constitui a dimensão material do discurso oculto é todo um conjunto de microresistência ou o que Certeau chama de táticas em contraposição a “estratégias”. Enquanto a estratégia remete a “um lugar capaz de ser circunscrito como próprio e, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 2007, p. 46), sendo, portanto, algo próprio dos dominantes que podem contar com a segurança de um lugar próprio, a “tática” remete a ausência de um lugar próprio, expediente dos que ocupam o lugar do outro, a tática, é algo que se insinua, de forma fragmentada, neste lugar do outro e que, por isso, dependem do tempo, das possibilidades descobertas de ganho, enfim de momentos oportunos, ocasiões nas quais se busca “tirar partido” (Cf. CERTEAU, 2007: p. 46-7). Em suas palavras:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (...) A tática é movimento, “dentro do campo de visão do inimigo” e no espaço por ele controlado. (...) Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2007, p. 101).

Comentando as reflexões de Scott, Menezes (2002) chama a atenção para o fato de que “mesmo quando conduzidas a nível individual, elas [as formas cotidianas de resistência] podem se expressar de forma persistente e recorrente entre um número expressivo de trabalhadores e, assim, influenciar as relações de trabalho” (MENEZES, 2002, p. 198).

Se no nível da prática, do fazer, o discurso oculto pode assumir a forma de roubos, absenteísmo, evasão, no nível do dizer, ele assume as formas de fantasia, paródias, visões

milenerista, sonhos de vingança, mediante as quais os indivíduos elaboram suas fantasias pessoais de vingança e enfrentamento (Cf. SCOTT, 2000, p. 32). Ou seja, trata-se de reconhecer a importância do cumprimento dos desejos. Quer dizer, sonhar outros mundos nos quais os poderosos são humilhados e os pequenos exaltados, confiar numa justiça “divina”, na força do “divino”, em cujas mãos se depositam a injustiça desse mundo, implica numa fé e numa esperança na história, numa esperança de que há outro mundo e outra forma de sociabilidade possível, não importa quão longe esse se encontre, a possibilidade de sua existência permite a crítica do atual estado de coisa. Mas a forma como os desejos são elaborados aponta igualmente para a manipulação/resignificação dos mitos e dos elementos visionários de uma sociedade que passam a funcionar como material para elaborar e conferir significado à experiência humana.

No livro “A Invenção do Cotidiano”, Michel de Certeau (2007) analisando a linguagem dos camponeses pobres de Pernambuco identificou um espaço estratificado, pelo discurso, em dois níveis, o do espaço socioeconômico, lócus da luta interminável entre os ricos e pobres, com o predomínio dos primeiros sobre os segundo e, o espaço da utopia, no qual se *afirmava um possível, por definição miraculoso* (CERTEAU, 2007, p. 76). Nas palavras deste autor:

Ali, numa linguagem necessariamente estranha à análise das relações socioeconômicas, podia-se *sustentar* a esperança e que o vencido da história – corpo no qual se escrevem continuamente as vitórias dos ricos ou de seus aliados – possa, na “pessoa” do “santo” humilhado, Damião, possa erguer-se graças aos golpes desferidos pelo céu contra os adversários (CERTEAU, 2007, p. 77 grifos do autor).

Ainda, no nível do dizer, o discurso oculto pode se expressar também mediante a fofoca, resmungos, ameaças, cartas anônimas, magia como também mediante um “vocabulário da exploração”. Em “A Formação da Classe Operária Inglesa”, Thompson fala de cartas anônimas enviadas por integrantes do “Ludismo” e assinada apenas por “Ludd” ou “General Justiça”. Tais cartas continham ameaças endereçadas aos donos de *teares mecânico e de máquinas aperfeiçoadas de acabamento de tecidos* (THOMPSON, 1987 p. 141). Nascimento (2009) comentando os trabalhos de Thompson, especificamente o texto “El delito Del Anonimato”, no qual o autor examina as cartas anônimas na Inglaterra do Século XVIII, realça que tais cartas devem ser lidas “como respostas a uma situação em que são débeis os projetos de defesa coletiva, sendo seu conteúdo em sua maioria, de ameaças contra alguma autoridade, por causa de uma questão tanto particular quanto de conteúdo social” (NASCIMENTO, 2009, p. 60).

O próprio Scott, no livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, enfatiza que em Sedaka, os pobres tendem a utilizar, no cotidiano, o verbo “comer”, sendo a formulação: “ele quer comer nós” a mais comum. No entanto, diz Scott (1985), o núcleo do “vocabulário da exploração”, encontra-se nos conceitos de “mesquinhez e arrogância”, utilizadas para com os ricos que não mais cumprem com as expectativas fundadas nos valores e nas normas tradicionais. Se, por exemplo, “uma aldeia pobre cujo pedido de um empréstimo ou uma forma de caridade patronal foi rejeitada não pode dizer em privado que o seu empregador é oprimir, mas ele raramente vai deixar de reclamar que ele é mesquinho e sem vergonha” (SCOTT, 1985, p.187).

Por se constituir como um depósito de feitos e ditos que não podem vir à luz do dia, sem abalar as estruturas do poder, que representa um confronto com o que se passa na cena, é que o discurso oculto possui e requer um espaço próprio e um conjunto de atores específicos. Segundo Scott (2000 p. 149) “os espaços sociais do discurso oculto são aqueles lugares onde não é necessário calar as súplicas, reprimir a cólera, morder a língua; onde, fora das relações de dominação, se pode falar abertamente com veemência todas as palavras”.

Para isso são necessárias duas condições, sendo a primeira, a existência de um lugar separado, longe da cena e da vigilância do poder e, a segunda, a existência de confidentes que compartilhem a mesma experiência de exploração.

Este lugar seguro, no entanto, não se refere a uma dimensão geográfica, pois sempre é possível criar códigos linguísticos, dialetos e gestos que sejam incompreensíveis e que, portanto, escapem aos olhos e ouvidos do poder, tornando, possível, dessa forma, o estar em campo próprio mesmo que em espaço alheio. O lugar seguro pode, no entanto, também ter relação com a dimensão geográfica. Aqui emerge a importância dos bares, das tavernas, alojamentos, que surgem como espaços de liberdade onde o discurso oculto pode irromper.

Todavia, se esse espaço não está dado, mas deve ser construído, trata-se de uma construção contínua, visto que os grupos dominantes buscarão sempre eliminar e controlar tais espaços.

Por se tratar de um espaço de liberdade, em que se está na presença do outro que também compartilha a experiência comum da exploração e da dominação, é importante considerar os laços que os subordinados tecem entre si que a expressão do discurso oculto requer certo grau de confiança no interlocutor. Trata-se de um espaço forjado longe dos olhos do poder e no qual os atores se reconhecem como iguais.

Essa perspectiva pode desembocar no escamoteamento do conflito entre os subordinados, numa certa idealização dos explorados. Todavia trata-se de reconhecer mecanismos de solidariedade e seletividade utilizados pelos dominados no sentido de construir espaços de liberdade longe dos olhos do poder. Dessa forma, não se trata do não reconhecimento das relações de poder entre os subalternos, trata-se antes de reconhecer que o discurso oculto demanda relações horizontais, o que leva, quase sempre a que os dominados monitorem cuidadosamente a interação (cuidando do que pode e até onde pode dizer e fazer) na presença de outros dominados, uma vez que frequentemente muitos trabalhadores, por vários motivos, inclusive de forma estratégica, isto é visando obter bens e favores, podem ganhar a simpatia do patrão mediante a delação de seus companheiros. Não é demais lembrar que os casos de espionagem aparecem com frequência na história da classe operária.

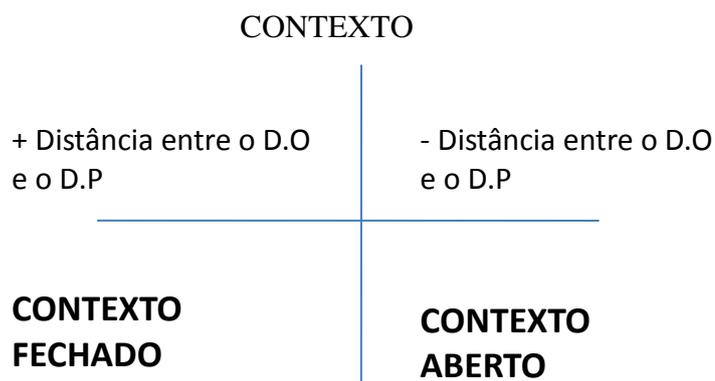
São características do discurso oculto:

- (1) a existência de um lugar próprio e de interlocutores específicos;
- (2) o fato de que ele não se refere apenas à linguagem, mas a todo um conjunto de práticas cotidianas,
- (3) o contexto no qual ele tende a surgir e se proliferar.

Tendo tratado das duas primeiras, passarei agora a consideração dessa terceira característica.

Scott dá muita atenção ao contexto das interações entre dominantes e subalternos. Se toda dominação faz surgir resistência, as formas e os sentidos da resistência são tributários do contexto. Temos aqui um novo par de oposições: aberto-fechado. Assim, quanto mais o contexto for aberto menor será a distância entre o discurso público e o discurso oculto, entre aquilo que se passa na cena e aquilo que se passa nos bastidores e vice-versa. Conforme pode ser visualizado no diagrama abaixo, com a ressalva de que nenhum contexto possui grau zero (0) de abertura ou grau máximo (100) de fechamento.

Figura 03 – RELAÇÃO DOS DISCURSOS “PÚBLICO” E “OCULTO” COM O



Importa, pois, considerar que a emergência dessas formas cotidianas de resistência está extremamente relacionada ao ambiente político institucional no qual se inscrevem as relações de trabalho. Falando especificamente do contexto de Sedaka, o autor chama a atenção para a gradatividade das mudanças produzidas pela “Revolução Verde”, não atingindo todos os pobres simultaneamente, mas apenas um pequeno grupo de cada vez, assim a questão social instaurada pela modernização agrícola ganhava um caráter proeminentemente individual. Como esclarece Scott:

Os parafusos eram apertados pouco a pouco e com velocidade variada, de forma que as vítimas não eram mais do que um pequeno grupo de cada vez. Neste e em outros casos, cada proprietário/fazendeiro, ao fazer mudanças, representava uma situação particular que confrontava um ou, no máximo, poucos indivíduos (SCOTT, 2002, p. 17).

Outra característica, no contexto estudado por Scott em Sedaka, estava relacionada com o fato de que as mudanças em foco provocaram a exclusão dos pobres do processo produtivo e não a sua exploração. Permitam-me citar novamente o próprio autor:

Se os ganhos da revolução verde tivessem dependido de uma maior extração dos arrendatários, ao invés de sua implicar em sua demissão, ou da extração de mais trabalho com menores remunerações dos trabalhadores, as consequências para os conflitos de classe certamente seriam bem mais dramáticas (SCOTT, 2002, p. 17).

Aliado a isto, havia também em Sedaka uma estrutura de classe complexa marcada por clivagens constituídas por laços de parentesco e vizinhança, que revestia os interesses de classe de uma matriz pessoal e que operavam no sentido de favorecer os fazendeiros ricos.

Este era não somente um patrão, mas também um familiar, um vizinho, um membro da mesma facção, o que freava a ação dos homens e mulheres prudentes.

Scott chama, ainda, a atenção para o clima de medo que predominava em Sedaka. Medo de represálias e de repressão. Ressalta este autor:

A atividade política aberta foi tanto rara quanto firmemente oprimida. Uma manifestação popular em *Alor Star*, a capital do Estado, no começo dos anos 80, reivindicando uma política de preços mais favoráveis para o grão de arroz, foi recebida com a prisão de vários líderes opositoristas, ameaças de detenção e promessas de ações ainda mais draconianas, caso os protestos continuassem. O medo da represália ou da prisão foi explicitamente mencionado por muitos como a razão de manter uma baixa mobilização (SCOTT, 2002, p. 18).

Finalmente no contexto de Sedaka estudado pelo autor, havia o que ele denominou de “dureza do cotidiano”, como um fator que aliado aos demais podiam explicar a opção pela resistência cotidiana e a não emergência da luta aberta. Por “dureza do cotidiano”, Scott se refere aquilo que no contexto nordestino é tido como “precisão”, “necessidade” e, ao mesmo tempo, aponta para a falta de alternativas, o que favorece, da parte dos pobres, uma adaptação pragmática, isto é, uma adaptação que não implica em consentimento, mas que está relacionada, de um lado, à clareza quanto às consequências prováveis de uma ação claramente contestatória, e, por outro lado, a não existência de alternativas, levando-se, claro em consideração, as motivações da ação. Assim é que Scott apresenta, para melhor expressar suas ideias:

As palavras de Hassan, um homem pobre que recebia aquém do salário mínimo para organizar pilhas de grão de arroz. Ao ser perguntado porque ele não dizia “não” ao seu rico patrão, ele respondeu ‘Os pobres não podem reclamar, quando estou doente ou precisando de trabalho, posso precisar dele outra vez. Fico com raiva no meu coração’ (SCOTT, 2002, p. 18).

O último desabafo de Hassan transcrito por Scott “fico com raiva no meu coração”, esclarece bem o fato de que a subalternidade não significa concordância ou mesmo ausência de uma consciência da exploração. Nesse ponto, também, é esclarecedora a seguinte consideração de Scott: “eles [os pobres de Sedaka] lutam sob condições que são amplamente independentes de sua determinação e, assim, suas necessidades materiais permanentes precisam de algo como a acomodação diária a essas condições” (SCOTT, 2002, p. 18).

Havia ainda, em termos históricos, o fato de que na Malásia, o nível de organização no meio rural era baixo, mesmo considerando a existência de organizações nesses espaços, era preciso considerar igualmente que sua criação fora obra de elites rurais e oficiais, ou seja, elas não haviam surgido a partir dos camponeses pobres e como resposta às suas experiências de exploração.

É esse contexto que explica a predominância da resistência cotidiana em Sedaka. Portanto, trata-se de uma forma de resistência, como se disse, bastante tributária do contexto no qual se insere. Como bem afirma Scott (2002, p. 29), “os parâmetros da resistência também são estabelecidos, em parte, pela instituição da repressão²². Na medida em que tais instituições fazem efetivamente o seu trabalho, podem evitar qualquer forma de resistência que não seja individual, informal e clandestina”.

Todavia Scott não pode fugir da questão sobre o que considerar como resistência? Seria este um conjunto infinito, ou, é possível, alguma distinção que nos permita classificar um mesmo ato ora como resistência ora como um simples comportamento?

Estamos aqui no coração da questão do sentido das ações humanas. Scott (2002) diz textualmente, que se trata de um problema de intenção. No entanto, ele lembra, que se questionados sobre a intenção dos seus atos, os camponeses de Sedaka certamente teriam dificuldade de atribuí-les uma intenção clara, inclusive para continuarem no anonimato. Assim, conclui: “em certo sentido, obviamente, as intenções dos indivíduos estão inscritas nos próprios atos” (SCOTT, 2002, p. 29). Para endossar seu argumento cita os inúmeros casos de deserção no exército pelos quais os soldados camponeses afirmam a prioridade das necessidades familiares sobre o propósito da instituição. Cita mais uma vez o caso de roubo de arroz por trabalhadores safristas, pelos quais esses mesmos trabalhadores dão a entender que “sua necessidade de arroz tem prioridade sobre os direitos de propriedade formais de seu chefe” (SCOTT, 2002, p. 29).

Ao analisar as práticas cotidianas de resistência, Scott (2002) realça que todas implicam em algum grau de benefício próprio, geralmente associados à sobrevivência própria e/ou do grupo familiar. Ele chama a atenção para o fato de que geralmente tendemos a pensar a resistência como algo que envolve sacrifícios pessoais em prol do bem coletivo e alerta para o fato de muitos atos autoindulgentes quando multiplicados pode gerar consequências não premeditadas tal como uma modificação nas relações de exploração/dominação. Em suas palavras: “a desintegração do exército Czarista é uma das muitas instâncias em que a

²² Aqui está implícito que a estrutura, não pode ser vista apenas em seu momento coercitivo, mas também no momento da facilitação, como diz Giddens, a estrutura coíbe e ao mesmo tempo facilita a ação.

agregação de pequenos atos autoindulgentes de insubordinação ou deserção, sem intenção revolucionária, criou uma situação de revolução” (SCOTT, 2002, p. 26). E, mas adiante: “as consequências de tais atos de autoajuda podem estar muito além da proporção das intenções minúsculas dos próprios atores” (SCOTT, 2002, p. 27).

O problema das consequências não intencionais das ações humanas tem sido frequentemente colocado por Giddens. Para este autor, um dos pontos de partida da sociologia é a idéia de agência humana, à qual as sociologias estruturais não deram muita atenção. A noção de agência humana envolve a capacidade que as pessoas têm “não para fazer as coisas, mas para realizar essas coisas em primeiro lugar” (GIDDENS, 2003, p. 10). Agência, diz Giddens:

Diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido (GIDDENS, 2003, p. 10-11).

Todavia o fato dos seres humanos agirem, sabendo o que estão fazendo não os torna no controle das consequências de seus atos, nas palavras de Giddens, “embora todos nós sejamos atores intencionais, o raio do alcance de nossas ações escapa, a todo o momento, às intenções e finalidade que as induziram” (GIDDENS, 2001, p. 105). Essa noção de consequências não-intencionais da ação humana é importante, pois nos abre para o que Scott está dizendo sobre as consequências que atos aparentemente autoindulgentes podem assumir.

Comentando os trabalhos de Scott, Monsma (2000), fundamentando-se em Giddens, anota que:

As representações dos sujeitos na transcrição pública [discurso público] não são simplesmente estratégias para lidar com a dominação, porque as interações da transcrição pública também ajudam a constituir a dominação. A realização de determinada estrutura de interação com os poderosos tende a reproduzir essa estrutura, mesmo quando os subalternos os manipula para ganhar melhorias na sua condição (MONSMA, 2000, p. 105).

Embora não concorde totalmente com a posição do autor, que a estrutura do discurso público [transcrição pública] não pode ser vista apenas como o que se passa na cena, mas deve ser entendida no conjunto cena-bastidores, envolvendo, dessa forma, tanto aspectos reprodutores quanto questionadores/transformadores da estrutura. Por exemplo, a tentativa de difamar as práticas de resistência, da parte dos dominantes, que tendem a rotular tais práticas como roubo, fraude, não revela, ela própria que a estrutura de dominação não é tão homogênea quanto os dominantes querem fazer crer, mas que comportam elementos de resistência e, portanto, germens de mudança?

Para Scott, um dos critérios para classificar uma prática como de resistência é o fato da mesma negar ou mitigar a exploração. Mas, e aqui entra a questão, se nesse contexto, os pobres só podem usar as armas de que dispõem, significa que estas armas de pobre são empobrecidas, isto é, de pouco alcance? Se assim for qual é mesmo a sua utilidade?

Essa é uma questão que deve também ter incomodado Scott, que ele a formula nos seguintes termos: *Quem leva o discurso oculto a sério? Que sentido tem esses fingimentos? Qual a importância dessa prática para a vida pública?*

Para Scott, como frisado no discurso oculto, a infrapolítica, não pode ser descolada da política, pois o discurso oculto pode irromper na cena, borrando-a e modificando-a. Basicamente ele pode irromper na cena, de duas formas:

- 1) Indireta – Isto é, sob disfarce, ou seja, através do anonimato (cartas, fofocas, possessão espírita, embriaguez, eufemismos, resmungos, agressão por meios mágicos (formas simples), mas também dos contos populares, das inversões simbólicas e dos ritos de inversão, a exemplo da sátira, das paródias etc.
- 2) Diretamente – Quando os sentimentos expressos fora da cena irrompem na cena pública, como é o caso dos Movimentos Sociais que podem ter como fundamento exatamente esses milhões de sentimentos que constituem o discurso público.

Dessa forma, longe de implicar num empecilho, o discurso oculto implica numa condição de resistência política, a qual aparece como a busca da dignidade perdida. Como esclarece Scott, “essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por um sua vez, um novo padrão de desigualdade” (SCOTT, 2002, p. 24).

Monsma, comentando esta obra de Scott, chama a atenção para o fato de que a abordagem deste autor [Scott] tende “a ignorar as ambiguidades da resistência” (MONSMA, 2000 p. 104), isto por tratar a dominação como “algo externo aos atores humanos” (MONSMA, 2000, p. 105). Segundo esse autor, ao fazer uso das estruturas de dominação os atores sociais terminariam por internalizarem seu vocabulário e sua gramática, reproduzindo-as nesse processo. Esta crítica foi tratada, quando comentei a noção de agência de Giddens. Outro ponto que cabe destacar é que os grupos sociais que fazem uso das formas cotidianas de resistência não estão buscando tanto transformar as estruturas da dominação, mas, sobretudo, buscando sobreviver no sistema. Importa, no entanto, buscarmos averiguar o papel que tais

práticas vão assumindo na configuração dessas relações de dominação, ou seja, como tal configuração só pode ser entendida a partir dessa luta constante.

Uma segunda crítica que Monsma faz ao trabalho de Scott diz respeito ao fato de que muitas vezes não há contradição entre discurso oculto e discurso público, o que revela também que os dominados tendem a internalizar as estruturas de dominação. Nesse sentido Monsma nos convida a:

Estudar as transcrições escondidas e suas consequências, sem pressupor que estas são necessariamente positivas ou negativas para os subalternos. Em muitos casos as transcrições escondidas e a resistência cotidiana trazem uma mistura complexa de benefícios e prejuízos. Mesmo quando orientada por uma transcrição escondida claramente contestatória a resistência cotidiana pode reforçar a estrutura de dominação ao mesmo tempo em que ameniza a condição do subordinado (MONSMA, 2000, p. 107).

Outro desafio não totalmente respondido pela teoria de Scott, ao menos na consideração de Monsma refere-se às situações de dominação indireta quando a mesma é mediada por instituições impessoais. Segundo este autor, Scott tende a considerar que,

A dominação indireta geralmente tem uma face humana, na forma do supervisor, do capataz, do patrão ou do proprietário, e que esses seres humanos conhecidos, que exercem a dominação de uma maneira visível, mesmo quando parte de um sistema muito maior, atrairão o grosso da resistência cotidiana dos subalternos (MONSMA, 2000 p. 109).

Mesmo assim, retruca Monsma, a resistência aos mediadores da dominação pode “isentar as classes dominantes mais distantes que podem ser as principais beneficiárias da exploração dos subalternos” (MONSMA, 2000 p. 109).

Sem desconsiderar a ponderação de Monsma ao trabalho de Scott, suponho que a noção de “formas cotidianas de resistência” seja útil no sentido de relativizarmos uma concepção de resistência que tende a enxergá-la apenas nas formas aqui denominadas de clássicas: motins, greves, paralisações, participação no sindicato etc. Partindo do pressuposto de que o olhar do pesquisador é informado/formatado pelas suas categorias, creio que tal visão ao informar o olhar e a postura do investigador acaba por fechá-lo para outras maneiras pelas quais os mesmos fenômenos se apresentam. Acredito, assim, que a noção de resistência cotidiana, tal como formulada por James Scott se constitui enquanto instrumento heurístico indispensável ao meu campo de investigação, por me abrir possibilidades de questionar a aparente “aquiescência” dos trabalhador-migrantes às relações de dominação/exploração presentes nos canaviais.

Ao mesmo tempo a noção me permite também questionar as práticas das entidades “representativa” desses sujeitos, especificamente, das lideranças sindicais por crer que tais práticas são gestadas a partir de outros espaços distante do cotidiano dos canaviais, residindo aí grande parte de seu fracasso. Se, de um lado, as formas de resistências macros permanecem nos horizontes do pesquisador de modo a questionar as práticas cotidianas de resistência, por outro lado, toda essa infrapolítica será também utilizada para questionar o espaço do político na contemporaneidade.

Embora as reflexões de Scott sobre as formas cotidianas de resistência se fundamentem em dados de outro universo empírico, a proposta do autor é que ela possa servir como instrumento heurístico para se pensar outras situações, que sua pretensão, em *Domination and the Arts for Resistance* é forjar uma teoria que dê conta do fenômeno da dominação em suas diversas manifestações e nesse sentido o exercício aqui proposto pode servir também como tentativa de aplicação da mesma a um contexto específico, qual seja os das relações de trabalho nos canaviais do Estado de São Paulo, o que pode jogar luz sobre à teoria no sentido de apontar seu poder explicativo, mas também os seus limites.

CAPÍTULO II

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE TRABALHADORES PARA O SETOR CANAVIEIRO

3.1.	Tão longe e tão próximo	104
3.2.	Recrutamento e seleção de trabalhadores para o setor canavieiro	114
3.2.1.	O papel das redes sociais	124
3.3.	A estrutura hierárquica de uma empresa canavieira	127
3.4.	Etapas do processo seletivo: as listas negras e os exames	134

A EXPANSÃO DA CANA DE AÇÚCAR E SEUS REFLEXOS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS

A cidade de Sofrônia é composta de duas meias cidades. Na primeira encontra-se a grande montanha-russa de ladeiras vertiginosas, o carrossel de raios formados por correntes, a roda gigante com cabinas giratórias... A segunda meia cidade é de pedra e mármore e cimento, com o banco, as fábricas, os palácios, o matadouro, a escola e todo o resto. Uma das meias cidades é fixa, a outra é provisória e, quando termina a sua temporada, é desparafusada, desmontada e levada embora, transferida para os terrenos baldios de outra meia cidade.

Ítalo Calvino

3.1. Tão longe e tão próximo

Os municípios de Tavares e de Santa Cruz da Baixa Verde estão situados em estados diferentes. O primeiro no baixo sertão da Paraíba e o segundo, na microrregião do Vale do Pajeú, em Pernambuco.

Embora situados em estados diferentes e no que pese as especificidades de cada um, ambos possuem também alguns elementos comuns, a exemplo da configuração populacional e da prevalência da agricultura familiar.

Em termos populacionais os municípios em destaque possuem uma população estimada, pelo censo de 2000, em menos de 20.000 habitantes, cuja maioria, também por ocasião do censo, ocupava as áreas rurais. (Ver Gráfico 03).

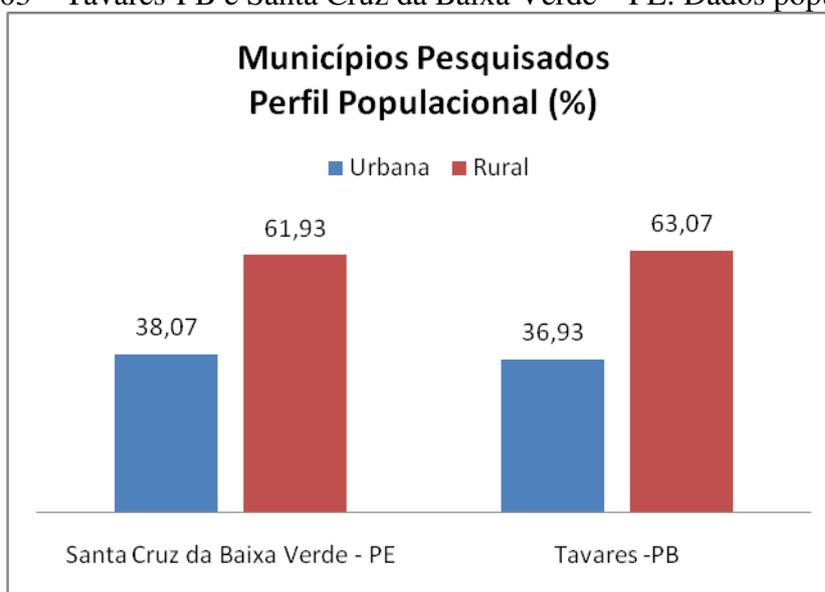
No entanto, mesmo a população que reside nas áreas urbanas dos municípios, não perdeu o contato com as atividades agrícolas, que muitas famílias moram na “rua”²³, mas são proprietárias rurais, ou seja têm um *sítio* ou trabalham na roça de terceiros como arrendatários. Nesses casos, a vinda para a cidade está relacionada à busca de bens e serviços,

²³ Rua é um termo utilizado pelos nativos referindo-se, precisamente, a sede do município.

visto que é no núcleo urbano que estão o banco, a escola de segundo grau, os postos médicos, o hospital e outras instituições de serviços públicas ou privadas.

Os dados populacionais indicam se tratar de pequenos municípios rurais. Se por um lado, é preciso reconhecer que os centros urbanos desses municípios cumprem uma função integradora em relação aos povoados e seus núcleos rurais – sítios -, por outro lado, é preciso esclarecer, que fatores como o mandonismo local, ausência de bens e serviços “urbanos” como teatro, bibliotecas, cinema; de outros fixos²⁴ impulsionadores de rendas não-agrícola – a exemplo da indústria - leva-nos a relativizar bastante o grau de urbanidade dessas cidades que geralmente “pouco têm a oferecer à população rural, particularmente à ofertas de bens e serviços e à constituição de mercados locais de proximidade e de alternativas de ocupação , enquanto campo para a pluriatividade da família camponesa” (WANDERLEY, 2009, p. 221).

Gráfico 03 – Tavares-PB e Santa Cruz da Baixa Verde – PE: Dados populacionais



Fonte: Confederação Nacional de Municípios/IBGE

Apesar de ambos os espaços registrarem a presença preponderante da agricultura familiar, os gráficos abaixo, apontam para a fragilidade de acesso a terra por parte dos rurais ao sinalizarem para o fato de que a maioria dos estabelecimentos agrícolas, nos dois municípios possui área inferior a dez hectares [10hac].

²⁴ Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Santos (1997, p. 79) anota que “o espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas físicas. Tudo isso, junto, é o espaço”.

Gráfico 04 e 05 – Estabelecimentos Familiares (Por área ocupada)

Gráfico 04

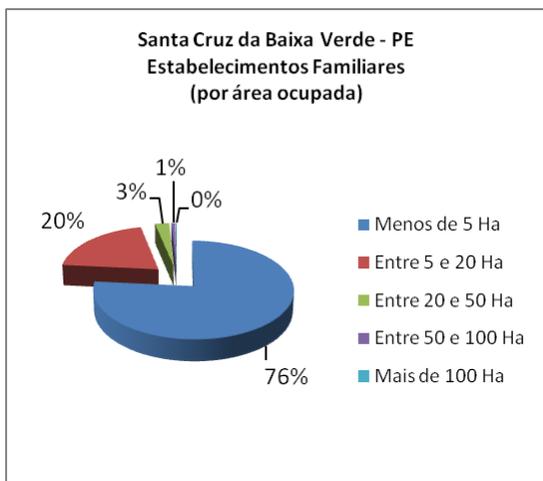
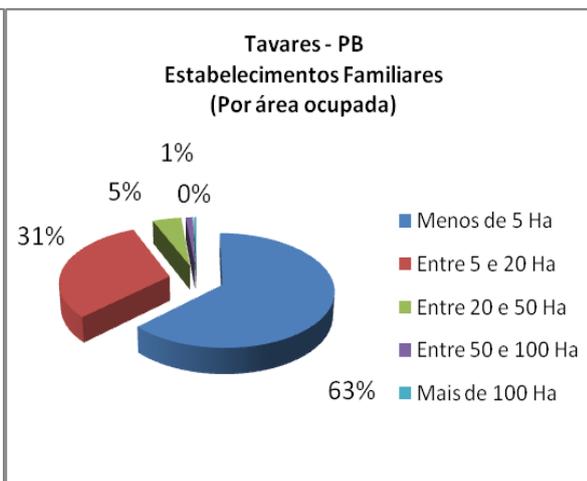


Gráfico 05



Fonte dos dados: Confederação Nacional de Municípios/IBGE

Se, por um lado, os gráficos acima revelam a importância do setor agrícola nos dois municípios pesquisados, por outro lado, nos força a reconhecer a fragilidade do setor e, conseqüentemente, do acesso à terra nas regiões pesquisadas, o que contribui para dificultar a reprodução do grupo familiar.

Dados do IBGE, disponíveis no portal da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontam, ainda, para um decréscimo na produção agrícola, com um recuo da área plantada concomitantemente, a um aumento na pecuária, com destaque para a pecuária bovina, conseqüência de um redirecionamento das práticas produtivas das famílias camponesas. É cada vez maior o número de pequenos e médios proprietários que resolvem plantar capim em área antes ocupada pelo milho e feijão. O argumento, na maior parte dos casos, é que tanto o milho quanto o feijão vem dando prejuízos ao produtor, especificamente, pelas irregularidades das chuvas e, conseqüentemente das colheitas.

Em relação ao município de Tavares (PB), além dos empregos públicos e da agricultura, outra atividade econômica importante é o comércio, seja este de gêneros alimentícios (mercados, mercearias), seja de materiais de construção, seja ainda de vestuário ou de lazer (bares e boates). Embora não disponhamos de números a este respeito, basta uma caminhada pela cidade para percebermos o peso econômico do comércio, que é movimentado, sobretudo, pelas transferências governamentais, constituídas basicamente por aposentadorias, auxílios e bolsas (Programa Fome Zero), mas também pelos salários do funcionalismo público (federal, estadual e municipal) e por recursos externos, oriundos das migrações, como

Margarida (49 anos, casada, comerciante de confecções), revela no trecho da entrevista abaixo transcrita:

Pesquisador – O comércio tem melhorado

Margarida – Sim, muito, nesses últimos anos tem melhorado muito. Depois que os funcionários [público municipal] passaram a receber em dias [no dia certo], eles têm como pagar a prestação e nós [os comerciantes] temos como saber o dia em que eles recebem, então eles não podem dizer que não têm dinheiro ou que “nós não vamos pagar porque o prefeito não pagou”.

Pesquisador – Além dos funcionários públicos, a bolsa do governo (Bolsa Escola, Fome Zero) também tem algum impacto sobre o comércio?

Margarida – No meu não, pois como você sabe, essa clientela [classe baixa] não vem para o meu comércio, mas eles vão para outros. Outra coisa que tem ajudado muito foi a instalação da casa lotérica aqui no município.

Pesquisador – Por quê?

Margarida – Porque agora os cortadores de cana recebem o seguro desemprego aqui na cidade mesmo. Antes eles iam receber em Serra Talhada, Afogados {ambos, municípios [pernambucanos]}, agora eles recebem aqui mesmo e gastam aqui no comércio mesmo.

Grande parte da força de trabalho masculina do município vem migrando anualmente para os canaviais do Estado de São Paulo. A estimativa²⁵ é que anualmente cerca de 1.200 homens na faixa etária de 20 a 39 anos, migrem para os canaviais, o que representa 56% dos homens nessa faixa etária. A maioria dos que migram para os canaviais são homens. As mulheres que migram tem como destino as cidades de São Paulo, Sorocaba e Brasília, onde se busca, sobretudo, empregos urbanos, geralmente no comércio ou nas fábricas, utilizando-se, para tanto, dos laços de parentesco ou de amizades. Em termos da migração intraregional, os municípios mais procurados são: Patos, Campina Grande e João Pessoa, no próprio Estado da Paraíba ou Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco. A migração feminina está relacionada ao acesso à educação, que no município não existem faculdades ou escolas técnicas, mas, também, à busca de oportunidade de trabalho, com destaque para as casas de famílias. Quando se trata da migração feminina para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no estado de Pernambuco, a principal motivação é a busca de trabalho no polo de Confecções de Caruaru e também nas casas de família.

Os empregos em casas de família são mais procurados pelas jovens com pouca escolaridade, em torno da primeira fase do ensino fundamental; os empregos no comércio, nas fábricas são para aquelas que detêm maior nível de escolaridade, ou seja, ensino fundamental

²⁵ Tal estimativa foi feita a partir do levantamento, junto aos arrematadores locais.

completo ou ensino médio²⁶. Por fim, as que migram para dar continuidade aos estudos ou são oriundas de famílias de maior renda ou podem acessar a rede de relações sociais, como, por exemplo, um parente ou conhecido radicado numa cidade maior e com renda suficiente para “suportar” o ônus de uma pessoa a mais em casa.

Atualmente, com a instalação de um campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na cidade de Serra Talhada, Pernambuco é notório um direcionamento desse fluxo migratório feminino, uma vez que algumas jovens de Tavares estão morando nesse município em razão de terem sido aprovadas no processo vestibular daquela instituição.

Em termos de alternativas ocupacionais, o município de Santa Cruz da Baixa Verde, não difere muito do município de Tavares, pelo menos se considerarmos seu núcleo urbano. Com efeito, na sede municipal as opções de emprego e renda são muito semelhantes às do município de Tavares (PB): empregos públicos, casas de famílias para as jovens de baixa escolaridade e o comércio local.

Em termos migratórios, também, em Santa Cruz é alto o contingente da força de trabalho masculina que anualmente migra para os canaviais, seja no estado de São Paulo, ou em Mato Grosso. Quando se considera apenas os homens na faixa etária de 20 a 39 anos, a estimativa²⁷ é que, em Santa Cruz da Baixa Verde, anualmente cerca de 900 homens nessa faixa etária, migrem para os canaviais, o que representa 47% dos homens na faixa etária considerada. Os lugares de destino são Mato Grosso do Sul e do Norte, Minas Gerais e São Paulo. Dona Arlinda, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Cruz da Baixa Verde informa, que antes dessa migração para os canaviais, os homens saíam, em busca de emprego, primeiro em São Paulo, “depois, no final dos anos de 1990, foi que começaram viajando para Bahia, Minas Gerais, até descobrirem Mato Grosso e São Paulo” (Arlinda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde – PE).

Em conversas informais com jovens do município de Santa Cruz, os mesmos apontaram outros percursos migratórios, a exemplo de Serra Talhada – PE, município polo, onde vão procurar emprego, especificamente, no comércio. Tal alternativa é mais comum para aqueles e aquelas que possuem família naquele município [Serra Talhada], pois dessa forma, é

²⁶ Esses resultados coincidem com resultados de pesquisas realizadas na Região do Brejo Paraibano no período de 2003 a 2008 (MENEZES et al, 2008) e na Região Agreste da Borborema no período de 1995 a 2002 (MENEZES, 2002).

²⁷ Estimativas feitas a partir da informação da presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Sra. Arlinda e dos próprios informantes. Para a presidente, cerca de 600 homens, na faixa etária considerada, anualmente migram para os canaviais. Conversando com os trabalhadores, os mesmos estimaram que cerca de 900 a 1.000 homens se dirijam anualmente aos canaviais.

possível permanecer a semana trabalhando, retornando para casa apenas nos finais de semana. Outra alternativa que figura nos horizontes dos jovens de Santa Cruz é a procura de emprego em São Paulo e Recife. Segundo relatos, são muitas as meninas, principalmente da zona rural que vão para Recife, trabalhar em casa de família, ou mesmo buscar outras possibilidades de emprego.

Mas há em Santa Cruz, um elemento na paisagem rural pelo qual o município se diferencia no plano econômico do município de Tavares, são os engenhos e fomalhas. A cidade é conhecida nacionalmente como a capital da rapadura. As “fomalhas” se diferenciam dos engenhos, pois enquanto estes últimos trabalham basicamente com cana, as primeiras trabalham misturando rapadura de cana, com açúcar, sendo que o resultado, nas palavras de dona Arlinda, “é um produto que faz mal à nossa saúde, além de prejudicarem os engenhos”. *Prejudicarem os engenhos* se refere ao fato de que como as fomalhas trabalham o ano todo, elas colocam rapadura no mercado, assim, não há tanta demanda pelo produto dos engenhos. Além de que, como o custo de produção é mais alto nos engenhos, as rapaduras feitas com açúcar, pelas fomalhas, terminam numa posição mais vantajosa, segundo dona Arlinda, inclusive porque nem todo consumidor sabe e reconhece a diferença entre os produtos. Para além de suas diferenciações, engenhos e fomalhas são vistos como uma opção de trabalho no lugar, além da agricultura. Nos engenhos, as diárias variam de R\$ 20,00 a R\$ 35,00, dependendo da função.

Além de milho e feijão, os agricultores familiares plantam também cana de açúcar. Perguntei se a cana produzida pelos agricultores familiares era vendida aos engenhos, dona Arlinda disse que não, que é moída em parceria com os engenhos. Dessa forma, o agricultor manda a cana para o engenho e deixa para o dono do mesmo, metade da rapadura produzida com a cana-de-açúcar que forneceu. Seu Costa, um senhor que até então estava apenas presente na cena, por ser irmão de dono de engenho, se intrometeu bastante nessa parte da entrevista, na maior parte das vezes para reclamar que o pessoal do lugar não quer mais trabalhar nos engenhos, que os donos de engenho não podem assinar carteira e que os trabalhadores só querem trabalhar até, no máximo, oito horas contadas. Quando completa as oito horas de trabalho, eles querem parar. “Aí não dá”, reclama, “pois o engenho não pode parar a produção”. Sempre que dona Arlinda falava sobre o valor da diária local, nos engenhos, seu Costa rebatia: “mas tem a bóia [alimentação] que o dono do engenho fornece. Num dos momentos, dona Arlinda, complementou tal informação: “os donos dos engenhos, sempre dão a alimentação e é sempre comida boa: arroz, feijão, carne...”.

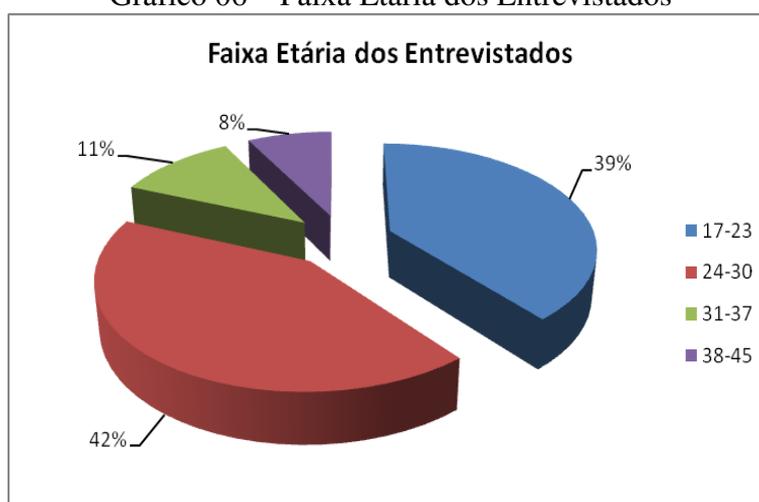
Questionada sobre a origem desta “consciência dos direitos trabalhistas” por parte dos trabalhadores dos engenhos e fomalhas, dona Arlinda afirmou que o sindicato teve uma participação e contou sobre a atuação do órgão: os cursos de formação, as reuniões semanais nas “comunidades” rurais. Por fim, falou que, por solicitação do sindicato, representantes da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) haviam promovido capacitação para os trabalhadores dos engenhos e das fomalhas, visando esclarecer sobre os direitos trabalhistas.

Essa atuação do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde contrasta com a atuação do sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tavares (PB), que é limitada ao fornecimento de documentos necessários para a aposentadoria rural. Retomarei esta questão no último capítulo quando estiver discutindo a luta dos trabalhadores-migrantes no âmbito da justiça trabalhista.

Pelo exposto, fica claro que dentre os vários elementos comuns aos dois municípios em foco, merece destaque a saída anual de boa parte da mão de obra local para os canaviais do Estado de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, o que não é exclusividade das duas cidades, mas que abrange igualmente toda a região onde ambos estão situados, isto é, a região de Princesa Isabel –PB e do Vale do Pajeú – PE.

Dados de um questionário por mim aplicado na região, no início de 2009, visando traçar um perfil dos trabalhadores-migrantes, revelam que na maioria são jovens, de baixa escolaridade e residentes nas zonas rurais dos municípios, como podemos visualizar nos gráficos abaixo:

Gráfico 06 – Faixa Etária dos Entrevistados

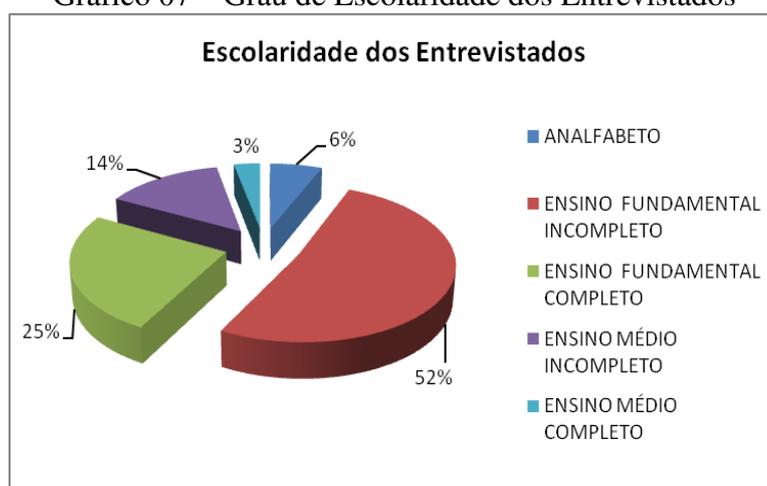


Fonte: Pesquisa do autor.

Conforme podemos notar, a maior parte dos que migram estão na faixa dos dezessete aos trinta anos. Os dados, assim sistematizados, permitem duas observações, a primeira, sobre a natureza informal de alguns vínculos trabalhistas. Não é raro encontrarmos jovens menores de dezoito anos trabalhando nos canaviais, muito menos raro é ouvirmos de entrevistados “eu comecei a cortar cana aos dezessete anos”, o que representa a existência de vínculos informais de trabalho. Na maioria dos casos, a única exigência é que o trabalhador viaje no ano em que vai completar dezoito anos. Dessa forma, a entrada oficial no mercado de trabalho é antecipada. Por outro lado, e esta é a segunda observação, esses jovens trabalhadores tendem a permanecer pouco tempo nos canaviais, pois dada a penosidade do trabalho, sua vida útil é abreviada. Como os dados sinalizam, a inserção de trabalhadores com mais de trinta anos é reduzida, o que, por sua vez, aponta para o envelhecimento precoce dessa força de trabalho. “A gente não consegue cortar cana, muito tempo”, é outra frase bastante pronunciada pelos trabalhadores-migrantes.

O Gráfico 07 traz dados referentes à escolaridade dos entrevistados. Conforme podemos perceber, a maior parte dos trabalhadores possui apenas o Ensino Fundamental incompleto, o que dificulta sua inserção em outros setores do mercado de trabalho e, por outro lado, aponta para o precoce abandono da escola por esses atores. São frequentes as queixas de professores e professoras de que “depois do corte de cana, os jovens não querem mais permanecer na escola” (Claudete, professora da rede municipal de educação, Santa Cruz da Baixa Verde – PE).

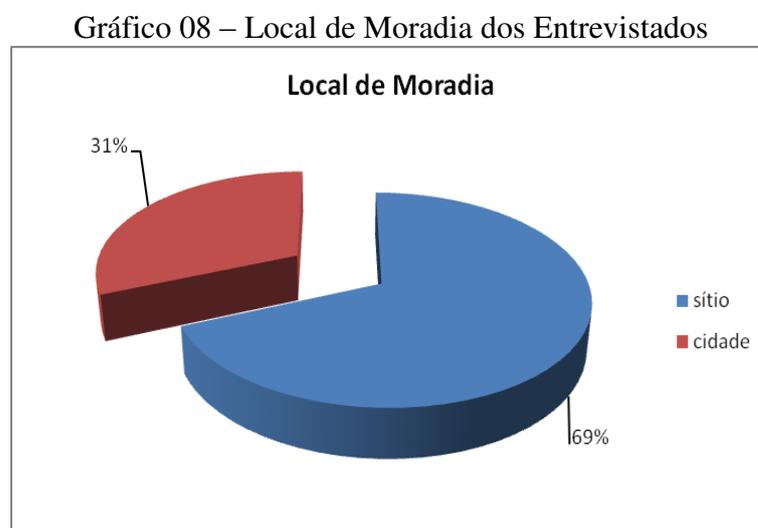
Gráfico 07 – Grau de Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Pesquisa do autor

A maior parte dos que migram para os canaviais são oriundos das áreas rurais (sítios) dos municípios, conforme destacado no Gráfico 08, apontando para a inserção na agricultura como uma das características do perfil dos trabalhadores selecionados pelas empresas do setor canavieiro.

Dessa forma, pode-se observar pelos dados dos gráficos aqui apresentados, que se trata de um trabalhador jovem, de baixa escolaridade e oriundo da agricultura familiar e cujo processo de socialização foi frequentemente marcado pela execução de atividades repetitivas, a céu aberto e que demandam resistência física, tornando-os, assim, mais aptos a suportarem os “rigores da produção canvieira” (ALVES, 2007, p. 44).



Fonte: Pesquisa do autor.

Os dados expostos corroboram ao mesmo tempo em que são também corroborados, por pesquisas realizadas em outros locais (ALVES, 2007; MENEZES, 2009; NOVAES, 2007).

O fato de que sejam os jovens os que mais migram para os canaviais está relacionado ao perfil de trabalhador demandado pelas empresas do setor canavieiro, bem como ao fato de que a migração e os canaviais surgem no horizonte desses sujeitos como uma estratégia eficaz para a satisfação de suas necessidades de consumo. Dessa forma, a decisão de migrar e de trabalhar no corte de cana-de-açúcar não se faz sobre um vazio, ao contrário, esses sujeitos têm informações sobre os lugares de destinos, frequentemente comparam o trabalho na colheita de cana-de-açúcar, com outros trabalhos tanto em seus próprios locais de origem, quanto em outros espaços produtivos. Estão, pois, mobilizando o presente e mobilizando-se

no presente, sempre a partir dos projetos que tecem para o futuro, bem como de seus horizontes de possibilidade.

Essa migração tem favorecido a alteração na dinâmica local dessas pequenas cidades, cujas formas visíveis ocultam as relações de trabalho distanciadas que ocorrem no mundo das usinas de açúcar e álcool.

Escrevendo sobre as consequências da modernidade, o sociólogo Antony Giddens (1991, p. 27) anota que “o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; “a forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza’. Em 1997, escrevendo sobre as “Metamorfoses do espaço habitado”, o geógrafo brasileiro Milton Santos, lembrava que, com a globalização, “as relações com áreas longínquas ao campo imediato passa a ser uma constante e mesmo uma necessidade” (SANTOS, 1997a, p. 54).

O fato não se passa somente em Tavares-PB, ou Santa Cruz da Baixa Verde (PE). O viajante que, no início do ano, chega a qualquer um dos pequenos municípios polarizados pela cidade de Princesa Isabel, na microrregião da Serra do Teixeira (PB), ou no Vale do Pajeú em Pernambuco, provavelmente se espantará com o espetáculo da saída de um grande contingente da força de trabalho local com destino para os canaviais do Estado de São Paulo ou Mato Grosso do Sul.

Embora distantes milhares de quilômetros dos canaviais paulistas ou mato-grossense, é a fuligem da cana que os moradores dessas regiões respiram, pois tudo ou quase tudo, nessas pequenas cidades tem o gosto e alma da cana-de-açúcar. Do trabalho na cana são adquiridas as motocicletas que constantemente cruzam as ruas; são feitas as casas, são comprados os móveis, se dinamiza o comércio e é, também, no mundo dos canaviais que se tecem os abraços, os sorrisos, as alegrias e as tristezas... Tudo cheira a cana, tudo fede a cana...

Com efeito, a natureza desses lugares é determinada não totalmente, mas em grande medida, pelas relações de trabalho nos canaviais paulistas, pois é aí, nessa região que o setor canavieiro tem recrutado os trabalhadores para o trabalho na colheita de cana-de-açúcar, favorecendo o adensamento de um grande contingente de trabalhadores que anualmente vão oferecer sua força de trabalho ao setor.

Esta migração vem contribuindo para a redefinição dos espaços e relações locais. Redefinição do tempo, pois, ao antigo calendário que antes classificava o tempo em tempo do inverno e o tempo do verão, é justaposto outro, que classifica em tempo da partida e tempo

da chegada. Tempo de trabalho para os que partem; de espera para quem fica; tempo povoado de saudades para ambos. O tempo do local foi engolido, colonizado pelo tempo do capital, tempo da usina e do usineiro. Assim é que muitos dos festejos tradicionais são abandonados ou perdem muito de seu brilho e dinamismo próprio, a exemplo das festas juninas, dos padroeiros etc. Nas usinas, os migrantes têm horário para ligar para as famílias, que passam a se organizar para receber as ligações dos migrantes, mudando assim, os hábitos familiares.

Também, as representações sobre o mundo rural é ressignificada. Se antes este era um lugar de moradia e de trabalho, agora é apenas um espaço de lazer, de recomposição das forças ao lado dos seus, lugar onde se reclina a cabeça entre uma safra e outra, fato este que tem sido motivos de conflitos intergeracionais, pois os pais que ficam não costumam aceitar de bom grado a ausência dos filhos das atividades do roçado, sobretudo por coincidir o tempo da chegada, do retorno, com o tempo do inverno.

Redefinição, ainda, das relações familiares, pois os jovens quando voltam com seus recursos obtidos com o trabalho no corte de cana, passam a gozar de maior autonomia financeira em relação aos pais.

A questão de gênero também sofre alteração com a migração. Durante os oito ou nove meses que os homens ficam em São Paulo, o número de mulheres fica quantitativamente maior nas comunidades rurais, apesar de que, é regra geral dos homens em São Paulo administrarem os negócios da propriedade através do telefone, *ordenando* as mulheres sobre o que deve ser feito em relação à comercialização de animais, alocação de trabalhadores para plantações, etc.

Outra redefinição está relacionada com a própria estrutura das famílias. Neste movimento de idas e vindas, muitas relações e mesmo casamentos são feitos, desfeitos e refeitos. Assim, é “normal” a presença nos espaços de origem, das viúvas de maridos vivos, nome dados às mulheres abandonadas por seus esposos ou companheiros migrantes.

3.2. Recrutamento e seleção de trabalhadores para o setor canavieiro

O início do ano é a época em que os trabalhadores migrantes estão de volta às suas localidades – sítios, povoados, distritos, bairros, vilas dos pequenos municípios – nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Iniciado o novo ano, muitos dos que chegaram em novembro, ou dezembro do ano anterior começam a fazer planos de mais uma vez retornarem aos canaviais do Estado de São Paulo, para darem início a mais uma safra.

A primeira providência para os que decidem voltar ou iniciar tal itinerário migratório é conseguir uma vaga em alguma usina ou fornecedor de cana-de-açúcar. Arrumar alguém que “toque turma”, “leve gente”, encontrar algum “gato”, algum “turmeiro”, conseguir, dessa forma, ter o nome incluído na “lista”, na “relação”, passando a fazer parte da turma de alguém.

Mas não são apenas os trabalhadores que estão buscando as usinas e fornecedores, também estes estão disputando trabalhadores, nessa fase do ano. Algumas empresas se utilizam de antigos trabalhadores que passam, no tempo da entressafra, a funcionar como arregimentadores. Os arregimentadores têm a função de, a cada ano, recrutar entre a população local uma quantidade *x* de trabalhadores para as empresas canavieiras.

Ao utilizarem o olhar dos “nativos”, as empresas garantem um maior controle da força de trabalho, que se busca evitar a inclusão tanto de pessoas “improdutivas” quanto de pessoas “trabalhosas”. A ideia é que os arregimentadores levem pessoas conhecidas, de sua confiança.

Dessa forma, eles [os arregimentadores] realizam uma espécie de “primeira triagem” dos trabalhadores. Sem deixar de serem trabalhadores, passam também a funcionar como “olho da empresa” visando arregimentar a mão de obra necessária para cada safra.

Além da arregimentação da força de trabalho, eles são também responsáveis pela providência do transporte dos trabalhadores, pela organização da viagem e, nos locais de destino, pelo bom desempenho dos trabalhadores recrutados, funcionando, dessa forma, como mediadores entre os membros da turma [trabalhadores] e os funcionários responsáveis pelo controle do trabalho [fiscais, gerentes, empreiteiros etc.].

Alguns arregimentadores têm registrado em seu histórico pessoal uma ou mais passagens pelo eito, trata-se, nesses casos, de antigos cortadores de cana-de-açúcar, e, portanto, conhecedores do ofício, que conquistaram a confiança de fiscais e de outros funcionários da Usina. Na literatura sociológica que trata dos trabalhadores do setor canavieiro, especificamente, dos migrantes, é recorrente a justaposição entre as figuras do arregimentador e do “Gato”, termo pejorativo e semanticamente plural. Quem é, pois o “Gato”?

No imaginário popular, o gato é um animal “esperto”, que sabe “dar pulos”, que “dá o bote e esconde as unhas”. A alusão ao felino, portanto, refere-se ao fato de que, muitas vezes, os recrutadores/arregimentadores de mão de obra para a *as Usinas* usam da esperteza, tirando vantagens tanto dos empresários, sejam estes usineiros, fazendeiros ou empreiteiros, como também dos trabalhadores. Neste sentido, é interessante a afirmação de Silva (2007):

Quanto às denominadas condições análogas à escravidão, os registros/denúncias reportam-se à imobilização da força de trabalho, pois posta em prática pelos arregimentadores, “gatos”, os quais são, na verdade, os responsáveis pela chamada terceirização das relações de trabalho (p. 69).

E, mais adiante:

A imobilização da força de trabalho corresponde à servidão por dívidas, contraídas com os “gatos”, desde o momento da partida dos locais de origem. A dívida do trabalhador acaba sendo o elo da corrente que o aprisiona, que o escraviza. Impossibilitado de saldá-la, em razão dos baixos salários recebidos e da parte destinada aos “gatos”, o trabalhador é submetido a coações físicas que, às vezes, pode levá-lo à morte, além das coações morais²⁸.

Segundo as palavras da professora, citadas acima, o “gato” também é responsável pela imobilização da força de trabalho, ele é, com efeito, o primeiro elo de uma corrente cujo resultado é o envolvimento dos trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão, das quais, portanto, o trabalhador não consegue se libertar com facilidade.

Mas a figura do “gato”, também, faz alusão ao fato de que, geralmente, os aliciadores de mão de obra costumam esconder, aos candidatos, as verdadeiras condições de trabalho. Isto é, eles ludibriam, falam bonito, enfeitam, buscando convencer os trabalhadores a migrarem para outra região do país. No filme **documentário “Migrantes”, dirigido por José Roberto Novaes**, há um extra composto de uma peça de teatro de mamulengos. A peça se passa no estado do Piauí. Numa das cenas, aparece um boneco (arregimentador) que assim se apresenta:

Arregimentador – Eita que eu tou finalmente no Piauí, atrás de arrumar trabalhadores para as canas de São Paulo.

Entra então um trabalhador, o Mane. Os dois personagens travam o seguinte diálogo:

Arregimentador – Vem cá, quem é você, rapaz?

Mané – Meu nome é Mane.

Arregimentador – Oh, Mane, você trabalha aqui, rapaz?

Mané - No momento, eu tou desempregado.

Arregimentador – E você não queria um **trabalho decente?**

Mané – Claro, todo mundo aqui no Piauí gosta de trabalhar e a gente trabalha é honesto.

Arregimentador – Pois é, mas aí **você poderia ter um trabalho, ganhando muito dinheiro, pra sustentar sua família...**

Mané – E onde é que eu ia conseguir isso, meu patrão?

Arregimentador – Ora, você já ouviu falar do Estado de São Paulo?

²⁸ Idem, ibidem.

Mané – Já. São Paulo...

Arregimentador – **Nós temos lá um emprego maravilhoso**, cortando cana.

Mané – É, mas isso dá um trabalho danado.

Arregimentador – Não, é não. **São poucas horas de trabalho por dia e um bom salário, muito bom. (grifos meus)**

Como podemos perceber, a peça trabalha a segunda característica dos “gatos”, exposta acima, isto é, o fato de que se trata de arregimentadores que buscam enganar/ludibriar os trabalhadores, escondendo as verdadeiras condições do trabalho. A peça trabalha ainda com a imagem do “gato” como alguém estranho ao local, um estranho que chega à localidade apenas no período de recrutamento dos trabalhadores que, no caso em questão, corresponde aos primeiros meses do ano (Fev. - Mar.).

Finalmente, uma terceira característica dos “gatos”, seria o aliciamento do trabalhador ao invés do simples recrutamento. Com efeito, na maior parte das vezes em que aparece nos textos, sobretudo na imprensa escrita, o termo faz alusão aos aliciadores de mão de obra, a exemplo da reportagem, abaixo transcrita:

O grupo móvel do Ministério do Trabalho encontrou 421 trabalhadores em condições consideradas degradantes, em Quirinópolis (GO), sul do Estado.

O ministério diz ter resgatado os trabalhadores, originários na maioria de outros Estados, atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar, em frentes de trabalho da empresa Agropecuária Campo Alto, sociedade anônima dirigida por um conselheiro da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). A ação ocorreu na última quinta-feira.

Segundo a Superintendência Regional do Trabalho, os funcionários moravam em alojamentos precários, com problemas como falta de ventilação e sujeira. Bares chegaram a ser adaptados como moradias, de acordo com a auditoria.

A empresa nega que tenha havido resgate e diz que a situação precária era restrita a poucos trabalhadores. O diretor da Agropecuária é Hermínio Ometto Neto, membro do conselho deliberativo da Unica. A Agropecuária Campo Alto é ligada à Usina São João, que tem sede em Araras, interior paulista.

De acordo com a auditoria do Ministério do Trabalho, os funcionários da lavoura em Quirinópolis tinham carteira assinada, mas eram recrutados por "gatos" (aliciadores de mão-de-obra), que eram funcionários contratados pela empresa. Os "gatos" providenciavam a moradia, segundo o ministério.²⁹

Nesse sentido, cabe perguntar: são os arregimentadores aliciadores de mão de obra? Uma resposta à esta questão requer, em primeiro lugar, uma definição do que seja “aliciamento” e a distinção entre esta prática e a prática de recrutamento.

²⁹ Extraído de “Badauê online”. Disponível in: <http://www.badaueonline.com.br/2008/3/26/Pagina28815.htm>. Acesso em: 01 de nov. de 2008.

De acordo com o anexo 01 da Portaria Intersecretarial de n.º 01, de 23 de Março de 1994, a qual dispõe sobre os procedimentos de inspeção do trabalho na área rural:

Considera-se forte indício de aliciamento de mão-de-obra o fato de alguém, por si ou em nome de outro, recrutar trabalhadores para prestar serviços em outras localidades do território nacional, sem adoção de providências preliminares que identifiquem uma contratação regular, conforme o segundo parágrafo do item 1 dos Procedimentos³⁰.

Por sua vez, o segundo parágrafo do item 1 dos procedimentos, reza que:

No caso de recrutamento de mão-de-obra, as DRT(s) [Delegacias Regionais do Trabalho] exigirão do empregador a comprovação de uma contratação regular que consiste em: *assinatura das Carteiras de Trabalho; contrato escrito que discipline a duração do trabalho, salário, alojamento, alimentação e condições de retorno à localidade de origem do trabalhador (grifos meus)*³¹.

Pelo exposto, somos levados a concluir que a linha que separa o recrutador/arregimentador do aliciador é a legalidade ou não dos seus procedimentos, isto é, a observância, no recrutamento, das regras claramente definidas nos códigos legais, isto é: a assinatura da Carteira de Trabalho, contrato escrito disciplinando a duração do trabalho, salário, alojamento, alimentação e condição de retorno à localidade de origem do trabalhador.

Sintetizando, ao falarmos de “gato”, estamos nos referindo a arregimentadores que aliciam mão de obra, em vez de recrutarem; usando para tanto de mentiras visando esconder dos trabalhadores as reais condições de trabalho e, muitas vezes, buscando tirar vantagens, inclusive financeiras, do trabalhador, favorecendo, dessa forma, a imobilização dessa força de trabalho.

Na região da pesquisa, é possível encontrarmos uma diversidade de situações envolvendo a figura dos arregimentadores, que dessa forma, ora se aproximam, ora se distanciam do sentido que o termo “gato” encerra.

Há, em primeiro lugar, o trabalhador – agenciador de mão de obra. Trata-se do cortador de cana-de-açúcar, que sem abandonar o seu ofício é anualmente incumbido da tarefa de arrumar outros trabalhadores, em seu local de origem. Como exemplo desse tipo de arregimentador, citamos o senhor Terto, o qual tem 49 anos é agricultor e pequeno

³⁰ Disponível in: <http://www.geocities.com/jorgereis1/in01.html>

³¹ Idem, ibidem.

proprietário (aproximadamente 20 hectares de terra), residente na sede do município de Tavares (PB) tem sete filhos, três homens e duas mulheres. Destes, apenas uma das mulheres, a mais velha, é casada. Os demais residem na casa paterna. A esposa é funcionária pública, trabalha como merendeira numa das escolas do município. Dos três filhos homens, dois estudam e, o mais velho, trabalha com o pai, no corte de cana de açúcar. Além da roça, Terto também cria gado, diz orgulhoso que tem umas doze cabeças.

Desde 1997, ele anualmente migra para os canaviais do Estado de São Paulo. No início trabalhou na usina Guarani. No ano de 1998, trabalhou na usina Cerradinha, onde, ao final da safra, foi convidado a levar trabalhadores para a safra seguinte, em troca, diz, ganharia as passagens de ida e de volta. Levou uma determinada quantidade de trabalhadores, fala que o turmeiro se agradou dos trabalhadores que ele arrumava, “que não era gente que dava trabalho”, chegou a levar muita gente, cerca de trinta trabalhadores por ano. “Em 2001”, conta:

Eu mandei vinte e três trabalhadores, na frente, pra ele e eu vinha com mais dezesseis, e tinha um com carteira branca (sem experiência), aí ele refugou (não aceitou), aí eu me zanguiei, disse que ou vai tudo ou não vai ninguém. Ele respondeu que o problema era meu.

Nesta mesma época travou contato por telefone com um turmeiro da usina Itajubi que estava procurando pessoas que pudessem levar trabalhadores para a usina. Acertou a ida de 16 trabalhadores para a usina Itajubi. Trabalhou nessa usina até 2006, pois em 2004, o filho que também trabalhava na usina, foi “queimado”³², por ter discutido com o fiscal. Conta que ainda trabalhou na Itajubi no ano de 2005, na esperança de que a situação do filho fosse revista, o que não aconteceu. Ao final da safra, após ser desiludido pelo fiscal geral de que o filho poderia voltar a trabalhar na usina, saiu definitivamente. Nesse tempo tinha restabelecido contato com um dos turmeiros da usina Cerradinha, na qual o filho estava trabalhando. Diz que o turmeiro, Claudinei, sempre lhe pedia pra levar gente para a Cerradinha. Terminou indo procurá-lo. “Eu disse que se ele quisesse agora eu ia trabalhar para ele e ia também levar gente para a turma dele”.

Na época que Terto lhe fez a proposta, a turma de Claudinei estava ameaçada de demissão pela usina, pelo fato de se tratar de uma turma composta por trabalhadores “bagunceiros”, gente “que dava mais trabalho do que trabalhava”. Segundo Terto, isso teria contribuído para que Claudinei aceitasse sua proposta.

³² O termo é utilizado para referir-se aos trabalhadores impedidos de trabalhar em alguma empresa do setor canavieiro .

Na safra de 2006, Terto começa recrutando trabalhadores para a usina Cerradinha, atividade que desempenha até a data atual. Indagado sobre as vantagens que se obtém por arregimentar trabalhadores, ele respondeu que aqueles que arregimentam ganham em média R\$ 100,00 “por cabeça”, dinheiro este que é recebido ao final da safra.

Quando, porém é alto o número de trabalhadores arregimentados, como é o caso de Terto, há outras vantagens em jogo, pois, conforme sinalizado, são os arregimentadores que organizam o transporte, tanto nos lugares de origem (antes da safra), quanto nos lugares de destino (ao final da safra). Embora relatem que, como organizadores do transporte a única coisa que ganhem seja a passagem própria, o preço pela qual as mesmas são repassadas aos trabalhadores [em média R\$ 250,00] aponta para ganhos mais altos do que os declarados.

O segundo tipo é de arregimentador na região pesquisada é aquele que se dedica exclusivamente a função de arregimentar os trabalhadores para cada safra. Exemplos desse segundo tipo de arregimentador, na região estudada, é João Sussu.

João Sussu reside no município de Tavares-PB aparenta ter uns quarenta e cinco anos, é casado e vive, atualmente, com a mulher e um filho, de 19 anos. Além deste é pai, ainda, de duas filhas, as quais são casadas e moram no estado de São Paulo. Foi difícil convencer João a conceder uma entrevista. É uma pessoa extremamente desconfiada, suponho que tal desconfiança e relutância em falar sobre assuntos relacionados ao corte de cana-de-açúcar nos canaviais do estado de São Paulo estão relacionadas ao fato de que o mesmo vende passagens para o interior de São Paulo, através de uma empresa alternativa, a Princesa Turismo, de propriedade de um irmão de João Sussu.

Depois de muita insistência foi que consegui marcar uma entrevista com o mesmo. A residência de João fica no centro da cidade, ao lado da praça central. É uma casa grande, com garagem. Foi aí, na garagem que fui recebido para a entrevista. Indagado sobre suas atividades no município, João se identifica enquanto “vendedor de passagens” e agricultor. Diz que tinha também um frigorífico e que matava gado, todavia esclarece que atualmente o mesmo pertence a seu filho.

É do conhecimento de todos, no município, que além de vender passagens, João Sussu, também, arregimenta trabalhadores para várias usinas, especificamente, para a Cerradinha e para o Grupo Alemão. Durante a época da coleta de dados, fui testemunha do uso que João faz de vários meios de comunicação social visando divulgar a existência de vaga nos canaviais paulistas. São anúncios como o que se segue:

João Sussu avisa que está recrutando trabalhadores para trabalhar no corte-de-cana, para a usina Alemão. Os interessados devem procurar João Sussu, em sua residência ou pelo fone...

Anúncios como estes são uma constante no tempo do recrutamento dos trabalhadores pelas usinas e fornecedores [janeiro-abril]. Os mesmos são divulgados através de rádios difusoras, de radiodifusão comunitária e de carros de som que circulam pela cidade, especialmente, em dias de feira livre.

Apesar de saber que eu era conhecedor do fato de que ele não apenas vendia passagem, mas também recrutava trabalhadores, João Sussu tentou, durante toda a entrevista, esconder essa identidade [arregimentador]. Assim é que indagado quantos trabalhadores ele leva em cada safra, João diz que não leva ninguém, mas que eles [os trabalhadores] “vão por conta própria”.

João não tem ônibus, faz questão de afirmar em várias partes da entrevista que apenas vende passagens e que é a empresa [Princesa Turismo] que faz o trabalho. Cada passagem custa em média, duzentos e cinquenta reais [R\$ 250,00]. Diz ainda que o seu lucro é o equivalente a 15% sobre o valor de cada passagem.

Conversas informais com trabalhadores-migrantes que viajam na Princesa Turismo, no entanto, revelam que o preço da passagem oscila de cento e oitenta [R\$ 180,00] a duzentos e cinquenta reais [R\$ 250,00], dependendo de quem compre. Assim, os trabalhadores barganham no preço, buscando sempre conseguir algum desconto. Às vezes tal desconto demanda que se apresentem outros compradores, ocasião em que aquele que apresentou os demais, tem um desconto em sua própria passagem.

Mas foi apenas em outra ocasião que eu consegui saber mais a respeito das vendas de passagem bem como sobre o recrutamento. Na segunda vez em que estive com João, foi como um possível cliente, não de passagens, mas de terrenos. É que além de todas aquelas atividades que João afirmou desenvolver durante a entrevista, o mesmo ainda negocia com lotes de terras, para construção de casas, nos arredores da cidade. Eu estava indo, com ele, olhar um desses lotes, quando voltei a tocar no assunto do recrutamento de mão de obra para as usinas do estado de São Paulo. Sem a presença do gravador e por se tratar de uma situação bastante coloquial, além do fato de que era ele quem, naquela ocasião, tinha interesse em conquistar minha confiança, João se mostrou bem menos arreado e assumiu descontraidamente que recrutava, o termo foi *arrumava*, trabalhadores para as usinas. Segundo ele, a pedido de alguns turmeiros de São Paulo. Indagado se recebia algum

pagamento pela atividade, respondeu que “não, pagamento não, mas eles sempre dão *um agrado*”. Relatou que o recrutamento de trabalhadores é uma tarefa trabalhosa, pois tem que enviar pessoas responsáveis, o que segundo ele, significa, “uma pessoa que não bebe, que não bagunça e que goste do serviço”.

Mas como Terto e João Sussu conseguem arregimentar cerca de trinta, quarenta trabalhadores? Para tanto eles contam com os informantes, isto é, trabalhadores que informam:

- a) Ao próprio Terto - outros trabalhadores na família ou na região interessados ou procurando vaga em alguma empresa do setor canavieiro;
- b) Aos outros Trabalhadores – em geral amigos ou familiares – a existência de Terto ou de João (arregimentador tal que está precisando de gente para tal usina).

Diferente do arregimentador, o informante é apenas um trabalhador, geralmente cortador de cana-de-açúcar, que faz parte da lista do arregimentador ou que tem irmãos e/ou amigos nesta lista. Geralmente, ele nada recebe pelas informações disponibilizadas, as quais são utilizadas, sobretudo, visando inserir algum parente ou conhecido na rede.

Um exemplo deste tipo de informante é Nelson (21 anos, natural do município de Triunfo-PE). Encontrei o mesmo durante o processo de seleção de trabalhadores para a usina Santa Isabel, que estava sendo realizado na cidade de Princesa Isabel (PB). Na ocasião, os trabalhadores arregimentados, estavam assinando o contrato de trabalho. Havia no local cerca de quinhentos trabalhadores. Em conversa com Nelson, fiquei sabendo que o rapaz que lhe tinha conseguido a vaga [o arregimentador], na usina, havia lhe perguntado se ele não conhecia outras pessoas interessadas em trabalhar no corte de cana. Nelson teria respondido que sim, então, “ele [o arregimentador] disse que eu trouxesse uns cinco nomes de trabalhadores”. De acordo com Nelson, todos os nomes indicados eram de amigos residentes no mesmo sítio. Questionado, Nelson informou também que não havia recebido nada pelos trabalhadores informados. Perguntei o que ele ganhava com aquela ação e ele respondeu que “a gente não ganha nada não, só conhecimento, as pessoas ficam nos conhecendo, você fica mais respeitado”.

Pode ser também que algum desses informantes receba algum tipo de gratificação financeira pelo serviço prestado, uma espécie de *agrado*. Todavia, mesmo nesses casos, a motivação principal não é o financeiro, mas digamos a oportunidade de oferecer uma dádiva,

em forma de favor, ter prestado um favor, uma ajuda, pela qual se espera receber uma contraprestação no futuro.

É mediante os arregimentadores que o trabalhador estabelece o primeiro contato com a usina, por isso, ser arregimentador implica em conhecer bem tanto o pessoal da usina com suas demandas, quanto o pessoal do lugar de origem, conforme palavras de Valdaberto (42 anos, arregimentador, Cajazeiras-PB):

Porque eu já tenho bastante ano que ando pra lá, tenho muitos conhecimentos com o pessoal de lá e com os daqui... Eu tenho mais responsabilidade de ir atrás dessa pessoa, né? Que ele não vai mandar qualquer um ir atrás dessa pessoa, porque chega lá, você vai aí, só arrumando quem quer que seja aí...

Assim é que a função de formar as turmas para cada safra, esconde uma outra: selecionar os candidatos a partir do perfil desenhado pela usina, como especifica Valdaberto:

Porque, vamos supor: prá não procurar gente que não tem qualidade de trabalhar, tá entendendo? Porque fica dando problemas, lá... Eu já pego a pessoa que, assim, que tem mais conhecimento, que dá menos trabalho... Meu trabalho foi este, ano passado [2007]...

O que é confirmado também por Benedito (34 anos, arregimentador, Tavares. PB):

Marcelo: você levou turma este ano?

Benedito: Eu levei dez pessoas...

Marcelo: E como é que faz pra levar turma, qualquer pessoa pode levar?

Benedito: Não, primeiro você tem que ter conhecimento com o fornecedor lá e saber quem é as pessoas que trabalham aqui também, pessoas que a pessoa leve e não dê trabalho lá, pessoas direitas, honestas, trabalhadoras...

Ou seja, eles são chamados a informar e buscar, nos locais de origem, futuros trabalhadores para as usinas, de preferência pessoas que trabalhem e não deem trabalho. Não esqueçamos que muitos daqueles que vão cortar cana-de-açúcar provém do meio rural ou dos pequenos municípios, onde predomina o interconhecimento, ou seja, onde todos “conhecem” todos. Desta forma, ao utilizar-se do olhar e do conhecimento nativo dos arregimentadores as usinas garantem uma maior precisão nas escolhas de seus trabalhadores e, assim, reduzem os problemas e tensões durante a safra.

Este é o perfil do bom cortador de cana-de-açúcar que emerge nos relatos dos arregimentadores: um indivíduo que trabalhe, isto é, se esforce, pegue no pesado, seja

produtivo³³ e, ao mesmo tempo, não dê trabalho, expressão cujo sentido equivale a não causar problemas tanto para o arregimentador quanto para os outros funcionários da usina. Não dar trabalho equivale a seguir o padrão da usina, ou seja, *you todo dia cumprir com a tarefa do trabalho*, como nos informou o senhor Raimundo (São José de Piranhas, PB; arregimentador local). Os que dão trabalho são conhecidos como “nó cego”, a referência é a um nó difícil de desatar e, portanto, trabalhoso. Ser um trabalhador “nó cego” é atitude difícil de prever antecipadamente, ou seja, no processo de seleção, e, às vezes, pode se revelar durante o próprio processo de trabalho. Nas palavras de João Sussu;

Ninguém sabe quem é bom e quem é ruim, mas tem os fiscais em cima dos serviços olhando, quem trabalha, quem não falta com respeito, quem não perde dias, quem respeita o horário de trabalhar, horário de trabalhar sai de quatro horas, quando é quatro horas tá no ponto de pegar o ônibus e ir para roça... Outros nem liga, outros enchem a cara de cachaça... Quando o pião volta lá de novo, pensando que vai trabalhar, tá queimado, mas a incompetência lá foi deles, chegou da roça em vez de folgar prá no outro dia trabalhar, não, vai para os bares tomar cachaça, no outro dia falta, se no outro dia for para roça... Ai no outro ano tá queimado, usineiro nenhum quer ele não, sabe que dá trabalho, dá trabalho no barraco que mora, dá trabalho nos carros que transportam, responde ao fiscal geral, fiscal de frente...

Por ser do mesma localidade do trabalhador, os arregimentadores estão envolvidos em relações de parentesco e de amizade e se utilizam desse conhecimento prático para selecionar trabalhadores para casa safra. Como informou o Márcio³⁴ (administrador de um alojamento no município de Engenho Coelho – SP): *a gente não traz ninguém, quem traz é o pai, o parente, o primo, o tio, o irmão, os amigos e vizinhos.*

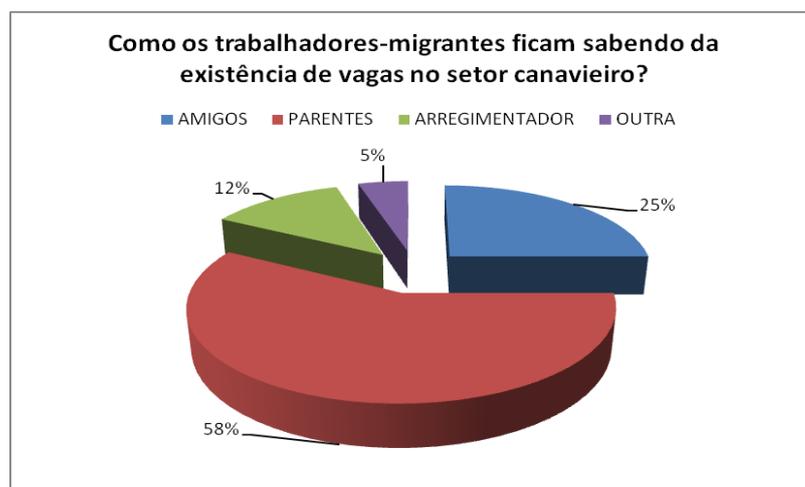
3.2.1. O papel das redes sociais

Indagados sobre como ficam sabendo da vaga, a grande maioria dos entrevistados responderam que ficam sabendo através de parentes e amigos, resposta que sinaliza para a importância dos informantes no recrutamento da mão de obra para os canaviais do estado de São Paulo (Ver Gráfico 09):

³³ Não esqueçamos que trabalhar é, também, sinônimo de produzir e, sob a égide do capitalismo, produzir significa produzir mais-valia, portanto, encerra a noção de produtividade; ser trabalhador, portanto é ser produtivo.

³⁴ Entrevista concedida em Setembro de 2007.

Gráfico 09 – Como os trabalhadores-migrantes ficam sabendo da existência de vaga?



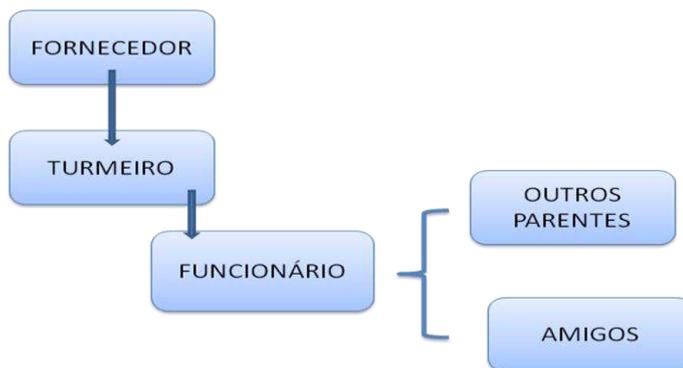
Fonte: Pesquisa do autor

Mas há casos em que os parentes e irmãos não estão no local de origem, mas no local de destino, como é o caso de Delmarques. Meu encontro com Delmarques ocorreu no início da safra de 2008 quando viajamos juntos, ele para trabalhar nos canaviais, eu para fazer pesquisa junto aos trabalhadores-migrantes. Naquele ano, Delmarques não fazia planos de viajar para o corte de cana. Dois de seus irmãos estavam lá, nos canaviais, desde o início da safra. Disse que resolveu viajar de repente. No fornecedor de cana para quem um dos irmãos trabalhava, surgiu uma vaga. O irmão teria ligado lhe convidando. Resolveu ir. Falou, então, da namorada. Disse que querem casar no final do ano, por isso que está indo. Mas, repeti sempre; “eu não tava fazendo planos de ir cortar cana este ano, não”.

Os pais de Delmarques são agricultores, moravam na zona rural do município de Tavares. Há uns quatro anos estão morando na cidade. Mas, todos os dias - Delmarques enfatiza -, nós vamos ao sítio. Além da agricultura, o pai exerce também uma atividade urbana, é guarda noturno do hospital. Não é concursado, mas votou no partido do atual prefeito e possui parentes com influências dentro do poder público. Um dos filhos - mais velho do casal - também cortava cana, mas sofreu um acidente de motocicleta. Agora não tem mais condições de exercer esta atividade, ficou com um problema na perna esquerda. Além deste, há mais dois irmãos, um mais velho e um mais novo do que Delmarques. O primeiro chama-se Evandro, tem vinte e três anos e estudou até a quinta série. Trabalha para um senhor conhecido como “Vaqueiro”, que, diz Delmarques, “toca turma para um fornecedor, o Fonseca”. O segundo, Noab, tem 18 anos. Este ano, foi a primeira vez que saiu de casa para cortar cana-de-açúcar. Na safra de 2008, o mesmo estava trabalhando na usina Cerradinha.

O contato de Delmarques com a usina/fornecedor, não se deu diretamente, mas passou pela intermediação do irmão. Foi este quem atuou, junto ao fornecedor, visando garantir a vaga para o irmão. No diagrama abaixo (Figura 04), buscamos sistematizar a utilização estratégica da rede de parentesco, por parte das empresas canavieiras.

Figura 04 – Recrutamento de mão de trabalhadores mediante as redes familiares



Fonte: Pesquisa do autor

No fornecedor para o qual o irmão do Delmarques trabalha, a função de turmeiro, arregimentador e fiscal é exercida por apenas uma pessoa, Vaqueiro. Ele é contratado pelo fornecedor para cortar toda a cana do mesmo, devendo contratar uma turma de trabalhadores para esta finalidade. O diagrama aponta para a importância dos que migraram. Estudos sobre a migração têm chamado a atenção para a importância dos migrantes estabelecidos em outros lugares, uma vez que eles tendem a funcionar como porta de acesso à bens e serviços para os que ficaram. Indagado se não poderia ter entrado em contato direto com Vaqueiro, por telefone, por exemplo, ou o contrário, se Vaqueiro não poderia ter entrado em contato com ele sem intermédio do irmão, Delmarques responde que não havia esta possibilidade. Primeiro por não ter o telefone de Vaqueiro e, segundo, porque, Vaqueiro não precisa entrar em contato direto com o peão, sempre que *“surge uma vaga, basta falar com algum peão que está trabalhando, que ele [o peão] arruma alguém”*.

O fato de Delmarques ter conseguido a vaga na turma de Vaqueiro está relacionado à imagem de bom trabalhador que Vaqueiro associa à pessoa de Evandro, seu irmão. Não fosse esta imagem positiva, poderia acontecer que nem mesmo Evandro tivesse adquirido confiança suficiente para solicitar a vaga para seu irmão, ou, em caso contrário, que não tivesse sua solicitação atendida. Assim, podemos dizer que tanto o fato de solicitar a vaga, quanto o fato

de ser atendido, está ligado à imagem de bom trabalhador que pode, inclusive, ser estendida de um membro familiar a outro, pois, como bem sinaliza Wolf (2003)

As avaliações públicas sobre um indivíduo acabam por cair em consideração sobre sua família, por ser esta a instituição que envolve a pessoa como um “todo”. Além do mais, qualquer grande infração contra a virtude praticada por um dos membros da família reflete sobre a quantidade de virtude possuída pelos outros membros (p. 100) (**grifo do autor**).

Essas considerações apontam para dois fatos complementares. Primeiro: a utilização pela usina e fornecedores de cana-de-açúcar das redes de parentesco, vizinhança e amizade dos migrantes, como forma de arregimentação, objetivando um perfil de trabalhador que seja tanto mais dócil quanto mais útil. Segundo: a manipulação da imagem por parte do trabalhador relacionada à possibilidade de acesso à bens, emprego e serviços, aqui exemplificados, na vaga que se garante para o irmão distante. Desta forma, uma atitude que significa, em um determinado momento, docilidade e submissão do trabalhador à processos de exploração/dominação de sua força de trabalhador, em outros momentos, pode se expressar como táticas dos migrantes como sujeitos praticantes (CERTEAU, 1994), visando auferir ganhos imediatos ou mediatos; materiais ou simbólicos: ser bem querido aos olhos da gerência, com os consequentes elogios e retorno em termos de autoimagem que o trabalhador faz de si, mas, também, em termos da possibilidade de se conquistar outros favores: uma promoção, garantir a vaga na empresa para o próximo ano e, talvez, conquistar a emancipação em relação ao arregimentador local.

3.3. A estrutura hierárquica de uma empresa canavieira

Vimos que as empresas do setor canavieiro utilizam-se do olhar nativo para selecionar os futuros trabalhadores, buscando dessa forma um maior controle de sua força de trabalho. Para tanto, busca contar com os serviços dos próprios trabalhadores, que são chamados a funcionar, na época da entressafra como arregimentadores ou informantes. Os informantes são os últimos elos da rede. Eles são, com efeito, os que estão mais próximos do trabalhador. Pode ser, como já especificado, um parente ou um amigo. E alguém que informa a vaga ao trabalhador e lhe passa as dicas, sobre com quem falar para conseguir trabalho, ou que indica o trabalhador ao arregimentador. Os trabalhadores costumam se referirem aos informantes como alguém que *arruma gente para fulano* [arregimentador ou turmeiro]. O arregimentador, por sua vez, é alguém que organiza a turma, atividade que ele pode desempenhar ao lado de outra [fiscal ou mesmo cortador de cana]. Para os turmeiros, no entanto, o arregimentador é

apenas um auxiliar, alguém que lhe auxilia na formação das turmas. Os arregimentadores são conhecidos localmente como aquele *que toca turma*, sendo ainda denominado de *ajuntador*, *aquele que junta os trabalhadores visando formar uma turma*; ou mesmo de “*gato*”. Todavia chamados a refletirem sobre o termo *gato*, os trabalhadores tendem a refazerem suas falas, passando a considerar *gato* apenas o turmeiro. O diagrama abaixo é uma tentativa de sistematizar todos os elos da rede utilizada pela usina no recrutamento dos trabalhadores para cada safra.

Figura 05 – Arregimentação dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa do autor

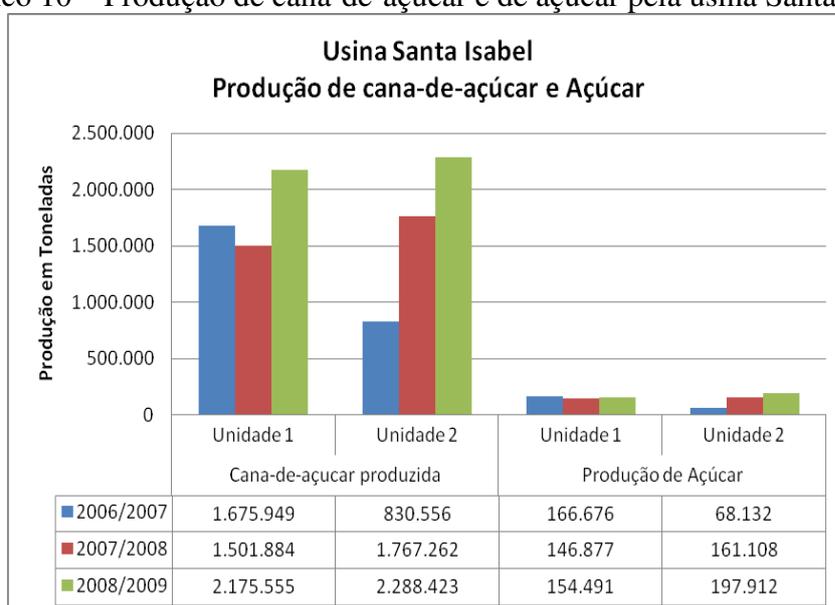
Permitam-me trabalhar o diagrama, a partir de um caso concreto. Para tanto tomarei como dado as anotações de funcionários da usina Santa Isabel, ligados ao setor de recursos humanos. A usina é uma das poucas que fazem o recrutamento e a seleção dos trabalhadores nos municípios de origem dos mesmos.

A usina se localiza no município de Novo Horizonte – SP, possuindo também uma segunda unidade no município de Mendonça – SP. A empresa é propriedade da família Graciano e data dos últimos anos da década de 1970, quando o grupo resolveu entrar para o setor sucroalcooleiro, implantando a destilaria Santa Isabel Ltda., voltada, no início, à produção de aguardente. Apenas nos anos de 1993, é que, com a instalação de uma nova planta, a usina dá início à produção de álcool hidratado e, passado mais cinco anos, em 1998,

de açúcar. Em 2000, teve início a produção de álcool anidro para ser adicionado à gasolina³⁵. Em 2006, foi inaugurada a segunda unidade industrial.

O gráfico abaixo (Gráfico 10) apresenta a evolução da produção de cana-de-açúcar e de açúcar pelas duas unidades da usina Santa Isabel. Podemos perceber que a produção de cana-de-açúcar na unidade 1 teve um aumento de quase 30% em relação a safra de 2006, na unidade 2 este aumento foi superior a 170%. Quanto à produção de açúcar, a mesma manteve-se relativamente estável no período considerado (safras 2006-2009) apresentando um aumento de mais de 180% na unidade 2.

Gráfico 10 – Produção de cana-de-açúcar e de açúcar pela usina Santa Isabel

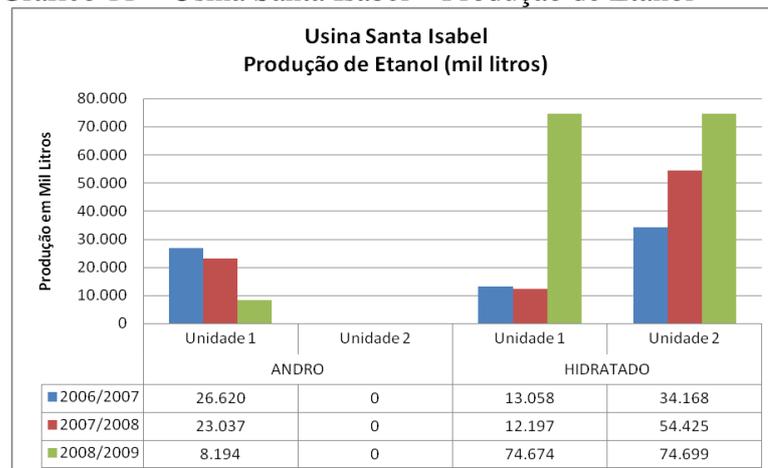


Fonte: UNICA

O gráfico 11 revela a evolução da produção do etanol pela usina Santa Isabel. O etanol anidro é o que será aditivado à gasolina e o hidratado aquele que é fornecido nos postos. Como se observa no gráfico 11 a produção de álcool anidro caiu mais de 200% na unidade 1, sendo que este tipo de álcool, até a safra de 2008 não era ainda produzido pela unidade 2, da Santa Isabel. Quanto à produção de álcool hidratado na safra 2008/2009, a mesma registrou um aumento de mais de 50% na unidade 1 e mais de 100% na unidade 2, em relação a safra de 2006/2007.

³⁵ Consultar Portal da Usina. In: <http://www.usinasantaisabel.com.br/>

Gráfico 11 – Usina Santa Isabel – Produção de Etanol



Fonte: UNICA

Na safra de 2009, apenas 27% da colheita foi realizada de forma mecânica, embora a meta seja mecanizar 60% até 2014. Segundo Egídio (chefe de recursos humanos da usina Santa Isabel), atualmente, a empresa prefere o corte manual, sobretudo, devido a rentabilidade do mesmo. Em suas palavras:

A safra com máquina fica mais barato, mas o corte manual é mais produtivo. Por quê? A cana acaba o terreno, se você cortar cana com máquina e demorar muito para chover, no próximo ano a produção cai bastante, uma planta de cana, ela é prá seis anos, em média, tem uns que chega a seis, a quatro, tem até sete, hoje... Com a máquina não é possível com a mesma planta você cortar cinco anos...

Ainda, segundo Egídio, para a safra de 2009/2010, a empresa contratou uma média de dois mil e setecentos trabalhadores para o plantio e a colheita da cana. Embora a mecanização signifique menos postos de trabalhos, já que uma máquina tende a produzir o equivalente a oitenta homens, a mesma ainda não implicou na extinção total do cortador de cana-de-açúcar, uma vez que a produção de cana-de-açúcar continua se expandindo com a anexação de outras áreas. Dessa forma, mesmo com as máquinas, o número de trabalhadores contratados pela usina deverá continuar, também, se expandindo, pelo menos esta é a previsão para as próximas safras.

Dentre os 2.600 trabalhadores contratados pela usina para a safra de 2009, cerca de mil e seiscentos eram das regiões em destaque [Princesa Isabel – PB e Vale do Pajeú – PE], os demais eram trabalhadores residentes nos municípios próximos às unidades da usina. Porém, em sua grande maioria, não se trata de trabalhadores locais, como a expressão indica, mas sim de migrantes estabelecidos, trabalhadores oriundos da Paraíba, de Pernambuco e de outros

estados nordestinos que se estabeleceram nos municípios de destino, conforme atesta o trecho da entrevista abaixo transcrito:

Marcelo: O senhor poderia nos informar quantos trabalhadores, em média, são do próprio local e quantos são de fora?

Egídio: Nós temos mil e seiscentos daqui, mais da Paraíba, Pernambuco, Flores, Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, da Paraíba é Tavares, Princesa, Água Branca...

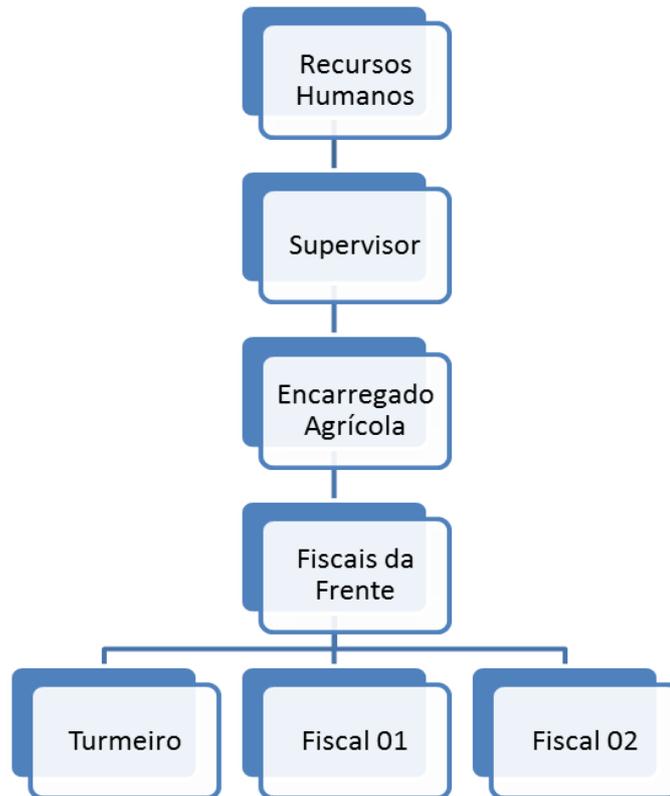
Marcelo: Os outros mil são pessoas lá de São Paulo, mesmo?

Egídio: Os outros mil são residentes... Desses mil têm mais ou menos uns quinhentos que são pessoas daqui que ficaram morando lá, desses mil e seiscentos trabalhadores é só migrantes, aquele que eu venho contratar aqui, só que todo ano fica alguém lá...

Os trabalhadores são organizados em turma. Cada turma tem mais ou menos cinquenta trabalhadores. Um conjunto de turma forma uma frente. Na safra de 2009, a usina Santa Isabel contratou 46 turmas de trabalhadores organizadas em cinco frentes.

Cada turma possui um turmeiro, que também assume a função de motorista e dois fiscais, denominados respectivamente de fiscal um (01) e fiscal dois (02). O fiscal um (01) atua como auxiliar do fiscal dois (02). Compete ao fiscal dois (02) fiscalizar o serviço, fazer o apontamento [a chamada dos trabalhadores], de manhã, no coletor de dados. Por volta do meio dia o turmeiro que é o mesmo motorista, mede a cana cortada por cada trabalhador e passa o resultado para o fiscal fazer o apontamento, isto é, registrar a produção diária de cada trabalhador. Cada turma possui um terceiro fiscal, denominado fiscal de frente, que é responsável por quatro ou cinco turmas de trabalhadores e, portanto, por quatro ou cinco fiscais. Acima do fiscal de frente fica o encarregado agrícola. Em 2008, a usina estava com dois encarregados agrícolas, um deles responsável por três e o outro por duas frentes. Acima do fiscal do encarregado agrícola, por sua vez, está o Supervisor Agrícola e, acima deste, o departamento de Recursos Humanos da empresa (Ver Figura 06):

Figura 06 – Hierarquização das funções no espaço dos canaviais



Fonte: Pesquisa do autor

Tanto José de Terô quanto José Roberto são encarregados agrícolas da usina Santa Isabel. O primeiro é natural do município de Princesa Isabel, e, o segundo, de Água Branca, ambos na Paraíba. No início apenas cortavam cana, posteriormente, começaram recrutando trabalhadores para a empresa. Com a expansão de suas unidades fabris, foram convidados a assumirem a função de contratar os trabalhadores para a colheita. Nas palavras de Egídio:

José Roberto é de Água Branca... Mas ele já mora lá [em Mendonça] há uns três, quatro anos, começou indo para Borborema e depois quando a gente foi abrir uma filial em Mendonça eu achei que ele era muito bom, ele levava uma turma só, eu chamei ele lá e disse 'olha, se você quiser, contratar pra Mendonça, eu passo pra você contratar pra Mendonça', aí ele topou, todo ano leva nove, dez turmas...

Em 2009 e 2010, José Roberto não chegou a viajar para a região de origem dos trabalhadores, dessa forma, coube a José de Terô, a contratação de trabalhadores para as duas safras, tarefa que ele não realizou sozinho, mas, ao contrário, dividiu com um conjunto de trabalhadores por ele denominado de ajudantes. Como frisei na introdução deste trabalho, a usina contrata trabalhadores em toda a região de Princesa Isabel - PB e do Vale do Pajeú –

PE, abrangendo os seguintes municípios: Água Branca, Imaculada, Juru, Princesa Isabel e Tavares, na Paraíba; e Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Jericó, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Solidão e Tabira, em Pernambuco. Este conjunto de municípios é repartido entre José e seus ajudantes. Para a seleção de trabalhadores para a safra de 2010, José de Terô contava com cerca de oito pessoas, alguns dos quais haviam trabalhado como cortador de cana, na empresa [usina Santa Isabel]. Dos oito ajudantes, apenas um não trabalhava diretamente para a usina, os demais exerciam a atividade de fiscal.

É importante frisar que antes de serem escolhidos para *ajudante* de José de Terô, esses trabalhadores eram cortadores de cana-de-açúcar. Ser fiscal representa um ganho não apenas material, mas também simbólico, pois equivale a uma posição de poder no espaço do canavial ou “nas canas”, para usar um termo dos próprios trabalhadores, e implica num tratamento diferenciado por parte dos demais funcionários da usina. Ser fiscal implica igualmente em ter sido bom trabalhador, lugar ocupado por aqueles que fizeram *bem feito suas tarefas, gente que não deu trabalho a usina*. A promoção de trabalhadores para a função de fiscais equivale a um reforçador positivo utilizado para usina, no sentido de sinalizar suas expectativas em relação ao comportamento de sua força de trabalho.

Segundo José, os ajudantes não recebiam e isso, explicou ele, pelo fato de que os mesmos, com exceção de um deles, eram contratados como fiscais e, portanto, não tinham férias, assim, a possibilidade de ajudar na arregimentação dos trabalhadores representava igualmente a possibilidade de rever familiares e amigos, sem ônus e sem ter que abrir mão do trabalho. Todavia, em conversa com alguns desses ajudantes tomei conhecimento de que na safra anterior cada trabalhador que tivesse interesse na vaga, teria que pagar em média cinquenta reais [R\$ 50,00]. De acordo com Francisco (33 anos, residente no município de Juru, PB), esta quantia recebida dos trabalhadores visava cobrir os gastos com deslocamentos, que todas as fases da contratação seriam realizadas na cidade de Princesa Isabel.

Para a safra de 2010, a orientação, dada por José de Terô, era que nenhum “ajudante” recebesse qualquer quantia dos trabalhadores, isto porque, segundo o próprio José, durante uma greve na usina alguns trabalhadores começaram a alegar, na frente do Ministério Público do Trabalho, que haviam comprado a vaga na usina, obrigando José a se explicar perante o órgão fiscalizador.

3.4. Etapas do processo seletivo: listas negras e os exames

Tão logo José chega à cidade de Princesa Isabel, onde fica hospedado, começa a ser procurado por trabalhadores interessados em trabalhar na usina Santa Isabel. Vale a pena frisar que a usina Santa Isabel é a única, dentre as que atuam na região, cujo contrato de trabalho é celebrado antes da viagem e que garante ao trabalhador não só moradia, no espaço de destino, mas, também, a passagem de ida quanto a de volta, ao final da safra.

Mas se é grande a procura, nem todos que procuram serão aceitos, sequer para participar do “processo seletivo”, pois antes de colocar o nome do aspirante na lista de trabalhadores para a próxima safra, é preciso averiguar se o referido nome não consta na lista negra. Em 2010, cerca de quinhentos trabalhadores tinham seus nomes inscritos na lista não tendo qualquer possibilidade de inserir-se novamente na usina.

Dentre os itens pelos quais os trabalhadores tiveram seu nome incluído na lista, destacam-se os seguintes: agitador, desobediente, falta muito, difamador e desobediente e agitador. Embora os relatos de Egídio e mesmo de José de Terô indiquem que a usina não se preocupa com a produção, mas que mais importante do que a produção é a *educação e o bom comportamento* do trabalhador, as “faltas” discriminadas na lista negra deixam claro que tanto quanto o “bom comportamento” [agitador, desobediente], conta também a disciplina e assiduidade no trabalho[falta muito].

O candidato que sobreviver à lista negra terá seu documento retido e será encaminhado para a realização de exames admissionais. O resultado desses exames pode, também, servir para excluir trabalhadores considerados inaptos para o trabalho da colheita de cana-de-açúcar. Na seleção de trabalhadores para a safra de 2010, os mesmos foram submetidos aos seguintes exames: sangue, HIV, Raios-X do tórax, consulta com o médico do trabalho. Todos os exames foram realizados por um laboratório localizado no município de Princesa Isabel – PB, para onde os trabalhadores deveriam se locomover no dia indicado.

Pedi permissão a José de Terô para acompanhar as consultas ao médico do trabalho, o que me foi concedido. No dia marcado, tão logo avistei o laboratório, pude ver a enorme fila composta exclusivamente pelos prováveis trabalhadores migrantes. Cheguei ao laboratório no final da manhã, esperava encontrar poucos trabalhadores, mas confesso que me espantei com o tamanho da fila. Havia trabalhadores que chegaram cedo e que estavam àquela altura sem comer nem beber nada, esperando ansiosos o veredicto médico. Todos estavam com os Raios-X e o exame de sangue na mão. Apresentei-me e pedi ao médico para assistir uma consulta,

no que fui prontamente atendido, acho que o José de Terô havia falado com o mesmo sobre esta possibilidade. Pedi, também, permissão a alguns trabalhadores, pois estava sabendo que em determinado momento do exame, os mesmos eram solicitados, pelo médico, a tirarem a roupa, pensei então que deveria ser constrangedor realizar tal exame na presença de mais alguém além do médico. Dois trabalhadores me deram permissão para assistir as suas consultas. Agradei e fiquei aguardando, com eles. Enquanto esperava nossa vez, peguei-me a contar o tempo de cada consulta e notei, espantado, que não passavam de quatro minutos. Duvidei que fosse possível fazer qualquer avaliação em tão pouco tempo.

Chegada a vez do primeiro trabalhador que me permitiu assistir sua consulta, entrei com ele na sala. Ao entrar, o médico que então examinava os pacientes, me perguntou algumas coisas sobre a pesquisa. Respondi e ele me mostrou a ficha do exame com algumas perguntas, e me informou que a atividade de cortar cana-de-açúcar é avaliada como uma atividade de grau 03. Perguntei o que isso significava e ele respondeu que cada atividade era classificada de acordo com o risco ocupacional e citou o exemplo da indústria de produtos químicos, considerada como grau 04. Logo após, ele começou a atender o trabalhador seguindo o roteiro que estava na ficha, cujas questões eram:

Faz quantos anos que corta cana? Outras atividades realizadas? Sofreu algum acidente? Adoeceu? Ingere bebidas alcoólicas? Fuma? Sente-se cansado? Sente falta de ar? Teve crise epiléptica? Sente angústia? Depressão? Vê bicho? Alucinações? Dor na coluna? Reumatismo? Teve algum problema de saúde? Fez cirurgia?

A cada pergunta o trabalhador respondia “não”, guiado, penso, pela suspeita de que qualquer resposta positiva de sua parte seria suficiente para ter seu nome excluído da relação dos trabalhadores aptos para o corte de cana.

Em seguida, o médico se levantou da cadeira e começou a fazer avaliação física do trabalhador. Sempre me explicando e eu tentando anotar tudo rapidamente.

Box 01 – Seleção de trabalhadores para a colheita da cana-de-açúcar – Exame físico

Exame físico (Sentido crânio-caudal)

1. OLHOS (ectoscopia) – Inspeção do globo ocular.
2. PESCOÇO (procura de gânglios para detectar inflamações e verificação dos movimentos) – Palpação
3. Membros superiores (braços - observação de lesões/movimentos) – Inspeção dos movimentos
4. CORAÇÃO (ausculta cardíaca - detectar sopros e taquicardia) – Aparelho estetoscópio
5. PULMÕES (ausculta pulmonar – detectar patologias respiratórias) – Aparelho estetoscópio
6. APARELHO ÓSTEO-MUSCULAR (detectar lesões na coluna e dificuldade de movimentação) – Inspeção dos movimentos: “Pede para o trabalhador se abaixar”.
7. GENITÁLIA EXTERNA (detectar hérnias, varicela, hidrocele) – Inspeção e palpação da genitália.

Fonte: Pesquisa do autor

Assisti ainda, com consentimento do médico e dos trabalhadores, a mais três consultas. Notei que todas elas se repetiam. Na terceira, entraram dois trabalhadores de uma única vez, a chamado do médico. Era mais ou menos treze horas e trinta minutos e ponderei que ele [o médico] devia estar bem cansado pelo número de trabalhadores atendidos. No entanto, não pude deixar de observar que os dois trabalhadores que entraram juntos não tinham nenhum laço afetivo, pareciam dois desconhecidos. Assim, na hora em que o médico pediu que ambos baixassem as calças, a fim de examinar lhes os órgãos genitais, notei que os rapazes ficaram muito envergonhados e avaliei que ao proceder dessa forma, o médico não estava sendo ético. Terminado os procedimentos, agradei ao médico e, antes de sair, aproveitei os poucos minutos em que estávamos a sós, para lhe indagar sobre os critérios utilizados para considerar alguém apto ou inapto para o trabalho de colheita da cana-de-açúcar. O médico, então, listou os seguintes elementos: peso inferior a 50 kg, hérnias, cansaço, hipertensão, alterações no hemograma, sopro cardíaco e taquicardia. Agradei ao médico e aos trabalhadores e me retirei. Do lado de fora do laboratório, a fila parecia ainda não ter fim. Uma semana depois, fiquei sabendo, por José de Terô que dos mil, trezentos e oitenta trabalhadores que se submeteram aos exames admissionais, cerca de cento e oitenta revelaram-se não aptos para o trabalho na colheita de cana-de-açúcar.

Para os que tinham sido considerados aptos, a próxima etapa consistia na assinatura do contrato de trabalho. Os contratos de trabalho dos mil e duzentos trabalhadores foram assinados em um único dia, também no município de Princesa Isabel, para onde os

trabalhadores novamente foram obrigados a se dirigirem. Alguns trabalhadores chegaram logo cedo, outros mais tarde. Às oito horas da manhã, o José de Terô chegou acompanhado da esposa, do cunhado e de mais duas garotas, que vieram ajudar. Foram colocadas duas mesas em cada canto da sala, e sobre as mesmas, uma caixa contendo os contratos de trabalho organizados por turma, cujas listas foram afixadas nas paredes do local. José e as demais pessoas que o acompanhava se organizaram em dois grupos, cada um ocupando uma das mesas. O trabalho consistia na leitura dos nomes dos trabalhadores de cada turma que deveriam se organizar em fila a fim de assinarem o contrato de trabalho. Terminada uma turma, foram-se chamando as demais por ordem crescente.

Alguns trabalhadores tomaram conhecimento de que tinham sido colocados em outra turma, separados dos amigos e familiares. Cheguei a presenciar uma discussão entre dois trabalhadores e José de Terô. Os trabalhadores exigiam ficar numa mesma turma e residirem em Mendonça, ao invés de em Novo Horizonte e lembravam que isso tinha sido compactuado com José no momento em que os mesmos aceitaram trabalhar na usina Santa Isabel.

Como José de Terô se afastou da discussão para atender o chamado de alguém, os rapazes continuaram resmungando. Aproximei-me e pedi que, se possível, eles me explicassem o motivo da discussão. Disseram que tinham combinado com José de Terô de ficarem numa mesma turma e residirem em Mendonça, cidade que conheciam. Reclamaram que ao chegar para assinar o contrato viram que tinham sido colocados em turmas diferentes e que residiriam em Novo Horizonte e não em Mendonça como havia sido combinado. Minutos depois José de Terô retornou e prometeu aos rapazes que resolveria a situação, o que foi feito ao final da tarde.

Durante a assinatura do contrato de trabalho notei que grande parte dos trabalhadores não toma conhecimento das cláusulas do contrato, que eles se fundamentam muito mais no que é passado oralmente do que no que está escrito, o que está relacionado tanto à baixa escolaridade quanto ao peso e a importância que a oralidade ainda desfruta no meio rural brasileiro. Por parte dos funcionários da usina, não se cogita em nenhum momento realizar uma leitura do contrato de trabalho, mesmo que coletiva.

No momento da assinatura do contrato de trabalho, os trabalhadores ficam sabendo o dia da viagem e, também, lhes é comunicado o local onde os mesmos devem aguardar os ônibus. Na safra de 2010, o local marcado foi defronte a um dos postos de gasolina do município de Princesa Isabel.

Os mil e duzentos trabalhadores viajaram num único dia. A viagem foi marcada para as treze horas da tarde, mas pela manhã, os trabalhadores estavam chegando. À tarde, havia uma concentração de trabalhadores ao redor do local combinado. Mas não são apenas trabalhadores, são também familiares e amigos. Todos vêm ver a partida, o clima é de descontração, mas também de tristeza, algumas mulheres choram. Estava parado tentando registrar o momento quando uma mulher passou chorando muito alto. Escutei quando uma jovem perguntou se “alguém tinha morrido”, ao que um dos motoristas dos ônibus respondeu: “não, é por causa dos trabalhadores que estão indo embora”.

Foto 02- Saída dos trabalhadores-migrantes (Princesa Isabel – PB)



Fonte: Pesquisa do autor

Apenas às quinze horas, os ônibus começaram a chegar. Eram ao todo vinte e quatro ônibus. Em cada ônibus havia um cartaz, com folha de ofício, indicando o número das turmas. Os trabalhadores eram orientados a entrarem no ônibus. Quando todos entravam José, sua esposa ou um ajudante fazia a leitura da lista com o nome de todos os integrantes da turma e, também, entregava as carteiras de trabalhos aos trabalhadores.

Enquanto dava voltas pelo local, buscando memorizar tudo o que via, tive a oportunidade de conhecer também o casal. Joserlânia (19 anos) e Giovany (23 anos), os quais

são casados há 2 anos. Giovany migrou para o corte da cana durante 5 anos. Desde o tempo em que namorava, Giovany sonha comprar uma casa. Segundo o mesmo, este é o último ano que vai migrar para o corte da cana. Só para terminar de construir a casa, pois não aguentava ficar mais um ano longe da sua esposa. Ela disse que tinha muita vontade de ir para São Paulo, mas não tinha ido ainda porque estava terminando os estudos [ensino médio]. Falou também do tempo de espera e como de como este é permeado por saudades.

Era mais ou menos vinte horas, quando o último ônibus saiu. Alguns familiares, amigos e curiosos, ainda permaneceram no local. Um senhor lamentou a demora e disse-me que tinha vindo ver a saída do filho e que os bichos, no sítio, tinham passado o dia com sede.

Se grande parte dos que migram para os canaviais, o fazem em bando, como andaorinhas, é verdade também que alguns, seja por não terem arrumado vaga no seu lugar de origem, seja porque no ano anterior tenha deixado “a vaga certa” com algum fiscal ou empreiteiro, partem por “conta própria”. São os clandestinos, assim denominados porque viajam sozinhos, algumas vezes, sem “garantia” de que conseguirão se fichar em alguma usina ou fornecedor. São também conhecidos como “aventureiros”, e deles se diz que foram “aventurar trabalho”.

Muitas vezes, a aventura transforma-se em desventura, o que tem sido cada vez mais recorrente, nos últimos anos. São casos de trabalhadores que atendendo “chamado” de algum funcionário da usina ou do fornecedor, ou mesmo de algum empreiteiro, decidem partir e, ao chegar ao local de destino, são informados de que a tal vaga para a qual foram convocados teria sido preenchida. Nesses casos, o trabalhador migrante tem diante de si duas alternativas: permanecer no local de destino e tentar vaga em outra empresa do setor ou mesmo em outro “serviço”, a exemplo da laranja, do limão, do tomate; ou retornar ao seu lugar de origem ostentando o amargo sabor do fracasso. Foi o que aconteceu na safra de 2009 com Lourival Estevam da Silva, do sítio Lajedo Bonito, município de Juru. Lourival tem trinta anos, é casado e pai de dois filhos. Estudou até a segunda série do primeiro grau. Embora more no sítio, não possui terra, na época da entrevista morava e trabalhava em terra pertencente ao seu pai. A primeira vez que Lourival saiu para trabalhar nos canaviais, foi na safra de 2008, mas antes tinha migrado para Sorocaba, quando ainda solteiro. Em Sorocaba trabalhou como ajudante de pedreiro passou cinco meses e resolveu voltar, disse que não estava gostando do serviço que era uma atividade muito perigosa, lembrou que os prédios eram muito altos.

Tendo trabalhado na usina do Grupo Alemão, em Potirendaba, interior de São Paulo, Lourival entrou em contato com o turmeiro que lhe teria garantido uma vaga na usina.

Confiante na promessa arrumou os objetos e viajou, no entanto, ao chegar ao lugar de destino, o turmeiro disse que a vaga teria sido preenchida. Segundo ele, teria ligado para o turmeiro no sábado e viajado na terça, retornando ao seu estado de origem, na sexta-feira. Questionei se ele não pensou em procurar vaga em outra usina. Respondeu que até tentou, mas nenhum conhecido sabia da existência de vaga em algum outro local, além de que, ele travou contato, com outros trabalhadores conterrâneos seus que também estava desempregado. Como tinha levado pouco dinheiro precisou decidir rápido, pois se ficasse e não arrumasse vaga, terminaria sendo *obrigado* a gastar o pouco dinheiro que levou e talvez tivesse que pedir dinheiro à família se quisesse voltar à sua cidade de origem. Assim, resolveu voltar.

Neste capítulo busquei mostrar como funciona o recrutamento e a seleção de trabalhadores para o setor canavieiro. Argumentei que as empresas ligadas ao setor em questão utilizam-se das redes de parentesco e vizinhança dos trabalhadores e que através desse olhar nativo buscam garantir um trabalhador produtivo e, ao mesmo tempo disciplinado. Chamei atenção, também, para o fato de que os trabalhadores não se inserem de forma passiva nesses processos, mas fazem leituras, extraem sentidos e constroem estratégias visando mitigar a exploração.

No próximo capítulo abordarei a inserção dos migrantes no espaço do outro, focalizando, especificamente, os espaços de moradia e a apropriação dos espaços urbanos dos pequenos municípios, na região de destino.

CAPÍTULO III
NO ESPAÇO DO OUTRO: MANEIRAS DE HABITAR E DE CONVIVER

4.	De exótico a familiar	
4.1.	A viagem	142
4.2.	Chegando ao espaço do outro	145
4.3.	O espaço dos alojamentos	149
4.4.	Casas e barracos	154
4.5.	Redes Sociais	161
4.6.	Interação social nos espaços de moradia	163
4.6.1.	Os espaços do bairro e as práticas de sociabilidade	168
4.6.2.	Relações com as mulheres nos lugares de destino	180
4.6.3.	Mulheres que ficam: entre a saudade, o medo e a esperança	187

DE EXÓTICO A FAMILIAR

*Eu vou partir pra cidade garantida proibida,
Arranjar meio de vida, Margarida
Pra você gostar de mim.
Essas feridas da vida, Margarida
Essas feridas da vida, amarga vida
Pra você gostar de mim*

Vital Farias.

4.1. A Viagem

No ano de 2008 tive a oportunidade de residir durante o tempo da safra de cana-de-açúcar, no pequeno município de Sales – interior do estado de São Paulo, junto com um grupo de oito trabalhadores-migrantes oriundos do município de Tavares (PB).

Infelizmente não pude viajar no início da safra, devido dificuldade de me inserir nas turmas formadas pelos próprios trabalhadores, no início do ano. Nas cidades de origem, logo após as festividades de final de ano, os trabalhadores começam a articular para retornarem ao interior de São Paulo, para o trabalho na colheita de cana-de-açúcar.

Assim, logo nas primeiras semanas de Janeiro, busquei estabelecer contatos com alguns jovens migrantes de Tavares, privilegiando os que tinham sido meus informantes durante pesquisa de mestrado (2004-2006). Acertei viagem com a turma de um rapaz chamado Hélio, turmeiro local. Deveria ter viajado com a referida turma no mês de março de 2008, porém, ao se aproximar a data da viagem, notei que Hélio me evitava. Forcei contato, na antevéspera da viagem fui pessoalmente à sua casa, fiz de conta que nada notara, perguntei apenas se a viagem estava certa. Meus temores se concretizaram com a resposta evasiva do Hélio. Procurou-me dissuadir, dizendo que a casa onde os *peões* iam morar era pequena. Relutei que não tinha importância. Mesmo assim, não se deixou convencer. Confirmei então que havia algo *não dito*, quando um dos migrantes que assistia a conversa desabafou: “é o seguinte, Marcelo, Hélio está com medo de te levar e dar problema com a turma. O turmeiro lá vai está esperando e pode não gostar de saber que vai também um estudante”.

Eu não poderia simplesmente inventar uma desculpa para eles. Sabiam que eu estava estudando questões ligadas ao *corte da cana-de-açúcar*, expressões deles próprios. Embora

não soubessem para que servissem todas aquelas perguntas que constantemente lhes fazia: sobre o trabalho nos canaviais; sobre o pagamento, as condições das casas etc., tinham certeza que o conteúdo das mesmas não agradaria seus chefes.

Mostrei-me compreensivo, disse-lhes que entendia o que estava ocorrendo e que não se preocupassem, pois eu não estava querendo prejudicá-los. Hélio, menos tenso, desabafou:

A gente sabe Marcelo, que você *tá lutando* por nós, mas é nosso emprego, se ficarmos aqui não temos o que fazer [referência a dificuldade de ocupação no local de origem]. Se formos mandado embora eles lá lascam com a gente. Fica difícil até arrumar vaga noutra lugar. Eu cheguei a falar com o fiscal ontem no telefone, ele disse que não levasse ninguém que não fosse cortador de cana.

Não tinha mais o que falar, assim, tratei de assegurar mais uma vez que entendia aquilo tudo, que era normal e que não tinha problema algum deles não quererem que eu fosse com eles. Pedi, então, que não se preocupassem. Ao final dessa conversa pareciam mais tranquilos, fiquei com a impressão que tinha lhes tirado uma pedra da consciência. Eles, pela consideração que me tinham, não podiam simplesmente me dizer “não”, estavam preocupados, queriam me levar consigo, mas temiam as consequências de seu ato. Um dia após esta conversa a turma viajou.

Voltei a tecer contatos com outros migrantes, pessoas que eu sabia ou que me informavam que estariam viajando com destino para os canaviais do Estado de São Paulo. Logo me inseri em outra turma com destino à Novo Horizonte – SP. Iam trabalhar na usina Santa Isabel. Todavia, faltando quinze dias para a viagem à usina, comunicou que iria mandar um pessoal para fazer os exames dos trabalhadores e fichá-los no próprio local. Fichados, eles viajariam por conta da usina e, nos lugares de destinos, seriam alojados em casas, também providenciadas pela empresa. Fiquei contente com aquela notícia. Embora soubesse que eu não poderia viajar por conta da usina, por não ir cortar cana-de-açúcar, coisa que até tentei, mas não consegui (eu era conhecido demais na localidade para me aceitarem como cortador de cana-de-açúcar). Depois do primeiro episódio fiquei sempre com medo de colocar uma turma ou mesmo algum trabalhador em risco perante seus superiores (fiscais e administradores das usinas).

Novamente, fiquei sem turma com quem viajar. Cheguei mesmo a cogitar viajar sozinho, no entanto, aquelas minhas tentativas estavam me revelando algo sobre as relações de trabalhos dos migrantes. Tomei assim contato com o medo que ronda os canaviais, um medo que começa a se fazer presente no local de origem, medo que certamente é utilizado pelas empresas no sentido de manter o controle sobre o trabalhador.

No começo do ano era muito difícil comprar uma passagem nas empresas alternativas, as quais transportavam os migrantes. Todavia, quando, a partir do mês de abril, os migrantes foram rareando, isto pelo fato da maioria ter viajado, as referidas empresas buscando garantir outros passageiros, começaram, então, a anunciar vendas de passagens *promocionais* para o interior de São Paulo. Resolvi então arriscar e comprei uma dessas passagens que não se revelou tão promocional assim. No ato da venda, o rapaz garantiu-me que ia viajar com migrantes, mas que como o ônibus não iria tão cheio, o valor da passagem era de R\$ 250,00 [duzentos e cinquenta reais]. Para os migrantes, sim, havia um abatimento de R\$ 30,00 [trinta reais]. Comprei a passagem e marquei a data da viagem para vinte e sete (27) de Junho.

Mesmo sem saber onde ficaria, busquei com os parentes dos trabalhadores que se encontravam em São Paulo, alguns telefones, para o caso de uma emergência. Mas, qual não foi minha supressa ao entrar no ônibus e encontrar uma ex-aluna que ia *passar um tempo*, como ela me disse, com o seu esposo no município de Novo Horizonte (SP), onde o mesmo estava trabalhando como cortador de cana, na usina Santa Isabel. Éramos quatro tavaresenses no ônibus: Cida, esta minha ex-aluna, um rapaz que viajava para Catanduva, eu e Delmarques, que ia para Sales. Em Princesa Isabel, cidade vizinha à Tavares, os passageiros aumentaram. Éramos, agora, vinte e três passageiros, contanto com os dois bebês, cujas mães estavam indo morar com seus esposos até o final daquela safra.

No segundo dia da viagem, os passageiros que iam cortar cana-de-açúcar estavam sabendo de meu drama: o medo de não encontrar acolhida entre os migrantes. Cida, minha ex-aluna, toma a iniciativa, diz que ia ligar para o tio do esposo, pois o esposo não tem telefone. Na casa que o esposo mora, residem oito migrantes, com ela, serão nove. Não sabe se vai morar na mesma casa ou se o esposo pretende alugar outra casa e, se for, não sabe, também, se morarão sozinhos ou com outros casais. Na primeira parada, ofereço-lhe cartão telefônico. Ela liga, eu mesmo falo com o tio do esposo de Cida. É conhecido por “Dinha”. Pela voz percebo que se trata de uma pessoa mais velha. Apresento-me, digo-lhe que sou da rádio de Tavares, ele me conhece. Que bom. (Penso) Informo-lhe que estou viajando, que vou para Novo Horizonte, pergunto se conhece algum barraco onde haja vaga para mais uma pessoa. Diz que não, que está difícil, pois estão todos cheios, mas vai ver. Na próxima parada, Cida liga e fala, peço-lhe que pergunte sobre a possibilidade de morar com eles, ele responde secamente: *nem um dia*. Na resposta, sinto o medo, o mesmo medo de Hélio e sua turma em me trazerem com eles. Compreendo, acalmo Cida que se mostra preocupada, afinal, quisera tanto me ajudar. Peço que não se preocupe e, embora ela tivesse me dito que eles estavam em

barracos alugados por eles mesmos, finjo desconhecer e falo que provavelmente eles estão em casas alugadas pela usina e que a empresa não permite que outras pessoas morem com os trabalhadores.

Delmarques, que vem sentado ao meu lado, percebe meu desconforto, me acalma, pergunta se não quero ir com ele para o município de Sales, onde mora o irmão e outros primos. Diz que lá tem lugar para mim. Aceito o convite. Relaxo. A partir daí vamos partilhando o resto da viagem. Delmarques, sempre emocionado, às vezes com lágrimas nos olhos, fala da namorada que deixou e da saudade que sente. Diz que se não fosse casar no final do ano, não viria. Seus dois irmãos estão lá, em Sales, e apareceu uma vaga onde um dos irmãos está trabalhando. Resolveu vir. Bom, sossega, pelo menos aproveitou as festas do Feijão³⁶, pena que não vai ver a festa de Setembro³⁷.

4.2. Chegando ao espaço do “outro”

Ao chegarmos ao município de Sales, estávamos sendo esperado por Evandro, irmão de Delmarques e por João Guedes, seu primo. Mostraram surpresa pela minha presença, visto que esperavam apenas Delmarques.

Fomos informados de que o dono do mercado viria pegar nossas bagagens. Enquanto o aguardávamos, outros tavaresenses, de outros barracos, se aproximavam, falavam conosco e continuavam seu passeio de dia de folga.

Após uma meia hora de espera, finalmente o dono do mercado chegou dirigindo uma *perua* bege. Colocamos a bagagem no interior, sem banco. Acomodamo-nos da melhor maneira possível e chegamos até o barraco, onde residiam os rapazes.

³⁶ Em Tavares. PB, como nos demais municípios da região o mês de Maio é comemorado não apenas religiosamente, como mês de Maria, mas também profanamente, com festas populares. O município em questão, foi considerado a terra do feijão em referência a grande produção desse grão, sobretudo, no período que vai do final da década de 1960 até o final da década de 1980. O mês de Maio coincidia com o tempo da colheita do feijão, o que contribuía para um adensamento das festividades marcadas, sobretudo pelo encerramento, no dia 31 de Maio, último dia do novenário. Neste último dia, a novena não era celebrada pelas senhoras do Apostolado da Oração, como nos demais, mas pelo padre que rezava, ou melhor, cantava missa. Cada noite tinha um noiteiro, responsáveis pelo novenário e que eram escolhidos entre as famílias mais tradicionais ou católicas da cidade, o noiteiro podia também ser um grupo local, como os motoristas (proprietários de carros) ou carreiros (proprietários de carros de boi). A última noite era dedicada ao chefe do executivo municipal, era conhecida como a noite da prefeitura que arcava não só com o novenário mas com a festa. A partir da década de oitenta e início dos anos de 1990, com a queda na produção do feijão, houve um esfriamento das atividades festivas do mês de Maio, cujas comemorações passaram a se restringir ao âmbito religioso. Todavia, na atual gestão administrativa (2004-2008) o executivo local está refazendo a tradição do último de maio ligando-a, porém, ao calendário do São João. Assim, a partir de 2004 tem sido realizado o FEIJOÃO o qual se constitui de três dias de festas, começando sempre no dia 30 de Maio e encerrando-se no dia 01 de Junho.

³⁷ Referência a festa do padroeiro da cidade de Tavares – São Miguel, cuja festa celebra-se no dia 29 de Setembro.

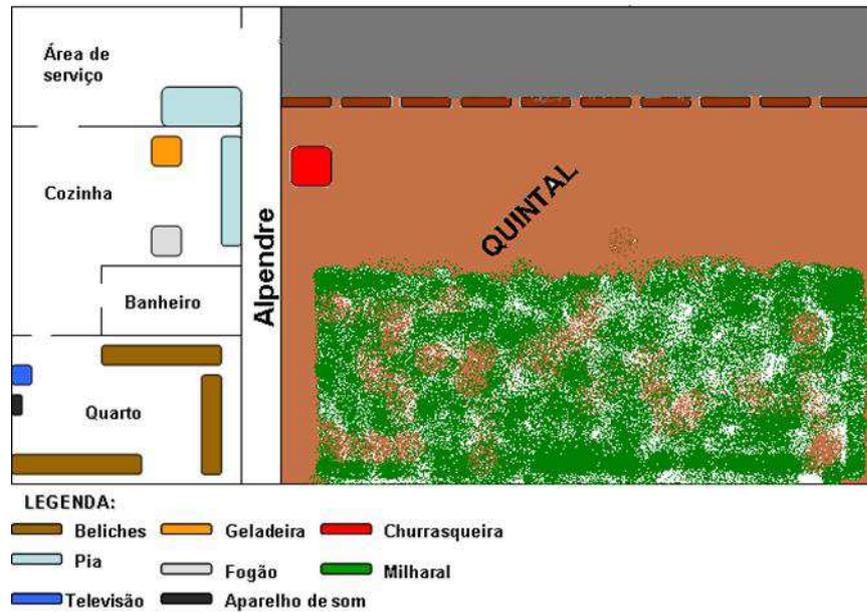
O terreno era grande, mas o barraco ocupava apenas uma pequena área no fundo do quintal. Do lado esquerdo de quem chega havia um bonito milharal, plantado pelos jovens migrantes, do lado direito um caminho feito de brita, provavelmente para facilitar a circulação em dias de chuvas. O primeiro cômodo coberto era uma área de serviço. Em cima havia dois bambus nos quais os jovens colocavam a roupa do trabalho e também uma mangueira. No chão, botinas, caneleiras, facões, garrações de água, roupas de trabalho sujas, luvas e sandálias espalhadas. Havia nesta área uma pia de lavar roupa, da qual saía um cano que derramava a água numa espécie de balde improvisado. Tratava-se de um barril de plástico, o qual fora cortado ao meio para servir de balde. Os trabalhadores utilizavam da água que escorria da pia, para aspergir o milharal.

Ao cruzar a única porta da área, entramos na cozinha, defronte para um pia de lavar louça, a qual fica abaixo de uma janela de onde se pode ver todo o quintal. Embaixo da pia, uma prateleira, também improvisada: tijolos colocados de cada lado sustentavam uma tábua de madeira sobre a qual eram colocados itens alimentícios: arroz, açúcar, macarrão, temperos, sal, biscoitos etc.; abaixo da prateleira, itens higiênicos: papel, desinfetantes etc. Ao lado esquerdo da pia, havia caixas e painéis empilhadas. Em um dos lados da cozinha, ficava uma geladeira, velha, *doação*, segundo me informou um dos rapazes. A geladeira estava localizada defronte para um fogão a gás, que pelo bom estado em que se encontrava, pensei ter sido comprado pelos próprios migrantes.

Saindo da cozinha em direção contrária à área de serviço entramos no único quarto do local. Neste havia três beliches e mais alguns colchões encostados nas mesmas. Os beliches estavam dispostos numa espécie de “U”. Numa das paredes do quarto, havia uma TV, sobre um caixote de madeira, embaixo da qual se podia ver um aparelho de DVD. Ao lado da TV, Delmarques colocou com cuidado o aparelho de som que trouxe da Paraíba, a pedido do irmão. O aparelho ficou em cima de sua própria embalagem.

Embaixo dos beliches tinha vários objetos. Sapatos, sandálias, malas de roupas, mas, também itens alimentícios, como rapaduras, cocadas e biscoitos. Entre uma cama e outra e mesmo na parte de cima do quarto ficavam alguns varais nos quais eram penduradas as roupas limpas. Por trás da porta, havia também uma cama, desarmada, provavelmente, devido a pequenez do espaço. (Ver Figura 07 abaixo).

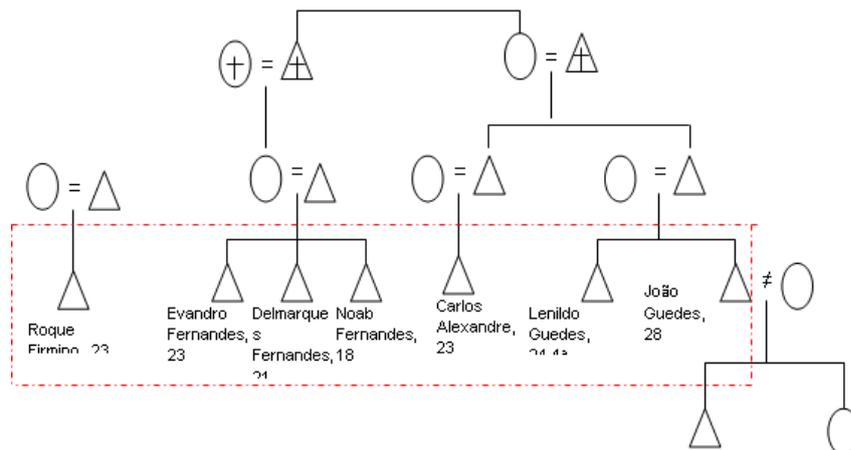
Figura 07 – Planta do Barraco



Fonte: Pesquisa do autor

No barraco residiam sete (07) trabalhadores: Roque; Delmarques e seus dois irmãos; João Guedes e seu irmão Lenildo; Alexandre, primo em primeiro grau de João e Lenildo e, em segundo grau de Delmarques, Evandro e Noab. Também são primos em segundo grau, Lenildo e João de um lado e, de outro, Delmarques, Evandro e Noab (Ver figura abaixo).

Figura 08 – Relação de parentesco entre os moradores do barraco



Fonte: Pesquisa do autor

Lenildo, João e Roque, trabalham para as usinas do Grupo Alemão; Alexandre e Noab no Grupo Cerradinho; Delmarques e Evandro trabalham para um fornecedor da usina Santa Isabel.

Como se pode visualizar a partir do diagrama acima, a organização do barraco é fundamentada em laços de parentesco e amizades. Ou seja, os trabalhadores tendem não apenas a viajarem, mas também a residirem, comerem, conversarem e se divertirem com o que Mayer³⁸ chama de *companheiros moralmente significantes*, entendendo os mesmos enquanto “aqueles com os quais os migrantes vivem, comem, dormem, conversam, bebem e se divertem; são também os amigos em tempos de necessidade e os julgadores em casos de disputa ou comportamentos incorretos” (MAYER, 1964 p. 29).

Mesmo quando a usina é quem fornece a casa aos trabalhadores-migrantes, os mesmos não permitem que a empresa lhes diga com quem morarão, são os próprios trabalhadores que decidem e se organizam a partir de suas relações de parentesco e também dos laços de amizades. Como o diagrama acima deixa claro, apenas um dos migrantes, Roque, não tinha laços de parentesco com os demais trabalhadores.

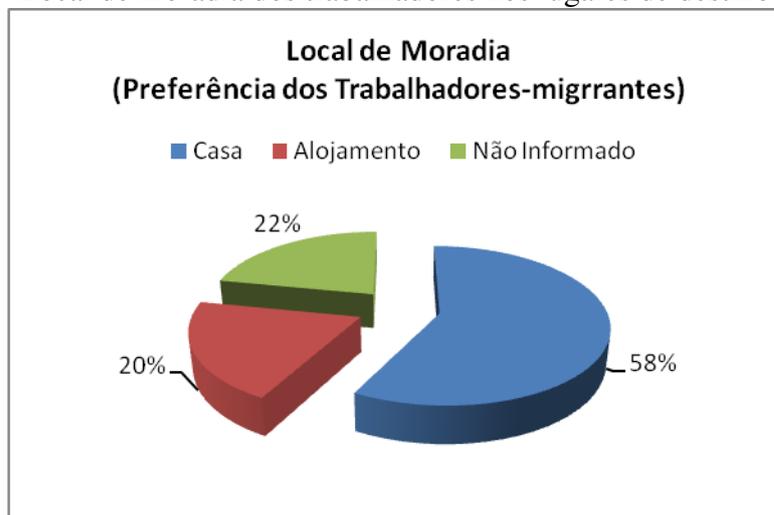
A usina Santa Isabel, após várias atuações do Ministério do Trabalho, vem fornecendo, desde o ano de 2007, casas para os trabalhadores que vem de outra região do país. Um dos critérios para o acesso às casas da usina é que o migrante não pode viajar com a família, devendo habitar em grupos de no mínimo oito pessoas por casas. Durante visita ao município de Novo Horizonte, no Estado de São Paulo, pude constatar que alguns trabalhadores resolveram migrar e permanecer com a família, mesmo tendo que arcar com as despesas de moradia e que outros, preferiram também pagar aluguel resguardando, no entanto, o direito de escolherem com quem morarão. Há, nesse sentido, uma recusa, por parte do trabalhador, em residir com trabalhadores desconhecidos, sobretudo, quando estes vêm de um Estado diferente. Os trabalhadores tendem a realçar que morar junto de pessoas desconhecidas, pode ser fonte de desentendimentos entre os trabalhadores, alegam que é melhor morar com quem se conhece, visando, dessa forma, diminuir as possibilidades de atritos durante o período da safra.

Além dos barracos [alugados pelos próprios trabalhadores migrantes], das casas fornecidas pelas usinas, outros lugares de moradia dos trabalhadores, durante o tempo da safra, são os alojamentos, também fornecidos pelas empresas canavieiras e as pensões, pagas, pelos próprios trabalhadores.

No questionário por mim aplicado, a maioria (58%) dos trabalhadores entrevistados respondeu que preferia morar em casas ao invés de alojamentos (Gráfico 12):

³⁸ Mayer,P. (1964) Labour migrancy and the social network. In: Holleman, J.F. et al. Problems of transition: Proceedings of the social sciences research conferenc. Pietermaritzburg.Natal University Press, p.21-34

Gráfico 12 – Local de moradia dos trabalhadores nos lugares de destino (Preferência)



Fonte dos dados: Pesquisa do autor

Assim é que José Félix, 27 anos, oriundo do sítio Fala, município de Tavares, quando indagado se é melhor morar em alojamento ou casas, diz que “morar em alojamento é coisa pra doido”. Ele mesmo, diz, nunca morou em alojamento, mas os outros colegas comentam que “é esquisito, morar fora da cidade”, e complementa: “tem os regulamentos, um montão de coisa que não pode fazer”.

4.3. O espaço dos alojamentos

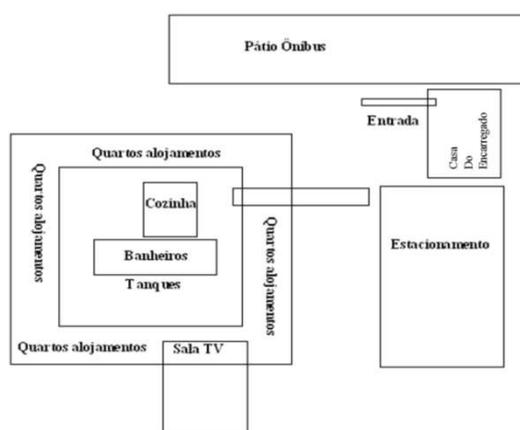
Os trabalhadores que optam pelo alojamento esclarecem que no alojamento é mais vantajoso, pois permite ao trabalhador economizar mais, pois não se paga aluguel, o valor da alimentação seria simbólico, e, por se localizar longe dos centros urbanos, tendem a dificultar o consumo etc. Mais: devido à proximidade do eito, isto é, do local de trabalho, não é necessário levantar tão cedo, além de que, os trabalhadores realçam, o alojamento tende a ser mais organizado. Nas palavras de Renilson (29 anos, trabalhador-migrante oriundo de Tavares – PB):

Eh, Marcelo, cidade não dá não... Você em casa, tá tudo bagunçado, se você for falar com uma pessoa, você sabe que tem muita gente ignorante no mundo, se o cabra vai falar: ‘oh fulano, hoje é teu dia de tu cuidar’. “Cuide aí, se quiser, não tou pagando do mesmo jeito que você?” [resposta do outro]. Fazer o quê, você tem que ficar calado. Se for um cara que combine,

tudo bem, ajeita, Se for uma pessoa que não combine...Tem mais *presencidade*, é mais arrumado no alojamento, você chega, você lava sua roupa, tomou um banho, pronto... Jantar, fica conversando com os amigos, lá, jogando conversa fora, depois é só dormir...

No ano de 2007, tive oportunidade de conhecer dois alojamentos, um de propriedade do grupo COSAN e outro de um empreiteiro, dono de uma empresa terceirizada de trabalhadores. Ao chegar ao primeiro – pertencente ao Grupo COSAN – a sensação foi a de que estava num campo de concentração. Com efeito, não apenas o alojamento era todo cercado, mas havia um rigoroso controle das entradas e saídas. (ver figura abaixo):

Figura 09 – Planta do alojamento - COSAN

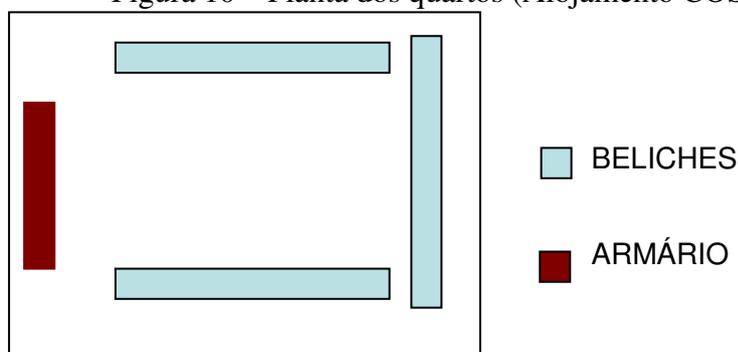


Fonte: Aroni (2007)

Segundo informação de Otaviano, responsável pelo alojamento, aproximadamente 300 trabalhadores encontrava-se ali alojados, por ocasião da visita aqui relatada, sendo a maioria oriunda de Minas Gerais. Ainda segundo o informante, a COSAN possuía mais de quatro alojamentos, apenas três, contudo, estavam funcionando.

O centro do alojamento era composto por vários pequenos quartos, ocupados cada um deles por, no máximo, seis trabalhadores. Todos os quartos tinham saída para um grande pátio onde se localizava a cozinha, os banheiros e alguns tanques que deviam ser utilizados para lavagem de roupas.

Figura 10 – Planta dos quartos (Alojamento COSAN)



Fonte: Pesquisa do autor

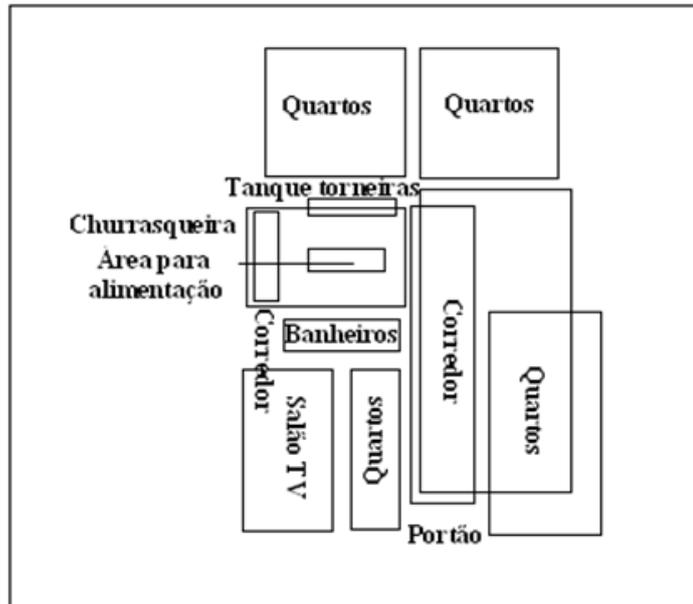
Como sinalizado, em cada quarto alojavam-se seis trabalhadores. Sobre o guarda-roupa havia uma televisão ligada. Durante minha visita, os trabalhadores-migrantes assistiam a um show de uma banda de forró, típica de sua região de origem. Sobre as camas havia mercadorias: TVs, DVDs, Sons, compradas pelos migrantes.

Durante esta visita, tive oportunidade de encontrar-me com alguns trabalhadores oriundos do município de Tavares (PB), alguns deles meus antigos informantes de pesquisa. A receptividade com que me acolheram falava-me da saudade de casa que os assolava, mas também da necessidade de calor humano, de contato com gente familiar. Sinalizava, assim, para o isolamento aos quais estavam sujeitos, iguais ilhas, rodeados apenas, pelo verde de cana.

Durante conversa, sob os olhos dos fiscais, os trabalhadores com os quais tive oportunidade de conversar reclamaram da ventilação dos quartos, chamando a atenção para o fato de que os mesmos não possuíam janelas e tinham o teto muito baixo.

A visita ao outro alojamento – de um empreiteiro – ocorreu também no ano de 2007, durante primeiras visitas de campo. Trata-se de um alojamento situado no município de Rios das Pedras. Neste alojamento havia, na época da visita, 95 trabalhadores-migrantes, sendo a maioria oriunda da Bahia, Ceará e Paraíba. Segundo o Marcio, então administrador, a maior parte dos trabalhadores alojados estava na faixa dos vinte aos trinta anos, sendo a maioria analfabeta. Pela figura abaixo se pode vislumbrar a estrutura física do alojamento em questão.

Figura 11 – Planta do alojamento visitado em Rio das Pedras



Fonte: Aroni (2007)

O administrador informou ainda que o custo do alojamento para os trabalhadores é de R\$ 200,00 (duzentos reais), valor este que compreende a alimentação e a manutenção do espaço físico.

Assim como no alojamento da COSAN, neste também os trabalhadores que se encontravam na sala de televisão assistiam a um DVD de uma banda de forró de sua região de origem.

Dentre os itens comuns em ambos os alojamentos, merece destaque o conjunto de regras às quais os trabalhadores alojados estão submetidos. No alojamento da COSAN, logo na entrada pode-se ver uma lista com aquilo que os trabalhadores não podem fazer, a exemplo de ingerir bebidas alcoólicas, ou receber visitas externas. No alojamento de Rios da Pedra, embora não tenha visto nenhuma “tábua da lei”, o administrador fez questão de informar que os trabalhadores são proibidos de cozinhar dentro do alojamento, de portarem e utilizarem facão e mesmo de ingerirem bebidas alcoólicas, etc.

Silva (1999, p. 242) realça que os alojamentos “se constitui um lugar fechado, cujo objetivo é tão-somente completar a formatação destes corpos para o trabalho”, constituindo-se, portanto enquanto um espaço de disciplinamento da força de trabalho. Expediente pedagógico é por meio dos alojamentos, também, que vai se constituindo um trabalhador dócil e útil, para usar um termo de Foucault (2008).

Assim, o sistema de proibições existentes no espaço dos alojamentos tem como finalidade maior,

Corrigir as condutas desses homens, saídos de lugares onde os hábitos e costumes são totalmente diferentes. (...) Transformar esses homens em tempo de trabalho exige, portanto, não apenas o controle no eito, como também nestes alojamentos, onde se objetiva uma adaptação total dos indivíduos por meio de uma coação generalizada (SILVA, 1999, p. 242-3).

Também Menezes (2002) faz referência aos alojamentos enquanto “espaço de disciplina e controle social”. No entanto, a autora anota que “nesse ambiente degradado, os trabalhadores migrantes tentam criar um espaço social, em que a vida cotidiana assume significados e sentidos para além das condições espoliativas do trabalho e moradia” (MENEZES, 2002, p. 157). Trata-se de pensar o alojamento simultaneamente enquanto espaço de vigilância, disciplina, controle social e enquanto espaço, também, de resistência.

Muito embora não tenha feito observações no espaço dos alojamentos, é possível, mediante os relatos dos trabalhadores-migrantes entrevistados identificar táticas de resistência, nos espaços dos alojamentos, pelas quais os trabalhadores-migrantes buscam fazer frente às exigências presentes nesses locais de moradia. Assim é que Ismael (oriundo do município de Santa Cruz da baixa Verde – PE) enfatiza, durante entrevista, que prefere morar em alojamento, porque, segundo ele, “livra a bóia”, o termo bóia referindo-se a alimentação que no alojamento sairia de graça para o trabalhador. No entanto, o mesmo informante realça que, nos alojamentos, as exigências são muitas, elencando as seguintes: “não beber; não conversar à noite; não levar mulher; não chegar calçado à noite”, tudo isto visando “não atrapalhar o sono dos trabalhadores que vão acordar cedo”. Nota-se, portanto, que o conjunto de regras presentes no espaço do alojamento visa favorecer um corpo em boas condições de trabalho (sem sono, ressaca, cansaço), garantindo, dessa forma, maior produtividade, corpo útil, porque corpo dócil (FOUCAULT, 2008).

Por outro lado, ainda segundo Ismael, os trabalhadores-migrantes resistem. Em suas palavras, “lá, onde eu estava, os *cabras* [trabalhadores] escondiam bebidas dentro da cana, pois sempre tem uma roça próxima ao alojamento e havia trabalhadores que quando saía, trazia bebida alcoólica dentro de latinhas de guaraná, enganando os guardas”.

Cover (2011, p. 115) anota que embora cachaça e outras bebidas alcoólicas sejam proibidas dentro dos quartos, “os trabalhadores encontram formas criativas de esconder as bebidas (...) geralmente adquiridas na cidade, no dia da folga, ou num bar existente ali próximo ao alojamento”.

Para o autor, haveria uma cumplicidade entre os trabalhadores e fiscais, pois estes [os fiscais] têm conhecimento da inserção de bebidas alcoólicas no espaço dos alojamentos, no entanto, “se o fiscal não enxergar, não tem como ficar sabendo. E se os trabalhadores beberem e não provocarem conflitos, também não se comunica um possível problema decorrente do uso de cachaça” (COVER, 2011, p. 116). Assim, por exemplo, continua o autor citado, “o fiscal sabe que antes de tomar banho os trabalhadores gostam de “tomar uma”, então, ele se ocupa de outras coisas, para não ter que **enxergar** tal ato e ter que punir” (COVER, 2011, p. 117, **grifos colocados**).

É importante enfatizar que os trabalhadores migrantes tendem a decidir com quem dividirão os quartos, nos alojamentos, reconstruindo, assim, suas redes de parentesco, vizinhança e amizade, uma vez que tendem a partilhar o quarto com parentes, amigos e conhecidos, o que pode contribuir inclusive para tornar o mesmo um espaço seguro, no qual o discurso oculto pode aflorar, sobretudo nos tempos/momentos em que os representantes diretos das empresas (responsáveis pelo alojamento) estão longe e/ou ocupados.

Mesmo considerando que no alojamento os gastos são menores e que, portanto, residindo nesses locais, é mais fácil para o trabalhador migrante economizar, são muitos os que preferem residir em casas/barracos ou pensões, durante o período da safra, mesmo que isto implique em maiores gastos. Dessa forma, a opção pelas casas, em si, aponta para a um ato de resistência por parte do trabalhador-migrante, visto que por meio deste expediente, chega mesmo a abrir mão da possibilidade de um dinheiro a mais, visando resguardar o seu tempo/espaço de liberdade.

4.4. Casas e barracos

Como especificado, nem todos os trabalhadores-migrantes residem em alojamento durante o tempo da safra, tanto pela inexistência desses espaços em algumas empresas do setor canavieiro, quanto pela opção do próprio trabalhador em residir nos espaços das cidades. Os que não residem em alojamento residem em pensões e/ou casas/barracos.

Durante visita de campo ao município de Engenho Coelho-SP, tive a oportunidade de conhecer uma pensão, de propriedade de uma senhora oriunda do estado da Bahia, de nome Roseli. Além da pensão, dona Roseli é proprietária, também, de um bar, ambos, pensão e bar, ficam juntos de sua residência.

Segundo dona Roseli, no tempo da entressafra os quartos ficam fechados, o que sinaliza para sua preferência pelos trabalhadores nordestinos, segundo ela, os motivos dessa preferência é que os trabalhadores não “dão trabalho”: “Igual esses aí não tem problema nenhum. Eu dei, até agora graças a Deus, pois não tem problema. E não tem mesmo”.

Durante seu relato, dona Roseli enfatizou que quando os trabalhadores-nordestinos retornam para seus municípios de origem, costumam lhe telefonar e, quando retornam para a próxima safra, trazem-lhe presentes, “queijo, mel e até goiabada”. Há, assim, mais do que simples relação comercial entre os trabalhadores e dona Roseli, podemos dizer que através dessas dádivas, criam-se solidariedade e, por meio delas, os trabalhadores buscam ampliar suas relações de amizade e parentesco, tornando assim familiar o espaço do outro. Como bem afirma dona Roseli, durante seu relato: “Eles (os trabalhadores) e suas mulheres falam assim que ninguém tem duas mães, Mas, ao chegarem aqui [referência ao município de Engenho Coelho-SP] encontraram outra mãe. Eu falo que elas são minhas filhas, eu chamo elas de filha”.

Além das pensões, existem as casas e *barracos*. Os trabalhadores utilizam o termo *casa* para se referirem às residências mais estruturadas, como as que são fornecidas pelas usinas, ou alugadas por eles próprios quando migram com a família; o termo *barraco* sendo utilizado para indicar as residências desestruturadas, isto é, nas quais falta um mínimo de estrutura física (paredes em bom estado de conservação, cômodos organizados etc.).

Mas o barraco também se contrapõe à casa, para indicar a provisoriabilidade dessas residências, sinalizando para o fato de que a casa está no local de origem, onde mora a família.

Em “A poética do espaço”, Bachelard (1978, p. 201) anota que a casa:

Mantém o homem através da tempestade do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado no mundo”, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço.

E mais adiante o mesmo autor diz que “a vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa” (BACHELARD, 1978, p. 201).

A casa, portanto, remete a segurança, está em casa é estar protegido dos males do mundo. É por isso que estando no mundo, sentindo-se longe de casa, do abrigo dos seus familiares, os trabalhadores migrantes tendem a nomear suas residências, nos locais de destino, de *barracos*, sinalizando para o fato de que estão longe de casa e, portanto, para a

provisoriamente dessas moradias. Quando indagado sobre os motivos do termo *barraco* pelos trabalhadores-migrantes, Delmarques me disse que “é por conta da miséria dessas casas”, enfatizando que em muitas delas usa-se lona ou madeira para dividir os cômodos. Delmarques frisou também que a casa tá longe [referência aos locais de origem], onde tá a família, e que nos *barracos* “não tem mulher que cuide da organização”. A casa ficou lá, no espaço de origem, assim é que a expressão “fulano montou casa” é utilizada para referir-se aos trabalhadores que migraram com a família se estabelecendo nos locais de destino.

Da Matta (1997, p.53) lembra-nos que em nossa sociedade brasileira:

A casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculo de hospitalidade e simpatia.

Portanto, a casa é o espaço do familiar, marcado, assim, “pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos ‘amor’, ‘carinho’ e ‘consideração’ (DAMATTA, 1997, p.54). Migrar implica, dessa forma, em “sair de casa”, lançar-se ao mundo, à rua, inserir-se em uma outra ética, marcada pela impessoalidade, luta e malandragem” (DAMATTA, 1997, p. 55).

O barraco pode ser percebido, portanto, como a tenda que o trabalhador-migrante arma, visando constituir neste universo impessoal, um espaço que possa ser reconhecido, que tenha ares familiares, daí a relutância em residir, no mesmo barraco, com “estranhos”, o que equivaleria a trazer a “rua” para dentro de casa. Mas, impossibilitados de reconstituição da casa, pela ausência de esposas e filhos, os trabalhadores-migrantes nomeiam suas residências de *barracos*, o qual é também sinônimo de confusão, tal como nas expressões: “armar barraco”, “ser barraqueira/o”, em contraponto ao “amor”, “carinho” e “consideração” de que nos falava DaMatta (1997), e que são próprios da representação que tecemos sobre a casa. Morar em barraco é habitar entre estranhos, mesmo que se evite o grau máximo de estranheza, dado pela situação de residir com pessoas de outros estados, indivíduos que sequer seriam classificados como “conhecidos”.

Habitando entre “estranhos”, há sempre a possibilidade de desentendimento, desencontros, brigas, confusões, embora haja sempre o desejo de que o barraco seja a casa, de que os que convivem sejam “como uma família”, assim é que os trabalhadores-migrantes com os quais residi, durante a safra de 2008, repetiam sempre que “nosso barraco é bom, a gente se respeita”, ou “nós somos como uma família”.

O uso do termo barraco também faz alusão às condições estruturais dessas habitações, as quais, geralmente, estão localizadas nas periferias dos municípios de destino dessa força de trabalho, como bem sinalizado por Vetorassi (2007, p.123) para quem “esses homens e mulheres migrantes são também marginalizados geograficamente, pois, para eles, sobram as regiões periféricas e miseráveis das cidades que os abrigam”.

Além de, geralmente, estarem localizadas nas áreas mais pobres e, portanto, mais desprovida de infraestrutura, a exemplo de calçamentos, as residências dos trabalhadores-migrantes são não raramente pequenas, com paredes rachadas/esburacadas, algumas sem acabamento, apenas de tijolos, conforme pode ser visualizada na foto de número 03 (ver abaixo).

Foto 03 – Barraco e trabalhadores-migrantes em Novo Horizonte - SP



Fonte: Pesquisa do autor

Silva (2007) comentando as denúncias que chegam ao Ministério do Trabalho, especificamente, aquelas relacionadas às condições de moradia, apontadas como precárias e desumanas, anota que:

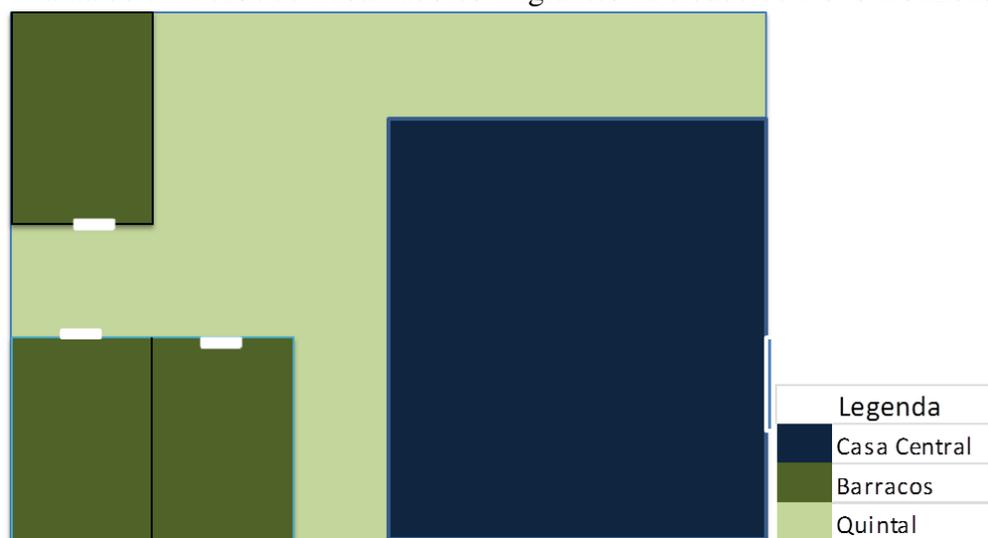
Na realidade, a precariedade material é componente da desvalorização econômica, cultural e simbólica desses trabalhadores. É preciso afirmar que essa característica é peculiar à história desses trabalhadores, nessa região [Ribeirão Preto – SP]. Vários depoimentos colhidos ao longo de várias pesquisas revelam que as condições de moradia, com raras exceções, sempre

foram precárias. Os barracões cobertos com lonas de plásticos, casas velhas, utilizadas como depósitos de mercadorias, cheias de ratos, pulgas, baratas, percevejos, cobras, além da péssima condição da comida, foram, em muitas ocasiões, os motivos dos quebra-quebras, dos sinais da recusa e da revolta dos trabalhadores em um passado recente.

Para quem visita essas cidades destinos, salta aos olhos também a construção de cômodos e barracos nos fundos das casas, visando alugá-los aos trabalhadores-migrantes, durante o tempo da safra. São cômodos construídos ou simplesmente improvisados para esses sujeitos e cujas condições fica muito aquém dos valores dos aluguéis estipulados pelos proprietários.

No município de Sales, encontrei a seguinte construção arquitetônica: uma casa central no fundo da qual fora construída três pequenos quartos, todos eles construídos/improvisados para serem alugados aos trabalhadores-migrantes, durante o tempo da safra.

Figura 12 – Planta de uma casa de trabalhadores-migrantes na cidade de Novo Horizonte - SP



Fonte: Pesquisa do autor

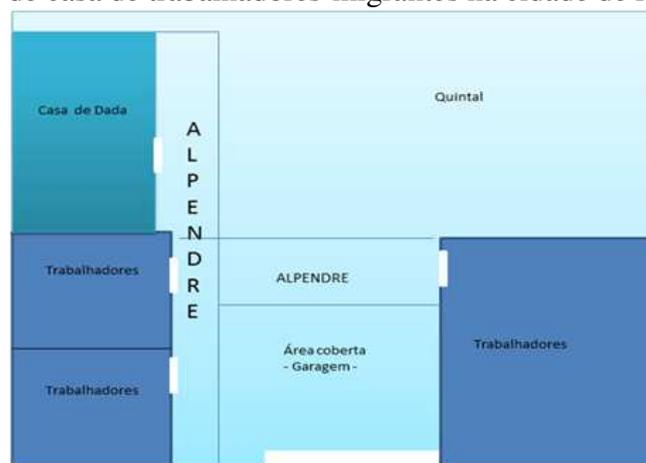
Em obra clássica, Silva (1999) chamava a atenção para as transformações que a migração desses trabalhadores tem provocado no espaço físico das cidades de destino. Segundo a autora:

Em virtude da chegada constante destas “levas”, além dos “peões provisórios” que vêm só no período da safra, o espaço físico destas cidades foi sendo cada vez mais insuficiente para abrigar grandes contingentes, pelo fato de eles serem cercados pelo mundo dos canaviais, laranjais e cafezais. O resultado foi a construção de cômodos e barracos nos fundos das casas e a

coletivização de uso de tanques, varais e espaços fora da casa propriamente dita (SILVA, 1999, p. 232).

Algumas vezes a usina aluga todo o complexo, isto é, tanto a casa central quanto as unidades menores localizadas no quintal, fornecendo as mesmas não apenas aos trabalhadores, mas igualmente aos fiscais de turma, são casos como o que presenciei no município de Novo Horizonte - SP, onde a usina alugou tanto a casa central quanto as casas localizadas no quintal, ao todo três, fornecendo as mesmas para o fiscal de turma e os trabalhadores. Pelo esquema abaixo podemos perceber o que implica esse “espaço partilhado” em termo de controle da força de trabalho. É através desse tipo de expediente que a usina busca, também, controlar a totalidade do tempo do trabalhador tendo em vista garantir níveis cada vez mais altos de produtividade.

Figura 13 – Planta de casa de trabalhadores-migrantes na cidade de Novo Horizonte - SP



Fonte: Pesquisa do autor

Mesmo quando não residem diretamente sob os olhos dos fiscais, os trabalhadores que residem nesses “fundos de quintais” sempre reclamam da vigilância exercida pelo proprietário e também morador da casa central. Assim é que durante conversa com Gilberto (21 anos, trabalhador-migrante oriundo de Manaíra – PB), fez queixa de que, além da casa em que morava juntamente com o pai e mais dois irmãos, ser “muito ruim”, a dona, que mora na casa da frente (casa central no esquema numero), coloca muitas exigências para que eles possam continuar ocupando a casa, mesmo considerando que a família do trabalhador não mora de “favor”, mas são locatários..

Marcelo – E a casa? Você gosta da casa

Gilberto – Não, é muito ruim...

Marcelo – Ruim, por quê?

Gilberto – Estragada... (pausa) E a dona (apontando para a casa defrente) faz muita exigências, o cabra não tem liberdade.

Marcelo – Liberdade? Como assim?

Gilberto – O cara não tem liberdade não... Não pode fazer churrasco, que a dona não concorda; não pode trazer mulher, que ela não concorda, mas coisas ela não concorda...

Sobre o fornecimento de casa, pelas empresas canavieiras, vale a pena enfatizar que na região pesquisada apenas a usina Santa Isabel fornece casa para os trabalhadores-migrantes, e isto recentemente e como resultado da atuação do Ministério do Trabalho que no ano de 2007 *obrigou* essa empresa a fornecer casa para essa parcela de seus empregados [os migrantes], o que é do conhecimento dos próprios trabalhadores, como pode ser visualizado na fala de Vanildo (28 anos, trabalhador migrante oriundo do município de Tavares – PB).

O Ministério do Trabalho deu mais em cima para botar mais, dá mais assistência ao trabalhador. Se não o trabalhador, toda vez que for só vai dormir no chão, agora não pode dormir no chão, agora a usina tem que dá casa, vai ter que ter higiene nas casas. Toda semana passado pano por mulher, que tem que ter mesmo.

Os funcionários da usina responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores-migrantes costumam citar o fato de que a empresa fornece casa para os trabalhadores como um diferencial em relação às demais empresas que também recrutam trabalhadores na mesma região de origem. Em nenhum momento tais funcionários enfatizam que o fornecimento de casa deu-se por determinação da justiça.

Os trabalhadores-migrantes acham que a usina não fornece a casa totalmente de graça para eles, que “a usina não dá nada, a ninguém” (Damião, 21 anos, oriundo de Tavares – PB). Nos seus relatos enfatizam que se estão [referência a empresa] pagando o aluguel da casa, “eles [referência a usina] devem ter uma maneira de tirar o aluguel do nosso pagamento, uma maneira de descontar”.

Retomando o tempo de minha estadia no município de Sales, junto com os trabalhadores-migrantes, ressalto que, no ano de 2008, naquele município havia trabalhadores basicamente da Usina Cerradinho, Alemão ou de Fonseca (Fornecedor da Usina Santa Isabel). Nenhuma dessas empresas oferecia casas aos trabalhadores, assim eram os próprios trabalhadores quem se responsabilizavam para arranjar e alugar uma casa ou barraco, o que

não é feito de forma automática, mas passa pelo acionamento de redes sociais nas localidades de destino.

4.5. Redes Sociais

Providenciar um local para residir durante o período da safra significa inserir-se numa rede local marcada também pela exploração do trabalhador migrante. Explico: alguns migrantes que trabalharam e que teceram relações em determinado município, ao voltar, nas safras posteriores, podem acessar antigos conhecidos, isto é, pessoas com quem travaram relações nas safras anteriores. Pessoas estas que podem tanto disponibilizar diretamente uma casa para o grupo recém-chegado, quanto funcionar como intermediários entre o grupo e algum proprietário local.

Não são raros os casos em que os donos de mercado assumem este papel de intermediário entre os migrantes e os proprietários de imóveis locais. Engana-se, no entanto, quem pensa que tal papel se exerce por gratuidade ou humanitarismo. A posição do comerciante como intermediário entre os migrantes e os proprietários de imóveis locais começa pela solicitação do *favor* ao comerciante. Geralmente, os trabalhadores fazem tal solicitação aos comerciantes nos quais compraram em safras anteriores e a solicitação aparece como uma espécie de *cobrança* por um favor dispensado.

O comerciante que uma vez solicitado negar-se a ajudar os trabalhadores a conseguirem uma casa, pode perder seus futuros clientes, dessa forma colocar-se no local de intermediário, por parte dos comerciantes, implica na afirmação de laços sociais estabelecidos nas safras anteriores ou simplesmente na construção desses laços, quando o comerciante se propõe a ajudar novos trabalhadores-migrantes, movidos pela esperança de que estes se transformem em seus futuros fregueses.

O trabalhador-migrante que utilizou os serviços de um comerciante local “fica” na obrigação não apenas de fazer suas compras, durante toda a safra, naquele comércio, em detrimento de qualquer outro, como também, de conseguir que outras turmas de migrantes também o façam. Por sua vez, espera-se sempre do comerciante que o mesmo esteja disponível para prestar alguns serviços aos migrantes, como também para continuar servindo de intermediário entre o grupo e os detentores de bens e serviços locais. Dos migrantes mais antigos, os donos de mercado esperam, ainda, que sinalizem em quais dos migrantes novos se pode ou não confiar, na hora de vender a crédito.

Conversando com um dono de mercado no município de Sales-SP, o mesmo disse-me ser muito arriscado vender a prazo para os migrantes, pois há turma que vai embora sem pagar. Segundo ele, a última conta, referente ao último mês da safra, é difícil de ser cobrada. Indagado sobre o que fazia para controlar o risco, o mesmo confessou que conta com as informações dos migrantes mais antigos sobre os mais novos. Não são raras as vezes em que, ao ver um migrante novato fazendo compras, um migrante mais antigo faça sinal ao vendedor para não vender fiado, o que aponta para o fato de que, se há intermediário entre os migrantes e os do lugar, também há entre os próprios migrantes. Migrantes mais antigos são quase sempre utilizados como intermediários entre os migrantes novatos e os donos de mercado locais.

Pode ocorrer também que o próprio turmeiro se ofereça para arranjar casa (moradia) e mercado (lugar para comprar) para os trabalhadores-migrantes que se dispuserem trabalhar em suas turmas. Não é raro igualmente que o próprio turmeiro seja também dono do mercado onde os trabalhadores deverão comprar. Este é caso de Claudeonor, turmeiro da usina do grupo Cerradinho. O mesmo tem duas turmas de trabalhadores, todos oriundos dos municípios da microrregião de Princesa Isabel e, também, dos municípios Pernambucanos de Flores, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde etc. A usina está localizada na região de Catanduva, mas os trabalhadores da turma de Claudeonor residem todos no município de Sales – PE, onde reside também o próprio turmeiro, que além de trabalhar para a usina referida, é, também, dono de um mercado.

Como especificado, na safra de 2008, Claudeonor tinha duas turmas de trabalhadores, uma delas composta por trinta e seis (36) e a outra por vinte e oito (28) trabalhadores, a maior parte deles oriundos da região nordestina foco desta pesquisa. Durante conversa com o referido turmeiro, o mesmo deixou claro que garante *casa de aluguel*, a expressão *de aluguel* sinalizando para o fato de que o aluguel do imóvel é de responsabilidade dos trabalhadores, como o próprio turmeiro explicou ao enfatizar que no tempo da safra, são os trabalhadores que arcam com o valor do aluguel, mas que “para garantir a casa, eu tenho que arcar com dois ou três meses de aluguel, que é o tempo em que eles estão lá [referencia aos municípios nordestinos nos quais os trabalhadores são recrutados], na entressafra, então, para segurar as casa, eu tenho que arcar com essa despesa”. Oferecer *casa de aluguel* é importante, sobretudo quando a turma é composta por trabalhadores “novatos”, isto é, trabalhadores que ainda não possuem conhecidos com os quais possa contar nos locais de destino.

4.6. Interação social nos espaços de moradia

Voltemos ao barraco onde morei juntamente com Delmarques, seus irmãos e companheiros. Quando escrevi acima, que a organização do barraco se fundamenta no laço da amizade e de parentesco, não estava apenas indicando que os moradores de um barraco são, geralmente, irmãos, primos e amigos próximos. Na verdade, a organização diz respeito também ao uso do espaço interno, sua divisão e apropriação pelos moradores, bem como as interações sociais cotidianas entre os moradores do barraco³⁹. Vejamos:

Como enfatizei, embaixo de cada beliche são colocados malas de roupas, sapatos, mas também gêneros alimentícios. Itens alimentícios são colocados igualmente embaixo da pia, na cozinha. Observando o dia-a-dia dos migrantes, pude perceber uma diferenciação entre os itens colocados embaixo da pia e os que são guardados embaixo dos beliches. Trata-se da divisão entre o público e o privado. Com efeito, os itens que são dispostos debaixo da pia, são coletivos, isto é, pertence a todos os moradores do barraco. Qualquer um pode usá-los à vontade. É a *feira*, diferente da *merenda*, do *lanche*, constituído basicamente, de biscoitos, doces, bombons, comprados por pequenos grupos e que são colocados abaixo dos beliches de cada parceiro. Enquanto a feira era feita por Roque, que era também quem cuidava da alimentação do grupo, a merenda e o lanche eram comprados tanto individualmente (caso de Roque e de Alexandre) quanto coletivamente, mas sempre em grupos menores. No barraco em questão, havia basicamente dois grupos:

- (A) João e Lenildo;
- (B) Delmarques, Evandro e Noab.

Tal divisão estava relacionada às relações de parentesco⁴⁰. Suponho que, nos barracos onde residam apenas amigos, tal divisão se dá por uma espécie de gradação entre os outros

³⁹ Alguns estudos sobre organização de redes sociais entre migrantes nas décadas de 1970 e 1980 são encontrados na literatura da África do Sul. O estudo realizado por McNamara (1980) utilizou o conceito de redes sociais para analisar as interações sociais no bar de um alojamento em mina de ouro na África do Sul.; (HARRIES, 1994) propõe o conceito de “pequenas comunidades” e Breman (1985) para o caso de migrantes na cana de açúcar em Gujarat do Sul na Índia, aborda a existência de “pequenos núcleos” dentro das grandes turmas de migrantes. Moodie (1991) sugere que a identidade dos trabalhadores migrantes, bem como a percepção de si mesmos é adquirida através da formação de redes sociais baseadas em laços da comunidade de origem e outras relações e nos valores dos migrantes

⁴⁰Menezes (2002, Cap. 5) observou em alojamentos de trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar no Estado de Pernambuco que a alimentação era preparada por grupos formados por amigos e parentes, no entanto, havia variações quanto a compra de alimentos. Em grupos formados por parentes, os produtos tendiam a ser comprados coletivamente e o custo partilhado e entre grupos formados apenas por amigos ou por amigos e parentes, geralmente, compravam os alimentos separados e cada um participava com uma quantia na panela.

mais significantes, isto é, os trabalhadores tendem a se agruparem entre si, a partir de seus laços e grau de afinidade e reconhecimento.

O quarto, não era apenas o local de dormir, ou de trocar-se (mudar de roupa), mas, também, um lugar de sociabilidade. Era no quarto que se faziam as refeições coletivas. Por ser o espaço da televisão, servia, concomitantemente, como sala de estar, sala de jantar e dormitório. Pequenos rituais sugeriam a passagem de uma função para outra. Assim, ligar a televisão, a partir das dezessete horas, quando todos estão em casa, era sinal de que o grupo se reuniria no quarto, para assistirem e conversarem. Geralmente, os rapazes assistiam à televisão, sentados nos beliches, no chão ou mesmo nos garrafões que durante o dia eram utilizados para levar água para o local de trabalho e que à noite passavam a servir de assento. No momento em que estavam assistindo TV, os subgrupos repartiam entre si suas merendas. O apagar da luz, indicava que o momento de sociabilidade devia ser encerrado e que todos deviam recolher-se. Era hora de dormir. Todavia, as brincadeiras do momento anterior não se desfaziam automaticamente, antes iam sendo gradativamente interrompidas, até que reinava um silêncio só quebrado pela música, muito baixa, que saía do aparelho de som, o qual permanecia ligado durante toda a noite.

Todos os dias, Roque era o primeiro a se acordar, uma vez que era dele a tarefa de preparar a comida e a marmita que os trabalhadores levavam para o eito. Colocava sempre o despertador, para evitar “perder a hora”. Levantava-se pontualmente às três e meia da manhã. Banhava o rosto, apressadamente, e se dirigia ao fogão onde preparava o feijão, o arroz, a carne e o cuscuz. Comida pronta era hora de preparar as marmitas. Eram cinco horas, quando Roque tendo preparado cada marmita, escutava o chamado do padeiro que vinha entregar os pães. Começava a fazer o café, que constava de café, leite, pão, manteiga e ovos.

É importante chamar a atenção para o fato de que a alimentação era preparada pelos próprios trabalhadores e que nem sempre o encarregado pela preparação dos alimentos têm os conhecimentos/saberes necessários para o bom desempenho desta tarefa, haja vista que na região de destino, cozinhar ainda é percebido como tarefa eminentemente feminina. Preparada altas horas da noite e ficando às vezes má cozida, havia sempre a possibilidade de que no horário do almoço, por volta das 11hs da manhã, ao abrir a marmita, o trabalhador percebesse que a comida estava estragada, como disse Dárcio (22 anos, Trabalhador-migrante oriundo de Juru – PB): “Muitas vezes a comida está azeda... A gente joga ela no mato”.

Os rapazes nunca se levantavam todos de uma vez só. Primeiro Roque (para preparar a comida), depois João, Lenildo, Alexandre e Noab. Estes saíam de casa para o eito mais cedo,

entre 5h e 5h30. Em seguida, Evandro e Del, que saiam de casa para o trabalho, mais ou menos às seis horas. Antes de sair, o ritual era sempre o mesmo: lavar o rosto e escovar os dentes, vestir-se, tomar café, encher o garrafão de água, pegar o lanche e a marmitta e se pôr a caminho. Enquanto se vestiam para o trabalhão, os trabalhadores tiravam brincadeiras uns com os outros. Falavam do dia anterior e expressavam desejos relacionados ao dia que então se iniciava. Todos esperavam o ônibus próximo de casa.

Fotos 04 e 05 – Trabalhadores-migrantes se arrumando para ir ao canavial (esquerda) e preparando a alimentação (direita)



Fonte: Pesquisa do autor

Delmarques e Evandro são os que chegavam mais cedo do trabalho. Entre meio dia e treze horas. Diziam que no Vaqueiro, sempre trabalham menos. Ao chegarem à casa, os trabalhadores realizavam uma série de atos: lavar a roupa do trabalho e a marmitta, tomar banho e trocar-se. Todos esses atos acenavam para uma forma de apropriação dos corpos para si mesmo.

Fotos 06 e 07 – Trabalhadores-migrantes lavando a roupa no alojamento



Fonte: Aroni (2007)

Às vezes alguém chegava em casa *borrado*, expressão que abarca desde o cansaço até câimbras. Dependendo da intensidade das câimbras, o trabalhador pode ir direto do eito para o posto de saúde. Câimbras menos intensa, podem ser curadas em casa, com alimentação, descanso e, ocasionalmente soros. É comum, também, que os próprios trabalhadores que chegam cansados do trabalho vão ao posto médico, à noite, pedir alguma vitamina⁴¹.

O trabalhador que cuida da cozinha, ao voltar do trabalho, dá início à sua terceira jornada de trabalho. É o caso de Roque, que como cozinheiro, era incumbido de preparar o jantar, geralmente, um dos seguintes pratos: arroz de leite, sopa, ou feijão, arroz e carne.

Enquanto o jantar estava sendo preparado, os outros trabalhadores ficavam no quarto, onde assistiam ao programa “Malhação” ou algum DVD. Os DVDs eram quase sempre, gravações de festas de sua cidade de origem, os quais eram enviados pelos familiares ou amigos e namoradas.

Esta utilização de DVDs de banda musicais típicas de sua terra natal, bem como de gravações de eventos ocorridos em seus municípios de origem, sinalizam para o fato de que ao migrarem, os trabalhadores tendem a levar consigo o modo de vida e a cultura de seu grupo de origem. A esse respeito, Vettorassi (2007, p. 146) amparando-se em Halbwachs (1990) afirma que “nenhuma população se deixa deslocar sem resistência, sem levar consigo parte do que entende por seu grupo”.

Os trabalhadores migrantes sabiam do calendário festivo de suas localidades, assim, também, era comum que solicitassem com antecedência aos familiares o envio da gravação. Durante a audiência, era comum um dos trabalhadores pedir para voltar a gravação, sobretudo, quando reconhecia alguém na tela. Então, quem estava com o controle remoto, parava e voltava à imagem, até localizar a cena buscada, sobre a qual se teciam vários comentários.

Os DVDs eram vistos logo após o banho e até o horário do programa “Malhação”, transmitido pela Rede Globo. Após o programa, havia mais uma seção de DVDs, a qual podia ser substituída por músicas, até o horário da novela das sete, cujo enredo era seguido fielmente pelos trabalhadores. Enquanto se assistia televisão ou se ouvia músicas, os trabalhadores faziam comentários sobre cenas do cotidiano de trabalho. São cenas ocorridas durante a jornada de trabalho: discussões de um trabalhador com um fiscal, conduta de algum trabalhador, comentários do motorista do ônibus etc. Alguns desses episódios era motivo de

⁴¹ Para mais detalhes sobre as câimbras remeto o/a leitor/a ao capítulo IV da tese.

comentários e avaliação durante toda a semana, foi assim com o incidente envolvendo Lenildo e o fiscal, ocorrido por volta do mês de novembro.

O fato se passou no espaço do trabalho. Segundo os rapazes, Lenildo, cansado do trabalho e tendo cortado o equivalente a diária, tirou a camisa e sentou-se no eito. O fiscal vendo-o chamou sua atenção e pediu que o mesmo voltasse a trabalhar. Lenildo teria respondido que não estava se sentindo bem, que estava cansado, então o fiscal lhe deu um *gancho* (suspensão). No momento, Lenildo não respondeu ao fiscal, mas tão logo chegou em casa, tomou banho e saiu, juntamente com o irmão, até a cidade vizinha, Irapuã, onde residia o turmeiro. Foram dá queixas do fiscal, o qual depois de escutar a versão de Lenildo, pediu que o mesmo tivesse paciência com o fiscal, tendo, no entanto, se recusado a tirar o gancho.

Lenildo e João, seu irmão, voltaram para casa nervosos, reclamando tanto do fiscal quanto da postura do turmeiro. Nas reclamações, Lenildo fazia questão de frisar que sempre foi um bom trabalhador, que nunca *tinha dado trabalho pra usina*. Dizia, também, que estava se sentido humilhado, pois, segundo ele, o fiscal havia gritado com ele, sem motivos.

O incidente foi motivo de comentários pelo grupo, durante toda a semana. Os comentários serviram para que Lenildo elaborasse melhor e também tomasse a decisão de que não mais trabalharia naquela usina. Decisão esta que foi tomada também por seu irmão, João. Uma vez que ambos os irmãos eram tidos como *bons cortadores de cana*, não trabalhar mais na empresa equivalia a uma forma de sanção da parte deles, uma vez que, como eles mesmos faziam questão de lembrar “trabalhadores como nós, é difícil. A gente não dá trabalho, corta muita cana, não reclama de nada” (João Guedes, 28 anos, oriundo do município de Tavares – PB). A ênfase do discurso recaía no fato de que os dois trabalhadores havia cumprindo a lição da empresa, sendo inclusive tidos como trabalhadores padrões, entretanto, o incidente deixava claro que a empresa não havia tido a mesma consideração por eles. Assim, não vir mais trabalhar para aquela empresa, equivalia a uma atitude de vingança, por parte dos irmãos.

Era, pois, no espaço do quarto onde não apenas se reconstruía o desenvolvimento dos episódios comentados como, ainda, se faziam avaliações sobre o mesmo e sobre as condutas assumidas pelos envolvidos. Além desses comentários, é, também, no espaço do quarto que os trabalhadores planejavam o dia seguinte. Por fim, é aí que afloram as piadas quase sempre relacionadas a sexo. Menezes (2002) pesquisando alojamentos de migrantes em usinas do estado de Pernambuco verificou que também eram recorrentes piadas sobre sexo:

Essas piadas e gestos raramente teriam lugar no local de origem, onde os migrantes são pais, maridos e filhos respeitosos, mas num ambiente

dominantemente masculino e distante de suas famílias, suas identidades mudam, numa tentativa de se adaptarem a condições degradantes. (MENEZES, 2002, p.160).

Durante a semana, ao chegarem do trabalho, os migrantes não costumavam sair muito de casa. Todavia, isto não significa o contrário, isto é, que eles nunca saíssem de casa com exceção do trabalho. Havia saídas. Passarei agora, a abordar os múltiplos trajetos dos trabalhadores e sua relação com a apropriação do espaço urbano onde residiam.

4.6.1. Os espaços do bairro e as práticas de sociabilidade

Iniciarei esta seção fazendo um levantamento dos pontos ou locais frequentados pelos trabalhadores, do barraco aqui analisado, na cidade de destino (Sales-SP). Como sinaliza Mayol (2008), “o sistema de relações humanas induz uma prática seletiva dos espaços urbanos: ele corta pedaços de território cuja seleção é significativa” (p. 83). Ou para usar novamente as palavras de Mayol (2008):

A cada fórmula relacional corresponde uma projeção topográfica e as trajetórias não são as mesmas. Assim, a incompatibilidade de certas combinações é menos uma resultante de conflitos psicológicos que a impossibilidade, para elas, de se encontrar ao mesmo tempo no mesmo lugar. Levando o raciocínio um pouco mais longe, poder-se-ia dizer que a coexistência é impossível porque precisamente os termos dessas combinações não encontram terreno comum onde reconhecer-se (p. 89).

Sugiro que a composição do que chamarei de *grupos de diversão*, isto é, os pequenos grupos, constituídos pelos migrantes para saírem para diversas atividades tais como o trabalho, o mercado, outros barracos, o campo de futebol ou a praça é mais fluída do que as redes de parentes e amigos que moram no mesmo barraco, pois se recompõem por tipos de atividades realizadas de acordo com as diferenciações entre tempo de trabalho e tempo livre e com os interesse de cada trabalhador.

Na tabela abaixo (Tabela 01) estão sintetizadas as principais distribuições dos trabalhadores migrantes nos diferentes *grupos de trabalho e diversão*, sendo que para cada grupo, corresponde determinados espaços.

Tabela 01 – Grupos de amizade

	Trabalho	Mercado	Outros Barracos	Lazeres
Manhã	Roque + João + Lenildo			João + Evandro + Delmarques + Alexandre
	Alexandre + Noab Evandro + Delmarques			João + Lenildo + Evandro + Delmarques + Alexandre
Tarde		Roque	Roque	João + Evandro + Delmarques + Alexandre
	Delmarques	Lenildo + Delmarques + Evandro	+ Alexandre	João + Lenildo + Evandro + Delmarques + Alexandre
Noite				João + Delmarques + Evandro + Noab Alexandre Roque Roque + João + Evandro + Delmarques + Noab Noab João + Evandro Lenildo + Delmarques + Evandro + João + Noab + Roque Lenildo + Evandro

Fonte: Pesquisa do autor

Os trabalhadores que residiam no barraco aqui examinado, não seguiam a mesma jornada de trabalho, haja vista que aqueles que trabalham na Usina Alemão e no Fornecedor trabalhavam da segunda-feira até o sábado, folgando no domingo. Os que trabalhavam no Grupo Cerradinho trabalhavam cinco dias alternados, folgando no sexto.

Considerando um dia de trabalho normal, isto é, um dia em que para ambos os grupos fosse dia de trabalho, haveria uma segmentação por empresa. Assim, como enfatizei, Lenildo, João e Roque, eram os primeiros a sair do barraco para o trabalho, uma vez que eram eles que trabalhavam nos locais mais distantes, eram, também, eles os últimos a chegarem do trabalho. Logo, após esse primeiro grupo (cerca de meia hora), saíam Alexandre e Noab, ambos trabalhavam na Usina do grupo Cerradinho. Finalmente, ao nascer do dia, saíam os irmãos Delmarques e Evandro. Estes eram sempre os últimos a sair e os primeiros a chegarem.

À tarde da semana, Roque e Alexandre eram os que mais saíam sozinhos. O primeiro, como dito, principalmente para o mercado, mas também para visitar algum outro barraco e

também casas de moradores “locais”. Esses laços com os moradores “locais” eram fundados, sobretudo, na demanda por bens e serviços de ambos os lados. Certo dia em que Roque permitiu que fôssemos com ele até o mercado (uma das razões para sua saída solitária, estava no fato de que, como responsável pela cozinha, era ele que devia ir ao mercado sempre que era necessário buscar alguma coisa para todos da casa), ao passarmos por uma grande casa, Roque, apontando para a mesma, disse-me: “Aqui mora um rapaz que é muito amigo meu, o Adriano”. Interessado, comecei a fazer algumas perguntas visando compreender que tipo de laço existia entre Roque e Adriano. Fiquei sabendo, então, que Adriano é funcionário público; trabalha na prefeitura e que nos fundos da casa há uma pequena chácara, onde ele planta cana-de-açúcar e também cria algumas vacas.

Foi na safra anterior que Roque conheceu Adriano. Certo dia ao vê-lo com algumas canas na mão, puxou conversa e ficou sabendo que Adriano, ao chegar do trabalho a tarde, cortava cana para dar ao gado. Roque prontamente se ofereceu para realizar o serviço, o que foi aceito por Adriano com a condição de que Roque recebesse todos os dias um litro de leite. Nas palavras de Roque: “na época eu comprava leite de caixinha. Era muito caro. Eu morava aqui com minha esposa e meu filho. E foi muito bom, eu cortava cana duas vezes por semana, para Adriano, e todos os dias vinha pegar meu litro de leite”. Perguntei a Roque em qual horário ele cortava a cana de Adriano. Resposta: “quando eu chegava do roçado, ia cortar a cana dele, mas eram dois dias, por semana, apenas”.

No ano de 2008 [época da pesquisa], embora não estivesse mais com a esposa nem com o filho, que ficaram na cidade de origem, Roque não deixou de fazer sua visita a Adriano. Diz que conversam e que ele é “uma pessoa boa. Disse que no próximo ano, se eu vier com a esposa, posso morar numa casa que a mãe dele tem e que está desocupada. Vai ser uma boa pra mim, pois já não vou pagar aluguel”.

Em 2008, era ano de eleição, na época do pleito, Roque constantemente saía de casa, acompanhado por um candidato a vereador. Várias vezes testemunhei o próprio candidato vindo pegar Roque em casa, o que era motivo de risos entre os outros trabalhadores, que viam neste fato, um sinal de “babaquice” da parte de Roque. Em conversa com o mesmo, fiquei sabendo que o candidato estava interessado no voto de alguns *Paraíba*s que residiam e votavam na cidade de destino. Roque funcionava, então, como intermediário entre o referido candidato e os trabalhadores nordestinos que votavam no local e que, portanto, representavam eleitores em potencial. Constantemente, porém, Roque chegava em casa com pequenos “presentes” que fazia questão de exibir para os demais. “Olha o que eu ganhei!”. Assumia,

portanto, um posicionamento de “eu sei o que estou fazendo”; procurando demonstrar, assim, ter conhecimento de que sua relação com o candidato era motivo de “risos” por parte de seus companheiros de barraco, que a considerava apenas em seu aspecto servil.

Outro dia, enquanto íamos ao mercado, Roque abordou o assunto:

Eu estou ajudando o Maurício [nome do candidato] Ele tá conseguindo muito votos. Ele vai se eleger. Aqui, na cidade, se elege com poucos votos. O cabra não sabe para onde vem, vai que no próximo ano eu venha pra cá, aí se a gente precisar de uma força, né, pode ir atrás, que **a gente já vai ter favor para cobrar.**

Roque vai se constituindo como uma espécie de cabo eleitoral entre Maurício que é candidato a vereador em Sales, e os trabalhadores migrantes. A relação entre os dois caracteriza-se por regras de reciprocidade, com expectativas de trocas mútuas de favores. Embora, morando temporariamente no município, Roque se posiciona em uma rede de relações de dependência personalizada. Embora seja uma migração temporária, a vinda em anos consecutivos de safra ao mesmo município, favorece a construção de redes de relações entre os migrantes e pessoas da localidade, o que abre a possibilidade de acesso a bens e serviços, além de favorecer uma familiaridade com os espaços tanto do próprio município de destino quanto com os seus arredores, o que, por sua vez, facilita a locomoção e o atendimento de algumas necessidades.

Depois de Roque, Alexandre é o que mais saía sozinho após chegar do trabalho, principalmente, para visitar outro barraco, o do Terto, que fica próximo da casa de uma senhora com quem Alexandre pretendia conviver na safra posterior (2009).

Delmarques, por sua vez, não costumava sair sozinho, apenas, ocasionalmente, para ir ao consultório de odontologia, onde fazia tratamento dentário.

Os demais trabalhadores costumavam permanecer em casa, assistindo televisão e conversando, sempre deitados, o que favorecia o restabelecimento da energia para o trabalho no dia posterior.

Todavia, podia *pintar* algum convite para jogar bola, nessas ocasiões, ocorria uma reorganização/reconfiguração dos subgrupos. Basicamente esses grupos de futebol eram formados por Alexandre, Evandro, Delmarques. Podendo contar, também, com a presença de Lenildo ou João. Roque nunca ia ao jogo ao contrário de Alexandre, que era um jogador assíduo.

No campo, os rapazes estabeleciam contato com outros trabalhadores, provenientes de outros Estados e Usinas. Ao jogo compareciam aproximadamente uns vinte trabalhadores. Cada time era composto por quatro jogadores e um goleiro. A duração da partida podia tanto ser marcada por tempo convencional quanto por número de gols. No primeiro caso, era estipulado um tempo de dez minutos para cada partida; no segundo caso era estipulada a quantidade de dois gols para qualquer um dos times. Como não dispunha de fardamento apropriado, um dos times precisava jogar sem camisa. Os que não estavam jogando permaneciam sentados em um dos lados do campo, onde aguardavam o final de cada partida para se integrar ao jogo. Depois de cada partida, os que tinham participado, cediam o lugar aos que ainda não tinha jogado. Dessa forma, enquanto perdurasse o jogo, os times eram constantemente redefinidos visando oferecer oportunidade para que todos jogassem.

Alguns trabalhadores, embora não participassem do jogo, gostavam de ir ao campo, olhar os companheiros de barraco ou de usina. Os trabalhadores que não estavam jogando, constantemente interpelavam os jogadores, mandando-os “jogar direito”. Também eram comuns as brincadeiras com os jogadores, envolvendo a depreciação dos mesmos, o que podia resultar em pequenas confusões resolvidas no próprio local.

Visitando o campo de futebol, tomei conhecimento de que algumas usinas não tentam convencer os trabalhadores a não jogarem bola, pois há sempre o perigo de se machucarem, o que pode resultar em faltas e atestados médicos. Além disso, escutei queixas de trabalhadores que reclamavam que no dia após o jogo, o corpo ficava mais dolorido. Todavia, esta tentativa de controle sobre os corpos dos trabalhadores, por parte das usinas, fora do espaço e tempo do trabalho não chegava a dar resultados concretos. Os trabalhadores faziam vista grossa à essas declarações da usina, feitas, sobretudo, no dia de treinamento, pois sabiam inclusive que a usina nada podia fazer, por se tratar da vivência de seu tempo livre. Tratava-se, portanto, do uso de seus corpos por e para si mesmos no tempo e espaço fora do controle direto dos agentes da usina.

Durante as noites da semana, os moradores do barraco costumavam ficar em casa, raramente alguém saía, e quando o fazia era geralmente sozinho e quase sempre para telefonarem para seus familiares nos locais de origem. Essas saídas se tornavam mais comuns no dia que antecedia ou sucedia ao pagamento, quando os telefonemas para os familiares tinham a intenção de combinar o envio de algum recurso, seja para pagar algum negócio efetuado em nome do trabalhador migrante, seja como forma de auxílio à família.

Para os que trabalhavam até o sábado, o final de semana começava na tarde deste mesmo dia. No sábado era raro fazer-se janta. À tardinha do sábado a churrasqueira era acesa no quintal, Roque saía e voltava com carnes, sendo seguido pelo atendente do mercado, que trazia cerveja.

Durante a semana os trabalhadores evitavam o envolvimento com o álcool. Por várias vezes presenciei comentários depreciativos sobre fulano e beltrano que bebiam durante a semana e que, por conta do álcool, perdiam dias de trabalho. Tais trabalhadores eram denominados de *gente que não tem cabeça; gente sem juízo*.

Da cerveja pode ser dito o que Pierre Mayol (2008), escreveu sobre o vinho: “o vinho [diz ele] contém intrinsecamente a possibilidade de um desvio, de um excesso no consumo; pode ser a origem de uma viagem sem retorno” (p. 235). Conversando com alguns trabalhadores-migrantes que bebiam durante a semana, percebi que muito da bebedeira tem como motivo o cansaço do trabalho, funcionando, portanto, como fuga de uma situação degradante. Como disse o Manoel Vaqueiro (49 anos, oriundo de Tavares – PB) “se o cabra não tomar ela [bebida], também não pode com ela [cana-de-açúcar, referência ao trabalho]”.

A partir do período da tarde de sábado até a tarde do domingo, a bebida era facultada. Podia-se beber à vontade, até mesmo se embriagar era permitido. No outro dia, os trabalhadores riam dos episódios engraçados envolvendo outros trabalhadores bêbados, mas não era comum fazer admoestações, afinal, ele bebeu na folga, não ia trabalhar no outro dia, não tinha nada pra fazer, poderia ficar o dia em casa, se recuperando, o que não ocorria quando algum trabalhador se embriagava durante a semana de trabalho, casos em que era normal que tal trabalhador fosse admoestado pelos companheiros do barraco e/ou de turma, recebendo conselhos para que evitasse o uso de álcool durante o tempo de trabalho.

Fotos 08 e 09 – Churrasco em casa dos trabalhadores-migrantes (Sales)



Fonte: Pesquisa do autor

Além da cerveja, assava-se muita carne, no sábado. São carnes de *segunda*, geralmente, e também linguças. Somente uma arqueologia do simbolismo da carne para o sertanejo poderia revelar a importância desses pequenos ritos.

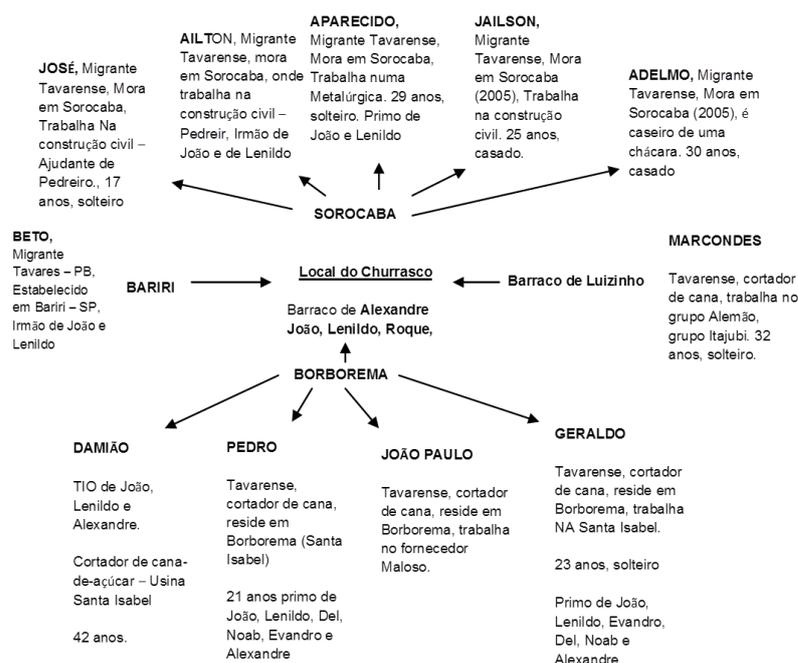
A carne é um alimento revestido de valores muito simbólicos para o sertanejo. Representa a força do alimento, sua falta, produz fraqueza. O moribundo é aquele que perdeu “as carnes”, “fulano está somente os ossos”; não poder comprar carne é motivo de vergonha para o chefe de família. No Cristianismo, o pão e carne se equivalem, pois o pão é a carne, o corpo santo de Cristo. Comer carne é estar bem alimentado, portanto, forte, com força. *Coitado de fulano, tão fraquinho, não ver um pedaço de carne*, é uma expressão ainda hoje comum, nas regiões de destino, quando se quer referir a alguém pobre e magro, a magreza e pobreza sendo remetida a falta de carne na alimentação.

Dessa forma, churrasco do sábado pode ser tanto visto como rito assinalando a passagem do trabalho para o lazer; quanto, meio de restaurar as forças perdidas no trabalho, pela força da carne, cujo acesso só é possível pela venda da força de trabalho do migrante. O churrasco é, finalmente, o espaço no qual embriagar-se é permitido, abrindo, assim, possibilidade de sair dos limites do dado e sonhar o “novo”. Foi no espaço do churrasco, entre um gole e outro de cerveja que escutei Maílson (35 anos, trabalhador-migrante, oriundo do município de Tavares- PB) relatar sua queixa a respeito do fiscal da usina do grupo Cerradinho, na qual trabalhava, que tinha lhe feito *vergonha* no espaço do trabalho. Segundo Mailson, o fiscal não era “gente”, “ele humilha muito, “o cabra”. Sua queixa maior dizia respeito ao fato do dito fiscal ter-lhe obrigado a refazer o serviço, que teria ficado mal feito. Haviam brigado por este motivo, o fiscal lhe chamado de *Paraíba safado*. Disse-me, Maílson, naquela noite de sábado que na hora do ocorrido havia entregado o caso à Deus, e reforçava, “eu não pedi não, eu só entreguei o caso a Deus, na segunda-feira, ele sofreu um acidente, eu não pedi, eu não desejei mal não, mas eu entreguei a Deus”. Na ocasião em que Mailson me falava, o fiscal, segundo ele, ainda não tinha voltado ao trabalho, estava hospitalizado devido a um acidente de carro ocorrido na segunda feira após o incidente no roçado.

Ao dizer que o fiscal não era gente, ele relacionava-o a animais, ou seja, tirava-lhe a humanidade, apresentava-o como “bicho” enfatizando, dessa forma que o mesmo não era capaz de sentimento, de colocar-se no lugar do outro. Sentindo-se impotente diante do chefe imediato, Mailson entregou o caso a Deus, sentindo-se vingado através d’Este, ao saber que o fiscal fora vítima de um acidente de carro. Embora fizesse questão de enfatizar que não havia desejado mal, mas apenas entregado o caso nas mãos de Deus.

Mas além de espaço de resistência, o churrasco do sábado à noite, é ainda lugar de sociabilidade, de encontro com amigos, outros trabalhadores migrantes, do mesmo ou de outro Estado, mas também com os trabalhadores do próprio “lugar”. No diagrama abaixo (Figura 14), estão representados os participantes em um dos churrascos realizados no barrado aqui analisado.

Figura 14 – Interações sociais no espaço do churrasco (Sales – SP)



Fonte: Pesquisa do autor

Pelo diagrama podemos perceber outro elemento: a visita entre parentes que moram em outra região do Estado, como é o caso dos cinco migrantes que vieram de Sorocaba que dista 400 km de Sales; dos quatro migrantes que vieram de Borborema e de um migrante, que veio do município de Bariri (SP). O diagrama sugere também um trânsito entre migrantes sazonais e estabelecidos, sobretudo quando os mesmos estão unidos por laços de parentesco. Tal trânsito pode favorecer a inserção em outras rotas migratórias, sobretudo, para os migrantes sazonais. Assim é que, Aparecido, primo de João e Lenildo, que reside em Sorocaba, percebendo o desgaste físico, sobretudo, de João, que se queixa muito de “dores na coluna”, impeliu o mesmo a que pensasse na possibilidade de ir para Sorocaba, onde seria possível inseri-lo na fábrica na qual trabalha.

Mesmo depois do churrasco, que aconteceu no mês de Agosto de 2008, as conversas entre os primos continuaram e no final de novembro de 2008 João fazia planos de voltar para a Paraíba, lá permanecer até Junho do ano de 2009, quando iria para Sorocaba, *tentar um ramo melhor*. Enfatiza: *a cana, foi bom, eu arrumei algumas coisas, mas não estou mais agüentando, tenho que procurar outros meios, se não vou acabar morrendo*. Claro que não é apenas a existência de parentes com carteira assinada que favorece a inserção de João em outros espaços laborais. Além dos parentes, devemos considerar também, seu grau de escolaridade (Ensino Médio completo), que ainda que não garanta, contribui para a inserção almejada.

Como não se faz churrasco sem música, pode ocorrer que o barulho da festa acabe prejudicando os vizinhos. Muitos moradores do lugar chegam a falar com os migrantes, solicitando que os mesmos “baixem o som”. Quando não atendidos, chegam a chamar a polícia que exige, então, que o som seja baixado, o que equivale, muitas vezes, a acabar com churrasco.

No ano de 2009, durante visita a delegacia de Causas Gerais do Município de Novo Horizonte (SP), escutei do delegado que os vizinhos dos trabalhadores-migrantes sentem-se incomodados pelo barulho nas residências desses trabalhadores, sobretudo nos finais de semana. Nas palavras do delegado “os trabalhadores fazem tipo uma república, compram ou ganham um aparelho de som da usina, e no final da tarde e nos finais de semana, incomodam a vizinhança”. Segundo o comandante, a partir das 18h00m, a polícia seria acionada, mas muitas vezes nem chegam a confeccionar o boletim de ocorrência, pois quando chega ao local, esse problema é rapidamente resolvido.

É importante esclarecer que a predisposição para uma preferência e seleção naturais dos padrões visuais e auditivos é uma construção impregnada pelo cultural (PINTO, 2001). Assim, tanto a escolha do estilo musical quanto o “volume” ideal é uma construção também cultural e, nesse sentido, o conflito em torno do volume de som deve ser entendido enquanto conflito em torno de valores culturais distintos, sendo que a “altura” do som tende a remeter a “falta de educação” [falar alto, gritar, berrar], ao primitivismo em detrimento do civilizado, podendo ser lida como mais um expediente pelo qual a imagem do trabalhador-migrante é construída e manipulada pelas pessoas “do lugar”.

Após o churrasco, era para a praça que os migrantes se dirigiam (ver as combinações no quadro 01), não, porém, sem antes trocarem-se, perfumarem-se, ou, em suas palavras “esconderem o cheiro da danada [referência a cana-de-açúcar]”. O termo cheiro equivale na

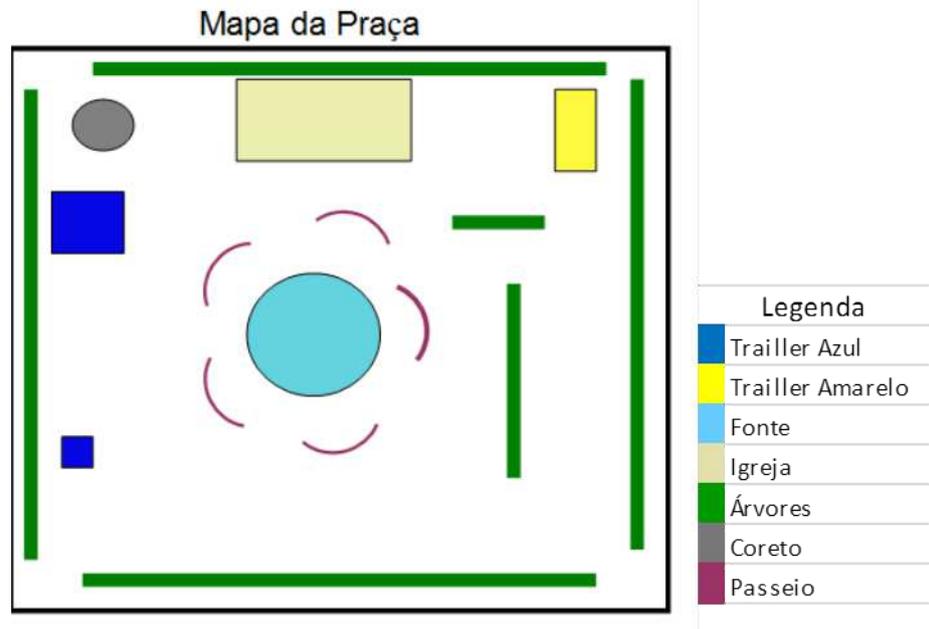
frase acima a “fedor”, aqui entendido como uma categoria que engloba os cheiros negativos e repulsivos. Conforme sinalizado por Martins (2008, p. 65), “a classe social se revela também na visibilidade cotidiana de seus membros e até mesmo nos odores do corpo, cuja interpretação interfere no processo interativo e no reconhecimento e manipulação das diferenças sociais”. Dessa forma ao saírem no sábado à noite, os trabalhadores-migrantes buscam esconder as marcas de sua condição de cortadores de cana e também de nordestinos. Trata-se de portar sinais e emblemas do “moderno”: nas vestimentas, nos gestos, cheiros e, mesmo, expressões linguísticas.

Expressão desse trabalho de velamento é a fala de Jurandir (21 anos, trabalhador-migrante oriundo do município de Quixaba – PE), o qual tentava de várias formas, passar-se por “nativo”, chegando, como ele mesmo me relatou “a conversar com uma menina da cidade, durante quase duas horas, com as mãos no bolso”, expediente este cujo objetivo era não revelar as marcas do trabalho que se materializava nas mãos calejadas.

Voltando aos trabalhadores com os quais convivi e as suas saídas no sábado à noite. O roteiro dessas saídas começava sempre na praça. A praça enquanto território era apropriado por múltiplas categorias: jovens, casais, famílias, as quais podem ser classificadas como: “os do lugar” ou os “estabelecidos”, para usa uma terminologia de Elias e Scotson (2000), e os “outsiders”, isto é, os “de fora”, em nosso caso, os trabalhadores-migrantes. Local propício para averiguar como se dá o encontro entre o migrante e o Outro (estabelecidos) e, o inverso, como a sociedade local percebe o migrante.

Embora seja território de múltiplas categorias, cada uma delas tende a se apropriar de um determinado espaço da praça. Na época da pesquisa havia três trailers na praça central de Sales - PB. De um lado, um pequeno trailer azul, onde se vendiam pastéis e refrigerantes. No mesmo lado, sendo que na outra ponta, fica um grande trailer azul: aí se vendia pastéis, pizzas, sanduíches, cachorro quente, refrigerantes, sucos etc. Era aí que a sociedade Salense se encontrava aos sábados, após a missa. Geralmente, os migrantes passavam longe desse trailer. Do outro lado do trailer azul, ficava outro trailer, amarelo, local preferido pelos migrantes (ver figura abaixo).

Figura 15 – Desenho da praça (Sales – SP)



Fonte: Pesquisa do autor

Indagados sobre o porquê de preferirem este trailer e não o outro, os trabalhadores-migrantes enfatizavam que são discriminados no outro *trailer*. “Nós senta lá, faz um pedido, eles atendem todo mundo, nós somos os últimos, pode chegar depois da gente, é atendido primeiro” (Hermínio, trabalhador-migrante oriundo de Tavares - PB). Porém, outros migrantes davam como justificativa o fato de, no trailer amarelo, estarem os *esquemas*, expressão equivalente às “mulheres da vida”. No trailer amarelo, portanto, havia encontros entre sujeitos geograficamente distantes, em termos de lugares de moradia, mas socialmente próximos. Ambos os trabalhadores-migrantes e outros frequentadores do trailer amarelo sentiam-se excluídos/marginalizados.

Era aí, no trailer amarelo que os migrantes tinham a possibilidade de marcar um encontro, com alguma mulher. Tais encontros podiam ser marcados diretamente, mas o mais comum era que fossem intermediados. *Ter um esquema* referia-se a uma espécie de encontro marcado por uma terceira pessoa. O *esquema*, porém, podia dar ou não certo, ser ou não concretizado. Assim é que João, certa noite de sábado, após o churrasco, foi para a praça [equivalente a trailer amarelo]. Renata, uma mulher que então vivia com um paraibano, era quem estava ajeitando outra “menina” para o João, que conhecia Renata por ser amigo do paraibano com quem ela vivia.

Estavam conversando os cinco: João, Renata, a menina [esquema de João], Evandro e Delmarques. Segundo João, “a menina [amiga da Renata] estava quase certa” [quase certa =

aceitando a proposta de ficar com João] quando chegou uma cearense e sentou-se com o grupo. Começou então a falar que tinha saído de uma briga, uma discussão na qual tinha defendido os “Paraibas”. Disse então que as meninas daqui só querem o dinheiro dos Paraibas. Olhou para a menina que iria ficar com o João e desabafou: “você mesmo está só querendo filar [tomar dinheiro; se aproveitar] deles”. Segundo João, aquela frase destruiu todo o encontro, pois a menina, com raiva, teria ido embora, não sem antes ter retrucado, para a cearense: “Eu tenho muito bem com que pagar minha cerveja”.

Trabalhadores migrantes tendem a se envolver de múltiplas formas e com múltiplas categorias de mulheres. Há de início, as prostitutas, mais conhecidas como *biscaites*, *sem futuro*, *mulher da vida*, *tranqueiras*. Em Sales, por ocasião da pesquisa, havia um grupo de prostitutas que sempre visitavam alguns barracos de trabalhadores-migrantes. Tomei conhecimento de que nos barracos onde residia trabalhadores-migrante casado, a presença das prostitutas era proibida. Em outros barracos, tal proibição estaria relacionada a boatos de pequenos furtos protagonizados por essas mesmas mulheres.

Havia em Sales um barraco no qual a presença de mulheres da cidade de destino fora proibida. Os trabalhadores costumavam receber visita de mulheres, consideradas biscateiras, sobretudo nos dias de churrascos. No entanto, tendo sido vítimas de vários furtos, essas visitas foram proibidas. Os trabalhadores relataram que, por várias vezes, havia sumido dinheiro de algum trabalhador no período em que todos estavam no roçado. Como não havia sinais de arrombamento, intuíram que os atores dos referidos furtos só poderia ser alguém que conhecesse *bem* os costumes da casa, deduzindo que só poderia ser as mulheres. Como expressou um dos trabalhadores-migrantes residente no barraco em questão. “nós não podemos denunciar, porque não temos prova, mas fulana [*biscaíte*] sabia onde ficava a chave. Não mexeram em nada, estava tudo no mesmo lugar de sempre, só o dinheiro que estava nas carteiras, sumiu”.

Sempre era possível encontrar alguma *biscaíte* no trailer amarelo. Algumas delas, às vezes, assumia o papel de intermediárias entre trabalhadores-migrante e outra mulher que fosse por elas conhecidas. Eram elas, também que conseguiam *esquemas* para os trabalhadores-migrantes. Como especificados, conseguir esquema podia significar tanto intermediar alguma menina para que a mesma fique com algum trabalhador ou, em outro sentido do termo, conseguir maconha. Em várias ocasiões, no trailer amarelo, presenciei a entrega de *esquemas* [*maconha*] aos trabalhadores-migrantes. Os migrantes geralmente combinavam com antecedência, inclusive o preço e a quantidade do produto. À noite, uma das

meninas levava o produto em um pequeno embrulho. Geralmente a menina aproximava-se do trabalhador, que lhe pedia um cigarro, o qual vinha acompanhado do *esquema*.

Além do trailer amarelo, o forró⁴² é outro espaço onde os trabalhadores-migrantes costumavam disputar mulheres. Aí, no espaço do forró, se podia encontrar não apenas *biscaites*, mas também *coroas*, isto é, mulheres mais velhas. Durante minha estadia na cidade de Sales, bem como nas demais visitas de campo, conheci vários trabalhadores-migrantes que residiam com mulheres mais velhas. Em geral, esses relacionamentos podem durar apenas uma noite, ou mesmo o tempo de uma ou de algumas safras. Assim foi que encontrei migrantes que se relacionam, inclusive moravam juntos, com a mesma mulher há mais de duas safras.

Além do sexo, tais relacionamentos representam a garantia de conforto: casa, comida, roupa lavada; funcionando também como porta de acesso para bens e serviços locais, os quais podem chegar até a inserção em outras atividades menos desgastante, o que representa uma espécie de mobilidade laboral. Como esclarece DaMatta (1997, p. 94) na estrutura ideológica brasileira, o feminino, a mulher, assume uma função relacional. Em suas palavras: “as mulheres são mediatrizes (e meretrizes = mediadoras) no Brasil” e, nesta mesma página, um pouco adiante: “A mulher é aqui fonte de elos entre os homens”.

4.6.2. Relação com as mulheres nos lugares de destino

É necessário considerar que quem mais se envolve com os trabalhadores-nordestinos são mulheres mais velhas, geralmente desquitadas, o que as coloca fisicamente em desvantagem em relação aos rapazes com os quais se relacionam. Dessa forma, os *serviços prestados* funcionam como contraponto às diferenças na faixa etária dos parceiros. Como exemplo dessa relação, cito o caso de Dona Jadelma, aposentada Paulista que reside em Sales, segundo ela, *por ser um lugar bom para viver, calmo, tranquilo*. Dona Jadelma viveu dois anos com um paraibano de 34 anos. A diferença de idade entre ambos era de mais de 30 anos. Questionada sobre o fim do relacionamento a mesma apresentou as seguintes razões:

⁴² Baile realizado, no clube municipal, ao menos duas vezes por mês.

Ele só queria pra ele. Eu tinha este vagão aqui, no muro [apontando para o quarto], que dá para a rua. Ele colocou um bar aqui, eu consegui mesa, eu que comprava a bebida, que fazia os tira-gostos. Íamos comprar as bebidas em Catanduva, porque aqui, por se uma cidade turística é muito caro. A gente saía muito. Eu tenho uma amiga que tem carro. A gente saía para almoçar ou jantar fora. Mas ele só quer pra ele, ele quer tudo e não dar nada.

Mas, há também casos de relacionamento nos quais os parceiros se situam na mesma faixa etária, nesses, a relação tende a ganhar uma consistência maior, havendo mesmo o desejo de perenidade. Todavia, um dos fatores que têm atrapalhado tais relacionamentos é, para usarmos uma expressão do próprio migrante, *os sistemas*, isto é, as diferenças culturais. Na palavra de Bento (47 anos, migrante Paraibano, residente em Sales): *o sistema das mulheres daqui é diferente.*

Elas querem ser donas do nariz e não pode. A gente vem de um sistema diferente. Então a gente não aceita quando elas querem sair. Elas querem sair demais. E mais, elas são acostumadas a ‘botar ponta’ [trair o companheiro], então se uma trai um Paraíba, o negócio pega

Esta queixa é bastante comum entre os trabalhadores migrantes que se relacionam com as mulheres dos lugares de origem. Durante pesquisa de campo, pude acompanhar três relações nas quais os parceiros não apresentavam grande diferença de idade. Em todas elas, essas queixas estavam presentes. A mulher, por sua vez, tende a queixar-se de que os migrantes gostam de *mandar*. Nas entrevistas, realçam que conseguiram a liberdade, a autonomia e que são educadas de outra forma. Depois que soube da separação de um desses casais, procurei ambos os cônjuges e fiquei sabendo que estas diferenças foram decisivas para a separação.

Há alguns trabalhadores que resolvem abandonar suas famílias nos locais de origem por terem constituído outra família, nos locais de destino, a exemplo de Daniel (38 anos, trabalhador-migrante oriundo de Tavares – PB), que desde 2006 vive com uma mulher na cidade de Sales – SP, evitando qualquer contato com a família (a esposa e dois filhos) no local de origem⁴³.

Outros há que ficam divididos entre dois amores: a família oficial, que permaneceu no local de origem, e a companheira no local de destino, com quem se iniciou uma relação que se pensava passageira, mas que, renovando-se a cada safra, acaba por se tornar permanente.

⁴³ Para mais detalhes sobre estas reconfigurações familiares ver: SILVA, Marcelo Saturnino e MENEZES, Marilda Aparecida. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry *et al.* (Orgs.). **Gênero e Geração em Contexto Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

Este último exemplo pode ser ilustrado com o caso de Terto (49 anos, trabalhador-migrante, oriundo do município de Tavares- PB), o qual foi apresentado no terceiro capítulo desta tese.

Como ressaltado (capítulo II), desde o ano de 2006 que Terto arregimenta trabalhadores para a usina do grupo Cerradinho, especificamente para o turmeiro Claudemir, razão pela qual, desde esse mesmo ano, passou a residir no município de Sales, durante o período de trabalho.

Foi nesse mesmo ano (2006) que Terto conheceu Rosa, também residente em Sales – SP, durante um forró. Segundo Terto, teria sido atração à primeira vista, pois embora nunca tivesse ficado sem mulher, desde que conheceu Rosa não ficou com mais ninguém na região de destino.

Em 2008 conheci Terto e Rosa, ambos em Sales. Rosa era quem lavava a roupa dos trabalhadores do barraco no qual residi, passando a lavar também minha própria roupa, desde a minha chegada ao barraco. Além de lavar roupa ela, também vendia doces aos trabalhadores e cortava cana-de-açúcar na usina do grupo Cerradinho.

Vários moradores de Sales com quem tive contato ao me falarem de Rosa apresentavam duas características: por um lado ela era conhecida como uma mulher *trabalhadora, batalhadora*. Outro ponto de Rosa, muito louvada pelos seus conhecidos era o fato da mesma ter criado a filha sozinha, depois do divórcio. No ano de 2008, a filha, Karen estava com 24 anos, também era mãe de um filho, Pedro, então com 8 anos de idade. Ambos residiam na mesma casa de Rosa. Uma segunda característica pela qual Rosa era conhecida entre os Salenses era pelo fato de nunca ter sido mulher de um homem só. Assim, Jadelma, amiga íntima de Rosa, disse-me que quando casada Rosa era sua vizinha e que não tinham sido raras as vezes em que a mesma pulava o muro para ficar com outro homem.

Foi ainda dona Jandira que me segredou que uma cigana havia profetizado que Rosa haveria de morrer de sete facadas pelas mãos de *um Paraíba*, história essa que me foi confirmada pela própria Rosa, durante uma de nossas conversas.

Na primeira vez que visitei a casa de Rosa, fiquei sabendo da boca dela própria de seu relacionamento com Terto. Segundo ela Terto havia pedido aos trabalhadores que não me contassem, por receio de que, sabendo, eu poderia deixar escapar algo para sua esposa, ao voltar para o município de origem.

A casa de Rosa era bastante asseada. Na tarde em que lhe visitei, uma quinta-feira de final de Julho de 2008, ela havia acabado de chegar do canavial. Enquanto a filha cuidava do

jantar, Rosa, depois de ter tomado banho, lavava a roupa de vários trabalhadores. Interessei-me por aquele relacionamento, mas ela não me deu entrevista, nem ela, nem a filha, disse que conversaria informalmente.

E foi assim, informalmente, que fiquei sabendo que desde 2006 os dois tinham um caso amoroso. Que desde 2006, as roupas de Terto eram colocadas no guarda-roupa de Rosa; que naquelas duas safras, Terto, apesar de residir no barraco defronte a casa de Rosa, junto com outros trabalhadores, inclusive seu filho, preferia dormir na casa de sua amante.

Ao saber que Rosa tinha me contado sobre os dois, fui procurado por Terto, numa sexta-feira a noite, o mesmo tentou explicar-me dizendo que “homem era assim mesmo”, e “que nunca tinha conseguido ficar sem mulher” e que “a esposa não podia saber”. De minha parte tratei de tranquilizá-lo e explicar que estava interessado em saber como era sair de casa e vir cortar cana, trabalhar em local distante. Disse também que tudo me interessava, mas que como pesquisador iria resguardar a identidade deles.

Nas outras vezes em que estive com Terto ou Rosa, o relacionamento entre os dois era um tema que brotava espontaneamente tanto de um, quanto do outro. Para Terto, Rosa era o modelo de mulher, trabalhadora, dona de casa, fazia questão de dizer e redizer que no ano de 2006, Rosa chegou a cozinhar para os doze (12) trabalhadores que ele trouxera, “ela fazia o café, o almoço e a janta e ainda ia para a roça com a gente”.

No ano de 2008, a relação entre Terto e Rosa estava conturbada pela presença de outro indivíduo, o Alexandre (trabalhador que residia no mesmo barraco que eu), o qual tinha se apaixonado por Rosa. A história teve início no ano anterior (2007) quando cortejada por Alexandre, no trabalho, Rosa resolveu dar-lhe atenção, na esperança, disse-me ela, de “fazer com que Terto se decidisse de vez”, isto é, escolhesse de vez ela ou a esposa. No entanto, disse-me Rosa, “terminei apaixonada por Alexandre”.

No início, os dois (Rosa e Alexandre) encontravam-se às escondidas, precisando faltar ao trabalho para poderem ficar. Segundo Rosa, apesar desses encontros, nunca deu “esperança” à Alexandre, pois sempre soube que amava Terto. No entanto, complementa, “eu nunca gostei de ficar o Natal sozinha. Terto nunca passou um natal comigo, então, em Dezembro de 2007, eu escrevi uma carta muito profunda para Alexandre, dizendo-lhe que viesse este ano (2008) pois eu iria casar com ele”.

Encantado com a promessa de casamento, Alexandre então decide residir em Sales, para tanto precisava arrumar vaga na mesma usina que Rosa, o que foi conseguido através de Terto que, até então, não sabia do relacionamento dele com Rosa. No entanto, logo no início

da safra, Rosa chama Terto para conversa e revela sua intenção de casar com Alexandre. Segundo ela, “na verdade, eu queria que ele se decidisse, mas eu, de minha parte estava decidida, eu não queria mais ficar sozinha, no final da safra”.

Ao saber da existência de um rival, Terto chama-o para conversar na casa de Rosa. Propõe então que Alexandre espere até o final da safra para poder ficar com Rosa, pois ele estava disposto a sair de cena, uma vez que era casado, pai de família [referência aos filhos] e não estava disposto a deixar sua mulher. Disse ainda que Alexandre era um bom menino e que sendo solteiro poderia assumir Rosa, o que era merecido. No entanto, recusava-se a aceitar qualquer relacionamento entre a amante e o rival até o final da safra de 2008. Os três aceitam o acordo.

Todavia, Alexandre não ficou satisfeito e continuou encontrando-se com Rosa, sempre às escondidas. Até que o caso entre os dois veio à tona e Alexandre que até então morava no mesmo barraco de Terto, foi obrigado a sair, indo então morar com os primos. Somente no mês de Setembro foi que fiquei sabendo deste detalhe.

Depois que o caso entre Rosa e Alexandre ganhou visibilidade, Terto não apenas se recusou a deixar de dormir ou tirar as roupas da casa de Rosa, proposta esta que lhe foi feita pela mesma, mas chegou a ameaçar que se “pegasse os dois [referência a Rosa e Alexandre], os mataria”. Esta última sentença eu mesmo escutei da boca de Terto numa de nossas conversas informais.

Da parte de Rosa havia uma ambiguidade, pois quando estava com Terto, ela dizia que não queria nada com Alexandre, mas que tinha medo, pois ele estava se revelando uma pessoa agitada. Por outro lado, quando estava com Alexandre, ela dizia que não queria mais nada com Terto, mas que tinha medo, pois o mesmo tinha dito que se ela não o quisesse mais, lhe mataria.

Certo dia, sabendo que eu conversava tanto com Rosa, quanto com Terto e com ele próprio, Alexandre chegou a me trancar dentro do quarto e com um fação tentou me forçar a dizer se realmente Rosa o amava ou se ela não queria nada com ele. Busquei ganhar tempo até que os seus primos chegassem e me tirasse daquela situação embaraçosa.

Outro dia, tendo indagado a Rosa, sobre a dificuldade da mesma em se libertar de Terto, ela me confessou que isso era quase impossível, perguntei por quê e ela respondeu o seguinte:

Sabe Marcelo, eu ainda não lhe contei toda a história. Quando eu conheci o Terto eu fiquei encantada por ele, então como eu lavava as roupas dele e dos trabalhadores, eu fiz uma simpatia que a Jadelma me ensinou: peguei um cabelo de minha xana (referência ao órgão sexual feminino) e costurei-o na bainha de sua calça. Agora estamos presos.

Perguntei o que a impedia de refazer a simpatia, que ela continuava lavando a roupa de Terto e a mesma me responde que não podia, pois a calça teria ido para o Norte [referência ao município de Tavares – PB, onde reside a família de Terto] e não mais voltado.

Uma vez que o barraco de Terto ficava defronte à casa de Rosa, sempre que tinha churrasco no mesmo, era sinal de confusão, pois sempre que tinha churrasco Alexandre fazia questão de aparecer. Num desses churrascos, realizado num dia de domingo, Alexandre chegou no nosso barraco embriagado, pegou uma faca e saiu em direção ao barraco de Terto. Um de seus primos, o João, ligou para a polícia e o outro, Lenildo, saiu atrás de Alexandre, tentando impedi-lo. Por sorte, conseguiram alcançá-lo e convencê-lo a retornar para casa.

Nesse mesmo dia, os trabalhadores residentes no barraco de Terto, resolveram proibir a visita de mulheres (inclusive de Rosa) ao barraco, bem como obrigaram Terto a prometer que não dormiria mais na casa de Rosa, promessa esta que, segundo os trabalhadores, não se cumpriu.

Até o final da safra, nem Alexandre, nem Terto tinham aberto mão de Rosa e o conflito estava latente. Sempre que conversava comigo, Terto dizia que não voltaria mais aos canaviais, pois estava velho e também não queria assumir *nada sério* com Rosa. Por sua vez, Alexandre me dizia ter esperança de que na próxima safra (2009) Rosa ficaria com ele, que não tinha ficado naquele ano, por medo de Terto.

No final da safra, a cidade toda era conhecedora do triângulo amoroso, razão pela qual era comum ouvir referência a “Rosa e seus dois amores”, numa clara alusão a Dona Flor e seus dois maridos. Para Jadelma, amiga de Rosa, tudo aquilo não passava de sinais do destino, isto é, de que a profecia da cigana estava para se cumprir.

Gostaria de “puxar” alguns fios nessa história-novelo, sem, no entanto, esgotar toda a sua complexidade.

Com efeito, ela nos acena para as transformações/modificações que a migração aqui considerada acarreta na própria subjetividade dos sujeitos envolvidos (trabalhadores-migrantes). Assim é que Terto torna-se um homem dividido, cindido entre o lá e o cá, o lugar de origem, onde estão “os investimentos”: afetivos (a família) e materiais: terrenos, casas, gados, tudo, como ele próprio dizia “suor da cana”, ou, para usar novamente seus próprios

termos, coisas e pessoas que “não se pode largar facilmente”. Existem, além disso, todas as marcas deixadas pelo processo de socialização no seio da família camponesa e materializadas na idéia de homem, pai de família, bem como nas noções de caráter, que o leva a recalcar o sentimento por Rosa, na afirmação de que “é apenas um caso”, ao mesmo tempo em que sente dificuldade de abandoná-la, sobretudo por saber que há outra pessoa interessada. Por outro lado, Rosa que lhe acena com a promessa de junção da casa e do trabalho num mesmo lugar, um trabalho, no entanto, do qual ele não seria mais senhor, pois um trabalho totalmente subordinado, sinalizando a metamorfose do camponês em assalariado.

Ao mesmo tempo, a amante, se sinaliza para o âmbito da “rua”, sinaliza também para o âmbito do lar: “ela é uma mulher trabalhadora e dona de casa”. Mulher, dona de casa, mãe de família também, mas sente-se incompleta, falta-lhe algo, sente falta do de um companheiro permanente, sobretudo no final do ano, por ocasião da festa de natal, quando olha ao redor e ver todas as suas amigas acompanhadas e ela mesma sozinha, visto que seu companheiro, seu homem, como ela mesma diz, está ausente. Mas também Terto sente-se incompleto, pois estando no mundo sente falta da casa, do lar, da esposa trabalhadora, aquela que poderia acompanhar o marido, inclusive para o canavial, ou simplesmente para “as canas”, para usar um termo dele próprio. Rosa, diferente da esposa, une os dois mundos, o da casa e da rua: ela lava, passa, cozinha, mas também vai para o eito, onde corta cana-de-açúcar, assume portanto o lugar do desejo, da falta, daquilo que não se tem e que, precisamente por não se ter, se quer.

Migrando permanentemente, o trabalhador vai também colonizando o espaço “do outro”, o qual antes estranho e mesmo indiferente, vai ganhando contornos familiares. Tal como na região de origem, há alguém que os espera no local de destino, alguém para quem buscar aconchego quando se precisa voltar nas várias safras.

No espaço de destino, a mulher assume, conforme enfatizado, a função de mediatriz, de mediação entre o trabalhador-migrante e outras pessoas “do lugar”, assim é que Cacilda, uma técnica de enfermagem que em 2008 morava, há três anos, com um trabalhador-migrante oriundo do município de Santa Cruz da Baixa Verde (PE) consegue vitamina C, mas também atestados, não apenas para o seu companheiro, mas também para os amigos do mesmo. Ainda em Sales, conheci também Nilson, um trabalhador oriundo do município de Tavares-PB que se apaixonou por Cleide, uma moradora do município de Sales. Ambos solteiros decidiram casar-se, e através dos pais da esposa, Nilson acabou conseguindo inserir-se em outra atividade, atualmente, o casal toma conta de uma chácara de um conhecido do pai de Cleide e Nilson não mais trabalha cortando cana.

Ainda em 2008, na cidade de Novo Horizonte, durante uma missão religiosa promovida pela Pastoral do Migrante, conheci Elizabeth, 45 anos, professora de inglês da rede estadual e secretária de uma das paróquias locais. A mesma, na época, residia com um jovem trabalhador-migrante, oriundo do município de Juru (PB), o qual, no referido ano, estava com 21 anos. Apesar da família (filha e pais) não aceitar o relacionamento de Elizabeth, a mesma se mostrou contente. Foi através de sua mediação que João, seu companheiro, conseguiu migrar do corte de cana para a construção civil, trabalho que, segundo João, permitia “fazer” um bom salário, e que não obstante era mais maneiro do que cortar cana.

4.6.3. Mulheres que ficam: entre a saudade, o medo e a esperança

Por outro lado, é necessário que não percamos de vista também a condição das mulheres que ficam nos espaços de origem desses trabalhadores, sobretudo de suas esposas, para as quais o tempo da migração aparece como um tempo povoado de saudade e de espera.

Para aquelas que nunca migraram acompanhando os esposos, os lugares de destino aparecem como lugar desconhecido e povoado de perigos. Esta percepção gera sentimentos de insegurança e medo de que o outro [que migrou] venha a ser acometido por adoecimentos ou venha a envolver-se em confusão. Alguns relatos de mulheres revelam também um medo de que o outro [esposo, pai, irmão, namorado, noivo] não mais retorne. O medo do não retorno está relacionado ao medo de serem traídas e abandonadas pelos seus esposos, noivos ou namorados. Com efeito, nesses locais de origem, são muitas as mulheres que não mais esperam a volta dos esposos, certas de que os mesmos não mais retornarão, uma vez que constituíram outras famílias nos lugares de destino.

Há, igualmente, o medo da morte, como me disse dona Francisca (45 anos, mãe de seis filhos, um deles trabalhador-migrante, Santa Cruz da baixa Verde-PE):

Esses homens saem de casa, vai arriscar a vida, a gente sabe que sai de casa, mas fica com o coração na mão, **porque não sabe se chega [retornam]...** Olha lá diz que lá tem muita cobra, adoecer nos cortes de cana, desvio na coluna, ai quando chega aqui não tem nem com que se tratar, o tratamento aqui é absurdo, se a pessoa não tem, se já sai daqui para ganhar o pão fora... Acontece acidente de trabalho, corte, qualquer coisa... Olha tem dia que eu me preocupo tanto, que sonho tanto sonho ruim, porque meu filho é meus pés e minhas mãos dentro de casa.

Para algumas mulheres, essa expectativa pode sempre se concretizar, como foi o caso de dona Jacinta (viúva de um trabalhador-migrante, natural de Santa Cruz da Baixa Verde). Meu encontro com essa senhora ocorreu no final do ano de 2009, durante coleta de dados.

Entrevistando famílias de trabalhadores migrantes cheguei até sua residência. A casa era muito simples, embora grande. Ficamos na sala da frente. Havia um conjunto de sofá, formando um L. Sentamos numa dessas poltronas, ao lado de Dona Jacinta, e de uma cunhada dela, uma idosa. No momento e local da entrevista havia, também, uma jovem senhora com uma bebezinha no colo. Durante o tempo em que conversamos com dona Jacinta, a cunhada da mesma, juntamente com a jovem, tentavam dar mamadeira a bebezinha, que brincava com uma boneca.

Na parede de frente, havia uma foto da família: lá estava o esposo de dona Jacinta, juntamente com ela e as duas filhas. Olhando para a foto e para dona Jacinta, pensei que a fotografia tivesse sido tirada há bastante tempo, pois a mulher que estava a minha frente era bastante envelhecida quando comparada com a da foto. Ao final da entrevista, quando as crianças chegaram, percebi que a fotografia era recente, e que dona Jacinta havia envelhecido bastante. Tal envelhecimento precoce era provavelmente, resultado de sua dor.

Com efeito, durante o tempo que passei em sua casa ela não cansou de lastimar a morte de seu esposo, ocorrida num acidente, fora do trabalho, no ano anterior (2008). Foi o primeiro ano em que o mesmo saiu para cortar cana. O acidente aconteceu no mês de novembro, faltando, portanto, poucos dias para que o esposo estivesse de volta. Dona Jacinta chegou a falar que depois que seu esposo morreu, ela não tinha mais vontade de viver. Ao ouvir esta frase, sua cunhada disse: “eu sempre digo para ela tirar essa idéia da cabeça, que ela tem as filhas para criar”. Esta observação me deu a entender que a idéia de morte, de abandonar o barco fosse algo recorrente na vida atual de dona Jacinta. Pensei em sugerir um psicólogo, mas me limitamos a ouvi-la. Ela queria falar, tinha várias coisas que, ainda, não elaborara até então, inclusive as condições da morte do esposo. Disse que o pessoal que trabalhava com o esposo ainda não tinha falado diretamente com ela. Ela sabe que tem lacunas na história *oficial*.

A história que lhe contaram é que ao chegar do trabalho, um dos amigos que moravam com seu esposo o convidou para sair. Segundo as informações ele teria aceitado, pois assim poderia ligar para ela. Então, o carro em que iam derrapou numa vala aberta pela prefeitura e sem sinalização. Resultado: das quatro pessoas que estavam no veículo apenas seu esposo veio a falecer.

Para dona Jacinta, o acidente teria ocorrido em torno das dezoito horas. No entanto, ela se questiona o que duas mulheres faziam no carro. Mostra-me os registros da ocorrência. Ela mesma não leu, não sabe ler, disse que foi a enfermeira do posto da cidade que leu para ela. Notei que tem outras informações que não se cruzam. Num dos registros, o boletim de ocorrência, está escrito que o acidente teria ocorrido em torno das vinte e duas horas. Dona Jacinta tem consciência de que não lhe contaram toda a verdade, ao mesmo tempo em que revela, pela imagem de esposo que cultivava, que não está preparada para saber de toda a verdade.

Outro tema que surgiu na conversa, bastante informal, sem gravador, foi o sofrimento das filhas, sobretudo da mais velha. Segundo dona Jacinta a mesma ainda não aceitara a morte do pai. Sempre que algum episódio o lembrava, ela voltava a chorar. Dona Jacinta contou que outro dia tinha ido ao banco, com a filha, receber o benefício [pensão] quando a moça que trabalhava no caixa ao entregar o dinheiro teria dito à garota: “pegue, foi seu pai que deixou para você, compre o que você quiser”, ao que a menina teria respondido, aos prantos: “eu não quero dinheiro, eu quero é meu pai”.

Para as mulheres casadas, a ausência do esposo implica, conforme sinalizado, em aumento das responsabilidades femininas, no lugar de origem, uma vez que se espera que a mulher assuma o papel de chefe da família, mesmo que “de forma indireta” [voltarei a este tema adiante]. Assim, compete a mulher tomar decisões sobre os assuntos referentes à casa, ao patrimônio e, aos filhos.

Menezes (2002), no terceiro capítulo do livro *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes*, dedica-se ao examine das “relações mantidas pelos homens migrantes com suas famílias no espaço de origem, tanto através das obrigações financeiras quanto da manutenção dos vínculos conjugais” (MENEZES, 2002, p. 89). Encontrei, nos relatos de cinco mulheres do Agreste Paraibano, experiências bastante semelhantes às mulheres de Tavares e de Santa Cruz da Baixa Verde, acerca da organização social da família camponesa. Destaco, pois um trecho referente às mulheres casadas:

Uma vez casadas, ficam em casa ou podem ocasionalmente migrar com os maridos. Durante a ausência dos homens, a esposa e as crianças são responsáveis pela produção de subsistência, seja na propriedade da família, seja em terra de terceiros. O homem traz ou envia dinheiro para a manutenção da família e, também, para as despesas da produção agrícola com sementes, aluguel de trabalhadores etc. (MENEZES, 2002, p. 89).

Tendo a vida dividida ou conectada por dois tempos, que perpassam dois espaços, as mulheres quando estão “sozinhas” dividem o tempo diário entre o trabalho em casa, que é tido como de sua competência, e os afazeres no roçado e com os animais, visto como tarefas masculinas. Por isso, diz-se que, quando o *chefe de família* está ausente, a mulher assume sua função/papel. No entanto, geralmente, o lugar de *chefe de família*, é assumido pela mulher de forma indireta, que mesmo distante o homem se faz copresente.

Visando estabelecer esta copresença, os homens fazem uso de artefatos sociais diversos. Até a década de 1990, era comum o uso de cartas entre os migrantes e os membros da família que permaneciam nos lugares de origem. No início da década de 2000, as cartas cederam lugar ao telefone, a informação foi desconectada de seu registro fixo na escrita. Nesse momento, era comum o uso de telefones públicos, denominados de “orelhões” pelos familiares de migrantes. Ainda me lembro de uma imagem recorrente na segunda metade da década de 2000, qual seja, as inúmeras filas de mulheres, em torno dos telefones públicos, nas cidades de origem, principalmente nos domingos e feriados. Eram predominantemente mulheres casadas que caminhavam alguns ou muitos quilômetros a fim de esperarem pacientemente a ligação de seus esposos e/ou filhos. “Reunidas” em torno desses aparelhos, era comum que as mulheres socializassem as notícias recebidas, sobretudo quando os parentes distantes residiam no mesmo município de destino.

Atualmente, os telefones públicos foram substituídos por telefones móveis, os celulares, os quais se, por um lado, evitaram as longas caminhadas bem como o tempo de espera próximo aos “orelhões”, por outro lado representam uma forma de controle mais eficaz, como nos acena este trecho do relato de Rosa (26 anos, esposa de trabalhador migrante, Santa Cruz da Baixa Verde – PE):

Tem horas que eu fico chorando, porque não passeio, não vou para uma festa. Só uma vez fui levar Renan ao parque, mas de oito horas tive que voltar e quando foi oito horas em ponto ele ligou para saber se eu estava em casa, e para confirmar ele mandou eu colocar o CD de Roberto Carlos para escutar a música que ele mais gosta, a mesma coisa acontece quando eu vou para a feira.

Como o trecho do relato de Rosa deixa claro, mesmo estando geograficamente distante, é nítida a tentativa dos homens de manterem um controle sobre as mulheres, principalmente as esposas, noivas e namoradas que permaneceram nos lugares de origem, a este respeito é interessante este outro desabafo de Rosa, “as esposas de cortadores de cana não

podem se arrumar, não pode fazer as unhas e nem pensar de secar cabelos, pois a notícia chega mais ligeiro [aos esposos] do que se pensa”.

Ainda em Santa Cruz da Baixa Verde, encontrei-me com Jaciana, uma jovem bonita, de 24 anos. Morava numa casa pequena e bem simples, Conversamos pouco, queria saber como era a o dia-a-dia das mulheres quando os esposos viajam. Jaciana, então, me contou que quando seu esposo foi para o corte de cana, eles ainda eram namorados. Indagada se não sentia ciúmes, ela respondeu que não, e enfatizou: “ele era homem, sabia que era traída, mas não tinha o que fazer, mas se soubesse de um relacionamento mais sério dele, aí sim, acabaria o namoro”. O que me chamou a atenção ao conversar com Jaciana foi saber que ela tinha abandonado os estudos quando o então namorado viajou, para que as pessoas, especialmente a família dele, não falassem dela. Em suas palavras:

É que a maioria desses homens de hoje, se namorar ou se casar, a mulher só sai com marido ou com o namorado, não pode sair só,.. Aí se eu saísse eu teria que dá satisfação para onde eu ia, com quem ia, que hora chegava, ai eu achava melhor ficar em casa, pra livrar de confusão.

É importante termos presente que, nos relatos das mulheres, as possíveis estratégias de burlar esse controle masculino estão na negociação diária, nas quais as mulheres também se utilizam do telefone. Dessa forma, o aparelho celular, enquanto objeto físico que viabiliza a comunicação instantânea e simultânea, desempenha uma função mediadora nas redes de relações, onde não há somente um controle unilateral, isto é, o domínio exclusivo do homem sobre a mulher. Na verdade, o que há são relações entre homens e mulheres, no interior das quais vão se forjando estratégias e táticas de controle e resistência.

Assim, é que na ausência do esposo, Rosa começou a fabricar e comercializar sabão. Diz que a tarefa ajudava o tempo a passar mais rápido. As vizinhas e amigas logo passaram a frequentar mais assiduamente sua casa, a procura do produto [sabão], ficou conhecida, aumentou o círculo de relações. O esposo, mesmo longe, não demorou a saber e, sabendo, não gostou. Na época da entrevista [novembro de 2009], estava pressionando Rosa, visando desestimulá-la: “o pior que eu acho é que ele quer me proibir de fazer meus sabões”. Ainda de acordo com a informante, o controle se fazia também através da sogra, que, segundo ela, “ficava inventando história”. Indagada sobre que tipo de história a sogra estaria contando para o filho, Rosa desabafou: “ela diz que ele tem que me fazer parar, porque uma mulher, não sei de onde, morreu queimada, quando fazia sabão”.

A expressão “fazer sabão” tem na região de origem, uma conotação sexual, indicando relações sexuais entre duas mulheres, lesbianismo, apontando, dessa forma, para práticas sexuais desviantes e, portanto, para o exercício da liberdade por parte da mulher. Por sua vez, o “fazer sabão” no caso de Rosa, aponta tanto para o controle sobre o “tempo de espera”, que passa a ser utilizado visando atender demandas da própria mulher quanto para uma relativa independência financeira, que o sabão comercializado permite que Rosa vá se emancipando financeiramente do esposo. Mesmo considerando que a renda obtida complementa a renda familiar, não podemos menosprezar o fato de que tal complemento é forjado num espaço de “liberdade”, obtido, portanto, por caminhos “não autorizados”. Inclusive, a história que segundo Rosa, sua sogra inventa, é bem emblemática, que traz no seu bojo a idéia de fogo, remetendo ao “inferno”. O fogo aparece não no contexto de uma purificação e sim como uma pena a ser paga por aquelas que se desviaram do caminho, isto é, dos padrões e das expectativas sociais.

A história da sogra e mesmo aos reclamos do esposo, Rosa responde com a recusa a esse saber que o outro (sogra, o esposo) busca lhe impor. Em suas palavras: “eu não quero nem saber, faço escondido, eu quero ter é meu dinheirinho”. E se o dinheiro dele [do esposo] vem sob a égide de uma rubrica, isto é, uma prescrição que acompanha as remessas econômicas mensais, e que a cada vez delimita o espaço do possível [onde gastar], por outro lado, o dinheiro que ela adquire mediante a venda do sabão, mesmo sendo *um dinheirinho*, lhe pertence, é seu [meu dinheirinho], o que acena para a concretização de suas próprias demandas.

Fazendo sabão, Rosa vai se refazendo, ampliando sua rede social, assumindo espaços de lideranças na comunidade, como ela própria acena, ao frisar que é líder de um grupo solidário de mulheres que fazem parte do Crediamigo, Programa de Microcrédito Produtivo, orientado pelo Banco do Nordeste, cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito à empreendedores pertencentes aos setores formal ou informal da economia.

Além de fabricar e comercializar sabão, Rosa também faz crochê e vende banana. Todos esses expedientes podem ser pensados também como uma busca de povoar o tempo vazio, dotando-o de novos significados e sentidos. No entanto, se a estratégia funciona durante o dia, à noite os fantasmas retornam como ela própria explica: “de noite, tem muito *pantin* aqui em casa, na porta aqui de casa, vem gente bater na porta, destelhar a telha, eu fico com medo”. O termo *pantin* é uma expressão nordestina utilizada para denotar “manha”, “besteira” [Ex: fulano está com *pantin*], mas que no contexto está marcando evidências de

ameaças, *as batidas na porta, o barulho nas telhas*, tudo isto é percebido por Rosa como *pantin*, isto é, como ameaça, sendo *pantin* exatamente por não se concretizarem.

Este medo noturno, não é algo exclusivo de Rosa, mas uma característica comum nos relatos das mulheres e aponta para certos estereótipos socialmente “aceitos” sobre a mulher e que as constrói enquanto ser frágil, incompleto, indefeso, relacionando-se igualmente com a contrapartida masculina, tida como viril e corajosa. No entanto, o fato de assumirem papéis antes reservado totalmente aos esposos, pode contribuir, mesmo que potencialmente, para uma percepção do caráter social e, conseqüentemente, construído de tais estereótipos e, dessa forma, para a assunção e/ou consolidação de novas formas de ser mulher.

O importante a ser frisado é que as mulheres que ficam nos espaços de origem dos trabalhadores-migrantes são afetadas pelas opções que esses trabalhadores fazem nos locais de destinos e dessa forma, a migração e a atividade de cortar cana não tem impactado apenas a qualidade de vida dos trabalhadores-migrantes, mas tem favorecido uma reordenação na estrutura familiar tanto nos locais de origem (viúvas de maridos vivos, emergência de novos papéis femininos e também de novas relações de gênero) quanto no espaço de destino.

As discussões realizadas nesse capítulo permite-me constatar a importância que as redes sociais assumem na migração dos trabalhadores da região pesquisada para os canaviais do Estado de São Paulo. Conforme advoguei no II Capítulo desta tese, as empresas do setor canavieiro tem feito uso dessas relações de parentesco, vizinhança e amizade visando contratar um trabalhador que vá ao encontro do perfil desejado (dócil e útil). No entanto, não são apenas as usinas que fazem uso de tais relações, mas igualmente os trabalhadores utilizam-se dessas redes tanto para se inserir mais facilmente nessa corrente migratória, como também para, uma vez inserido, mitigar as dificuldades nos locais de destino. Nesse processo, as redes sociais são redefinidas mediante os laços que os trabalhadores-migrantes vão tecendo com as pessoas “do lugar” de destino, notadamente com as “mulheres”. Inseridos nessa multiplicidade de relações, os trabalhadores-migrantes são confrontados por expectativas, valores, visões de mundo, uma multiplicidade de vozes que emanam ora do lado de cá (dos espaços de origem) ora do lado de lá (dos espaços de destinos). Ao responderem a esses chamamentos, ao fazerem suas opções cotidianas, vão se refazendo a si mesmo e, ao mesmo tempo, contribuindo para um refazer permanente das configurações dos lugares de origem e de destino.

Na segunda parte dessa tese (Capítulos IV e V) tomarei como foco o espaço do eito, buscando, num primeiro momento (Capítulo IV) explicitar os mecanismos de

exploração/dominação presentes no cotidiano do trabalho dos trabalhadores aqui em foco, bem como (Capítulo V), as formas de resistência aos quais os trabalhadores tem se engajado visando fazer face ao projeto de exploração das empresas canavieiras.

CAPÍTULO IV

ENFRENTANDO O ROJÃO: TRABALHO E DOMINAÇÃO NO COTIDIANO DO EITO

5.	O Cotidiano da Dominação/Exploração	
5.1.	Breve digressão sobre o “trabalho” em tempos de reestruturação produtiva	196
5.2.	Os sentidos do trabalho para os trabalhadores-migrantes	204
5.3.	A configuração do trabalho na colheita de cana-de-açúcar	205
5.3.1.	Percepção sobre o trabalho	213
5.3.2.	A percepção do tempo “do trabalho”: ou sobre uma multiplicidade de tempos	217
5.3.3.	A relação com os fiscais	219
5.3.4.	Exigências da usina	221
5.4.	Enfrentando o rojão!	228
5.5.	De corpo marcado: trabalho e adoecimento nos canaviais	234
5.5.1.	Administrando o adoecer	244

O COTIDIANO DA EXPLORAÇÃO/DOMINAÇÃO

*Nós vos pedimos com insistência
não digam nunca:
isso é natural!
diante dos acontecimentos de cada dia
numa época em que reina a confusão
(...)
em que o arbítrio tem força de lei
em que a humanidade se desumaniza
não digam nunca:
isso é natural!
para que nada possa ser imutável!*
Bertold Brecht.

5.1. Breve digressão sobre o Trabalho em tempos de reestruturação produtiva

Início este capítulo resgatando as reflexões de Marx sobre o trabalho. Como sabemos, para este autor, o trabalho é o elemento fundante do ser social, visto ser condição para sua existência, por implicar no intercâmbio eterno, entre o homem e a natureza, por meio do qual os homens apropriam-se dos recursos naturais, visando “imprimir-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 2006, p. 211). Nesse sentido, o trabalho é algo exclusivamente humano, nas palavras do autor em destaque:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la na realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2006, p. 211-212).

Por meio do trabalho, os homens não apenas transformam a natureza, mas transformam-se a si próprios, “desenvolvem as potencialidades neles adormecidas e submetem ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2006, p. 2011).

No entanto, para Marx, o trabalho deve ser analisado em sua dupla expressão, isto é, como trabalho concreto e como trabalho abstrato. Em suas palavras:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana do trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 2006, p. 68).

Em sua forma concreta, o trabalho cria valores-de-uso, coisas, produtos que satisfazem nossas necessidades sejam estas do corpo ou do espírito. No entanto, Marx (2006) assevera que, sob a lógica capitalista, a expressão concreta do trabalho é secundarizada, uma vez que sob o império do capital é a forma abstrata do trabalho que se generaliza, tornando-se simples dispêndio de energia indiferente às suas manifestações singulares.

Como resultado desse processo, o trabalho, para a maior parte dos produtores diretos (classe que vive do trabalho), torna-se alienado, e nesse sentido:

Aquilo que era uma finalidade do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se trona, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital (ANTUNES, 2005, p. 69).

Alienado em relação ao produto e ao processo de produção, o trabalho aparece para o trabalhador não como trabalho voluntário, que dignifica e dá sentido a vida, mas como “trabalho imposto, trabalho forçado”, trabalho do qual se foge, “como da peste, logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo”; trabalho que não é mais satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio pelo qual se obtém a satisfação das necessidades (MARX, 2002, p. 114).

Contemporaneamente, com intensificação, cada dia mais forte, da mecanização e da robótica no processo produtivo, com o conseqüente aumento da participação do trabalho “morto” e o retraimento do trabalho vivo na esfera produtiva, vários pesquisadores vem advogando que o sofrimento no trabalho teria sido bastante atenuado, e mesmo que o trabalho teria perdido a sua centralidade para o ser social. Nas palavras de Dejours:

Querem nos fazer acreditar, ou tendemos a acreditar espontaneamente, que o sofrimento no trabalho foi bastante atenuado ou mesmo completamente eliminado pela mecanização e a robotização, que teriam abolido as obrigações mecânicas, as tarefas de manutenção e a relação direta com a matéria que caracterizam as atividades industriais. Além de transformar braços “cheirando a suor” em operadores de mãos limpas, elas tenderiam a transmutar operários em empregados e a livrar Pele de Asno de seu traje malcheiroso para propiciar-lhe um destino de princesa de vestido prateado (DEJOURS, 2006, p. 27).

Dentre os arautos desses novos tempos de que nos fala Dejours, citamos Gorz (1987), que em seu sugestivo livro “Adeus ao proletariado”, depois de diferenciar *work* de *labor*, anota que:

A abolição do trabalho não significa abolir a necessidade do esforço, o desejo de atividade, o amor à obrar, a necessidade cooperar com os outros e de se tornar útil à coletividade. Ao contrário: a abolição do trabalho é apenas a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade em que estamos, de comprar nosso direito à (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida (GORZ, 1987, p. 11).

Mais adiante o mesmo autor sinaliza que este processo de abolição do trabalho (nos termos acima especificado) está em curso e “parece acelerar-se”, citando como evidência para sua tese a supressão de milhões de empregos em consequência de processos de automatização da produção.

Na fábrica Toyota (automóveis), no Japão, um quarto dos operários de montagem foram substituídos por robôs. (...).
Na I.B.M., um robô capaz de “enxergar” pode, com seus braços mecânicos, montar oito componentes de máquinas de escrever em 45 segundo (...).
Na indústria gráfica, novas máquinas eletrônicas compõem oito milhões de sinais por hora (GORZ, 1987, p. 158).

Ao lado de Gorz (1987), outros teóricos (OFFE, 1984; HABERMAS, 1968) vêm profetizando o desaparecimento do trabalho e o advento da sociedade de serviço ou de lazer com a conseqüente “retração e mesmo perda da centralidade do trabalho na busca de sentido estruturante do ser social no mundo contemporâneo” (ANTUNES, 2006, p. 23).

Para Antunes (2006), no entanto, o trabalho não está em vias de desaparecimento, “não se tornou uma mera *virtualidade*, ainda que venha sofrendo mutações e metamorfoses significativas” (2006, p. 26) “não é ficção”, diz ele, “que a Nike se utiliza de 85 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo” (ANTUNES, 2006, p. 26).

Quanto à diminuição do sofrimento do trabalho, em consequência da mecanização, Dejours salienta que:

Por trás da vitrina, há o sofrimento dos que trabalham. Dos que, aliás, pretensamente, não mais existem, embora na verdade seja legião, e que assumem inúmeras tarefas arriscadas para a saúde, em condições pouco diferentes daquelas de antigamente e por vezes mesmo agravadas por frequentes infrações das leis trabalhistas (DEJOURS, 2006, p. 26-7).

Mais: para Linhart (2007), o trabalho não teria perdido inclusive a sua centralidade para o ser social, uma vez que ainda é o trabalho que dá sentido ao tempo, a vida e que condiciona a inserção social dos indivíduos, como sinaliza o sofrimento dos que foram substituídos de seus postos de trabalho pelos processos de mecanização. Assim, nas palavras da autora:

Para os que não trabalham, é difícil encontrar referências que lhe permitam estruturar o tempo, dar sentido à vida, organizar o encontro com o outro, dotar-se de um sentimento de utilidade, de uma imagem pessoal que os valorize. Nunca antes, como nesse período histórico, os indivíduos se curvaram tanto para o mundo do trabalho, nunca antes a sociedade fora do trabalho se tornou tão deserta no plano do sentido (LINHART, 2007, p. 61).

No entanto, Antunes reconhece que o trabalho, na contemporaneidade, vem sofrendo uma metamorfose, haja vista que o atual estágio do capitalismo necessita cada vez menos do trabalhador estável e cada vez mais “do trabalho parcial, terceirizado, precarizado” (ANTUNES, 2006, p. 27), bem como de aumentar a produtividade do trabalho, o que se faz mediante não apenas ao incremento cada dia maior do maquinário, mas também por meio da intensificação do trabalho “vivo”.

No Brasil, considerando apenas a realidade do trabalho rural, Buainain e Dedecca (2008) chamam a atenção para a coexistência do que há de mais moderno com o mais profundo atraso. Em suas palavras:

As relações de trabalho no campo vivem hoje um momento de profunda transformação. Uma simples observação no mosaico de relações sociais no meio rural brasileiro revela a convivência do moderno com o arcaico, a coexistência de relações de trabalho extintas nos países desenvolvidos ainda no século XIX ou no início do século XX, com relações que correspondem às exigências da sociedade contemporânea (BUAINAIN; DEDECCA, 2008, p. 51).

No que tange ao setor canavieiro é preciso, antes de tudo, lembrar, que aí as condições do trabalho sempre foram marcadas por formas extremas de brutalização e desumanização do trabalhador. A grande plantation tradicional supunha o recrutamento de uma força de trabalho primeiramente suprida com o braço do nativo e depois do Africano, que aqui chegou marcado com o signo da escravidão. Foram eles que desbravaram as terras, que plantaram e deceparam a cana, que recolheram o bagaço da cana, eles que tiraram da cana a doçura do mel para a felicidade de seus senhores.

Com a emancipação política dos escravos, que não se fez acompanhar por sua emancipação humana, os senhores da grande plantation, seja de cana, seja de café, puderam contar com um contingente de homens e mulheres “livres” para negociar com a única mercadoria de que dispunham, sua força de trabalho. Dessa forma, foi possível aos senhores reconstituírem, em outras bases, as antigas relações, através das categorias de morador, parceiro e agregado. Através dessas relações, os “senhores da terra”, conseguiram sustentar os preços das lavouras de exportação e, dessa forma, fazer frente às dificuldades do mercado internacional, como bem esclarece Garcia, para quem:

Ante as flutuações adversas dos mercados internacionais das lavouras comerciais, sempre era possível buscar nas contrapartidas das relações *morador/senhor-de-engenho* ou *colono/fazendeiro* arranjos que reduzissem o custo monetário do trabalho a ser efetuado e, portanto, que contribuíssem para preservar a margem de lucro, notadamente a renda monetária, permitindo adquirir bens não produzidos localmente (vestuário, calçado, chapéus, mobiliário, instrumentos musicais, etc.) (GARCIA, 2003, p. 166).

Com o advento da Legislação do Campo – Estatuto da Terra, Estatuto do Trabalhador Rural – aliado ao processo de industrialização da agricultura, essas estratégias tradicionais de recrutamento da mão de obra, por parte dos grandes latifundiários, foram transformadas. Porém, como revela o estudo de Silva (1999) para o Centro Sul e de Suarez (1977) para o Nordeste, este processo representou o fim das relações tradicionais e o surgimento de uma população expropriada, esfoliada, expulsa para os *becos de ruas* (onde também não encontram alternativa de emprego e renda, dado o nível de desenvolvimento dessas pequenas “cidades”) e que, “obrigada” a arcar com os custos materiais de uma nova moradia (mediante o aluguel de prédios, a aquisição de chão de casa ou, mesmo a invasão de terreno) (GARCIA, 2003), retornava às grandes propriedades, agora, porém, na condição de trabalhadores temporários, migrantes sazonais, empregados durante o tempo da colheita da cana-de-açúcar ou do café.

Recentemente, conforme destacado (Capítulo Introdutório), com as transformações no mercado de trabalho urbano, o setor canavieiro, que vive um novo ciclo de expansão, passa a contar também com trabalhadores oriundos dos estados do Nordeste, muitos dos quais se direcionaram para a região denominada de “Califórnia brasileira” por terem vivenciados processos de exclusão de outros setores econômicos, notadamente, nos finais dos anos de 1980 e início da década de 1990⁴⁴.

⁴⁴ Para mais detalhes sobre a relação entre a migração dos trabalhadores nordestinos, especificamente, das regiões aqui consideradas, para os canaviais do estado de São Paulo e as mudanças no mercado de trabalho urbano vivenciadas pelos

Como aponta Wanderley (2010), o modelo de modernização da agricultura brasileira, sob o comando da terra, não modernizou “as condições de vida e de trabalho dos assalariados” e a introdução de insumos e tecnologias “poupadores do trabalho vivo” vem diminuindo, mas não extinguiu a necessidade de trabalho manual, o qual é fornecido “por migrantes de todas as origens e pela força de trabalho instalada no interior da agricultura familiar”. Segundo a professora aqui em destaque, “trata-se, na maioria dos casos, das experiências mais degradantes de trabalho humano, correspondendo muitas vezes ao que se chama trabalho análogo à condição de escravo” (2010, p.24-25).

Mesmo considerando os insumos e tecnologias de que nos fala Wanderley (2010), estudiosos têm chamado a atenção para o fato de que as novas tecnologias não contribuíram para diminuir a carga de trabalho e, portanto, para amenizar a intensidade do mesmo. Nas palavras de Scopinho (2000, p. 97):

A introdução da colhedeira mecânica no corte da cana-de-açúcar não diminui as cargas de trabalho do tipo físico, químico e mecânico existentes no ambiente de trabalho e ainda acentua a presença de elementos que configuram as cargas do tipo fisiológico e psíquico, porque intensificam o ritmo de trabalho. Por exemplo, as jornadas de trabalho dos operadores de máquinas agrícolas variam de 12 até 24 horas, durante a safra. O trabalho no corte mecanizado da cana é organizado em turnos de 8 ou 12 horas e, na época do revezamento, a jornada estende-se até 24 horas de trabalho, com pequenas pausas para descanso e para fazer as refeições no próprio local de trabalho.

No livro I do *Capital*, ao escrever sobre a luta entre o trabalhador e a máquina, Marx deixava transparecer sua visão dialética sobre a tecnologia ao sugerir que o problema não estava nos instrumentos, *nos meios materiais de produção*, mas *na forma social em que são explorados* (MARX, 2006 p. 489). Nesta perspectiva, a tecnologia aparece *em si* como instrumento neutro. Assim pensada, a inserção de novas tecnologias no setor canavieiro potencialmente representa a possibilidade de um menor grau de exploração da força de trabalho, no entanto, conforme atestam as citações acima, esta possibilidade não se realizou, e isto simplesmente porque, como sugere Marx, no Capitalismo a tecnologia se encontra a serviço do Capital representando, conseqüentemente, um maior grau de exploração da força de trabalho. Com efeito, anota o citado autor: “ao expandir-se a aplicação da maquinaria e ao acumular-se a experiência de uma classe especial de trabalhadores a ela ajustados, aumenta

trabalhadores nordestinos que migraram para o Sudeste a partir da segunda metade da década de 1980, remeto o/a leitor/a a minha dissertação de mestrado (SILVA, 2006), notadamente, o capítulo II, no qual analiso a reconfiguração das migrações tavarenses em diferentes tempos históricos.

naturalmente a velocidade do trabalho e, em consequência, sua intensidade” (MARX, 2006 p. 467).

Além de não contribuir para a diminuição das altas cargas de trabalho dos trabalhadores, a mecanização da colheita, que vem se intensificando a partir da década de 1990, não implicou na eliminação do trabalho manual, que a maior parte da colheita ainda é realizada manualmente, em razão, sobretudo, da expansão da área plantada, conforme nos relata Silva (2007), mas também pelo fato de que, como lembrado por Wanderley (2010) “o campo não é uma fábrica. Esta é construída e manipulada como espaço de produção, que reúne matérias primas, equipamentos e trabalho humano, sob o comando do capital. No campo, é a máquina que se desloca em direção ao espaço natural”. Dessa forma, a singularidade do setor agrícola coloca empecilhos para a total mecanização da colheita, a exemplo, das irregularidades do terreno. Essas limitações topográficas se constituem, portanto, como um limite para a eliminação total do corte manual, sinalizando para o fato de que haverá sempre necessidade de trabalhadores manuais, mesmo que em menor quantidade do que a atual, tanto para realizar a colheita nas áreas em declive, quanto para fazerem o caminho para que as máquinas possam adentrar nos canaviais. Como assinalado por Antunes:

Como o capital pode reduzir muito, mas não pode eliminar completamente o trabalho vivo do processo de criação de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho (da mais-valia) em tempo cada vez mais reduzido (ANTUNES, 2006, p. 27).

Resultado desse processo de intensificação e precarização do trabalho no cotidiano das empresas do setor canavieiro e que tem como fundamento a busca pela extração de mais sobretrabalho, são as inúmeras mortes dos trabalhadores em decorrência do excesso do trabalho. Nas palavras de Silva:

Segundo o presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Élio Neves, as denúncias de super-exploração do trabalho, no setor açúcar/alcooleiro, vêm sendo realizadas desde a década de 1980. De acordo com o sindicalista, da década de 1990, até o momento presente, foi possível constatar uma “*verdadeira precarização das condições de trabalho*” (Ata da Audiência Pública). Conhecida pelos trabalhadores rurais como “*birôla*”, as mortes decorrentes do excesso de trabalho estão circunscritas, portanto, dentro de uma conjuntura internacional de banalização da vida e da injustiça social, que contribui sobremaneira para a reafirmação da simples condição de *labor* da força de trabalho (SILVA, 2006, p 83).

A partir de dados do Instituto de Economia Agrícola – IEA, ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo de São Paulo, Pedro Ramos advoga que a remuneração dos trabalhadores no corte da cana queimada, “teve queda real aproximada de 30% de meados da década de 1980 para atualidade, não obstante o fato de o rendimento do corte haver sido elevado em 60%” (RAMOS, 2008, p. 314), ou seja, o aumento de produtividade não implicou em melhores rendas e, conseqüentemente, em mais qualidade de vida dos trabalhadores, ao contrário, o que houve foi uma intensificação do processo de produção de mais-valia, com os trabalhadores produzindo um volume maior de riqueza e, paradoxalmente, se apropriando de parcela cada vez menor de seu trabalho.

As citações dos autores acima, portanto, expressam o duplo processo pelo qual passa hoje o trabalho nas empresas do setor canavieiro. Por um lado, há em curso um processo de mecanização com a conseqüente diminuição do trabalho vivo, o que representa uma fonte de sofrimento para os “desempregados”, que se vêm “obrigados” a buscarem inserir-se em outros setores econômicos e a aceitarem ocupações com o mesmo ou maiores riscos ocupacionais e onde o trabalho é tão ou mais intenso do que o trabalho na lavoura canavieira. Por outro lado, há também um processo de intensificação do trabalho vivo, seja este realizado na colheita mecânica, com o auxílio das máquinas, seja na colheita manual, visto que as atuais médias de produtividade exigida pelo setor encontra-se muito aquém do humanamente decente⁴⁵, mas que, não obstante, os trabalhadores e trabalhadoras devem se submeter, movidos inclusive pela esperança de que, ao assim realizarem esta ação seus nomes não serão incluídos nas listas das próximas demissões.

Nas páginas que se seguem, fundamentando-me nos relatos dos próprios trabalhadores, é minha intenção explicitar as condições e relações de trabalho atuais no setor canavieiro, buscando explicitar o grau de exploração da força de trabalho, especificamente dos que trabalham na corte de cana manual, bem como os mecanismos de dominação utilizados pelas empresas no sentido de extração de mais trabalho.

⁴⁵ A noção de trabalho decente estava presente, mesmo que de forma embrionária, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual, nos artigos XXIII e XIV contemplava “o direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, à (sic) condições justas e favoráveis de trabalho” (GOSDAL, 2006, p. 150) etc. Por sua vez, em 1966 a Organização das Nações Unidas aprovava o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o qual previa, no seu art. 7º “o direito a um salário equitativo e a uma remuneração igual por trabalho de igual valor” (GOSDAL, 2006, p. 150), além de preconizar “o direito a uma existência decente para todos os trabalhadores e suas famílias” bem, como “segurança e higiene no trabalho” (GOSDAL, 2006, p. 150), dentre outras coisas, o que remete a necessidade de proteção do trabalhador contra “vulnerabilidade no trabalho, como doença, velhice e desemprego”. (GOSDAL, 2006, p. 152) A autora em destaque anota que “todos esses fatores constituem condições de respeito à dignidade humana. O valor-referência deve ser o ser humano em sua totalidade” (GOSDAL, 2006, p. 152).

5.2. O sentido do trabalho para os trabalhadores-migrantes:

O cabra tem que trabalhar! Durante minha permanência junto aos trabalhadores-migrantes, na cidade de Sales – SP, eu escutei esta frase muitas vezes, dita ora por um, ora por outro, seu sentido, no entanto, era um só: o trabalho e o trabalho pesado faz parte da vida, aliás, ele é condição para a própria vida. *Sem trabalho, o cabra não vive*, dizia João, quando eu lhe indagava sobre o porquê da frase e complementava: *a não ser que vá fazer besteira, viver à custa dos outros, roubar...* Ser homem e homem direito, honesto, de caráter, confunde-se, portanto, com ser trabalhador, daí a desconfiança em relação àqueles que, nos lugares de origem, ostentam riqueza que não está relacionada ao trabalho pesado.

Sarti (1996) aponta para a importância do valor trabalho para a afirmação da identidade masculina entre os pobres. Para a autora, “o trabalho é muito mais do que o instrumento de sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si” (SARTI, 1996, p. 66).

É através do trabalho que o trabalhador-migrante se afirma e isso duplamente: enquanto gente e boa gente e enquanto homem. Mas, salienta a autora, se a afirmação da virilidade passa pelo trabalho e pela disposição para trabalhar, estando por isso associada à noção de saúde, ela demanda também a existência de uma “família”, de modo que “a moral do homem, que tem força e disposição [saúde] para trabalhar, articula-se à moral do provedor que traz dinheiro para dentro de casa” (SARTI, 1996, p. 72-3).

Aí reside a importância do trabalho, mesmo que penoso, para os trabalhadores-migrantes, uma vez que é por meio deste trabalho, que eles conseguem se afirmarem socialmente bem como atenderem as expectativas sociais de seus grupos de origem.

Mas, se por um lado, o trabalho nos canaviais, ao favorecer a inserção laboral desse contingente da força dos sertões paraibano e pernambucano, tem contribuído para sua autoafirmação, como se disse, enquanto homens e provedores de seus grupos familiares, por outro lado, as condições e relações de trabalho nos canaviais do Estado de São Paulo, têm impactado corpos e mentes desses trabalhadores, marcando-os com o signo do adoecimento e acarretando, inclusive a morte de muitos desses sujeitos. Como desabafou Dárcio (24 anos, trabalhador-migrante oriundo de Juru – PB), “a gente só vai porque precisa, aqui não tem outro jeito... Sabe quem vai, mas não sabe quem volta... Um ano que você corta cana, equivale a dois anos de vida”.

É nesse sentido que podemos entender a ambiguidade dos trabalhadores frente ao trabalho na colheita de cana-de-açúcar. Ambiguidade esta que os leva a reconhecer que “o trabalho não é ruim, não; mas...”.

Esta ambiguidade não é exclusiva dos trabalhadores-migrantes, com efeito, Linhart (2007) chama a atenção para a ambivalência que caracteriza a relação dos indivíduos com o trabalho, uma vez que, por um lado, os trabalhadores reconhecem que “não se pode viver sem trabalho”, mas, por outro lado, “que o trabalho”, sobretudo da forma em que está organizado em nossas sociedades modernas, “impede de viver”. Ainda de acordo com a autora acima referida, o trabalho:

É o que permite, é o que organiza o encontro com o outro. (...) É um meio de lutar contra a monotonia da vida, de encher o vazio, de passar o tempo. E mais, o trabalho é o grande ordenador do tempo. Ao impor sua própria duração ele anula, apaga o tempo que o indivíduo dedica a si mesmo. (...)
Ao quebrar a continuidade do tempo, o trabalho carrega-o de significado. Ele destila tempo livre por meio de rupturas e referências que ele introduz no tempo (LINHART, 2007, p. 43).

Se as reflexões de Sarti (1996) juntamente com as citações de Linhart (2007) acima transcrita, permitem-nos entender, em nosso caso concreto, a idéia de que “sem trabalho a gente não vive”, a segunda afirmativa, isto é, a ideia de que “o trabalho nos impede de viver”, também em nosso caso concreto, só pode ser entendida quando levamos em consideração a maneira pela qual o trabalho se configura nos canaviais do Estado de São Paulo.

5.3. A configuração do trabalho na colheita de cana-de-açúcar

Segundo Egídio, funcionário do setor de Recursos Humanos da Usina Santa Isabel, a cultura de cana-de-açúcar é composta por quatro fases, a saber: preparação do solo, plantio, tratamentos culturais e colheita, as quais seguem o seguinte calendário:

Tabela 02 – Fases da cultura da cana-de-açúcar

PERÍODO	PREPARO DO SOLO	PLANTIO	TRATOS CULTURAIS	COLHEITA
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Maiο				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				

Fonte: pesquisa do autor

As tabelas abaixo foram elaboradas com base ainda nas informações de Egídio. Elas condensam os dados sobre as principais fases do manejo da cultura de cana-de-açúcar, apresentando igualmente a predominância ou não da mecanização, bem como o perfil geral dos trabalhadores responsáveis por cada fase do manejo.

Tabela 03 – Fases do manejo da Cana-de-açúcar I

	FASES DO MANEJO DA CANA-DE-AÇÚCAR I							
	PREPARO DO SOLO		PLANTIO					
	Destoca	Tombaço	Corte das mudas	Abertura dos sulcos (valas)	Jogar a muda	Picar a muda e organizá-la nas valas	Fechar a vala	Retampa
MANUAL			+		+	+		+
MECANIZADO	+	+		+			+	
MIGRANTES	-	-	+	+	+	+		+
TRABALHADORES LOCIAS	+	+	-	-	-	-	+	-
HOMENS	+	+	+	+	+	+	+	-
MULHERES					-	-		+

Fonte: pesquisa do autor

Tabela 04 – Fase do manejo da cana-de-açúcar II

	FASES DO MANEJO DA CANA-DE-AÇÚCAR II				
	TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		
	Adubação	Capinação	Corte	Carregamento	Adubação (vinhaça)
MANUAL	-	-	+		
MECANIZADO	+	+	-	+	+
MIGRANTES	+	+	+	-	-
TRABALHADORES LOCIAIS	-	-	-	+	+
HOMENS	-	+	+	+	+
MULHERES	+		-		

Fonte: pesquisa do autor

Segundo o informante, a primeira fase, **preparação do solo**, que envolve as atividades de *destoca* e *tombação*, é realizada de forma predominantemente mecanizada, com trabalhadores locais do sexo masculino. A segunda fase, **o plantio**, o mesmo se divide em seis atividades ou etapas: *cortar as mudas*, *abrir as valas*, *jogar as mudas dos caminhões*, *picar as mudas* e *organizá-las nas valas*, *fechar as valas* e *retampá-las*. Dessas seis atividades, somente a abertura e fechamento das valas são realizadas de forma mecanizada; quanto à atividade de jogar as muda nas valas, ela é semimecanizada, que os trabalhadores seguem em caminhões, de cima dos quais são jogadas as mudas de cana-de-açúcar para serem picadas e organizadas nas valas por outros trabalhadores que seguem, no chão, atrás dos caminhões. Esse conjunto de atividades é realizado quase que exclusivamente por homens, as mulheres só participam da atividade de *retampa* que consiste em fechar as valas que porventura tenham ficado abertas.

Ribeiro e Silva também descrevem a atividade de plantio de cana-de-açúcar, no entanto, o olhar dos pesquisadores é direcionado não para a atividade em si, mas para o ritmo e movimento dos trabalhadores, bem como para as posturas assumidas pelo corpo durante a realização das atividades o que permite captar a intensidade do trabalho. Em suas palavras:

No que tange à atividade do plantio, o dispêndio de energia é também muito grande. Esta tarefa combina o emprego de força de trabalho e meios mecânicos. Após o corte das mudas, as mesmas são transportadas aos locais de plantio em caminhões. Em cima da carga de cana, que chega a atingir a altura de 3 metros, ficam os trabalhadores que vão lançando as mudas nos sulcos para o plantio. Esta tarefa se combina àquela de outros trabalhadores que, agachados ou ajoelhados, vão colocando e cortando as mudas nos sulcos. Estes últimos são obrigados a desempenhar a tarefa no ritmo do caminhão e também do trator, que vem em seguida tapando os sulcos com terra (RIBEIRO; SILVA, 2010, p. 06).

Alves (2007, p. 24), por seu turno, se referindo à atividade do plantio, anota que o mesmo é predominantemente manual, “apenas as atividades de transporte das mudas, abertura e fechamento dos sulcos ou valas, bem como a adubação passaram a ser feitas por caminhões e máquinas agrícolas”, o que corrobora as informações de Egídio.

Para o autor em destaque, “os trabalhadores que realizam as atividades de jogar e picar a cana, estão submetidos a um elevado ritmo de trabalho, determinado pela velocidade das máquinas, que estão na frente e atrás dos trabalhadores” (ALVES, 2007, p. 25).

Por sua vez, ao falarem sobre o plantio de cana, os trabalhadores com os quais residi na cidade de Sales, chamavam a atenção para os perigos e riscos a que estavam expostos. Assim, segundo Lenildo, havia o perigo de cair do caminhão, pois quando o mesmo tombava, “o cabra, que ia em cima jogando a cana, caía e se machucava”. Os trabalhadores desfiavam vários exemplos de acidentes de igual teor.

Segundo ainda os trabalhadores, visando evitar esses tipos de acidente, algumas usinas colocaram um cabo de aço na carroceria do caminhão. Assim, o trabalhador incumbido de jogar a cana do caminhão nos sulcos, ficava preso com um cinto nesse cabo, todavia, indagados sobre a eficácia do instrumento [cabo] na prevenção de acidentes, os trabalhadores sinalizavam apenas para um deslocamento de riscos, como explica Claudeonor:

Se o trabalhador caísse antes, ele dava um jeito de pular e cair na terra fofa, aí não se machucava tanto, tinha o perigo dos caras [trabalhadores] que vinham atrás, danar o facão no cara [no que caía], mas isso nunca aconteceu não... Aí com o cabo de aço, sempre que o caminhão tomba, o trabalhador que vai jogando a cana, quando o caminhão tomba, devido ao terreno, o trabalhador bate nos ferros do caminhão, pois ele agora tá preso, amarrado, então machuca a cabeça, machuca as costas, Honda [referência a um amigo] mesmo tem as costas toda machucada desse serviço aí (Claudeonor, migrante-tavarense)

Ainda para Claudeonor, atualmente em algumas usinas houve modificações na forma de execução da tarefa: “Primeiro corta e pica as mudas de canas, depois vai com o caminhão

só jogando e, quando as mudas estão no eito é que o trabalhador vai pega um feixe de cana e joga no buraco... “. Avaliando a mudança Claudeonor diz que “por um lado ficou melhor, pois evita acidentes, mas por outro lado, é mais pesado, a gente carrega mais peso, pois tem que pegar os feixes de cana e sair jogando nos buracos [valas], aí é muito mais peso”.

Ao relatar sobre a forma de pagamento, dos trabalhadores que atuam no plantio da cana-de-açúcar, Egídio deixa entrever também sutis modificações no processo em decorrência do que, em consonância com Scott, denomino de formas de micro-resistências dos trabalhadores. De acordo com o relato do funcionário da usina Santa Isabel, o trabalhador que atua no plantio, ganha por feixes de cana plantados. Segundo o informante, há caminhões que levam vinte e dois feixes e outros que levam vinte e seis, assim quando o trabalhador não ganhava por feixe, mas por caminhão, os trabalhadores elaboravam táticas para não pegarem o caminhão com mais feixes de cana. Nas palavras de Egídio:

Tinha uma época que a gente pagava por caminhão, aí chegava o caminhão de cana grande [vinte e seis feixes], aí eles [os trabalhadores] **ficavam devagar** aqui para outra equipe pegar o caminhão maior. Então, a usina resolveu pagar por feixe, aí eles [os trabalhadores] ganham à diária e uma comissão por feixe.

A terceira fase (**trato culturais**) é composta de duas atividades, *adubação* e *capinação*, a primeira delas mecanizada e a segunda manual. O trabalho de adubação, segundo Egídio é realizado por migrantes do sexo masculino, tratando-se, porém, de “migrantes estabelecidos nos locais” (Egídio), o trabalho de capinação é feito predominantemente por mulheres.

Por fim, a quarta etapa, **colheita**, é composta pelas atividades de *corte*, *carregamento* e *adubação*. A primeira desta atividade é realizada de forma manual, por trabalhadores-migrantes do sexo masculino; o carregamento e a adubação que, nesta fase, consiste em aspergir o terreno com a vinhaça, é realizada preponderantemente por homens e de forma mecanizada.

É importante ressaltar mais uma vez que estas informações me foram transmitidas por Egídio, funcionário do setor de Recursos Humanos, da usina Santa Isabel e pode não ser válida para o conjunto das unidades produtivas do Estado de São Paulo.

A partir deste instante me deterei exclusivamente na fase da colheita. Vejamos inicialmente em que consiste o processo de trabalho no corte de cana.

O processo de trabalho no corte de cana consiste desde a década de 1970, perdurando até hoje, no fato de o trabalhador cortar toda a cana de um retângulo, com 8,5 metros de largura, contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador. Esse pequeno retângulo, contido no retângulo maior, que é o talhão, é chamado de eito pelos trabalhadores (ALVES, 2007, p. 30).

Ainda segundo Alves, o tamanho do eito varia para cada trabalhador, pois depende da quantidade de cana que ele consegue cortar durante um dia de trabalho e que é medido em metros lineares. Tal quantidade é determinada, entre outros fatores, pelo tipo de cana (cana boa, cana ruim), bem como pela resistência física de cada trabalhador, pelo ritmo de trabalho e, portanto, por suas condições físicas e psicológicas. É por esta razão que a empresa busca colonizar os diversos âmbitos da vida do trabalhador, buscando controlar inclusive a vivência de seu tempo livre, visando garantir uma força de trabalho altamente produtiva.

No entanto, conforme Alves, o trabalho no corte não se resume apenas a atividade de cortar cana, uma vez que além de cortar a planta, a empresa prescreve ainda como obrigação do trabalhador: (a) limpar a cana, eliminando o pendão (parte superior da cana); (b) transportar a cana até a linha central do eito (3ª linha) e, (c) arrumar a cana, nesta terceira linha, para o carregamento. (Cf. ALVES, 2007, p. 31).

O ideal é que o facão seja batido “o mais rente possível ao solo, promovendo um corte horizontal-basal de cana, evitando assim o toco alto” (SENAR, 2005, p. 50), isto porque, quanto maior o toco, maior a perda para a usina, pois é no pé da cana que está contido o maior teor de sacarose. Outro cuidado é com o ponteiro, isto é, com a parte superior da cana, o qual é constituído pelos extremos imaturos do palmito e folhas novas. Uma vez cortada a cana, o trabalhador deve cortar a parte de cima, da planta, geralmente, as usinas orientam a que o corte seja feito no final do palmito, após o último “gomo” visível da planta (Ver Figura 16). À retirada dos ponteiros, os trabalhadores e fiscais denominam “despontar”, o que remete a “quebra das pontas” da cana-de-açúcar.

Figura 16 – Padrão do corte estipulado pelas usinas

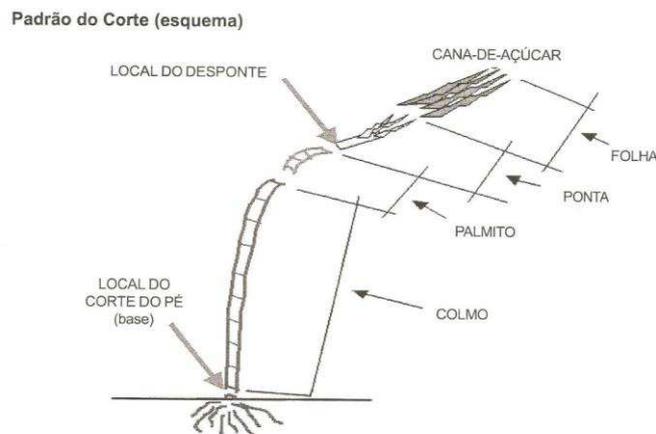


Figura 50: Ilustração utilizada no folder "Só cana pura". Fonte: COSAN S/A - Dumas, 2003.

Fonte: SENAR (2005)

A exigência de “fazer o ponteiro”, a partir do último gomo visível da planta, visa, concomitantemente, evitar a perda de sacarose - o que ocorreria se parte do palmito ficasse agregada ao ponteiro -, e o transporte de palha para a usina, o que aumentaria os custos de produção.

Em muitas usinas o cortador de cana-de-açúcar é obrigado a, após cortar a cana, ajuntá-la num monte ou *lera*, facilitando, dessa forma, a ação das carregadoras, isto é, das máquinas que recolhem a cana cortada. Para fazer os montes, o trabalhador tem que parar sua atividade específica (cortar cana), o que representa um prejuízo em sua produtividade, o tempo em que ele passa fazendo os “montes”, não é contabilizado, se constituindo, em sua concepção, como “tempo perdido”.

Como o pagamento é por produção, o cuidado e o zelo com o serviço tende a ser visto pelos trabalhadores como perda de tempo e diminuição de sua produtividade, como nos revela o seguinte trecho da narrativa de um trabalhador:

A gente não faz produção, porque a gente tá fazendo uma coisa e a pessoa fica mandando voltar atrás toda hora, aí a pessoa não temo como ir para frente. Quem trabalha por produção não pode perder tempo. Você tem que fazer uma coisa e não voltar atrás, tem que andar para frente (Fábio, 24 anos, Santa Cruz da Baixa Verde – PE).

Algumas usinas permitem que as canas cortadas sejam dispostas de forma esteiradas, sem a necessidade dos montes, esta permissão em alguns casos foi resultado de reivindicações dos próprios trabalhadores, através do sindicato, como foi o caso da usina

Ester, na qual a disposição de cana esteirada, sem a obrigação de fazer os montes, foi uma conquista do sindicato:

Foto 10 - Disposição da cana em “montes” / Foto 11- Disposição da cana “esteirada”



Fonte: pesquisa do autor.

Para Egídio, funcionário da usina Santa Isabel, a forma de disposição das canas cortadas, depende, do tipo de cana, em suas palavras:

Se for uma cana muito fraca, eu [o trabalhador] não posso fazer lera [deixar esteiradas], quando a cana é fraca, tem que ser monte, cana fraca é cana que dá pouca tonelada, então não temo como ficar esteirada, fica muito rala. Se for cana do primeiro corte, tem que ficar esteirada, pois não cabe nos montes.

Há dias nos quais os trabalhadores são *obrigados* a cortar cana, na palha, isto é, sem queimar, quando por razões climáticas ou outras a justiça proíbe a prática das queimadas, o corte de cana na palha pode ter como objetivo, também, abrir caminhos para as máquinas colhedeiras, o que é denominado pelos trabalhadores de “fazer caminho para as máquinas”.

Alves (2007) chama a atenção para o alto desgaste de energia do trabalhador que trabalha na colheita de cana-de-açúcar, diz ele:

Um cortador que corta seis toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 de largura, caminha, durante o dia, aproximadamente 4.400 metros, despense aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolado e que tenha densidade de dez canas a cada 30 cm). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem que, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ainda transporta os vários feixes de cana cortada para a linha central. Isso significa que ele transporta, em seu braço 6 toneladas de cana em

montes de peso equivalente a 15kg, a uma distância que varia de 1,5m a 3 metros, ou seja, durante parte dos 4.400 metros (ALVES, 2007, p. 33-4).

5.3.1. Percepção sobre o trabalho

Indagados sobre o que acham do trabalho na colheita de cana, os trabalhadores-migrantes entrevistados tendem a iniciar sua fala dizendo que “nas canas, o serviço é bom, não é muito ruim, não” (Dário, 40 anos, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares). Dizer que o serviço é bom, não significa, no entanto, que os trabalhadores não tenham consciência de seus aspectos desumanos e mesmo indecente, dessa forma para entendermos o qualificativo *bom* atribuído pelos trabalhadores, precisamos entender o que este trabalho significa para eles, como acena esse trecho de uma entrevista com dois trabalhadores migrantes, ambos do município de Tavares (PB).

Marcelo: - E o trabalho? O que vocês acham?

Vanildo: - É pesado... Eu assisti a uma reunião daquela mulher falando na TV, ela disse que um trabalhador tem capacidade de dar sete mil golpeada [referência aos golpes de facão] por dia.

Adilson: - É luta, rapaz, o trabalho não é fácil não, é trabalho sofrido, viu...

Vanildo: - Agora que o Nordeste aqui, da gente mesmo, levantou noventa por cento, por causa do corte de cana.

Adilson: - De qualquer maneira, Vanildo, por sofrido que seja, tem ajudado muito o povo nordestino. Porque o nosso nordeste sempre é um nordeste pobre mesmo, e nós que vamos pras usinas, a gente trabalha... Quem usa a cabeça de valorizar o que ganha sofrido, você vê que tem um progressinho: compra uma casinha, um pedacinho de terra, uma moto, uma junta de bois, então tem livrado muito coisa mesmo...

Marcelo: - Tem ajudado...

Vanildo: - Eu mesmo acredito que tem ajudado muito, tem ajudado bastante.

Dessa forma, não é que os trabalhadores não sintam o peso do trabalho, trata-se do fato de que na hora de avaliarem o trabalho nos canaviais, eles o fazem, tomando como parâmetro, as suas condições nos locais de origem, enfatizando o papel desta migração e de sua inserção nos canaviais do Estado de São Paulo, tanto para a reprodução de seus grupos familiares, bem como para a constituição ou consolidação de um patrimônio familiar, o que tem favorecido, inclusive, processos de dinamização locais. É a partir dessas considerações que podemos entender a fala dos trabalhadores, abaixo transcritas:

Se lá [referência ao município onde reside com a família no sertão da Pernambuco] tivesse serviço para o povo, o cabra não vinha se meter aqui, não... Levantando às quatro horas da manhã, na chuva ou no sol, mas tem que

vim, pois o trabalho lá é na roça, quando tem inverno. A diária lá [o pagamento por um dia de trabalho] é de quinze reais (R\$ 15,00), aqui o cabra tira trinta, quarenta, cinquenta reais. Além de que, lá é difícil arrumar serviço a semana toda (Francisco, 24 anos, solteiro, oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde - PE)

Eu também não posso falar do serviço também, não, porque é o seguinte, eu tou com dez, doze viagem que eu venho para cá [Usinas] e quando eu entrei prá dentro de casa com uma mulher que eu tenho lá, eu só levei um cama velha e um pouquinho de feijão de corda, furado, que meu pai me deu, eu não levei outra coisa que eu não tinha, e hoje graças a Deus, um bocado de coisa que eu já tenho foi arrumado aqui também, então eu não posso falar que o serviço aqui é ruim... (Edvaldo, 30 anos, casado, oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde – PE).

Silva (2007, p. 75) faz referência a um elo de complementaridade entre os setores da economia capitalista avançada, dentre eles o agronegócio, que necessita do trabalhador migrante e, as “parcas economias” dos pequenos municípios nordestinos que também necessitam dos recursos auferidos por esses mesmos trabalhadores.

Alguns trabalhadores, embora também avaliem de forma positiva o trabalho na colheita de cana-de-açúcar, o faz a partir de outro parâmetro, qual seja, suas atividades laborais anteriores, a exemplo de Cícero, 34 anos, 5ª série, oriundo de Princesa Isabel (PB), o qual encontrei em Novo Horizonte (SP), onde ele mora juntamente com a esposa, três filhos (7, 10 e 9 anos) e dois irmãos, sendo uma irmã (18 anos) e um irmão (20 anos). Para Cícero, o trabalho nos canaviais é a sorte, em suas palavras, “aqui é nossa sorte, que é pesado sim, a gente encara porque precisa” e continua: “imagine você, 11h30 – 12h, um calor sufocante e tendo que cortar, fazer ao menos R\$ 20,00 reais, sendo que 60% da cana é cana caída [cana de rolo]”. Cícero chegou à cidade de Novo Horizonte (SP) em 2003, antes morava em Sorocaba, de 2000 a 2002. No primeiro ano, morou em casa de um cunhado, trabalhando numa fábrica de tijolos, numa cerâmica de coluna de cimento. Diz que era pior e mais pesado do que as canas. Segundo ele, na fábrica, às 11 horas tinha que pegar a coluna com as mãos limpas, para carregar o caminhão. Diz que era “muito, muito pesado” e continua:

Eu ficava com a mão em sangue. Tinha placa (coluna) que pesava até 100 kg ,moço, se eu ficasse lá mais um ano, eu não saia de lá vivo, não. Tinha semana que eu não aguentava nem pegar num prato, e isto por R\$ 450,00 reais”, pedi demissão, aí atrasou feira, atrasou tudo, voltei para casa (Princesa Isabel) passei 6 ou 8 meses, aí vazei pra cá onde estou até hoje. Trabalhei três anos e meio na usina São José, só cortando cana. Depois saí da São José, eles estavam mandando gente embora, eu pedi um tempo, eles aceitaram, fiquei recebendo seguro desemprego. Este ano (2007) trabalho para o fornecedor. Pretendo sair

para lá (Princesa Isabel). Vou ver se vai dar certo, mas tem que ver, são muitas passagens, talvez não tenha condições.

O conceito de experiência, forjado pelo historiador, E. P. Thompson, nos ajuda a compreender esta atitude dos trabalhadores migrantes, com efeito, para Thompson (1981, p. 182), os homens e as mulheres tendem a experimentar “suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e antagonismo. Em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura”, em outras palavras, eles elaboram seus sentimentos, suas maneiras de pensar e de agir a partir do seu universo cultural e de pertencimento (SILVA; MENEZES, 1999, p. 17).

Nesse sentido, a avaliação que fazem sobre o trabalho nos canaviais está impregnada não apenas por suas experiências laborais anteriores, ou sua situação nos pequenos municípios dos Estados de Paraíba e Pernambuco, mas, também, pelo valor que atribuem ao trabalho, pela relação valorativa entre ser homem, provedor e trabalhador. Tal qual os trabalhadores da construção civil entrevistados por Borsoi, o trabalho é entendido como valor relacionado à identidade de gênero. Ser homem é ser, concomitantemente, bom trabalhador e provedor. Em outras palavras, para esses sujeitos:

O trabalho é entendido muito cedo como algo que exige força, disposição física, esforço. Foi esse o sentido que aprenderam desde a infância. E não só, o trabalho é sinônimo de sobrevivência, quase orgânico, naturalizado e, por isso, deve ser enfrentado e jamais temido, seja qual for a tarefa proposta/imposta (BOSOI, 2010, p. 311).

Silva (2007) amparando-se em Elias (1990) faz referência a um processo de naturalização do sofrimento, mediante a internalização de padrões de comportamentos que moldando a personalidade dos indivíduos os “leva” a perceber a violência como natural e, conseqüentemente, a aceitarem a dor e o sofrimento. Em suas palavras:

A internalização dos valores e padrões de comportamento vão, ao longo da vida, moldando a personalidade dos indivíduos de tal forma que mesmo a violência passa a ser internalizada como algo natural. Opera-se, portanto, o processo de naturalização das relações sociais. Desse modo, partir, aceitar a dor e o sofrimento são os condicionantes desse processo de naturalização, algo que vai sendo transmitido de geração para geração (SILVA, 2007, p. 76).

No entanto, as falas acima sinalizam não para uma naturalização ou mesmo aceitação do sofrimento, ao contrário, os trabalhadores-migrantes reconhecem a penosidade do trabalho na colheita de cana-de-açúcar, e mesmo quando falam que o “serviço aqui [no corte-de-cana]

não é ruim” tal fala deve ser entendida a partir de seus próprios parâmetros, ou seja, a avaliação que os trabalhadores fazem não está pautada no desconhecimento das condições e relações de trabalho, mas na percepção de que tal trabalho, não obstante as condições degradantes na qual é realizado, representa uma possibilidade de reprodução de seus grupos familiares e mesmo a ampliação do patrimônio (terra, gado etc.). Embora falem que o trabalho na colheita de cana, “não é tão ruim”, em momentos nenhum os trabalhadores afirmam que se trata de “um bom trabalho”, ao contrário, quando instigados eles desabafam “é o último negócio do mundo”, isto é, a última opção, “se tivesse serviço lá [referência aos municípios nordestinos] o cabra não vinha se meter aqui não” (Edvaldo).

As concepções sobre o trabalho nos canaviais sofrem, ainda, influência dos meios de comunicação social, assim, é que quando indagados sobre o que acham do trabalho, alguns informantes tendem a fundamentar suas respostas em informações que lhes chegam por meio dos programas jornalísticos e informativos que tem como foco o trabalho nos canaviais. Assim é que Honda (trabalhador-migrante, oriundo de Tavares-PB), diz que:

Ontem passou uma pesquisa aí no jornal, aí, olha, você veja, cada dia que um trabalhador de cana trabalha, vale por três em qualquer profissão pesada, um jogador de futebol que se desgasta muito numa partida, um cara que opera caldeira, maquinário, cortador de cana, ele se desgasta mais ainda do que esses três caras. Só estando na roça, para você ver como é triste. Você vê, assim, companheiro de trabalho que adocece, eu vi mesmo, esse ano a gente já presenciou isso aí várias vezes, o cara não aguenta mais trabalhar, de tanto puxar, por que... Então é difícil, não é fácil não.

Notemos que há na fala de Honda uma junção entre a informação transmitida pelo jornal e a realidade da qual ele próprio é testemunha no cotidiano do eito. Nesse sentido, Honda incorpora o discurso da mídia para produzir seu próprio discurso revelando seu conhecimento sobre o desgaste e a intensidade por eles vivenciados no espaço do trabalho,

Na fala de Honda, no entanto, não há lugar para si mesmo, em nenhum momento ele se coloca na narrativa, o sujeito de sua fala é outro “**um trabalhador**”, “cortador de cana, **ele** se desgasta...”, “você ver **companheiro de trabalho** que adocece”, “**o cara** não aguenta mais trabalhar”, “eu mesmo vi”. Esta última expressão é bem emblemática da postura de expectador assumida por Honda, que em nenhum momento se coloca na cena. Há aqui a utilização de um sujeito indeterminado “o companheiro de trabalho”, “ele”, para expressar seus sentimentos frente a um trabalho que representa a negação de si mesmo.

5.3.2. A percepção do tempo “do trabalho”: uma multiplicidade de tempos

Alguns trabalhadores acenam para os vários tempos do trabalho nos canaviais apontando para uma gradação na penosidade do trabalho. Há primeiramente o tempo de chegada, no início da safra, quando o final da colheita da cana situa-se ainda num horizonte longínquo. “Agora que começou”, “Isso é só o começo”, “Ainda tem chão pela frente”, são todas expressões próprias dos trabalhadores nos primeiros meses da safra. Para muitos trabalhadores, o envolvimento com o trabalho tem, também, o sentido de dominar o tempo, enganar o tempo, fazê-lo passar mais rapidamente, como me segredou Noab “a gente no começo, o cabra corta muito, quer trabalhar, ver se o tempo passa”. O tempo de chegada é também um tempo povoado de saudades, saudades dos que ficaram, das festas, de outros tempos, povoados de outras vivências. Assim foi que na primeira semana em que cheguei ao barraco dos trabalhadores com os quais residi durante a safra de 2008, presenciei a seguinte cena, protagonizada por Roque. Era uma tarde de domingo, eu havia ido à praça, estava ainda conhecendo a cidade, quando voltei e entrei no quarto, encontrei Roque, ocupado. Estava sentado no chão, “brincava” com material: papelão, plástico, tesoura e pregadores de roupa. Estava improvisando um “porta-retratos”. No papelão colocou fotos do filho e da esposa, cobriu com um plástico preso pelos pregadores de roupa. Com um arame prendeu o “porta-retratos” em sua cama, no mesmo varal onde estão suas roupas entre uma cama e outra do beliche.

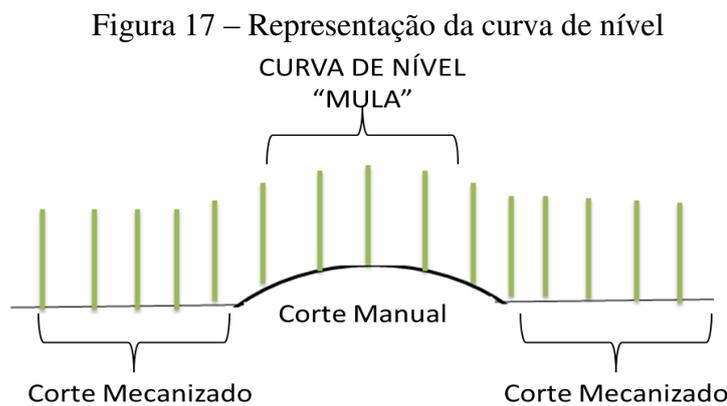
O tempo da safra também é entrecortado por uma multiplicidade de pequenos tempos: dias de alegria, quando se cortou muita cana, por ter pegado um bom eito (de cana em pé), tempo de cansaço, quando se passou o dia a “brigar com a danada”, referência a cana ruim de cortar, trabalhosa, pesada.

Haveria, assim, tempo em que o trabalho seria mais ou menos pesado. Pesado é quando se corta cana na palha ou cana de *rolo*, termo utilizado pelos trabalhadores para se referirem a cana ruim de cortar, por crescer entrelaçada e também pelo peso, como nos esclarece as palavras de seu Dário (40 anos, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares (PB)).

Cana caída... Tem hora que você anda em cima dela, ela tá dessa altura assim [fazendo o gesto]... Você anda por cima dela, você não pisa no chão não, você anda por cima das canas que elas não baixa não. Vamos supor, é a cana plantada em janeiro que quando chega ao final da moagem, já podia cortar, mas a usina não corta. É a cana que fica no pé de rolo esse ano para o

ano que vem, aí é um pé de rolo que gente fala isso, ou seja, uma cana de 18 meses.

E havia, também, dias de zangas, quando os trabalhadores chegavam em casa, final do dia, reclamando, por terem passado o dia, cortando cana na palha, referência a cana crua, sem queima. Dias em que o trabalhador não recebia por produção, mas na diária, a qual, na época [agosto de 2008], custava dezenove reais (R\$ 19,00). Cortava-se cana na palha, geralmente, em duas situações: primeiro, por decisão judicial quando a justiça proibia a queima da cana, em consequência do clima, ou, segundo, para facilitar o trabalho das colhedeiras, abrindo caminhos para as mesmas, ou cortando as canas que ficavam nas “mulas”, o termo “Mula” é a denominação que os trabalhadores dão às curvas de níveis, as quais são construídas em terrenos de acentuadas declividades com o objetivo de “conter a chuva e a consequente retenção do solo” (GONZAGA, 2002). A ilustração abaixo foi feita sob a supervisão dos trabalhadores que procuraram me explicar como funciona o processo.



Fonte: Pesquisa do autor

Como podemos perceber pela figura acima, cortar cana na “mula”, ou na curva de nível, tem por objetivo facilitar o trabalho das máquinas colhedeiras, haja vista que as mesmas não podem ser utilizadas em terrenos que apresentem acentuada declividade, como é o caso das referidas curvas. Sucede que como acena Gonzaga (2002), a atividade de colheita da cana, quando realizada nas curvas de níveis apresentam um grau de intensidade maior, uma vez que:

Na curva de nível foi observada a presença de cipós/mato e capim colonião que brotam com toda a força por ser o ambiente extremamente úmido, principalmente na bacia da curva, onde a água da chuva fica armazenada,

dificultando muito a localização do pé da cana para executar o corte rente ao chão sem deixar tocos (GONZAGA, 2002, p. 22).

Além de que, o terreno declinado também dificulta a feitura dos “montes” (leras) de cana, devido, sobretudo, “a grande massa de folhagem” relacionada à configuração do terreno que tende a causar uma postura desconfortável para os trabalhadores.

O discurso de que haveria dias em que o trabalho no corte de cana-de-açúcar, pesaria mais do que em outros, não é partilhado por todos os trabalhadores, Para alguns, não há trabalho *mais* ou *menos* pesado, sobretudo quando se considera o ritmo do trabalho; as exigências das empresas e as relações com os fiscais, como nos revela o senhor Valdecir (42 anos, oriundo do município de Tavares – PB):

É o derradeiro negócio do mundo. Pra trabalhar no rojão que a gente trabalha, só Paraíba, se não, não arruma nem para comer. Quem diz que aqui está no céu, está mentindo, aqui você está porque é obrigado. Qualquer coisa o pessoal [fiscais] fala logo: ‘se não achar bom, peça a conta’. A humilhação aqui é grande. Se deixar um toco dizem: ‘olhe, pra eu te dar um gancho é ligeiro’ Nem equipamentos eles dão. Eles dão a primeira botina, da segunda por diante eles mandam comprar.

Três temas emergem na fala do senhor Valdecir, a saber: (a) o que ele chama de *rojão* e que acena para o ritmo ao qual os trabalhadores estão submetidos; (b) as exigências da usina e, (c) a relação com os fiscais. Passarei agora a discutir cada tópico separadamente, iniciando pela relação com os fiscais.

5.3.3. A relação com os fiscais:

Como especificado no capítulo II desta tese, cada turma possui um empreiteiro, [é turmeiro] que também assume a função de motorista, e dois fiscais, denominados respectivamente, de fiscal 01 e fiscal 02, que é o mesmo que fiscal auxiliar do 01. É a este que compete fiscalizar o serviço, fazer o apontamento, ou seja, digitalizar a produção de cada trabalhador. O empreiteiro [turmeiro], além de ser responsável pelo transporte da turma [até o eito] assumindo, também, a função de medir a cana cortada por cada trabalhador.

O fiscal é escolhido, geralmente entre os próprios trabalhadores, segundo Edvaldo, um dos fiscais gerais da usina Santa Isabel, “para escolher um fiscal a gente olha o jeito dele, o jeito dele falar, saber se ele tem atitude de chegar e cobrar o serviço”. Outra exigência é a

escolaridade, é ainda Edvaldo quem diz: “Eles [a empresa] estão exigindo a oitava série, agora, no mínimo a oitava série, porque nós estávamos tendo muito problema com o escritório, o cara [fiscal] errava o apontamento, não sabia digitalizar corretamente a produção de cada trabalhador”.

Para Edvaldo, uma das qualidades básicas de um fiscal, é saber conversar, evitando usar os meios coercitivos de que dispõe, trata-se, portanto de usar o que Guanais (2010, p. 65) chama de “estratégias de envolvimento”, as quais são utilizadas com o objetivo de obter o “envolvimento dos trabalhadores com a atividade que desempenham e com o ideário da empresa para qual trabalham”. Assim, nas palavras de Edvaldo:

Tem uns que acham, porque é fiscal ele tem autoridade, então ele pode pisar, qualquer coisa quer dar gancho, advertência, acaba revoltando, pois sempre nas turmas tem um ou outro trabalhador mais revoltado, como o que aconteceu com Beto [referência a um ex-fiscal], ele disse que o cara [trabalhador] tinha ameaçado ele e disse que estava ameaçando eu também. Então fui lá, o cara falou que não tinha feito nada, aí eu pensei: ‘vou mudar, vou colocar o Freire... Vamos ver se é o peão ou se é o fiscal’. Aí Freire começou a corrigir ele numa boa e ele começou a obedecer.

Nota-se que o saber falar, conversar, deve ser instrumentalizado para o convencimento que gere obediência. Silva (1999, p. 134) ao estudar a função dos fiscais enquanto mediadores do processo de exploração-dominação chamava a atenção para o fato de que:

De um lado, ele se coloca como animador, o que dá esperança, mas precisa exigir o trabalho. Fica entre fogos cruzados, como recheio de saduiche. Precisa atender aos objetivos da empresa, mas não pode levar a ferro e fogo a situação dos trabalhadores. Enfim, age para que o trabalhador possa interiorizar a dominação, mas ao mesmo tempo, procura canalizar as reações, para amortecer os conflitos.

Segundo Egídio, responsável pelo setor de Recursos Humanos da usina Santa Isabel, visando exatamente diminuir os conflitos, a empresa vem optando por nomear fiscais da mesma região de origem dos trabalhadores, em suas palavras: “é melhor porque eles conhecem a turma, vem no ônibus com a turma, então fica mais fácil para controlar [os trabalhadores], não tem dado problema”.

Na safra de 2010, a usina estava com quarenta e seis turmas, sendo trinta e quatro de migrantes, no entanto, segundo Egídio, dentre os trinta e quatro fiscais e considerando apenas o fiscal de turma, apenas cerca de 10 eram oriundos da região de origem dos trabalhadores, uma

vez que “é muito difícil encontrar fiscais todos da região de origem, especialmente devido a escolaridade” (Egídio).

Os trabalhadores costumam classificar os fiscais em “bons” e “maus”. Bom fiscal é o que sabe conversar, que respeita o trabalhador, “que trata o cabra como gente” (João Guedes). O mau fiscal, por sua vez, é o que age ao contrário: não respeita, grita, humilha. Muitos trabalhadores relatam darem presentes ao fiscal, são, geralmente, produtos de suas regiões de origem: bebidas, doces, queijos, numa clara tentativa de conquistar um aliado e, dessa forma, serem alvos de um tratamento diferenciado no cotidiano do trabalho, reproduzindo, dessa forma, as relações personalizadas e clientelistas que ainda prevalecem em seus lugares de origem. Não obstante, ainda são muitos os casos de discussões entre os trabalhadores e fiscais (Ver Capítulo V da tese).

5.3.4. As exigências das usinas:

No início deste capítulo apresentei algumas das principais exigências das usinas, a partir de agora, tentarei aprofundar esta discussão apresentando inclusive outras exigências ainda não especificadas.

Conforme especificado, são três as principais exigências das usinas:

- a) Cortar rente ao solo, evitando deixar toco;
- b) Fazer bem o ponteiro,
- c) Organizar bem os montes.

O corte rente ao solo está relacionado, por um lado, à tentativa de não perder sacarose, por parte da usina e, por outro lado, visa não atrapalhar os novos brotos de cana, como bem especifica Edvaldo (Fiscal da usina Santa Isabel): “porque [mostrando tocos] se você deixar assim vai secar e atrapalhar a brotagem da cana, e o ano que vem é pior”.

Em relação ao ponteiro, Edvaldo afirma que “a orientação no início da safra é para cortar dois gomos de cana, no entanto, por esta época [mês de Julho] que maturou, a orientação é que o trabalhador tire apenas o palmito mesmo, não jogando nada da cana fora”.

Por fim, sobre os montes, ainda segundo Edvaldo, “a usina pede que para deixar numa distância de dois metros entre um e outro”, a intenção, segundo o fiscal, é contribuir para que a carregadeira não pegue muita terra, segundo ele, “se deixar a cana esteirada, fica muita terra, aí vai muita terra para a usina”.

Foto 12 – Carregadeira recolhendo a cana para colocar no caminhão



Fonte: Pesquisa do autor

Na cartilha do programa Cana Limpa, que serve de subsídios para os treinamentos dos trabalhadores, realizados sempre no início de cada safra, há recomendações quando aos procedimentos para o corte. De acordo com informações veiculadas na referida cartilha, o toco alto representa prejuízos tanto para a empresa, quanto para o trabalhador.

Dentre os prejuízos para a empresa, o referido manual aponta: “menor produção de colmos por hectares, perdas das porções dos colmos mais ricas em sacarose e, por consequência, baixa na qualidade da matéria prima e riscos maiores a ataques de pragas ou doenças no canavial.” (SENAR, 2005, p. 50), quanto aos prejuízos para os trabalhadores, são elencados os seguintes:

Presença de todo seco, o que diminui o rendimento do trabalho no próximo corte; risco de ser punido pela má qualidade do serviço; necessidade de repasse da área mal cortada; menor preço devido à queda de produção; maiores desgastes da lima e do podão, maior esforço físico e perda de tempo. (SENAR, 2005, p. 50).

Como podemos perceber, há uma dubiedade na linguagem utilizada, uma vez que ao focar no âmbito da empresa, todos os prejuízos elencados acenam para o âmbito econômico, indicando uma baixa na produtividade, quando o foco são os trabalhadores, os prejuízos ora estão relacionados para a baixa produção com reflexos nos salários percebidos, numa clara tentativa de engajar os trabalhadores no projeto da empresa; ora se relacionam às possíveis punições pelo serviço mau feito, podendo ser lida enquanto uma sutil ameaça para os trabalhadores (risco de ser punido; necessidade de repasse da área).

Dessa forma, visando oferecer uma motivação para que os trabalhadores não deixem o trabalho, as empresas tendem a argumentar que é ele próprio que perde com essas práticas [trabalho mal feito], uma vez que a mesma implica em danos salariais (por significar queda na produção), e risco de punições, como por exemplo, ter que repassar a área mal cortada, o que também acarretaria danos materiais.

No entanto, para os trabalhadores, também o atendimento de todas as exigências, implicaria em menos produção, uma vez que o cuidado com a qualidade do serviço implica em menos cana cortada (menor produtividade), sem necessariamente implicar em menos esforço. Mas, as exigências não param por aí, dos trabalhadores exigem-se ainda que os mesmos utilizem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A utilização desses equipamentos, pelo lado do trabalhador, visa à prevenção contra certos riscos de acidentes no trabalho, todavia não é este o aspecto enfatizado na fala de Edvaldo, para o qual:

Os trabalhadores precisam usar os equipamentos de proteção individual, pois se tiver fiscalização do Ministério do Trabalho, eles chegam assim, do nada, de repente aparecem, então tem que trabalhar dentro das normas, pois vamos supor se a usina é atuada, ela vai pagar entre cinco a vinte mil reais.

A ênfase do discurso do fiscal a respeito do uso dos EPIs pelos trabalhadores, está relacionada às exigências dos órgãos de controle sobre a própria empresa, pois, como se sabe, o Ministério do Trabalho, através da NR – 31 reza que:

31.20.1 É obrigatório o fornecimento aos trabalhadores, gratuitamente, de equipamentos de proteção individual (EPI), nas seguintes circunstâncias:
a) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente comprovadas inviáveis ou quando não oferecerem completa proteção contra os riscos decorrentes do trabalho;
b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
c) para atender situações de emergência. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2005, p. 17).

Mais adiante, no item de nº 31.20.1.2, o mesmo documento prescreve que “o empregador deve exigir que os trabalhadores utilizem os EPIs” e, no item de nº 31.20.3: “cabe ao trabalhador usar os equipamentos de proteção individual indicados para as finalidades a que se destinarem e zelar pela sua conservação” (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2005, p. 17).

Os equipamentos de proteção individual constam de: “boné ou chapéus, toca árabe, que tem a mesma função do boné, óculos, luvas, magotes, peneiras, botinas com pontas ou biqueiras de aço e aventais ou saiotes” (SENAR, 2005, p. 18).

Bonés e toca árabe, tem como função proteger a cabeça dos raios solares, bem como evitar queimaduras, insetos nocivos e a palhada da cana; os óculos protegem os olhos e supercílios inferiores e superiores; as luvas visam proteger as mãos e parte dos braços, evitando corte, ataques de animais peçonhentos, insetos, alergias etc. As perneiras também chamadas pelos próprios trabalhadores de “caneleiras” têm como função proteger a canela (membros inferiores) e parte do dedo do pé contra cortes e picadas de cobra. As botinas têm ponta de aço e visam proteger parte do peito do pé e dos dedos contra acidentes com o facão. Os mangotes são parecidos com uma manga comprida de camisa e visa proteger os braços do trabalhador contra a palhada e mesmo os colmos da cana. Por fim, os aventais ou saiotes, evitam que roupa do trabalhador fique em contato direto com o “mel” que sai da cana. (Cf. SENAR, 2005)

Durante as entrevistas e mesmo nas conversas informais, os trabalhadores tendem a reclamar da inadequação dos equipamentos de proteção individuais, sobretudo do óculos de proteção e das luvas. Para os trabalhadores, o uso dos óculos embasa a visão, visto que a fuligem e o pó da cana vão se acumulando, formando “um caldo” (expressão de Claudeonor), “de repente o cabra não enxerga nada”, sendo comum o não uso do mesmo pelos trabalhadores. Muitos costumam colocar os óculos sobre a aba do chapéu de palha e recolocá-los nos olhos, apenas diante da aproximação do fiscal.

Em um estudo sobre o uso dos EPIs durante a atividade de colheita de cana-de-açúcar numa usina localizada na região de Araraquara (SP), Gonzaga (2002), também relata várias queixas dos trabalhadores entrevistados a respeito dos óculos, segundo a pesquisadora:

Os motivos alegados pelos trabalhadores foram diversos, conforme está descrito abaixo.

1. Depois de horas de uso, queixas de tontura e dor de cabeça;
2. Os óculos apertam muito o rosto e, muitas vezes, ocasionam ferimentos. O tamanho do aro dos óculos é único, ou seja, desconsidera a variabilidade existente entre os usuários;
3. No corte da cana crua, as folhas entram por baixo dos óculos, a fuligem e a joágá penetram nos olhos, ocasionando irritações (Gonzaga, 2002, p. 17).

Figura 18 – Equipamentos de Proteção Individual do cortador de cana-de-açúcar



Fonte: SENAR (2005)

Em 2010, durante visita a usina Santa Isabel, unidade de Mendonça, durante o almoço, os trabalhadores aproveitaram para fazer várias reclamações a respeito dos EPIs. Segundo os trabalhadores, a usina forneceu apenas os primeiros equipamentos, nas palavras de Edson (23 anos, trabalhador migrante oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde – PE), “os equipamentos eles dão. Eles dão a primeira botina, da segunda por diante eles mandam comprar, custa uns R\$ 39,00, 40,00 reais cada”, opinião esta partilhada por outros trabalhadores neste mesmo momento.

Fotos 13 e 14 – Condições dos Equipamentos de proteção (Sapatos)



Fonte: Pesquisa do autor

Gonzaga (2002) também retrata relatos de trabalhadores com relação ao uso dos sapatos. Segundo a autora:

O principal problema apontado pelos trabalhadores com relação ao uso do sapato de segurança está relacionado ao fato de ser fornecido pela empresa apenas um par de calçados; em função disto, a manutenção dos mesmos fica prejudicada, principalmente quando a atividade é desenvolvida durante a chuva, onde o sapato naturalmente fica molhado e endurece, conseqüentemente apertando e machucando os pés (GONZAGA, 2002, p. 23).

Alguns trabalhadores fazem queixas também em relação ao tamanho do sapato, assim, foi que na safra de 2008 pude assistir ao drama de Demésio (21 anos, trabalhador migrante oriundo do município de Tavares – PB), em seu primeiro ano de safra. Tendo sido contratado pela usina do grupo Alemão, a partir do mês de agosto daquele ano, Demésio foi vítima, logo na primeira semana de trabalho, de brincadeiras jocosas entre os demais trabalhadores, uma vez que as botinas fornecidas pela empresa eram pequenas para os seus pés. Tendo reclamado ao fiscal, Demésio ouviu como resposta que não era a botina que era pequena, mas o seu pé que não estava acostumado. Assim, passou a trabalhar com o referido calçado, mesmo sentindo fortes dores, em razão das quais, não conseguia andar normalmente no eito, o que era motivo de chacota e brincadeiras jocosas entre os demais trabalhadores. Lembro-me que todas as noites, Demésio, que frequentava o barraco no qual eu residia, reclamava das dores e das “brincadeiras” dos companheiros de trabalho, o que revelava que a situação era, no mínimo, vivida como constrangimento.

No ano de 2001, a II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, propunha que “Se aprimore os equipamentos de proteção individual e coletiva visando acompanhar o avanço tecnológico industrial, **observada a adequação dos mesmos ao biotipo do trabalhador brasileiro**” (CONFERÊNCIA NACIONAL SAÚDE DO TRABALHADOR, 2001, p. 157, **grifos meus**). E mais adiante, ao tratar especificamente do trabalhador rural, o mesmo documento preconiza como proposta: “Desenvolver ou aprimorar os equipamentos de proteção individual e coletivo (EPI e EPC) existentes no mercado, com a finalidade de proteger com conforto e segurança o trabalhador nas tarefas que desempenha no dia a dia (Conferência Nacional Saúde do Trabalhador, 2011, p. 184, **grifos meus**). O que os relatos mostram é que passados dez anos da realização da II Conferência sobre a saúde do trabalhador, a realidade continua sem grandes alterações, o que aponta, inclusive, para a

permanência de um progresso econômico e tecnológico que não está focado na dignidade humana⁴⁶, isto é, que não se destina prioritariamente as pessoas, mas ao lucro.

É importante ressaltar que o não cumprimento das exigências por parte dos trabalhadores pode acarretar-lhes várias sanções, dentre as quais merece destaque: advertências, *ganchos* e demissões; e, ainda, inclusão do nome na lista negra.

De maneira geral, quando o trabalhador não cumpre sua tarefa bem feita ou discute com o fiscal, pode receber uma advertência, isto é, um aviso de que agiu de forma incorreta. Espera-se que o trabalhador que tenha recebido uma advertência não incorra no mesmo erro, que a recorrência pode implicar na aplicação de *gancho* pela usina. O *gancho* equivale a uma suspensão que, geralmente, vai de um a três dias de trabalho, tempo este em que o trabalhador fica impossibilitado de trabalhar na usina cortando cana o que, conseqüentemente, vai refletir-se no salário.

A demissão é um expediente do qual a empresa costuma lançar mão após três punições consecutivas: uma advertência, um dia de gancho seguido de dois ou três dias de gancho. Os trabalhadores tendem a utilizar o termo “queimado” e/ou “refugado” para se referirem a suas próprias demissões ou de outros trabalhadores. Ambos os termos apontam para a exclusão física desses sujeitos, sendo que o primeiro traz conotações de “pecado”, “condenação” e “inferno”, local onde os pecadores são queimados e, o segundo, aponta para a produção de “lixo humano”, os descartáveis dos processos produtivos.

Uma vez demitido, abre-se para o trabalhador a possibilidade de que seu nome seja inscrito no *livro da morte*, as famosas listas “negras”, as quais “são produzidas pelos escritórios das usinas e distribuídas aos empreiteiros. Acompanhando as listas, há advertência aos empreiteiros: não levar, sob hipótese alguma, aqueles marcados para não trabalharem” (SILVA, 1996, p. 142).

Portanto, ter o nome inscrito nessas listas, implica na negação do indivíduo na condição de trabalhador e, portanto, no não direito a realizar-se, que sua realização depende da venda da única mercadoria de que dispõe, isto é, sua força de trabalho (SILVA, 1996).

⁴⁶ A noção de dignidade humana é social e historicamente construída. Esta noção surge vinculada, por um lado à tradição judaico-cristã, que considera o ser humano como criado a imagem de Deus, donde a fonte de sua distinção e, conseqüente, dignidade. No desenvolvimento da noção, cabe menção a Kant (2005) que diferenciou os seres que possuem um valor meramente relativo, isto é instrumental, servindo como meios - os quais, por isso mesmo recebem a denominação de “coisas” – dos seres racionais, denominados de pessoas por se constituírem não como meio, mas como fim em si mesmos, isto é, “como algo que não pode ser empregado como simplesmente meio e, portanto, nessa medida, [como algo que] limita todo o arbítrio” (KANT, 2005, p. 58-9). Com o advento da modernidade, a noção de dignidade humana está fortemente relacionada a noção de direitos humanos e sociais, sendo sinônimo de condições mínimas de existência, o que demanda acesso a bens e serviços

Sobre essas listas, é necessário, ainda, esclarecer, tornam-se cada vez mais banalizadas, que dado o processo de mecanização da colheita de cana, há atualmente um excedente de trabalhadores e dessa forma, possibilidades reais das usinas selecionarem cada vez mais exclusivamente o que chamarei no próximo capítulo de “bons” trabalhadores.

5.4. Enfrentando o *Rojão*

Lembremos novamente a frase do senhor Valdecir (42 anos, oriundo do município de Tavares – PB): *Pra trabalhar no rojão que a gente trabalha, só Paraíbas, se não, não arruma nem para comer.*

A expressão *isto é rojão* é utilizada na linguagem oral para referir-se a intensidade do trabalho. *Rojão* se alude, pois, a um trabalho só enfrentado por aqueles e aquelas que têm coragem e muita coragem, daí as expressões ainda hoje utilizadas nos locais de origem “você não aguenta meu rojão”. Para o senhor Valdecir, no entanto, rojão não é o trabalho em si, mas o ritmo com o qual os trabalhadores enfrentam o trabalho nos canaviais, “no rojão que a gente trabalha”, ritmo este que não é resultado da opção do trabalhador, como se poderia depreender das falas de alguns fiscais e gerente das usinas, segundo os quais “cada trabalhador trabalha no ritmo que pode, a empresa não obriga ninguém a trabalhar muito, cada um vai no seu ritmo” (Egídio). Ao contrário, trabalhar de forma *arrojada*, é muito mais uma imposição visto que, “se não, não se arruma nem pra comer”.

Embora não utilize a palavra, *rojão*, durante a entrevista, ao falar sobre o trabalho, Claudeonor frisa exatamente essa necessidade de autoexploração por parte dos trabalhadores migrantes, em suas palavras:

Cortar cana é o seguinte. Não é só chegar lá e registrar e tá, como dizem: “mas, há, fulano tá cortando cana na usina tal, tá registrado na usina tal”. Ele não vai ganhar porque tá lá na usina, registrado... Se ele quiser ganhar, vai ter que acabar com ele mesmo, o que tem que ver é isto, primeiro ele tem que acabar com ele mesmo, por que, olha, você chega no eito... Tá achando que a gente trabalha normal? O normal que nosso corpo quer? Não trabalha não, nem a pau, você tem que fazer quantos... Você tem que acabar com você, você tem que botar força demais, você tem que andar demais, correr demais... Tem uns que são fracos, esses só conseguem comer [referência ao salário]... Quando um peão como eu pega um eito de cana, a gente bota pra acabar com tudo, entendeu?

Notemos que a fala do trabalhador é iluminadora, ao acenar que “se quiser ganhar mais, ele precisa acabar consigo mesmo, isto é, não respeitar seus limites corporais. Esta autoexploração a que os trabalhadores se referem está, dessa forma, relacionada diretamente a forma de pagamento das usinas, a saber, o pagamento por produção ou por peça. Marx (2006) chamava a atenção para o fato de que este tipo de salário se constitui enquanto “um terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista” (MARX, 2006, p. 639), além de “proporcionar ao capitalista uma medida precisa da intensidade do trabalho”, pois, “só se considera, então, tempo de trabalho socialmente necessário, sendo como tal pago, o tempo de trabalho que se corporifica numa quantidade de mercadorias previamente determinada e fixada pela experiência” (MARX, 2006, p. 639)

No salário por peça, diferente do salário por tempo, o trabalhador recebe pelo trabalho realizado e materializado na “peça”, a ser produzida. No caso, dos trabalhadores aqui enfocados, recebe-se pela quantidade de cana cortada, sendo que, como foi assinalado, esta quantidade é determinada não apenas pela qualidade da cana, mas sobretudo, pela disposição física e mental dos trabalhador, como assinala Marx (2006): [no salário por peça] “surgem grandes diferenças quanto à receita obtida, conforme a habilidade, a força, a energia, a persistência de cada trabalhador individual”. O autor em destaque realça que nessa forma de salário, os trabalhadores tendem a trabalharem o mais intensamente possível, pois **passa a ser de interesse pessoal do próprio trabalhador o prolongamento da jornada de trabalho**, visando, sobretudo, aumentar seus ganhos (MARX, 2006, p. 164, grifos colocados).

Aqui é importante lembrar que os trabalhadores migrantes executam suas atividades, no eito, motivados em mobilizar a maior quantidade de recursos possíveis, haja vista que além de arcarem com os custos de sua permanência nos locais de destino, o que envolve gastos com alugueis, alimentação etc.; necessitam enviar periodicamente recursos financeiros para os membros não-migrantes da família (esposa e filhos). Soma-se a isto o fato de que para a grande parte dos migrantes a migração para os canaviais está relacionada com a concretização de pequenos projetos, tais como a compra da moto, terreno, reforma de casa etc., cuja realização demanda a necessidade de juntar/poupar algum pecúlio para este fim. Nas palavras de um trabalhador:

A gente trabalha mais do que o paulista. Mas por quê? Porque o Paulista tá em sua casa, não paga aluguel, o que ganhar dá pra viver. Mas a gente vem de longe, tem que pagar aluguel, alimentação, mandar dinheiro pra família, e ainda juntar um pouquinho para fazer alguma coisa, pra não ter que vim a vida toda. (Claudeonor, Tavarense, cortador de cana).

A fala de Claudeonor é reveladora. Com efeito, ela oferece elementos para pensarmos o “engajamento” do trabalhador, bem como o discurso de que o trabalhador-migrante produz mais que os trabalhadores estabelecidos nos municípios do interior de São Paulo e que também atuam na colheita de cana-de-açúcar. O trabalhador-migrante produz mais, trabalha mais, por que necessita de maiores ganhos que os “paulistas”. Ele precisa, como enfatizado, manter-se a si mesmo durante o tempo da safra (aluguel, alimentação, água e luz) e garantir ou contribuir para a manutenção de suas famílias nos municípios nordestinos. O próprio reconhecimento das condições de trabalho o leva a produzir mais visando, como o informante frisa, “juntar mais um pouquinho, para fazer alguma coisa, para não ter que vim à vida toda”.

Durante a pesquisa era comum ouvir dos entrevistados que cortar cana “é serviço para ser realizado por um período de, no máximo, cinco a dez anos”, ou seja, sabe-se que as condições de trabalho vigente nos canaviais favorece o esgotamento do corpo, implicando em adoecimento, envelhecimento precoce, quando não, na morte do trabalhador. No entanto, como sinaliza a fala do informante acima transcrita, para conseguir sair mais cedo é necessário mergulhar mais profundamente, não respeitando seus limites físicos e mentais, mas buscando produzir mais. É nesse contexto que devemos entender o pagamento por produção. Pelo lado dos trabalhadores, esta forma de pagamento surge como a única que torna possível, mediante seus esforços próprios, o atendimento de suas necessidades familiares e sociais; pelo lado das usinas, o pagamento por produção surge como um meio privilegiado não apenas para garantir que o trabalhador atinja altas taxas de produtividade, mas também para fazer com que tais taxas sejam constantemente ampliadas.

É importante reter ainda das reflexões de Marx (2006, p. 839-40) a respeito do salário por peça, a afirmação de que, nessa forma de pagamento, “se o trabalhador não possui a capacidade média de produção, não pode ele realizar certo mínimo de trabalho, durante a jornada, e é despedido”.

Entramos aqui na questão da quantidade mínima de cana que o trabalhador deve cortar para poder permanecer contratado. Nesse sentido, o trecho da entrevista com um fiscal de frente da usina Santa Isabel, torna-se esclarecedor:

Marcelo: - Tem alguma média que o trabalhador precisa atingir?

Fiscal: - Ele tem que atingir a diária.

Marcelo: - Quanto é a diária?

Fiscal: - A diária tá dezoito centavos e uns quebradinhos... Melhor, tá uns vinte e dois reais.

Marcelo: - Isto equivale a quantos metros?

Fiscal: - Varia de preço, se a cana for boa, vale tanto metros, vamos supor: uma cana dessas [apontado para as canas], até cinquenta metros o cara atinge a diária

Marcelo: - E se o trabalhador não atingir a diária, o que ocorre?

Fiscal: - É raro, no começo, eles não conseguem atingir mesmo, mas depois de uma semana, duas, o cara já começa a atingir a diária...Aí o cuidado está sendo na seleção, é na seleção que usina exige um pouco, porque se não, por exemplo, numa frente como essa, se tiver cem pessoas que não atinjam a diária, é complicado.

Embora os funcionários da usina Santa Isabel relutem em falar em demissão de trabalhadores que não atingem a média, chegando mesmo a afirmar o contrário, isto é, “nós não demitimos por isso não, para nós mais importante do que fazer a média é *ser educado*” (José de Terô, empreiteiro), alguns nomes de trabalhadores que constam na lista “negra” da referida usina estão discriminados como “trabalhou pouco” ou “pouco produtivo”, duas expressões que certamente estão relacionadas ao fato de que tais nomes são de trabalhadores que possivelmente não atingiram a meta estipulada pelas usinas.

É importante frisar que na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, essa mesma média passa a ser de 8 a 9 t/dia; em 2000, 10t/dia, alcançando, em 2004, o patamar de 12 a 15 toneladas/dia! No entanto, em razão dos critérios impostos, vários depoimentos demonstram que este montante é muito maior, pois o cálculo da produtividade é feito a partir da transformação do metro em toneladas, assim é que de acordo com informação repassada informalmente por funcionários do sindicato de Cosmópolis, a produtividade média, do cortador de cana, no ano de 2007, era de 18 a 20 toneladas de cana por dia (SILVA, 2006).

Visando atingir e mesmo ultrapassar a média estipulada os trabalhadores tendem a não apenas desobedecerem às pausas para almoço e lanche. Quando indagados sobre a existência dessas pausas, os trabalhadores respondem que elas existem, mas aprofundando a temática, percebe-se que não há registro de algum trabalhador que tenha sido punido pela não observância dessas pausas, o que acontece quando o trabalhador resolve parar mesmo que por pouco tempo. Assim, embora oficialmente parar não seja proibido e em algumas situações, como a hora do lanche e do almoço, seja inclusive *obrigado*, de fato ocorre o inverso, isto é, parar é que torna-se um ato cercado de interdição, quanto as pausas estipuladas oficialmente, o fiscal tende a fazer vista grossa para os trabalhadores que não as obedecem.

Resta ainda complementar que se tratando especificamente dos cortadores de cana-de-açúcar, ocorre algo sutilmente diferente em relação à natureza do trabalho por peça, é que, os cortadores de cana-de-açúcar não tem o controle direto sobre a sua produção, uma vez que a

mesma é medida em metros quadrados, sendo que o trabalhador recebe por tonelada, isto é, por peso, como explicam Ribeiro e Silva (2010, p. 04-05).

Ou seja, a partir de cálculos aleatórios, a paridade é estabelecida em, por exemplo, X metros = X toneladas. Este sistema é chamado “campeão”, que consiste no seguinte: antes do corte, um técnico da usina recolhe três amostras de cana de cada talhão (área plantada). Estas canas são levadas para a usina e pesadas. A partir daí são fixados os valores correspondentes de metros e toneladas, segundo estimativas baseadas nas amostras colhidas.

Apenas no dia seguinte ao corte, é que os trabalhadores são informados do preço da cana, a qual no, entanto, está cortada, como podemos perceber nesse trecho da entrevista com o fiscal da usina Santa Isabel.

Marcelo: - Eles [os trabalhadores] sabem quantos metros de cana cortaram hoje?

Fiscal: - Sabe... Agora eles já perguntam para o empreiteiro e ele já fala

Marcelo: - E o preço, eles já sabem?

Fiscal: - O preço, amanhã cedo... Eles cortaram ontem, aqui, então já saiu o preço da que cortou ontem, saiu o preço hoje... Tem umas usinas que dão o preço na hora, aqui não dá...

Essa prática de não fornecer o preço da cana antes do início da colheita é inclusive alvo de conflitos entre trabalhadores migrantes e os “do lugar”, os quais se queixam de que o trabalhador-migrante aceita cortar cana, no escuro: “depois que está cortada a gente tem que receber o que a usina quer pagar, não tem mesmo o que fazer” (Gatão, 53 anos, cortador de cana, residente no município de Sales – SP).

Por seu turno, os funcionários da usina alegam que não tem como a usina enganar os trabalhadores, pois a empresa segue uma tabela elaborada mediante convenção coletiva e que estipula o preço para cada variedade de cana. O que ocorre, com frequência, é que as tabelas das usinas trazem valores sutilmente diferentes para uma mesma variedade de cana. Assim é que no ano de 2010, a convenção coletiva celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Novo Horizonte – SP, com duas usinas canavieiras [aqui denominadas 01 e 02], situadas no âmbito de atuação daquela entidade sindical, assim estipulava os preços da cana:

Usina 1 - Os preços das toneladas para o corte de cana-de-açúcar a partir de 1º de maio de 2010, são os seguintes: para o corte de cana de 18 meses o preço é de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) por tonelada, e para a cana de outros cortes o preço é de R\$ 3,64 (três reais e sessenta e quatro centavos) por tonelada, respeitadas as condições regionais mais favoráveis.

Usina 2 - Os preços das toneladas para o corte de cana-de-açúcar a partir de 1º de maio de 2010, são os seguintes: para o corte de cana de 18 meses o preço é de R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos) por tonelada, e para a cana de outros cortes o preço é de R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) por tonelada, respeitadas as condições regionais mais favoráveis. (os grifos são meus).

Notemos que, embora se referindo a uma mesma base territorial, os acordos trazem pequenas diferenças com relação ao preço da cana, que numa usina [01] o valor da cana de 18 meses foi estipulado em R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), enquanto que, na usina 02, esta mesma cana seria paga a R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos). Com relação à cana de outros cortes, a usina 01 estipulou, junto com o sindicato, o valor de R\$ 3,64 (três reais e sessenta e quatro centavos), enquanto que, na usina 02, a mesma cana seria paga a 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos).

Faz parte, ainda, do trabalho por peça, os incentivos da usina visando favorecer a ultrapassagem da média pelos trabalhadores. São expedientes como os prêmios. Assim é que Lenildo, migrante com quem residi na safra de 2008, e que naquela ocasião trabalhava para uma usina do grupo Alemão, me disse que na safra anterior (2007), a referida usina “ofereceu uma cesta básica para quem cortasse mais de 09 toneladas e 02 cestas básicas para quem cortasse mais de 12 toneladas por dia”.

De acordo com Egídio, a usina Santa Isabel não oferece prêmios para os trabalhadores, uma vez que é proibido, no entanto, ele mesmo confessa que na safra de 2009, a usina realizou sorteio de quatro motos entre os trabalhadores que sustentaram no final da safra [mês de dezembro] a mesma cota de produção dos meses anteriores. Segundo Egídio, o sorteio foi combinado com os trabalhadores e visava garantir o mesmo patamar de produção, no final da safra, a qual, em razão do grande volume de chuvas, precisou ser estendida até o final de dezembro.

Pelo exposto, fica claro que mediante a migração de áreas rurais da região Nordeste do Brasil e a inserção laboral nos canaviais do Estado de São Paulo, esses corpos vão sendo conformados, forjados, através de uma pedagogia cotidiana cujo resultado é a constituição de um trabalhador cortador de cana. Seu corpo traz inscrito, em si, as marcas do trabalho pesado, do podão, do carvão da cana e das condições degradantes de trabalho, marcas da segregação social vivenciada nos espaços de moradia. Estas marcas podem assumir formas sutis, imperceptíveis, mas, às vezes, apresentam proporções que podem representar a anulação física do trabalhador.

A atividade - “cortar cana-de-açúcar” - exige muita força física e habilidades manuais com o instrumento de trabalho, o facão ou podão. O trabalhador precisa, dentre outras coisas, obedecer ao ritmo de trabalho prescrito, acompanhar a intensidade da produção, vencer os perigos e insalubridades próprios do trabalho etc. Essas condições de trabalho aliadas à exigência de alta produtividade e à negligência dos direitos dos trabalhadores por parte das usinas tornam frequente o tema do adoecimento no relato dos trabalhadores-migrantes. Isso remete à relação entre trabalho e adoecimento no contexto da expansão do agronegócio canavieiro e aponta para os indiscutíveis efeitos *maléficos* da atividade de cortar cana-de-açúcar sobre os corpos e mentes dos trabalhadores inseridos nesse processo.

Ao destacar a situação dos trabalhadores migrantes, tais efeitos ganham novos contornos, visto que, a experiência do adoecimento acontece no interior de outro evento traumático representado pela distância com relação aos seus familiares. Em seus relatos, os trabalhadores migrantes fazem menção a acidentes de trabalho, depressão, dores, febres, pneumonia, problemas cardíacos etc., que, no decorrer da safra tendem a acometer os trabalhadores, levando-os, não raramente, à morte por exaustão física, como tem sido denunciado por pesquisadores e pastorais.

5.5. De corpo marcado: trabalho e adoecimento nos canaviais

Os relatos sobre a relação entre migração, trabalho e adoecimento começaram a brotar, durante uma de minhas viagens de campo, para o interior paulista. Assim é que em 2008, um dos motoristas da *Sprinter* no qual eu viajava, aqui chamado de Adelmo, revelou, que havia cortado cana durante três anos consecutivos, mas tinha largado o serviço por ter adquirido uma doença. Segundo Adelmo, a descoberta de sua doença se deu a partir do momento que percebeu que suas unhas começaram a cair. Não restava dúvida de que o trabalhador, provavelmente, fora acometido por uma hipovitaminose, isto é, por uma enfermidade cuja causa é a carência alimentar que tem como consequência a redução dos níveis de vitamina exigidos pelo organismo.

Viajando com esses trabalhadores, fui me dando conta de que a carência alimentar começava logo no trajeto até seus locais de destino. Em 2008, comigo viajavam uma família de migrantes, cujo destino eram os cafezais do estado de Minas Gerais. Eram pai, filho, tio e cunhado. No segundo dia de viagem, quando os suprimentos alimentares levados pelos mesmos (farofa, galinha e peixe assados e uma latinha de cachaça) foram todos consumidos, a

família começou a racionalizar recursos financeiros. Percebi que eles comiam intercaladamente, isto é, o membro da família que almoçava, não jantava, ou quando o fazia, comia pouco, quase sempre apenas uma porção de verduras. Os que almoçavam não jantavam e os que jantavam, não tinham almoçado.

Esta carência que tem início na viagem continua nos lugares de destinos, onde os trabalhadores são responsáveis por sua própria alimentação. Convivendo com outros migrantes, geralmente homens, um deles geralmente se responsabiliza pela preparação da marmita, almoço que é levado para o roçado. Sucede que tal alimentação, como especificado, é preparada altas horas da noite, constando, na maior parte dos casos, apenas de feijão, farinha, arroz e carne. Há ausência de verduras, bananas e carboidratos, a exemplo de macarrão. Além de que, por ter sido cozinhada muito cedo e utilizada próximo ao meio dia, não é raro acontecer que ao destampar a marmita, o trabalhador perceba que a comida está estragada, quando, então, a mesma é jogada e ele compartilha a comida de outro colega, ou acaba fazendo apenas um lanche, geralmente um pão com manteiga ou ovo, pipoca, biscoitos e/ou outras guloseimas. Como nos disse um dos trabalhadores: “muita vezes a comida tá azeda, a gente joga ela no mato” (Dárcio, 24 anos, Trabalhador migrante oriundo de Juru. PB).

Não é raro, também, acontecer, no espaço de trabalho, que o corpo carente de líquidos e eletrólitos, a exemplo do Potássio, Sódio, Fósforo etc., venha a apresentar câimbras, leves, moderadas e intensas, casos em que o trabalhador é transportado para o hospital. Alves (2008, p. 09-10), após relembrar as condições sobre a qual se realiza o trabalho de colheita de cana-de-açúcar, anota que:

Essas vestimentas [dos trabalhadores], os equipamentos e a realização do trabalho sob o sol levam a um elevado dispêndio de energia, o que por si só são elementos deletérios à saúde. Mas, deve-se acrescentar a esses elementos físicos o fato de serem remunerado por produção, num método em que o trabalhador só sabe o resultado do seu trabalho depois de realizado.

Mais adiante, Alves (2008, p. 10) complementa: “Todas essas atividades, com estas vestimentas, remuneradas por produção, levam os trabalhadores a suar abundantemente e, com isso, perder muita água e sais minerais. A perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras”.

Casos de câimbras são sempre relatados pelos trabalhadores e, em 2008, convivendo com um grupo de trabalhadores durante o período da safra, pude presenciar, diariamente, trabalhadores sendo transportados para o hospital do município de Sales – SP. Geralmente os

ônibus que transportavam os trabalhadores do eito para os locais de moradia paravam defronte ao hospital da cidade para deixar algum trabalhador acometido por câimbras. Todos os dias trabalhadores davam entrada no hospital da cidade e houve dias em que presenciei mais de dez (10) trabalhadores sendo medicalizados com soro, por conta das câimbras. O relato de Honda, 25 anos, trabalhador migrante, oriundo do município de Tavares – PB é revelador do que acontece com o trabalhador acometido de câimbras:

Quando o cara tá com câibra, dá câibra em todo o seu corpo, em todo o seu corpo, é boca, é nas costas, onde tiver nervo, teve um músculo, pronto, é câibra. Você fica bolando, já chegou dia de eu chegar aqui nesse sofá e eu deitar aqui no chão com dor nas costas, na hora que eu pular no chão dói as pernas, e aí é você pedir a deus que parta aquilo ali.

As câimbras são espasmos musculares dolorosos que procede ao suor excessivo, o qual está relacionado à atividade manual no corte de cana-de-açúcar agravada, em algumas circunstâncias, pelo calor solar. Geralmente tais espasmos estão relacionados à perda extrema de líquidos e sais, provocada pelo suor, sendo comuns nos trabalhadores manuais, sobretudo quando a atividade é exaustiva e realizada a céu aberto.

Geralmente as câimbras começam de maneira inesperada nas mãos, barrigas, pernas ou nos pés, impedindo os movimentos. Relatos dão conta de casos em que ao levantar o podão, o trabalhador teve o braço e, em seguida, todo o corpo imobilizado. Todos os relatos apontam para endurecimento dos músculos, o que é um dos sintomas da câimbra provocada pela perda dos líquidos e sais. A aplicação de soros nos casos extremos, nos quais os trabalhadores são transportados para os hospitais e postos de saúde, é uma medida que visa hidratar o trabalhador suprindo, dessa forma, os sais perdidos durante o trabalho.

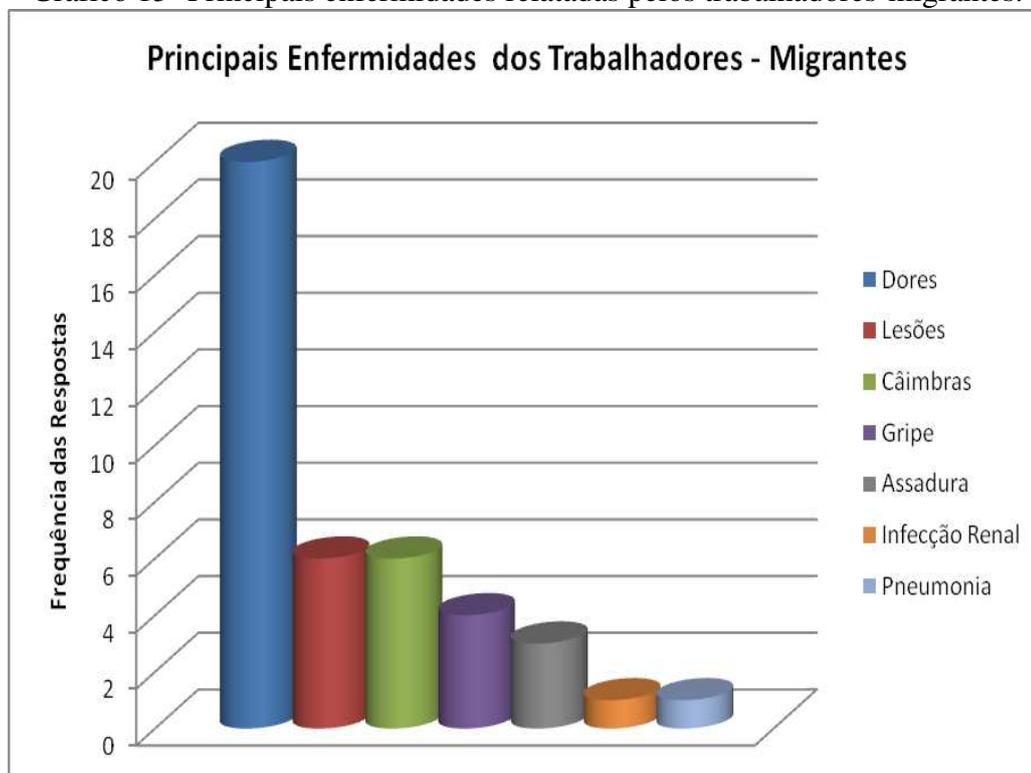
Trabalhando várias safras sob um ritmo de trabalho intenso, sendo obrigados a apresentarem, ou mesmo, ultrapassarem a meta de produtividade, atualmente fixada em torno de 12t/dia, o corpo começa a apresentar outros sinais de cansaço, dentro os quais se sobressaem as dores e os problemas de coluna. Foi o que aconteceu com dona Ivone, 45 anos, natural do município de Juru, interior da Paraíba. Encontrei dona Ivone no ano de 2009, residindo na periferia de Novo Horizonte (SP). A mesma revelou-me, na época, que tinha cinco filhos, um dos quais morava com ela e trabalhava, também, no corte de cana. Dos demais, um trabalhava em Sorocaba, e, três mulheres moravam com uma tia no município de Tabira, interior de Pernambuco.

Dona Ivone chegou a Novo Horizonte no ano de 2004, segundo ela, veio para trabalhar nos cortes de cana. Trabalhou durante três anos, quando então abandonou o trabalho

em razão das fortes dores que sentia na coluna. Indagada se a empresa na qual trabalhou [fornecedor] colocava médico a disposição dos trabalhadores, diz que “não” e que nos momentos de maior intensidade das dores, geralmente procurava o sindicato dos trabalhadores na agricultura de Novo Horizonte, onde recebia, sem prescrição médica, analgésicos. Tendo sido “encostada” pela usina, dona Ivone passou a receber o auxílio doença em razão das dores que a incapacitava para o trabalho nos canaviais. Todavia, na época da entrevista, ela estava há quase dois meses sem receber o benefício e andava a procura de um advogado, afirmando, no entanto, que seu desejo era mesmo poder voltar para Paraíba, o que ainda não tinha feito por medo de perder o benefício.

Dores de coluna, musculares, tendinites, bursites, dor torácica, são comuns nos relatos dos trabalhadores migrantes, nos quais as reclamações relacionadas às dores batem o recorde, como pode ser visualizado no Gráfico 13, o qual é resultado de um questionário aplicado, no ano de 2009, junto aos trabalhadores-migrantes, cortadores de cana-de-açúcar, da região de Princesa Isabel, estado da Paraíba. O gráfico em questão é uma sistematização das respostas à questão: **Na safra anterior [2008] você teve algum problema de saúde? Qual?**

Gráfico 13- Principais enfermidades relatadas pelos trabalhadores-migrantes.



Fonte: Pesquisa do autor

Mas não são apenas as dores, muitos são também os trabalhadores que relatam acidentes, nos quais eles próprios ou seus companheiros de trabalho figuram como vítimas. Esses acidentes, em grande parte, estão relacionados ao uso do podão. O podão deixa marca, marca não só a alma, mas também o corpo. Assim, “é difícil um cortador de cana que não tenha alguma marca do facão”, foi o que nos disse Hermínio [24 anos, trabalhador-migrante, oriundo de Tavares – Paraíba]. As marcas podem se referirem a pequenos cortes, ferimentos, resultado do manuseio do podão, mas, podem, também, alcançar dimensões maiores e com frequência, mais graves.

Foi o que ocorreu no ano de 2009, com Roque Hermínio, tavaresense, trabalhador-migrante, cortador de cana. Apresentei Roque no segundo capítulo: ele era um dos sete trabalhadores com os quais eu residi durante a safra de 2008, no município de Sales (SP).

Em 2009, durante viagem de campo, voltei a encontrar Roque no município de Sales, onde o mesmo estava residindo com sua família: a esposa e um filho, Gabriel, então com nove (09) anos de idade.

Esperava não encontrá-lo em casa, pois devido ao horário da *visita* [14horas] possivelmente ele estaria no eito, mas para minha surpresa ele estava em casa com o seu filho. Como nos conhecíamos, foi logo contando o que lhe acontecera nos últimos dias: tinha sofrido um acidente com o facão quando cortava cana. Tinha cortado cana até o meio dia quando o facão cortou o tendão da sua mão esquerda. Em suas palavras:

Eu tava cortando cana, peguei sete horas da manhã, quando foi mais ou menos ao meio dia, aconteceu o acidente, o facão revelou numa cana, ai veio atingir a minha mão esquerda.

Não havia ambulância no eito ou nas proximidades, então, ele foi socorrido no carro de um dos fiscais da empresa, tendo sido levado para o hospital da cidade de Uchoa – SP.

De Uchoa, Roque foi transferido para a cidade de Ribeirão Preto - SP, visando fazer cirurgia para reconstituir o tendão. Após a cirurgia ficou de atestado médico por noventa dias. Ficar sem trabalhar, longe de casa, é uma tortura psicológica para Roque, que revela o desejo de voltar para Tavares, o que se fará, segundo ele é, devido ao medo de ficar sem receber o salário. Chegou a falar com o fiscal sobre essa possibilidade, mas o mesmo teria lhe aconselhado a permanecer em Sales até terminar o período do atestado quando, então, uma nova perícia iria decidir se ele teria ou não condições de voltar ao trabalho.

Esta não foi a primeira vez que Roque se acidentou, em 2007, quando trabalhava na usina do grupo Alemão, sofreu outro acidente, também com o podão. Ao relembrar o fato,

relata, com mágoa, a humilhação durante o atendimento, segundo ele, numa clínica particular para onde fora encaminhado pelo pessoal da usina. Lá, na clínica, não pode entrar pela porta da frente, devido às marcas do trabalho: roupa, carvão, sujeira da cana. A atendente “convidou-o” a entrar, pelas portas dos fundos: “falou entre por aqui, ai eu entrei, pela porta dos fundos né, a clinica toda bonita na frente”. A humilhação, no entanto, não parou aí, ao terminar o atendimento, a atendente teria dito “quando vocês vierem pra cá, vocês venham limpo”.

O episódio é emblemático e revela o *ethos* que rege a interação entre migrantes e os “do lugar”, ou, para usarmos uma terminologia de Elias e Scotson (2000), entre os estabelecidos e os outsiders.

Envolvidos com a atividade de cortar cana-de-açúcar e organizá-las nos *montes*, os trabalhadores nem sempre podem monitorar as condições do terreno sobre o qual trabalham, inclusive porque tal monitoramento implicaria numa queda de produtividade. Assim, tais trabalhadores estão sempre sujeitos a quedas e tombos, que muitas vezes podem deixar sequelas, como mostra o relato abaixo.

Antônio Freire tinha, na época do nosso encontro, no ano de 2009, 30 anos de idade. Conhecido por Toinho, o mesmo reside em um sítio, pertencente ao município de Tavares (PB), é casado, tem um filho, de dois anos de idade, estudou até a segunda série do Ensino Fundamental. Desde moço trabalhava no roçado, para ajudar sua família.

O trabalho no corte da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo, surgiu como uma alternativa para complementar a renda e sustentar a família. A primeira migração aconteceu no ano de 1999 e teve, como destino, a usina Santa Isabel, no município de Novo Horizonte - SP, na qual seu Antônio assumiu a condição de “migrante clandestino”, isto é, migrante que viaja por conta própria, para aventurar trabalho em alguma usina.

No ano seguinte (2000), retornou a São Paulo, tendo trabalhado para o fornecedor da Sertãozinho, São Domingos e Cerradinha, todos na cidade de Catanduva. Aí residiu por cerca de quatro anos, trabalhando arduamente na colheita da cana-de-açúcar. Nas safras de 2006 e 2007, seu Antônio trabalhou na usina Malosso, na cidade de Borborema (SP).

As economias feitas por Seu Antônio, durante os nove anos de trabalho no corte da cana, foram aplicadas na concretização de alguns sonhos vividos por ele e sua esposa, como a construção de sua casa, no interior paraibano.

O último ano em que seu Antônio cortou cana-de-açúcar foi em 2007, quando um acidente de trabalho o impossibilitou de continuar trabalhando, pois os movimentos de sua

perna foram prejudicados. Ao cortar cana, em um dia como qualquer outro, seu Antônio escorregou na palha da cana e caiu em um buraco, torcendo o joelho.

Diz ter sido encaminhado para o médico da usina, o qual, como era de costume adiou o diagnóstico, prejudicando ainda mais a saúde de seu Antônio, que continuou a trabalhar, mesmo sem condições. Em suas palavras: “Torceu, ai eu fiquei lá né, ia nos médicos e eles ficava lá só enrolando, a firma lá sem querer né, ai dizia isso ai apenas é só um desgaste”.

Alguns dias após o acidente, as dores foram tornando-se mais intensa, impedindo-o de andar, quando, então, a usina pagou um exame especializado para seu Antônio: uma tomografia computadorizada, a qual revelou um derrame articular, possivelmente ocasionado pela queda, associado a uma lesão por esforço repetitivo, por conta do ‘trabalho pesado’, o que resultou em seu afastamento do trabalho por um período de três meses, período durante o qual ficou de atestado médico, recebendo benefício.

Passados os três meses, após nova perícia médica seu Antônio perdeu o benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), motivo que o impulsionou a retornar para a Paraíba, para se tratar próximo da família. Ouçamos-lhe novamente:

Ela (a médica) falou que não aprovava eu ficar, assim afastado, que eu já podia trabalhar. Ai eu, primeiro eu fui pra firma, levei a carta né, cheguei lá, ai disseram ‘ai Antonio Freire, eu não posso, como vai ser, eu não posso fazer nada o INSS num deixa você afastar e você não tá com condição de trabalhar e nem nós pode liberar você pra trabalhar’, ai foi, foi e eu já desses três mês fiquei sem receber, né. Fiquei três [03] meses, e depois fiquei parado mais dois [02] meses, sem receber.

O pai, sabendo do sofrimento do filho, o orienta a voltar para a Paraíba. De volta à terra natal, a família de Antônio, por intermédio de lideranças políticas locais, consegue garantir-lhe tratamento, na capital do Estado, onde seu Antônio se submete a uma cirurgia, pelo Sistema único de Saúde (SUS). De posse de atestado médico, seu Antônio é encaminhado ao INSS – agência local, garantindo o recebimento do auxílio saúde. Passado três meses, deveria se submeter à nova perícia, todavia, não compareceu, diz que o dia da perícia, coincidiu com o dia da morte de sua mãe. Não tendo comparecido à perícia, novamente teve o benefício cortado. Na época da entrevista, seu Antônio aguardava a data de uma nova perícia, marcada pelo INSS.

Acidentes de trabalho, a exemplo dos cortes, nunca ocorreram com seu Antônio, porém o mesmo relata que com outros trabalhadores isso é uma constante, desde a ocorrência de cortes superficiais até aos mais profundos.

Nunca sofri, corte, nunca sofri não... trabalhava, nunca sofri corte não. Nove anos de safra, mas nunca sofri corte não. Eu trabalhava com cuidado, né? Você tem que trabalhar com cuidado... o facão ali é cinco dedo afiado, soltou o facão, se não se cuidar, a perna vai... Muitos colegas lá se cortava, mas eu não...

Devido a impossibilidade de trabalhar, Seu Antônio vivia, à época da entrevista, ocorrida em Abril de 2009, com o dinheiro que recebia por ser beneficiado pelo programa Bolsa Família, e da ajuda do pai, o qual é dono da propriedade em que seu Antônio vive com a mulher e o filho. Seu maior desejo e expectativa era conseguir, após a perícia que estava para ser realizada, voltar a receber o benefício do INSS.

Mesmo utilizando os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), os trabalhadores ainda estão expostos a acidentes de trabalho, a questão torna-se ainda mais crucial nos casos em que as empresas não fornecem os EPIs. No ano em que convivi com os trabalhadores migrantes (2008), pude testemunhar vários acidentes de trabalho, motivados pelo não uso dos EPIs. Assim, é que certo dia, Evandro, um dos rapazes com quem partilhava o barraco, voltou do trabalho mais cedo. Ao tirar as botinas, o mesmo me mostra um corte abaixo do joelho direito. “foi feito com o facão”, diz, “estava sem caneleira, o Vaqueiro [fiscal] ainda não deu, o facão pegou, só deu para mim...”.

Além de seus instrumentos de trabalho, Evandro voltou naquele dia também, com um vidro de “Rifocina”, que um colega da turma tinha lhe dado para utilizar no ferimento. Perguntou-me como se usa. Sugeri que lavasse bem, de preferência com sabão amarelo e depois aplicasse a Rifocina. Aproveitei para indagar se não seria prudente mostrar ao médico. Respondeu que não, pois, se fosse mostrar ao médico, ele perguntaria como foi e o caso poderia acabar na delegacia. Preferia tratar em casa. À noite, ainda se queixava de dores no corte. Fomos à farmácia e compramos água oxigenada, algodão, gases e esparadrapo. Juntos, improvisamos um curativo. No outro dia, ao chegar do roçado, expôs o corte que não estava tão vermelho como no dia anterior. Entre um comentário e outro, falou que tinha cortado menos cana, porque tinha ficado automaticamente mais vigilante. No entanto, ainda estava sem caneleira, o fiscal tinha lhe prometido arrumar outra até o final da semana.

Podem ocorrer também que algumas marcas não sejam exteriores, mas interiores, é o que acontece quando em consequência do penosidade do trabalho, os trabalhadores adquirem

problemas cardíacos, hipertensão ou são acometidos por pneumonia e/ou outras complicações do aparelho respiratório.

Foi o caso de Neilson, 48 anos, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares (PB). Encontramo-nos no ano de 2009, na cidade de Novo Horizonte. Logo que entrei em seu quarto, a convite, percebia que não eram apenas as dores que acometiam aquele trabalhador. Com efeito, havia vários medicamentos sobre a cômoda localizada ao lado de sua cama. Durante a entrevista, o mesmo acabou revelando ser portador de hipertensão arterial. Segundo ele mesmo relata as dores de cabeça, o cansaço e a arritmia cardíaca eram uma constante e, não foram raras às vezes em que tais sintomas o obrigaram a parar o trabalho.

Nelson informa que, na safra de 2009, chegou a desmaiar na roça, quando foi transportado urgentemente para a Santa Casa de Misericórdia, no município de Novo Horizonte, onde mediram sua pressão arterial que, no momento, registrava 200x 60 mm/Hg. Diante do quadro, o médico que o atendeu, encaminhou-o para realizar um eletrocardiograma, cujo traçado sinalizou que o mesmo sofria de arritmia cardíaca. Para a realização do tratamento foi prescrito Captopril, Atenolol e cloreto de potássio, além da orientação para redução do sal na alimentação e, também, para o abandono do trabalho no corte de cana-de-açúcar.

Embora revele que tem medo, por saber que não vai viver muito se continuar fazendo tanto esforço, Neilson não conseguiu ainda parar de trabalhar, sobretudo, porque ao apresentar o eletrocardiograma para o médico da usina, o mesmo teria dito que o resultado do exame estava errado e solicitado um novo exame. Ainda segundo Neilson, o médico da usina teria, também, lhe orientado a continuar trabalhando, solicitando, apenas que, diariamente, ao chegar à usina, o trabalhador passasse no posto de enfermagem, visando auferir a pressão arterial, antes de iniciar suas atividades laborais, orientação esta que Neilson não seguia, segundo ele porque a mesma acarretaria uma baixa em sua produção diária, que a passagem pelo posto de enfermagem equivaleria a menos tempo de trabalho.

Há ainda casos em que a marca é inscrita não no corpo, mas na mente, assim foi com Evangelista, 24 anos, trabalhador-migrante, oriundo de Juru, interior da Paraíba. Entrevistei Evangelista no ano de 2009, em Novo Horizonte cidade onde o mesmo estava residindo com sua esposa, seu filho e um primo que também trabalhava na colheita de cana-de-açúcar. Durante a entrevista, Evangelista revelou que, no ano de 2006, fora acometido por uma forte depressão, que teria sido desencadeada, segundo ele próprio afirma, pela solidão aliada à longa e exaustiva jornada de trabalho. Na época, diz que largou tudo, inclusive o emprego, e

retornou a cidade de origem, onde se submeteu a tratamento psicológico. Durante o tratamento conheceu sua atual esposa. No ano de 2009, ao retornar para os canaviais, o fez em companhia da esposa e do filho. Junto da família sente-se melhor e capaz de sobreviver ao período da safra sem muitos danos, complementa e finaliza a entrevista, observando que “não tem coisa melhor do que chegar da roça e encontrar a comida pronta, casa limpa e um filho para se divertir”.

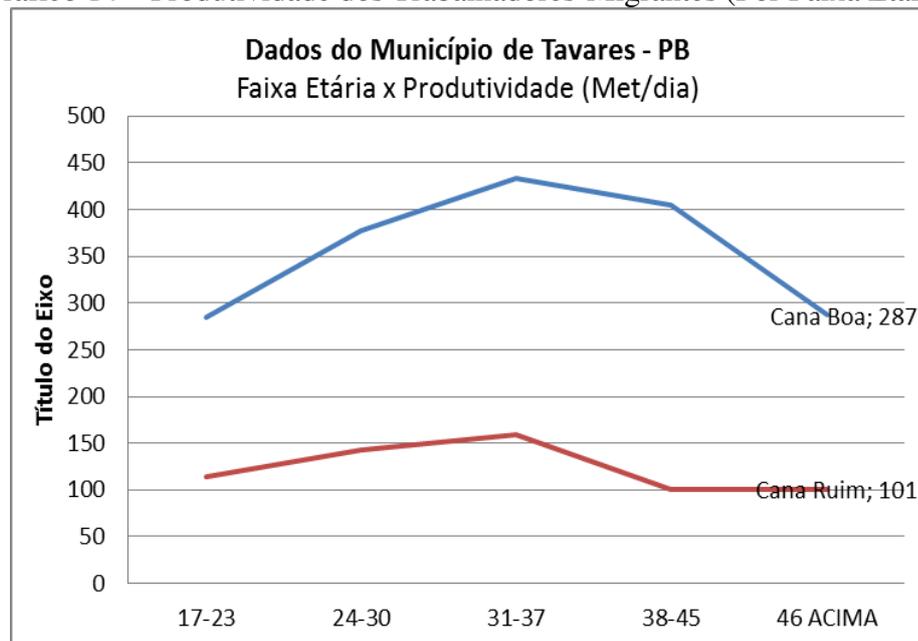
Todos os relatos aqui transcritos apontam para o impacto da atividade de cortar cana sobre os corpos dos trabalhadores-migrantes. Com efeito, eles nos questionam ao trazer para o primeiro plano um aspecto constituinte da atual forma de organização do trabalho no mundo dos canaviais e, não obstante, ainda escamoteado para a esfera do invisível, das coisas que não deveriam ser ditas, reveladas, trazidas para à luz do dia, isto é, a dureza do mundo do trabalho no eito da cana.

Dentre as várias questões do questionário aplicado junto aos trabalhadores-migrantes, cortadores de cana, havia uma sobre a quantidade de cana cortada durante um dia de trabalho. Tomando como referência os dois tipos de cana relatados pelos trabalhadores, isto é a cana boa, que é a cana em pé, e a cana ruim ou de *rolo*, que é a cana pesada, e que cresce inclinada e enroscada uma na outra.

Os trabalhadores eram indagados da seguinte forma: **quantos metros de cana você corta num dia de trabalho normal, quando a cana é boa? E quando a cana é ruim?** A opção pelo uso do metro, em detrimento da tonelada, se deu em razão de que a produção diária de cada trabalhador é medida, pela usina, em metros lineares' cuja quantidade é informada aos trabalhadores, muitos dos quais, anotam, também, diariamente a quantidade de cana por eles cortada. Assim, é em metros lineares, e não em tonelada, que o trabalhador controla a sua produção.

A resposta à questão formulada acima foi sistematizada e o resultado pode ser visualizado no Gráfico 14, o qual revela um declínio acentuado na produtividade dos trabalhadores situados na faixa etária dos 31 aos 37 anos. Os dados sinalizam para a vida útil de um trabalhador no corte de cana-de-açúcar, expressando o desgaste prematuro a que esses indivíduos estão sujeitos.

Gráfico 14 – Produtividade dos Trabalhadores-Migrantes (Por Faixa Etária)



Dados: Pesquisa do autor

5.5.1. Administrando o adoecer

Longe da família e, geralmente, sem encontrar apoio nas empresas sucroalcooleiras, os trabalhadores que adoecem acabam pedindo demissão ou, simplesmente, *abandonando* o trabalho e retornando, o mais rápido possível, para suas cidades de origem. O tempo do adoecimento é vivido, dessa forma, como um tempo de abandono, o que agrava ainda mais o seu desespero, tornando-os, ainda, mais vulneráveis.

Outra tendência bastante presente nos relatos é a tentativa, por parte dos migrantes, de esconder a doença, de escamotear o adoecimento no local de trabalho. Para Dejours (1992) esse comportamento relativo à doença tem sua razão de ser num certo desconhecimento do corpo, de um corpo que:

Só pode ser aceito no silêncio ‘dos órgãos’; somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, o corpo trabalhador da mulher são aceitos; tanto mais aceitos quanto menos se tiver necessidade de falar neles (p. 32, 33)

Outra razão para este silêncio em relação à doença está relacionada, segundo Dejours (1992), “à relação existente entre doença e trabalho. Para o homem, a doença corresponde sempre a vergonha de parar de trabalhar” (p. 33). No que se refere aos trabalhadores aqui em foco, deve-se levar em conta ainda, o medo que ronda seus espaços de trabalho: medo de

perder o emprego, de não conseguir mais vaga *nesta* usina, de, sem trabalhar, não conseguir manter-se longe de casa, passando a viver da caridade dos companheiros de trabalho etc.

Escrevendo sobre a distinção entre a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, Harvey (2004, p. 148): diz que, “o capitalista não tem, por exemplo, o direito formal de pôr em risco o corpo da pessoa”, no entanto, continua o citado autor, “claro que essas legalidades são continuamente transgredidas no âmbito do capitalismo e com frequência surgem, de fato, de situações em que o corpo e a pessoa do trabalhador são submetidos a condições próximas da escravidão”. Todavia, nesta mesma página, este pesquisador anota que as práticas de trabalho que põem em risco o corpo do detentor da força de trabalho estão sujeitas a contestação.

Não podemos esquecer que as relações de poder inscritas nos corpos, nossos e dos outros, produzem, igualmente mecanismos de resistência, os quais têm como lócus o corpo laborante e como fundamento “a capacidade política que os indivíduos têm para atuar como agentes morais” (HARVEY, 2004, p. 74), pois, “Na qualidade de ‘máquina desejante’ capaz de criar ordem não apenas em seu próprio interior, mas também em seu entorno, o corpo humano é ativo e transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem” (HARVEY, 2004, p.138).

É aqui que todo um conjunto de micro-resistências que vem sendo forjado nos espaços dos canais pode ser contemplado em toda a sua plenitude, que tratam de uma infrapolítica cuja razão de ser é a salvação e preservação do corpo, mas também sua resistência face aqueles que dele querem extrair mais trabalho. Assim, ao lado do corpo que sofre, que é marcado, que padece, é preciso acrescentar também o corpo que se rebela, que resiste, que desafia.

Estratégia de recusa, que se revela através de uma variedade exuberante de formas: absenteísmo, corpo mole, espertezas, e que sinaliza para a existência de uma reivindicação do próprio corpo contra o poder, como tentarei demonstrar no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

DANDO TRABALHO: SOBRE AS ARTES DA RESISTÊNCIA

6..	Formas de resistência	247
6.1..	Eles têm parte com o diabo: sobre bons e maus trabalhadores	249
6.2.	Envolvimento com o trabalho	251
5.3.	Fazendo “piseiro”: sobre serviços mal feitos	254
6.4.	Baixa Produção e Absenteísmo	259
6.5.	Tentando roubar o roubo	263
6.5.1..	Uma chave interpretativa	266
6.6.	Quando o discurso oculto entra em cena	267
6.7.	Enfrentando os fiscais	268
6.8.	Paralisações e greves	270
6.9.	A busca do direito na justiça	283
6.9.1	Evolução das ações envolvendo o setor canavieiro	285

DANDO TRABALHO: SOBRE AS ARTES DA RESISTÊNCIA

*Recuso-me a compreender os camponeses
Como os eternos perdedores,
Passivos diante do que lhes é imposto
Ou atores de resistência inúteis.*

Nazareth Wanderley

*O fato de que o homem é capaz de agir
Significa que se pode esperar dele
O inesperado,
Que ele é capaz de realizar
O infinitamente improvável.*

Hannah Arent

6.1. Formas de resistência

Em “Escravos, roceiros e rebeldes”, Schwartz (2001, p. 219) anota que “nas Américas, onde quer que a escravidão fosse instituição básica, a resistência dos escravos, o medo de rebeliões de escravos e o problema de escravos fugitivos atormentavam os colonos e os administradores coloniais”. Para o autor, os escravos não somente resistiam, mas essa resistência assumia uma diversidade exuberante de formas, abarcando desde “a recalcitrância cotidiana, a lentidão no ritmo do trabalho e a sabotagem” até “as tentativas de suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança” (SCHWARTZ, 2001, p. 19) e mesmo as rebeliões.

Contemporaneamente, os que têm como função manter a força de trabalho sob controle (administradores, gerentes e, no caso em questão, turmeiros e fiscais), continuam sendo atormentados por trabalhadores que, não obstante todo esforço de conformação, revelam-se cotidianamente o seu lado indócil, se engajando e mesmo construindo diversos expedientes cuja finalidade é fazer face à extração de mais-trabalho a qual estão sujeitos.

Tomando como referência o mercado de trabalho brasileiro e como foco, os trabalhadores inseridos no setor industrial urbano, desde a década de 1980 vários autores vem

chamando a atenção para a rebeldia e resistência que anima esses mesmos trabalhadores tornando o chão da fábrica um espaço de luta contínua entre o capital e o trabalho.

Assim, é que, conforme advoguei no primeiro capítulo desta tese, Maroni (1982), Leite (1994), Abramo (1999) e, mais recentemente Bernardo (2009) chamaram atenção para a luta, muitas vezes clandestina, pelas quais os trabalhadores buscam defender-se da exploração expressando assim, sua recusa aos expedientes que visam reduzi-los a condição de “coisas”.

No que se refere especificamente ao setor canavieiro, objeto deste trabalho, o acento dos estudos tem sido colocado, como também especificado, no aspecto da exploração/dominação dos trabalhadores. Sem necessariamente escamotear ou mesmo amenizar essa dimensão, gostaria, neste capítulo, de sugerir outras possibilidades de leitura sobre os espaços aqui focalizados, tomando-os não apenas como lugar de trabalho, mas também e, sobretudo, como territórios contestados, espaços de luta entre os trabalhadores, inclusive os migrantes, e aqueles que buscam extrair-lhe mais trabalho.

Tomar os espaços dos canaviais como espaço de luta, implica num exercício do olhar, visando enxergar a resistência não apenas onde ela “entra pelos olhos dentro”, para retomar uma expressão do Bourdieu (1998), mas, sobretudo, em sua forma sutil, micro, cotidiana, isto é, nos lugares onde “ela se deixa ver menos, onde ela é mais completamente ignorada, portanto, reconhecida”, para novamente parafrasear Bourdieu (1998, p. 07).

Por resistência sutil, silenciosa, micro; estou entendendo, em consonância com Scott (2000) a luta cotidiana, “prosaica entre o trabalhador e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (Scott, 2000, p. 11). Elas referem-se, portanto, continua o citado autor, “as armas dos grupos relativamente sem poder: fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (Scott, 2000, p. 12). Ainda para Scott, tais formas por ele denominadas de “formas brechtianas de luta de classe”, revelam as seguintes características: “requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representa uma espécie de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (Scott, 2000, p. 12). Mais adiante, o autor fala ainda de “resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano” (Scott, 2000, p. 12).

Comentando as reflexões de Scott, Menezes (2002) chama a atenção para o fato de que “mesmo quando conduzidas a nível individual, elas [as formas cotidianas de resistência] podem se expressar de forma persistente e recorrente entre um número expressivo de

trabalhadores e, assim, influenciar as relações de trabalho” (MENEZES, 2002 p. 198). Como afirmado as microresistências podem se expressar de formas variadas, sendo que no espaço aqui considerado, as principais são:

- Envolvimento com o trabalho;
- Sabotagens;
- Baixa produção, sobretudo no final da safra;
- Absenteísmo;
- Tentativa de resgate do trabalho “roubado”;
- Deserção;
- Etc.

A resistência, no entanto, pode também ganhar uma expressão pública, expressando-se de distintos modos: conflitos abertos entre trabalhadores e fiscais; paralisações e greves e busca de direitos na justiça do trabalho. A respeito dessas formas públicas de resistência, Ribeiro e Silva (2010, p. 07) apontam, em artigo recente, que a resistência dos trabalhadores do setor canavieiro é uma realidade, chamando a atenção para o fato de que “para além da resistência individual, inúmeras greves tem ocorrido”.

6.1. “Eles têm parte com o diabo”. Sobre bons e maus trabalhadores

Dos trabalhadores que se engajam em formas de resistência, diz-se que são “bagunceiros”, “desordeiros”, isto é, “trabalhosos”, termos que tem uma clara intenção de calar “as vozes”, sufocar os “gestos”, desqualificando, dessa forma, as queixas e reivindicações dos trabalhadores e construindo a imagem de um “mau trabalhador”, em contraponto a imagem desejada, isto é, de “bons trabalhadores”, esta última assentada em dois pilares: (a) um trabalhador produtivo, capaz de atender e mesmo ultrapassar as metas de produtividade e, (b) um trabalhador dócil, educado, em suma, despolitizado. Trata-se de buscar um corpo adestrado, concomitantemente dócil e útil, como revelam as palavras de Benedito, abaixo transcritas:

Para eles lá, para os donos de usinas, o bom cortador de cana é aquele que não falta no serviço, não dá trabalho, não falta, não coloca atestado, sempre tá trabalhando, respeitando um e outro, não respondendo mal, isso pra ele é um bom cortador de cana, mesmo que corte pouca cana...

A fala de Benedito deixa claros os critérios pelos quais se torna possível classificar os trabalhadores em “bons” e “maus”. Assim, bom trabalhador é o que não falta dias de serviço, não dá trabalho e respeita “um e outro”, termo que certamente refere-se aos fiscais. Pelo avesso é possível assim construirmos a figura do “mau” trabalhador: os que faltam, dão trabalho, e não respeitam “um e outro”. A esses critérios, Rosinaldo acrescenta a importância de fazer bem a tarefa, fazer “o serviço bem feito”, o que está relacionado ao atendimento das exigências das empresas, que as mesmas prescrevem a maneira “certa” para a realização do corte manual. Escutemos Rosinaldo:

Marcelo – O que é um bom cortador de cana?

Rosinaldo – O bom cortador de cana é aquele que se comporta no serviço. O bom cortador de cana é aquele que chega no serviço, o fiscal diz “Fulano, teu eito é esse aqui”. “Tá bom, pode deixar aí que eu já vou pegar”. Você vai lá, pega seu eito, você não é obrigado você ser um bonzão de cana, pra eles lhe elogiarem, você fez seu serviço bem feito e tanto que seja educado, eles vão lhe considerar um bom cortador de cana. Agora, tem cara que é fraco de cana, tem cara que corta uma cana veloz, mais é mal educado, ele deixa de dar valor aquele bonzão e vai dar valor a você, que é fraco.

Marcelo – Como é educado?

Rosinaldo – Educado. Você não vai xingar ele [os fiscais], por causa de um eito de cana, você não se reclamar..

Quer dizer, importa que esse corpo seja adestrado, docilizado, passivo frente a toda e qualquer forma de exploração/dominação. Trabalhador padrão é, pois o que se esforça, pega no pesado, é produtivo⁴⁷ e, ao mesmo tempo, não dá trabalho, expressão cujo sentido equivale a não causar problemas tanto para o arregimentador quanto para os outros funcionários da usina. Não dar trabalho equivale a seguir o padrão da usina, ou seja, *você todo dia cumprir com a tarefa do trabalho*, como nos informou o senhor Raimundo (São José de Piranhas, PB; arregimentador local).

Os que dão trabalho são conhecidos como “nó cego”, a referência é a um nó difícil de desatar e, portanto, trabalhoso. Ser um trabalhador “nó cego” é atitude difícil de prever, antecipadamente, ou seja, no processo de seleção, e, às vezes, pode se revelar durante o próprio processo de trabalho. Nas palavras de Damião (São José de Piranhas, PB; arregimentador local): *aqui [referências aos municípios onde os trabalhadores são recrutados] tem tanto cara que é bonzinho, quando chega lá, vira o cabra nó cego*.

Minha hipótese é que as várias formas de se virar *nó cego*, quando vistas do ângulo dos cortadores de cana-de-açúcar, referem-se, sobretudo, às várias formas de resistência

⁴⁷ Não esqueçamos que trabalhar é, também, sinônimo de produzir e, sob a égide do capitalismo, produzir significa produzir mais-valia, portanto, encerra a noção de produtividade; ser trabalhador, portanto é ser produtivo.

cotidiana que revelam, assim, a luta cotidiana travada entre os trabalhadores e as usinas. Portanto, o exercício que farei aqui será no sentido de ler, pelo avesso, a fala dos arregimentadores. Tal leitura implica numa inversão de sinais de modo a fazer com que tais relatos revelem aquilo mesmo que o discurso oculta, encobre, invisibiliza.

Captar as formas de resistência cotidianas nas quais os trabalhadores migrantes cortadores de cana-de-açúcar se envolvem significa reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima no qual geralmente são colocados para o lugar de sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir de suas possibilidades concretas e objetivas. O que implica em afirmar que eles não são simplesmente vítimas, que eles também atuam com as armas de que dispõem e com outras possíveis de serem “fabricadas” com o material mesmo de seu cotidiano, muito embora, seja preciso, igualmente questionar, os limites dessas formas de resistência cotidiana.

Passarei, agora, à análise das principais formas de micro-resistências, presente no cotidiano dos canaviais das empresas canavieiras foco desta tese.

6.2. Envolvimento com o trabalho

Em sua dissertação de mestrado, Guanais (2010) chama a atenção para o fato de que “visando atender a atuais exigências de produtividade e qualidade impostas pelo mercado, as empresas do setor canavieiro têm investidos seus esforços em duas direções” (GUANAIS, 2010, p. 33), a intensificação do uso de tecnologias poupadoras de trabalho vivo e a formação “de um contingente de trabalhadores fixos, disciplinados, tecnicamente qualificados e, sobretudo ‘envolvidos com a produção sucroalcooleira’ (GUANAIS, 2010, p. 33).

Se pelo lado das empresas, o envolvimento dos trabalhadores tem como objetivo atender aos atuais níveis de produtividade, quando olhamos pelo lado dos trabalhadores, é possível descortinarmos outros sentidos presentes no mesmo expediente, acenando para a cumplicidade do trabalhador para com a dominação/exploração, mas representando, ao mesmo tempo, “uma forma de adaptação menos traumatizante ao trabalho; a melhor defesa contra a negação de si mesmo representada por um universo de trabalho concebido para desumanizar” (LINHART, 2007 p. 47).

Para Linhart (2007), todo processo de trabalho requer um quantum de criatividade e de iniciativa por parte de quem executa. A autora aponta como razões desse envolvimento, a presença de ganhos imediatos a exemplo de prêmios, mas, também, a possibilidade de melhor

desempenhar a tarefa, permitindo inclusive, ganhar algum tempo para uso próprio, ou, ainda, conquistar um benefício menos visível como ter a “chefia nas costas”.

No primeiro Capítulo da tese, apresentei Delmarques, trabalhador com o qual viajei para o interior de São Paulo, na safra de 2008. Como, enfatizei, o mesmo tinha conseguido vaga num fornecedor de cana, situado na região de Sales, interior de São Paulo. A vaga tinha sido conseguida mediante Evandro, irmão de Delmarques que, na ocasião, trabalhava na referida empresa e, como argumentei o fato de conseguir vaga para um parente estava ligada a imagem de “bom trabalhador” associado à pessoa de Evandro. Esse expediente, de conseguir vagas para parentes e amigos que ficaram nos pequenos municípios dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, é recorrente entre os trabalhadores-migrantes aqui focalizados e acena para a manipulação da “boa imagem” construída junto aos fiscais e turmeiros, visando amenizar a exploração, bem como conseguirem outros proveitos em favor de si e/ou dos seus (parentes e amigos).

Muitas vezes, este envolvimento com a tarefa/serviço implica na execução do trabalho para além do prescrito, quando “os que trabalham se esforçam por fazer o melhor, pondo nisso muita energia, paixão e investimento pessoal” (DEJOURS, 2006, p. 34).

O expediente, descrito no parágrafo anterior, pode ser motivado pela busca, por parte do trabalhador, de amenizar a intensidade/penosidade do trabalho, diminuindo inclusive os riscos de adoecimento. Assim é que, em 2007, durante visita de campo, conheci Frederico (44 anos, oriundo do município de Itaporanga – PB), funcionário da usina Ester. O mesmo, além do podão, segurava outro instrumento: um cabo de madeira, com uma ponta de arame ou ferro formando um gancho no final. Chama-se gancho, foi ele mesmo que explicou. “Antigamente”, disse-me, “ao cortar a palha da cana, no chão, a gente chutava a palha com o pé, pois a cana tem que ficar limpa”. Agora, complementa: “com o gancho facilitou, pois cortamos e puxamos com o gancho”.

Ora, movimento de chutar a palha, por ser repetitivo pode ocasionar lesões, as quais, com o uso do “novo” instrumento, podem ser evitadas. Além do gancho, o senhor Frederico mostrou também modificações no podão, no qual ele havia colocado um cabo maior. A finalidade de um podão maior é evitar ter que se curvar muito, durante o corte da cana, representando, dessa forma, menos dores na coluna além de outros infortúnios.

Durante o tempo em que residí com os trabalhadores migrantes pude observar que é comum essas trocas do cabo do podão, pois, geralmente os trabalhadores enfatizam que o

podão pequeno demanda mais movimento na hora do corte. Como afirma Linhart (2007, p.47).

Permanecer distanciado da atividade que ocupa a maior parte do tempo em que se está acordado, ou seja, conformar-se estritamente à norma, à prescrição, por mais irracional e disfuncional que ela seja, não é suportável. É espoliar-se, por disciplina, de seu tempo e de si mesmo.

Como foi observado no capítulo anterior, alguns trabalhadores-migrantes dão presentes aos fiscais, como forma de conquistar outros favores, como podemos entrever na seguinte fala: “Tem outras maneiras da gente conseguir as coisas: você ajeita um fiscal aqui, ajeita outro ali, vai fazendo o que eles pedem, ai de repente um ajeita um eito pra você, faz vista grossa para um serviço seu...” (Atanásio, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares – PB).

Não era raro, durante o tempo da coleta de dados, escutar dos próprios trabalhadores relatos sobre companheiros de trabalho que seriam favorecidos pelos fiscais. Ao contrário, esse tipo de reclamação era comum, segundo os trabalhadores com os quais convivi, “tem fiscal que tem amizade com trabalhador, trabalhador que ajuda fiscal, que agrada, então se o cabra faltar é gancho [suspensão], mas se esse trabalhador faltar, não tem nada, nem falta leva” (Lenildo, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares – PB).

São muitos os casos de bons trabalhadores, e, não raramente, os próprios arregimentadores se apresentam e são apresentados como tendo encarnado este perfil [bom trabalhador]. Este envolvimento tem, também, outras razões, pois pode implicar em ganhos, imediatos ou não, que se pode tirar dessa situação: ser bem quisto aos olhos da gerência, com os consequentes elogios e retorno em termo de autoimagem que o trabalhador faz de si. Como acena Dejours (2006, p. 34), “o reconhecimento não é uma reivindicação secundária dos que trabalham. Muito pelo contrário, mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho”.

Mas pode ocorrer também que o trabalhador que “veste a camisa da empresa”, envolvendo-se com suas atividades laborais, reconhecendo-se e sendo reconhecidos como *bons trabalhadores*, não hesitem em utilizar este mesmo discurso contra os fiscais, sobretudo quando estes, em sua interação com o *bom trabalhador* assumam um comportamento que vai de encontro às expectativas desse último. Dessa forma, se o trabalho de envolvimento (prêmios, elogios, favores etc.) favorece o domínio da subjetividade do trabalhador, por outro lado, implica também numa armadilha para os funcionários da exploração-dominância, uma vez que

o *bom trabalhador* espera ser tratado como tal, em qualquer ocasião, sentindo-se ferido quando isto não ocorre, tal foi o caso de Lenildo, citado no capítulo II.

Como anotado, tanto Lenildo, quando seu irmão, João se reconheciam e eram reconhecidos, inclusive por fiscal e turmeiro. O fato de receber um gancho, por parte do fiscal é uma afronta a esta autoimagem do trabalhador, o qual esperava que, pelo seu histórico de trabalho, o turmeiro fosse rever a decisão do fiscal. Ao ter suas expectativas frustradas ambos resolvem “não mais vir trabalhar naquela usina”.

A decisão de não mais trabalhar na usina pode ser vista como uma autoafirmação da parte dos trabalhadores, um resgate da dignidade ferida, para parafrasear Abramo (1999). Trata-se de uma questão de manter a honra, aqui entendida como:

O valor que uma pessoa tem a seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho. (PITT-RIVER, s/d, p. 13).

O que estou propondo aqui é que possamos reconhecer a ambiguidade do envolvimento por parte dos trabalhadores, o qual acena, por um lado, para a aquiescência do mesmo diante das exigências das empresas, mas, por outro lado, representa uma busca, por parte dos próprios trabalhadores de dar sentido a um trabalho que, sem a presença desse quantum de envolvimento, não teria qualquer significado, podendo inclusive, manchar a sua honra de homem e trabalhador.

6.3. Fazendo “*piseiro*” ou sobre serviço mal feito

Outra forma de micro resistência presente no cotidiano dos canaviais refere-se a sabotagem, denominada pelos próprios trabalhadores como “fazer piseiro”, o que implica em fazer o serviço mau feito, de mal jeito. O termo refere-se, assim, a situações consideradas *trabalhosas* pelos arregimentadores e fiscais, as quais estão relacionadas ao *sistema de trabalho*⁴⁸, ou seja, aos conflitos entre a maneira **correta** de executar o trabalho, isto é, aquela ditada pela Usina e a maneira pela qual os migrantes o executam. As queixas aqui se referem principalmente a *tocos baixos, ponteiros mal feitos e montes mal formados*.

Conforme especificado (Ver Capítulo IV), quando se fala em serviço bem feito, a ênfase é no acabamento das tarefas. O ideal é que o facão seja batido “o mais rente possível

⁴⁸ A expressão é dos próprios arregimentadores.

ao solo, promovendo um corte horizontal-basal de cana, evitando assim o toco alto” (SENAR, 2005, p. 50), isto porque, quanto maior o toco, maior a perda para a usina, pois é no pé da cana que está contido o maior teor de sacarose. Outro cuidado é com o ponteiro, o qual deve ser feito no final do palmito. Desponte feito abaixo do palmito acarreta a perda da cana agregada no ponteiro, o que representa, também, perda para a usina.

Estas informações me são confirmadas por José Félix (34 anos) e José João da Silva (34 anos), ambos migrantes, cortadores de cana-de-açúcar e residentes no município Paraibano de Imbiara, os quais, durante entrevista realizada no dia dezessete (17) de setembro de 2007, no município de Engenheiro Coelho (SP), ressaltaram a importância do *trabalho bem feito*, que, segundo eles, envolve alguns cuidados, como por exemplo: (a) sempre cortar o toco baixo; (b) fazer a *lera* (*local onde a cana cortada é amontoada*) limpa, para quando a máquina vir não levar sujeira para usina; (c) não picar muito a cana, cana curta é prejuízo (se a cana for curta demais, costuma cair no caminho provocando perdas para a usina); (d) limpar bem a cana, quando a mesma é cortada na palha visando tirar pelo menos 50% da palha; (e) e obediência aos fiscais.

Ainda, de acordo com os migrantes, citados anteriormente, a não obediência aos fiscais pode acarretar punição que varia desde a advertência, passando pelo *gancho*, isto é, suspensões, até demissões, que costumam vir após três advertências. Tal informação é confirmada por outro informante, Rosinaldo (Arregimentador, Tavares-PB) que nos explica:

Se não fizer o trabalho bem feito ele vai te mandar ajeitar o trabalho. Daí você diz “Ah, mas meu serviço tá bem feito”. “Rapaz, lá tem toco alto, tem ponteiro mal batido”. Daí você se recusa e o que eles vão fazer com você? eles vão lhe punir. “Marcelo, você não quer ir não, não? Então vem aqui assinar uma advertência”. Primeiro vai de advertência, você assina a advertência e se você se recusar a assinar aquela advertência, eles vão te dar gancho, entendeu. Durante aquela advertência, se você pegar três advertências, na quarta já é três dias de gancho, três dias de gancho é pra você ficar em casa, você não vai ganhar nada, você perde, você não vai ganhar hora de ônibus, você não vai ganhar remunerado, você não vai ganhar, inclusive nada, você só vai sujar seu nome. Dali pra frente, o fiscal vai ficar pegando no seu pé, porque você fez o serviço errado a primeira vez, então eles vão pensar que você vai fazer o serviço errado, direto. Então, você tem que trabalhar o melhor possível, que é para ninguém pegar no seu pé...

No filme-documentário “Quadra Fechada”, dirigido por Beto Novaes há uma cena em que um dos trabalhadores-protagonistas está mostrando como fazer um movimento com um facão que seja menos desgastante para a coluna. Ao mostrar o movimento ele diz: “faz assim [movimento] e o toco fica baixo. Tem vez que o toco fica alto, aí você faz assim [movimento]

e eles nem notam que o toco tá alto... (risos)”. Durante a apresentação do referido documentário para uma audiência formada em sua grande parte por migrantes cortadores de cana-de-açúcar do município de Tavares (PB), no momento da cena referida acima, alguns migrantes que assistiam manifestaram seu protesto: “Eles [os protagonistas] estão entregando o ouro”, exclamou um dos presentes.

Durante viagem de campo ao interior do Estado de São Paulo, em visita a um alojamento do grupo COSAN, enquanto conversávamos com os trabalhadores sobre serviço “bem feito”, um dos administradores da usina que nos acompanhara até o citado alojamento abaixou-se e começou a participar da conversa. Discorreu então sobre a importância do serviço bem feito, de não deixar toco alto, de empilhar a cana direito, não deixar sujeiras etc., fez cálculo de quanto a usina perdia com as práticas mal feitas. Esforçava-se para representar o papel de um funcionário que dá informações, embora durante todo o tempo representasse apenas o seu papel de administrador, instruindo seus trabalhadores e sensibilizando-os a fim de fazê-los “vestir a camisa”. Sua participação era constantemente intercalada por frases de efeito, tipo “Se a usina perde, o trabalhador perde. Se o trabalhador faz o serviço bem feito é ele quem ganha”. Ficava claro nas entrelinhas da situação que “serviço mal feito” é uma constante no dia-a-dia da usina, constituindo-se enquanto terreno de luta entre Capital e Trabalho. É importante ressaltar que o tempo em que o trabalhador gasta no acabamento das tarefas é um tempo *perdido* para ele, que o que conta, em termos de salário percebido, é a quantidade de cana cortada.

Os trabalhadores denominam essas práticas de *piseiro*, *serviço seboso*, numa referência a algo sujo, pisado, mal acabado. Fazer *piseiro* equivale a instaurar outra ordem no espaço do outro. O conjunto dessas táticas é variado, assim, durante entrevista com Fábio (24 anos, oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde) o mesmo revelou: “Você deixa o toco maior abaixo do monte, você cobre os tocos altos, jogando a cana em cima, aí o fiscal não tá vendo”. Ainda é Fábio quem dá a dica: “às vezes quando a cana é caída, no lugar do monte, você não corta, só picota e joga a cana em cima”.

Há sempre o perigo de que o fiscal descubra, pois em cada eito fica registrado o número de cada trabalhador. Quando isso ocorre, o trabalhador é chamado a refazer o serviço e, durante visita a usina Santa Isabel, testemunhei o fiscal de frente, enquanto fiscalizava o serviço, se comunicar com um dos fiscais de turma solicitando que o mesmo obrigasse a turma inteira a repassar um serviço mal feito. Mas, conforme relato dos trabalhadores, nem sempre o fiscal descobre. Dessa forma, os trabalhadores “aplicam a sabedoria como uma

possibilidade de sair vitorioso, jogando-se com o acaso da situação que pode ser concretizado por um deslize ou uma desatenção do inimigo” (FREITAS, 2003, p. 188).

Ilton (45 anos, trabalhador migrante oriundo de Tavares-PB) foi um desses trabalhadores que não deu sorte, uma vez que seu serviço mal feito foi descoberto pelo fiscal. Segundo Ilton, teve um dia que cortou a cana toda, varou [terminou] o eito, pegou outro eito, cortou tudo muito rápido, pois estava fazendo serviço mal feito, deixando muito toco. No dia seguinte, conta:

A máquina foi pegar a cana, começou logo no meu [no eito que ele tinha cortado no dia anterior], aí o fiscal me chamou e disse ‘Ilton, você vai refazer o eito de ontem, vamos lá olhar como ficou’. Eu fui, tava feio mesmo, aí eu disse ‘mas você mandou eu picar a cana em cima’, ‘mas era pra cortar o toco’, ele [o fiscal] disse. Então eu refiz o eito, perdi quase meio dia de trabalho.

Notemos que o trabalhador rebate o fiscal, utilizando como argumento a prescrição recebida, “mas você mandou eu **picar a cana em cima**”. Esse expediente de cumprir as ordens à risca remete a leitura que DaMatta (1997) faz do personagem Pedro Malasartes⁴⁹, enquanto um “herói” “que sabe converter toda a desvantagem em vantagem”, ou, ainda nas palavras de DaMatta:

Que sabe utilizar o poder dos fracos, entendido enquanto “o poder de obedecer e, por isso mesmo, destruir a opressão pela obediência malandra, oportuna e sagaz. Numa palavra trata-se do mito do poder tão absoluto (o poder do patrão) que acaba ficando totalmente vulnerável (como ocorre nas ditaduras). Tão vulnerável que corre o sério risco de ser destruído por uma obediência cega e capaz de tomar todas as ordens – como fez Malazartes – ao pé da letra (DaMatta, 1997, p. 294).

Em 2010, durante visita de campo, encontrei-me com Rinaldo (24 anos, oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde – PE), na recepção do sindicato de Novo Horizonte – SP. Estava

⁴⁹ Na parte V do livro “Carnavais, malandros e heróis”, Roberto DaMatta, faz uma leitura do “mito de Malazartes”, enquanto um conjunto de narrativas e fatos sociais, aparentemente inocentes mas que, precisamente por isso, são básicos para o entendimento dos modos pelos quais nos definimos como sociedade, povo e nação” (DAMATTA, 1997, p. 273). A narrativa é a seguinte: “um casal de velhos tinha dois filhos homem, João e Pedro, como eram pobres, os dois filhos tinham que sair pelo mundo para buscar a sobrevivência. João, o mais velho, emprega-se numa fazenda cujo proprietário, ‘rico e velhaco’, fazia contratos impossíveis de serem cumpridos pelos trabalhadores e, dessa forma, não pagava seus empregados. Assim, impossibilitado de cumprir os contratos, João volta para casa, sem dinheiro do salário e ainda sem o couro das costas, depois de quase um ano de trabalho. Pedro fica furioso e sai para vingar o irmão e, a partir daí, suas aventuras são iniciadas” (DAMATTA, 1997, p. 277). Procurando o mesmo fazendeiro, Pedro realiza com ele o mesmo tipo de contrato que seu irmão. A história é composta de vários episódios. Só a título de exemplo, num dos episódios, “o patrão manda que Pedro vá trabalhar numa plantação de milho e envia uma cachorrinha para acompanhá-lo. O trato é que Pedro só pode voltar para casa quando a cachorrinha assim o fizer. Depois de meio dia de trabalho, e como o animal nem se mexe, Malasartes logo vê que é um golpe, e dá uma paulada na cachorrinha, a qual corre para casa. Pedro pode então voltar. À tarde, só faz o gesto e o animal volta. Pedro assim derrota o fazendeiro, pois este fica zangado, mas – pelo mesmo contrato – não o pode demonstrar” (DAMATTA, 1997, p. 291).

morando na cidade, com a família [não disse quantos filhos]. O mesmo afirmou que aquele ano era a sétima vez que ele ia cortar cana-de-açúcar em São Paulo. Tinha chegado à cidade no mês de fevereiro. Na época que chegou estava recebendo ainda parcela do seguro desemprego, por isso não quis trabalhar registrado, preferiu trabalhar num fornecedor local, sem registro.

Naquele dia, estava no sindicato esperando uma audiência com o patrão e o advogado do sindicato. Diz que não queria mais trabalhar na empresa a qual estava inserido, alegando que lá “não tá bom de ganhar dinheiro, o ganho é pouco, não tem o necessário que tem que ter [referência aos EPIs]... Quer dizer, de ter tem, mas só dá um por mês: uma botina, uma caneleira, uma luva... tudo é uma por mês, aí você tem que ir regando, pra ver se não estraga”.

Então, segundo ele, “por causa dessas coisas”, resolveu ir falar com o chefe pessoalmente, propor que ele o mandasse embora, pagando seus direitos. Pergunto se ele continuava sem registro. Diz que não, que começou a trabalhar em fevereiro, sem registro, mas que foi registrado no mês de maio, a entrevista ocorreu em julho.

O chefe teria recusado fazer acordo, teria lhe dito que “se quisesse sair, só se pedisse as contas”. Disse que no início não queria pedir as contas, pois estaria perdendo direitos, então resolveu voltar para *roça* [o termo é dele e faz referência ao eito] e fazer o serviço que não é da norma dele. Indago, pergunto o que é um serviço que não é da norma, ele explica: “deixando toco, não fazendo o ponteiro direito, fazendo monte de qualquer jeito...”. Faz questão de afirmar que não fez, porque estava com raiva, queria ir embora de todo jeito, por isso tinha resolvido procurar o sindicato, por orientação do Ministério do Trabalho de Ribeirão Preto, para onde tinha ligado.

Dois dias depois fui informado através do presidente do sindicato que Rinaldo tinha recebido outra proposta de trabalho, numa das usinas presentes no município. Segundo o presidente, esta informação foi obtida em conversa com o próprio trabalhador e não foi utilizada durante a audiência entre ele, o fornecedor para o qual trabalhava e o advogado do sindicato.

Contente, por ter contribuído para uma solução do caso, seu Phiarovanti fez questão de frisar que o trabalhador, graças ao advogado do sindicato, tinha conseguido ainda alguns direitos e, dessa forma, “não tinha saído com as mãos abanando” [referência a sair sem ganhar nada].

Como podemos perceber o fazer serviço mal feito, da parte de Rinaldo tinha uma intenção muito explícita: fazer raiva aos fiscais na esperança de ser dispensado, assim, sua

intenção não era aumentar sua própria produção, mas, ao contrário, ser visto como alguém que não interessava à empresa.

6.4. Baixa produção e absenteísmo

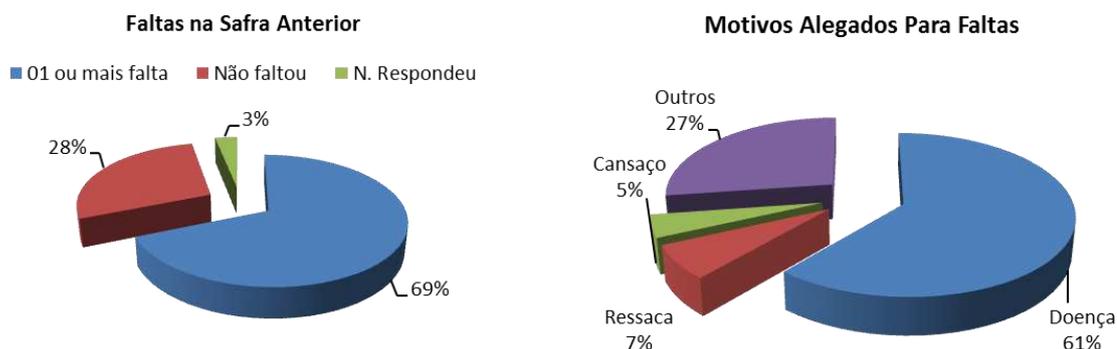
Às vezes a resistência pode também tomar a forma de baixa produção, e de absenteísmo. A baixa produção aparece na fala dos arregimentadores como *fazer corpo mole*, sendo própria *dos cabras que dão nó*, isto é, daqueles que chegam no trabalho, aí cortam corta dois, três metros de cana aí se deitam e pronto, não fazem mais nada...Param, não trabalham direito” (Benedito, 34 anos, arregimentador. Tavares-PB).

À medida que vai se aproximando o final da safra, em torno de novembro e dezembro, o corpo dos trabalhadores está exaurido e a tendência é uma diminuição da produtividade, segundo os relatos de fiscais. Essa diminuição, muitas vezes, é exercida através de práticas de *fazer corpo mole*. Em uma entrevista coletiva realizada com arregimentadores da região de Cajazeiras, na Paraíba, eles falaram sobre a “greve forçada”, se referindo ao fato de, o início de dezembro, ficar difícil *convencer* os trabalhadores a manter os mesmos níveis de produtividade.

No ano de 2009, segundo relato de um gerente da Santa Luiza Agropecuária, por conta das chuvas, a colheita manual da cana precisou ser estendida até o dia 20 de dezembro. Para convencer os trabalhadores a não baixarem o nível de produção, a empresa lançou mão de um sorteio de quatro motos, do qual só pôde participar os trabalhadores cuja média de produtividade não tivesse decaído muito, no mês de dezembro, com relação aos demais meses. Segundo o gerente, a empresa dispõe de dados de cada trabalhador, inclusive sua média de produtividade e, assim, não houve dificuldade em acompanhar os trabalhadores que, por conta do sorteio e na esperança de “ganhar” uma moto, continuaram trabalhando no mês de Dezembro com a mesma intensidade dos meses anteriores.

Quanto ao absenteísmo, o mesmo refere-se à faltas, mesmo em se tratando de faltas acobertadas por atestados médicos, devendo ser entendido como “a ausência dos trabalhadores ao trabalho, naquelas ocasiões em que seria de se esperar sua presença, por razões de ordem médica ou quaisquer outras” (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO, 1981, p. 1). Nos gráficos abaixo podemos perceber o nível de absenteísmo entre os 64 trabalhadores que responderam ao questionário.

Gráfico 15 – Faltas na safra anterior / Gráfico 16 – Motivos alegados para faltas



Fonte: Pesquisa do autor.

Para arregimentadores e mesmo migrantes o fato de uma pessoa apresentar muitos atestados à usina, durante um ano, é indicio de que a pessoa é *enrolada*, *gosta de dar nó*. É recorrente na fala dos trabalhadores-migrantes, sejam cortadores de cana, sejam arregimentadores, situações em que alguns trabalhadores passam a noite bebendo e, no outro dia, sem disposição para ir ao trabalho, simplesmente faltam ou colocam atestado. Durante visita de campo, realizada ao sindicato de Novo Horizonte, interior de São Paulo, pude constatar *in loco* a busca por atestados médicos naquele sindicato, onde os trabalhadores podiam comprar os atestados que eram vendidos por um real e cinquenta centavos (R\$ 1,50).

No entanto, é necessário esclarecer que o alcoolismo pode ser pensando como uma estratégia de defesa, por parte do trabalhador, pois como enfatizado por Dejourns (1992, p. 72), “o vinho, o aguardente, são uma dose de energia nem tanto física, mas psicológica, que ajuda a enfrentar as condições de trabalho”.

Dessa forma, muitos trabalhadores que se utilizam da bebida alcoólica e dos espaços dos bares, para *esquecer* os infortúnios: as humilhações e exploração do trabalho, bem como a saudade da família. Como enfatizado pelo senhor João (55 anos, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares – PB). “No meu caso eu vou ao bar e pego uma cervejinha para esfriar a mente”. O alcoolismo, ou seja, o uso abusivo de bebidas alcoólicas é muito freqüente nas cidades de destino desses trabalhadores. Não são raros os casos de transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool. Foi exatamente essa patologia que acometeu um trabalhador do município de Tavares. Valdeci, 43 anos, trabalhador-migrante durante quatorze safras, pai de seis filhos, sendo quatro homens e duas mulheres. Dos homens, três são casados e são cortadores de cana. E das mulheres, uma é casada e também migrou para acompanhar o marido. Apenas dois filhos (um rapaz e uma moça) permanecem na casa paterna.

Relatos dos amigos de Valdeci apontam que ele fazia uso da bebida alcoólica (no caso, da *pinga*) antes mesmo de ir para o eito, no próprio eito e também no barraco. E não eram raros, ainda segundo os amigos, os dias em que Valdeci brigava com as pessoas que estavam em sua volta, que dizia que tinha alguém querendo matá-lo. Relatos dos amigos dão conta ainda que certo dia, o mesmo teria fugido do barraco e passado a noite no canavial. Recentemente, durante a safra de 2010, o mesmo teria colocado fogo no barraco, queimando todas as roupas e documentos seus e dos companheiros, provocando um prejuízo estimado, ainda pelos amigos, em oitenta mil reais (R\$ 80.000,00), uma vez que o fogo teria atingido estabelecimentos comerciais vizinhos ao barraco: uma casa lotérica, uma loja de roupa e um escritório de advocacia.

Foi somente após ter provocado este incêndio que os amigos de Valdeci perceberam que o mesmo estava desestabilizado psiquicamente e que, inclusive, necessitava de atendimento psiquiátrico. No caso de Valdeci, o alcoolismo (estratégia defensiva) não foi suficiente para neutralizar as tensões psíquicas, assim, o que era “apenas” sofrimento psíquico evoluiu para a esfera da desestabilização psíquica. Mesmo considerando que no local de origem o trabalhador fazia uso de bebidas alcoólicas, acredita-se que, no local de destino, quando se agrupam o conjunto de pressões psíquicas expostas pelo trabalho e pela própria migração, o uso do álcool, pode ter sido mais acentuado, além de que se sugere, também, que se leve em conta que no local de origem, mesmo fazendo uso de substâncias alcoólicas, não há registro, na história do trabalhador desse tipo de comportamento “destrutivo”, o qual sugere-se, mesmo que a título de hipótese, está relacionado às pressões advindas das condições e relações de trabalho nos canaviais, as quais não encontraram outro mecanismo de vazão.

Nesse sentido, vale a pena enfatizar que estudos realizados por Dejours (1992) confirmam que o alcoolismo é uma estratégia defensiva utilizada como uma saída individual frente à ansiedade e que pode ocasionar um destino mental e somático particularmente grave. Ou seja, o uso do alcoolismo como estratégia defensiva leva um desequilíbrio físico e mental bem mais rápido do que outras estratégias defensivas.

Linhart (2007) escrevendo sobre a vivência no trabalho e fazendo menção ao absenteísmo anota que é para “preservar sua especificidade que cada qual recusa e foge diversas vezes de seu universo de trabalho, expressando sua necessidade de escapar do trabalho, ou seu desejo de viver outra coisa por algum tempo” (p. 48) e, mais adiante:

O absenteísmo traduz, então, a necessidade de fugir, por um tempo, do que, de repente, se tornou insuportável. Mas o absenteísmo pode, e aí está uma outra face, responder ao desejo de desfrutar um pouco de vida (...) podendo ser interpretado como uma gestão autônoma do tempo – em limites evidentemente bem restritos. Uma gestão individual e, além disso, clandestina, pois é preciso justificar a necessidade de fuga do trabalho, ou o desejo de viver outra coisa, fornecendo um atestado médico. (p. 48)

Ainda durante esta mesma visita acima mencionada, em conversa com Elenildo, natural do município de Flores, Pernambuco, migrante cortador de cana-de-açúcar, o mesmo fez referência à política contra atestados levada a cabo pela usina. Segundo ele, os fiscais haviam colocado nos ônibus que os transportava até o eito, uma lista das pessoas que tinham colocado muitos atestados e anunciaram que os trabalhadores que colocassem muitos atestados não teriam direito ao *acerto*⁵⁰, podendo mesmo ser despedidos por justa causa. De acordo com João Fernandes (São José de Piranhas, PB, arregimentador local):

Para evitar esse tipo de problema, que a pessoa é da bebida, chega lá começa a beber e não quer trabalhar, o grupo COSAN trabalha assim: a gente chega com o pessoal, aí no período de três meses é experiência, aí tem avaliação. Aí o pessoal que não servir para a empresa, o que entrar para avaliação, aí eles não querem, mandam de volta.

Outra estratégia das empresas visando coibir o uso de atestado, por parte dos trabalhadores, tem sido a retirada parcial ou total do ticket alimentação para o trabalhador que colocar, durante um mês, uma determinada quantidade de atestados. Segundo informação dos próprios trabalhadores, a apresentação de dois atestados, em um mesmo mês, equivale à perda de 50% do valor do ticket alimentação, três atestados, perda de 75% e, quatro atestados ou mais, perda do valor total do ticket. Além de que, há relatos de trabalhadores cujos nomes passaram a constar nas “listas negras” por terem apresentado “muitos” atestados durante a safra.

Resumindo: beber, faltar ao trabalho, fazer corpo mole, não seguir as normas da empresa no que se refere à forma correta de cortar a cana, fazer o podão, organizar o monte, efetuar a limpeza da palha, tudo isto, quando visto a partir do ponto de vista das usinas, são problemas que o trabalhador migrante pode causar, mas, a partir de sua perspectiva, sinalizam para práticas de resistência por meio das quais, busca-se mitigar a exploração.

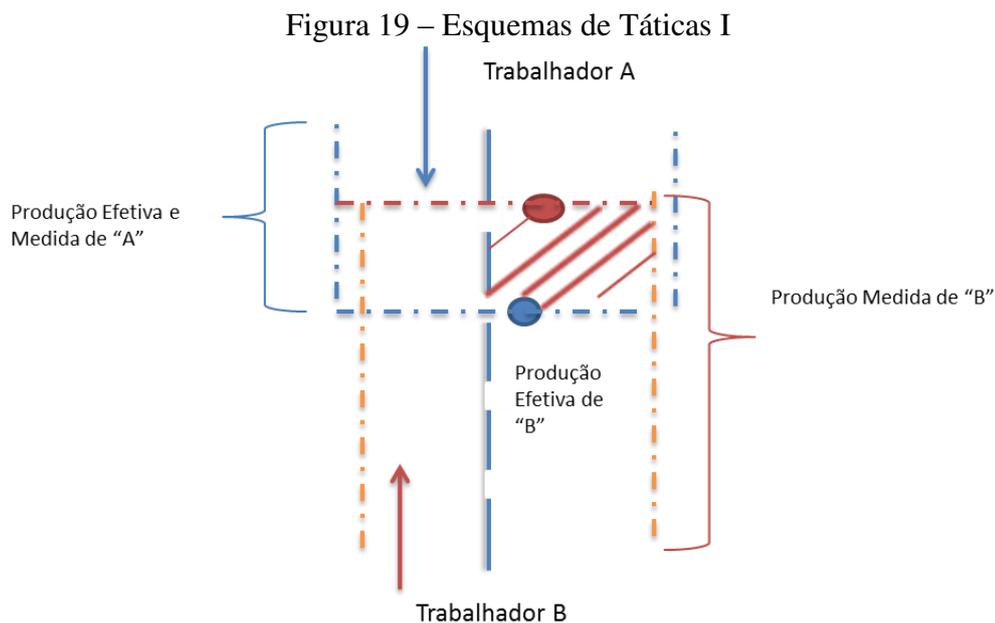
⁵⁰ O termo é utilizado pelos migrantes para designar os direitos a que os trabalhadores fazem jus por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, a exemplo do 13º, 1/3 de férias proporcionais etc.

6.5. Tentando roubar o roubo

Os trabalhadores, também, criam táticas visando enganar a usina, assim é que, segundo Ismael (trabalhador migrante oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde – PE):

Você vai cortando num eito, aí vem um trabalhador em sua frente, aí ele parou e pegou outro eito, aí você ...vai chega até a estaca onde o trabalhador anotou o seu número, aí você retira essa estaca e coloca a sua mais distante, quando o fiscal vim medir a sua, ele vai medir até onde está sua estaca, vai medir mais do que você cortou.

No entanto, conversando com outros trabalhadores, os mesmos afirmaram que esta prática só é lícita quando “B” (no esquema) tem certeza de que a produção de “A” foi medida, uma vez que do contrário, “B” não estaria roubando a usina, mas um trabalhador tão explorado e necessitado quanto ele próprio.



Fonte: Pesquisa do autor

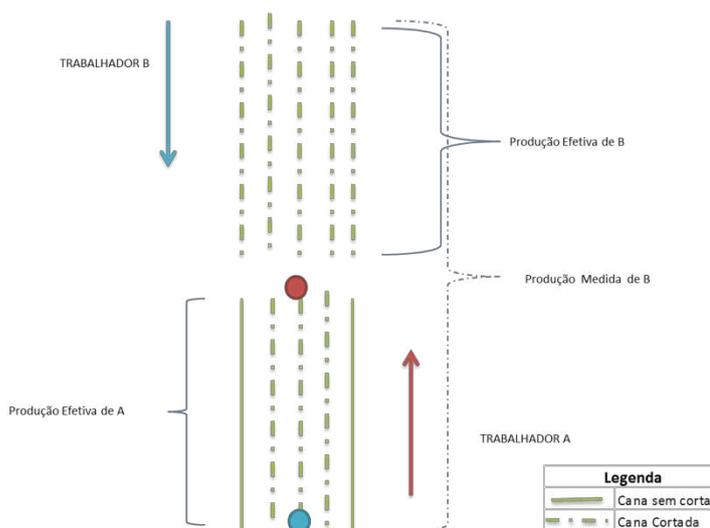
Como afirmado, o repertório dessas táticas é amplo: ouçamos mais um trabalhador:

A gente faz assim também, por exemplo, Honda [referência a um companheiro de trabalho] pegou o eito aqui e veio até aqui; aqui [fazendo o desenho], aqui já outro [outro trabalhador que vem em sentido contrário], aí Ronda cortou cana até aqui, em três ruas, deixando duas pra trás, para fazer depois. Só que o fiscal já veio medindo e quando chegou aqui [no final da produção de Ronda] parou, ‘olha Honda, você fez tanto metros’ [palavras do

fiscal], só que a [produção] do cara que vem aqui, na frente, o fiscal dele nem mediu ainda, e aqui [apontando para o final da produção de Honda] fica uma estaquinha, para o fiscal dele quando vier saber que a produção dele só veio até ali, que dali em diante foi Honda,,. Ai o trabalhador fala: ‘Honda, corta essa estaca’. Ai o que acontece, ele [o trabalhador que vem em sentido contrário] vai cortar as duas ruas que Honda deixou e o fiscal dele [do trabalhador] vai medir tudim de novo, só que não mais pra Honda, mas pra ele [referência ao outro trabalhador] (Claudeonor, trabalhador-migrante oriundo de Tavares – PB).

Só a título de maior esclarecimento: suponhamos dois trabalhadores (A) e (B) que estão cortando cana no mesmo eito, em sentido contrário, sendo que (A) vai cortando as três ruas do meio e deixando as duas laterais para cortar depois. Ao se encontrar com (B), o seu eito acabou, então ele deixa uma estaca com o seu número, devendo voltar para terminar as duas ruas que ficaram sem cortar. No entanto, o fiscal vem medindo sua produção, pois sabe que (A) terminará de cortar as duas ruas. Porém, (B) propõe que (A) tire sua estaca, se comprometendo a cortar as duas ruas que faltaram. Em compensação, (B) incorporará, na sua produção diária, as três ruas cortadas por (A) que, por sua vez, não precisará mais cortar as duas ruas que tinha deixado pra trás, podendo pegar logo outro eito e, dessa forma, aumentar a sua produção diária. Acredito que a figura abaixo ajude a entender, por permitir a visualização.

Figura 20 – Esquema de Táticas II



Fonte: Pesquisa do autor

Todavia, é importante registrar que essas táticas todas são dependentes da ocasião, como lembra Farias (2003, p. 189) “a oportunidade está a mercê do tempo, dependendo de

uma circunstância favorável, bem ao estilo da imagem do *ataque em pleno voo*, referido por Certeau”. No terreno moral, o que justificaria estas práticas ou, no mínimo, a torna suportável, é o fato de que os trabalhadores sabem que são roubados pela usina, assim, ao utilizarem estas táticas e saírem vitoriosos, estão apenas roubando o roubo, para usar uma expressão de Farias (2003), como me segredou Claudeonor, “como roubo? Se mais eles [as usinas] tiram da gente?”.

Durante coleta de dados, tive a oportunidade de escutar vários relatos a respeito de roubo por parte dos funcionários das usinas. A maior parte dos episódios relatados está relacionada à medição da produção diária de cada trabalhador. Assim, foi que Neilson (48 anos, trabalhador migrante, oriundo do município de Tavares) me relatou uma dessas situações, ocorrida com ele próprio. Em suas palavras:

O fiscal um dia largou um eito pra mim, com três ruas, beira de carreador, com três ruas e quatro ruas, eu fazendo um serviço direitinho, no mínimo, eu falei 120 metros, mas eu vou botar no mínimo uns cem metros, dava sessenta metros, eu procurei a minha metragem a tardinha, deu 35 metros, eu me estourei com ele, eu falei que ele tinha metido a mão em meu bolso, quando eu falei que ele tinha metido a mão em meu bolso, o que eu falei pra ele? Eu falei que ele me roubou e ele se estourou-se todinho, pipocou, eu disse; ‘você pode dar pulo que nem cabrito, não adianta, você me roubou’. O meu filho veio ‘painha, você tá errado’, eu falei: ‘olha, você fica quieto que não foi você que trabalhou no local que eu trabalhei’. Foi tanto que no outro dia, ele me botou num eito bem melhor... Por quê? Porque ele viu que tinha errado comigo, só que eu também não dei moleza pra ele não e sempre que eu topar com ele não vou dá moleza pra ele não, porque eu vejo que ela tá fazendo coisa... ele fez com Damião.

Menezes (2002) estudando trabalhadores-migrantes em usinas de Pernambuco notou que uma das formas de enfrentamento do roubo, por parte dos trabalhadores, são os confrontos pessoais com os supervisores da usina na hora da pesagem. No caso aqui em análise, o confronto acontece entre turmeiro [medidor] e trabalhador e gira em torno da medição da cana, embora, os trabalhadores se mostrem desconfiados e suspeitem da existência de roubo, também, no momento da pesagem, no entanto, como esta ocorre no espaço da usina, o seu controle é menor.

6.5.1. Uma chave interpretativa

Buscando compreender a opção dos trabalhadores-migrantes pelas formas cotidianas de resistência, não podemos perder de vista, o papel desempenhado pelo medo que ronda os espaços dos canaviais. Medo de perder o emprego, de figurar na lista negra da usina, não sendo mais aceito em seus quadros, tendo, então, que buscar outras usinas e morar em outras cidades, não podendo, portanto, contar com a rede de conhecimento (comerciantes, donos de imóveis, mulheres etc.) construída naquele município para onde se migra anualmente, e que facilitam a permanência durante o tempo da safra. Assim é que, questionados sobre o porquê de não se envolverem com as greves e paralisações, muitos trabalhadores relatam os prejuízos que resultam de tal envolvimento, tal como a demissão e a inclusão do nome na lista negra das usinas.

Aquilo que Scott chamava de dureza do cotidiano é outro fator que ajuda a explicar a opção dos trabalhadores-migrantes pelas formas cotidianas de resistência no espaço dos canaviais. Por “dureza do cotidiano”, Scott se refere aquilo que no contexto nordestino é tido como “precisão”, “necessidade”. A aceitação das condições de exploração e obediências às regras de dominação não significa, necessariamente, uma submissão ou passividade dos trabalhadores, mas, a ação possível em contextos de dominação repressiva, em que ações contestatórias ou de confronto explícito poderiam representar a perda do emprego. Nesse ponto, também, é esclarecedora a seguinte consideração de Scott: “Eles [os pobres de Sedaka] lutam sob condições que são amplamente independentes de sua determinação e, assim, suas necessidades materiais permanentes precisam de algo como a acomodação diária a essas condições” (SCOTT, 2002, p. 18).

Finalmente, é necessário que pensemos no peso do contexto societário mais amplo. Com efeito, não é apenas um *punhado* de anos que nos separa do contexto que favoreceu as grandes greves dos trabalhadores do setor canavieiro no estado de São Paulo, nos anos de 1984, movimento que ficou conhecido como a Greve de Guariba, por ter sido esta cidade do interior paulista palco e ponto a partir do qual o movimento se irradiou para outras partes daquele estado. De lá para cá, muita coisa mudou: os setores de esquerda, sobretudo, os sindicatos, vivenciaram uma crise sem precedente diante de uma situação de desemprego estrutural e no qual as reivindicações por direitos passaram a ser substituídas por reivindicações pela permanência nos postos de trabalho, pela não demissão de mais trabalhadores, a questão de permanência no trabalho passando à de ordem do dia e

escamoteando outras reivindicações que passaram a gozar de menos legitimidade. Isto é, numa época marcada pela inserção de tecnologia e pelo, cada vez mais crescente, desemprego, os olhos e a ação da classe trabalhadora, terminaram por voltar-se para estratégias focalizadas na busca por garantir o emprego o que implicou, inclusive, em abrir mão de alguns direitos conquistados.

Nesses tempos de incerteza em que o medo ronda a mente de cada trabalhador, a luta aberta torna-se uma opção remota, o que não significa que se aceite o nível de dominação e exploração. A aceitação, embora aparente, é uma ilusão que, inclusive, os poderosos do mundo, nos querem fazer acreditar. Todavia, um olhar atento sobre o cotidiano do mundo do trabalho, é capaz de revelar que tal aceitação é apenas aparente e que a luta não deixou de existir, apenas se faz em outros planos. E mais: que embora, todos estes atos de “dissimulação” não pareçam, à primeira vista, provocar transformações nas relações, tais práticas:

Informam que ali se encontram sujeitos humanos, que compartilhar a idéia de que por mais que “o barraco” e o “corte da cana” seja uma fase transitória de suas trajetórias, se desrespeitados de sua “razão”, de sua noção de justiça, eles reagem. (COVER, 2011, p. 148).

Embora tenham como lócus próprio os bastidores, há sempre a possibilidade de que essas formas cotidianas de resistência irrompam no palco, na cena pública, o que tem sido atestado pelos inúmeros episódios de greves, paralisações, acesso à justiça trabalhista, protagonizados pelos trabalhadores migrantes como resposta a um cotidiano de trabalho marcado pela exploração e que sinalizam para o fato de que a chama que alimenta a rebeldia, o sentimento de injustiça e de dignidade ferida, a capacidade de indignar-se com a própria exploração e com a do outro, continua presente e seus sinais, mesmo quando sutis, continuam marcando o cotidiano dos espaços de produção.

6.6. Quando o discurso oculto entra em cena

Para Scott (2000), o discurso oculto, a infrapolítica, não pode ser descolada da política, Assim, aquilo que cotidianamente ocorre nos bastidores da cena, isto é, o discurso oculto, composto por ditos e feitos, gestos e práticas, abarcando desde aquele sentimento da dignidade ferida, aquela insatisfação, aquele sentimento de estar sendo explorado ou lesado

em seus direitos, até um conjunto de táticas concretas e discretas visando minimizar a expropriação (absenteísmo, dissimulação, saques, incêndios etc.); pode vir à tona, aparecendo à luz do dia, assumindo as mais diversas formas de enfrentamento direto às condições de exploração. É o que acontece quando a paralisação ou a greve irrompe no próprio espaço dos canaviais, que são, dessa forma, apropriados e ressignificados pelos trabalhadores, passando a ser, além de lugar de produção, lócus de luta, mas é o que ocorre também quando o trabalhador não conseguindo mais calar a mágoa expressa, geralmente, mediante explosões de raiva seu descontentamento diante de situações nas quais se percebe explorado.

6.7. Enfrentando os fiscais

Há situações em que o confronto entre trabalhadores e fiscais pode sair do âmbito das palavras, são casos como o relato pelo senhor Dário (40 anos, trabalhador migrante oriundo de Tavares – PB):

O menino tava cortando cana, mandaram ele fazer de um jeito, e depois chegou um fiscal lá e falou que não era para ele fazer daquele jeito. O menino foi fazer. O primeiro fiscal chegou e disse que não era assim, aí começaram a discutir e eu sei que quando nós [os demais trabalhadores] demos fé, foi a chiringada do cabra correndo atrás do fiscal com o facão na mão. O fiscal, deitou dentro da cana, que chega estalava, **aí eu achei bonito.**

O ter achado bonito, significa que houve uma identificação e que mediante o ato do outro, as mágoas e ressentimentos dos demais trabalhadores foram como que vingados.

Os relatos dos trabalhadores-migrantes são ricos de episódios envolvendo conflitos entre trabalhadores e fiscais, assim é que Ilton, depois de fazer “serviço mal feito” e ser descoberto, mesmo tendo refeito o serviço conta que ao chegar ao ônibus, depois do trabalho, foi informado, pelo fiscal que no outro dia não precisa voltar ao trabalho, pois ter pegado três dias de gancho como sanção pelo fato de não ter seguido as normas da usina. Em suas palavras:

Quando foi a noite que eu entrei no ônibus, o fiscal disse: ‘Ilton, Martelo [o fiscal geral], mandou eu dá três dias de gancho em você’. Eu disse, ‘mas por quê?’. ‘Por causa dos tocos’ ele disse. ‘Você vai ficar em casa, amanhã e mais dois dias’. Eu me sentei, o ônibus começou a andar, **foi dando aquela coisa ruim no meu juízo**, aquela vontade de fazer o mal, aquele aperto, eu abri minha carteira, entreguei ao menino, dei um murro na cadeira da frente, que ia a moça da limpeza sentada, eu acho que pegou nas costas da coitada. Aí me levantei, fui para o meio do ônibus e gritei... Sei não, eu estava manifestado, eu tava com muita raiva...: ‘eu não vou ficar em casa nem um

dia, seus cornos safados, agora venham cá vocês dois, venham me enfrentar’. Martelo ficou com tanto medo que disse ‘ não, tira dois dias, fica só um’. Eu disse ‘eu não fico nenhum dia, amanhã eu tou aqui, agora se vocês forem homem me enfrentem’. Eu tava com muita raiva, não veio o primeiro. Martelo fez foi dizer, ‘tá bom, deixa isso pra lá’. Eu ainda hoje não sei como não quebrei a cara dele.

Outros trabalhadores, que moravam no mesmo barraco que Ilton, confirmaram a história e ele, então, me falou que a raiva maior foi porque dois meses antes havia levado um gancho, e tinha resolvido sair da Santa Isabel, então acertou com um rapaz, amigo seu, de outra usina, chegou a ir dá baixa [pedir demissão] da Santa Isabel, no entanto, ao chegar ao escritório, uma funcionária teria dito que ele não podia dá baixa sem levar as coisas da usina (facão, garrafão etc.) então ele voltou, “quando foi a noite” fala, “Martelo [o fiscal geral] veio aqui em casa, pediu até pelo amor de Deus para eu não dá baixa, prometeu que nunca mais aconteceria uma coisa dessas. Eu fui, fiquei, com dois meses depois, vem dá ganho no cabra”.

Pergunto por que Martelo não queria que ele saísse. Ele responde, usa os próprios argumentos de Martelo, “ele disse que eu animava a turma, que era eu que botava “os cabras” pra trabalhar”. “e bota mesmo” disse o Zé Luiz, um dos companheiros de trabalho que assistia a entrevista. Ilton diz que além de ir na frente, gosta de animar os cabras: cantar, contar piada, “animar, para ver se o tempo passa mais rápido”. Zé Luiz completa: “na roça é uns cantando, outros gritando, outros dizendo piada, *vai cusão!*, e assim o tempo passa”

São muitos os relatos de confusão entre os trabalhadores e fiscais, motivados por “serviços mal feitos”. Os trabalhadores reclamam que, muitas vezes, são tratados de forma desigual, que há trabalhadores para os quais o fiscal faz “vista grossa”, não se importando com a qualidade do serviço, conforme expressou João Paulo (23 anos, Migrante Cortador de cana-de-açúcar, Tavares.PB):

Os fiscais chatos. Na hora do meio dia, o sol queimando, juízo cozinhando e eles enchendo o saco: ‘Esse serviço tá mal feito’, ‘Olha o tamanho dos tocos’, eles querem que cortem certinho. Eu não deixava toco, mas eles chegam só para encher o saco, porque eles falam só pra encher o saco, porque tem gente que corta alto, deixa toco e eles [os fiscais] não falam, gostam dele [de alguns que deixam toco], aí não diz nada. Já tem gente que corta certo e eles chegam só para encher o saco.

Se a resistência em muitas situações é dissimulada, invisível, há situações e eventos em que os trabalhadores revidam, respondendo e mesmo ameaçando o fiscal, sobretudo, quando o fiscal chama a atenção do trabalhador de forma considerada “desrespeitosa”. Outros relatos de trabalhadores, a exemplo das falas de Atanásio e Ilton, transcritas acima, dão conta

de fiscais que saíram correndo no espaço dos canaviais, ameaçados que foram por trabalhadores de facão na mão. Tais narrativas costumam ser contadas de forma jocosa. É possível ver um misto de felicidade e prazer na face do narrador, o que expressa a sua admiração pelos autores de tais atitudes, o reconhecimento de que são ações de confronto aos personagens que estão em posição de dominação. O tom jocoso das narrativas, também, pode ser lido como uma demonstração da força dos trabalhadores e da fragilidade dos que estão em posição de poder.

Em visita à usina Santa Isabel, no ano de 2009, soube que os fiscais portavam um facão, questionados sobre a função dos mesmos nas mãos desses atores, ficamos sabendo que seu porte visa *mostrar* aos trabalhadores que o fiscal não está desarmado, objetivando, assim, intimidar e com isto coibir ações de confronto ou ameaça física na relação entre fiscais e trabalhadores cortadores de cana.

6.8. Paralisações e greves

No final da safra de 2008 a usina “Cerradinho”, localizada na região de Catanduva – interior de São Paulo, alegando problemas financeiros em virtude da crise econômica, avisou aos trabalhadores que o valor da rescisão do contrato e o Fundo de Garantia seriam pagos em quatro (04) parcelas. Naquele ano, Claudeci (24 anos, Tavares, Paraíba) era um dos trabalhadores-migrantes que havia sido contratado pela usina. Inconformados com a decisão da empresa, eles e outros companheiros decidiram paralisar as atividades e, dessa forma, forçar a usina a discutir a situação. A greve foi totalmente organizada a partir dos lugares de moradia – barracos – dos trabalhadores. Os encontros entre os trabalhadores ocorriam à noite, quando era planejado o horário no qual as turmas deveriam parar, bem como quem tomaria a palavra para falar com o fiscal e o encarregado geral. A paralisação durou três dias. Ao final, trabalhadores e empresa acordaram o recebimento do Fundo de Garantia em uma única parcela e a divisão do valor da rescisão em duas vezes.

A gente fez essa greve devido a divisão do fundo de garantia que eles queriam dividir, que não existe que isso já é depositado, eles já descontam, já depositam, isso de dividir não existe. Eles queriam dividir o acerto [rescisão] em quatro vezes, queriam dividir o décimo terceiro, ai tá bom, ai a gente pegou, se organizou e pegou se organizou e parou... Terminou pagando o fundo de garantia, o acerto de uma vez só, o acerto eles dividiram em dois, pagaram uma parte e outra parte com mês depois, recebemos a

primeira parcela e fomos receber a segunda, com um mês depois, já na Paraíba. A proposta antes da greve era dividir em quatro (Claudeci, 24 anos, trabalhador-migrante oriundo de Tavares – PB).

A maior parte das greves e paralisações está relacionada ao preço da cana pago pela usina, bem como a conflitos em torno da produtividade dos trabalhadores, trata-se assim da atualização da luta histórica dos trabalhadores pelo controle de sua produção.

Guanais (2010, p. 80) fazendo referência às reflexões de Marcelo Jorge de Paula Paixão (1994) chama a atenção para o fato de que até os anos de 1950, a atividade de colheita de cana “era paga pelo número de feixes de cana que cada trabalhador cortasse”. No entanto, ainda conforme Guanais, com o processo de modernização dos canaviais – anos de 1960 – o pagamento dos trabalhadores passou a ser realizado “por unidades de medidas lineares (metros ou braças), ou pelo peso (tonelada)”. Sendo que, é somente quando as usinas passam a pagar a cana cortada com base no peso (tonelada), que o controle da produção por parte dos trabalhadores torna-se complicado.

Mais adiante, Guanais (2010, p. 83) fundamentando-se em Alves (1991), realça que, somente o pagamento por metro asseguraria o controle da produção por parte dos trabalhadores; para os usineiros, “a melhor forma de remunerar os trabalhadores é pelo peso da cana cortada”, permitindo-lhe, assim, controlar o resultado do trabalho (Cf. ALVES, 1991).

A querela entre trabalhadores e patrões em torno do pagamento da cana cortada estende-se até o ano de 1985, quando os usineiros instituíram a forma de pagamento, atualmente em vigor, baseada na conversão da tonelada (peso da cana) em metros, “através de um sistema de amostragem do talhão, o qual era utilizado desde maio de 1984. Tal sistema ficou conhecido como *Campeão*” (GUANAIS, 2010, p. 84). Este sistema pode ser descrito da seguinte forma: logo no início do trabalho, os trabalhadores devem carregar um caminhão com cana cortada, para este fim, de três pontos diferentes do talhão. Esta cana seria medida em metros, e, dessa forma, os trabalhadores saberiam quantos metros de cana é necessário para encher um caminhão. Depois de carregado, o caminhão iria para a usina, onde a cana seria pesada e o peso convertido em metros. “A partir do valor da cana em tonelada, definido no acordo, seria obtido, por regra de três, o valor do metro de cana” (ALVES, 2007, p. 37).

Ainda de acordo com Guanais (2010), este sistema, *campeão*, estava em vigor desde Maio de 1984, sendo, em 1985, implementado para o conjunto das unidades produtivas do país, com exceção da usina Ester, que, como resultado de uma greve de trabalhadores,

ocorrida em 1998, “substituiu o *campeão*, por um sistema alternativo, o *Quadra-fechada*”, o qual funciona da seguinte forma:

Antes de iniciar o trabalho, a cana de uma quadra inteira (de um talhão inteiro) é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela. Depois disto, se inicia o trabalho e os trabalhadores passam a cortar toda a cana existente naquela quadra. Terminado o corte, toda cana cortada é colocada num caminhão e levada para a balança da usina. Depois de ser realizada a pesagem, encontra-se a quantidade de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra, através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra. Após encontrar a relação tonelada/metro (ou quilo/metro), insere-se nela o valor do preço da tonelada (o qual já foi definido no Acordo Coletivo de Trabalho), para se descobrir o preço do metro linear de cana (GUANAIS, 2010, p. 87)⁵¹.

Moraes e Ribeiro (2010, p. 5) lembram, no entanto, que “as canas não possuem o mesmo peso, nem se encontram da mesma forma no momento do corte. Há canas *deitadas*, *em pé*, *trançadas*, as quais exigem diferentes esforços dos trabalhadores”, dessa forma, o cálculo do preço da tonelada de cana é feito com base na qualidade da planta, que, conforme ALVES (2007, p.35): “depende de uma série de variáveis (variedade da cana, fertilidade do solo, sombreamento etc.)”. Sendo que, o valor da tonelada “é definido nos acordos trabalhistas, entre usinas e sindicatos” (ALVES, 2007, p. 35) e tende a variar entre as unidades produtivas.

Dessa forma, o fato das empresas pagarem o valor estipulado em convenção coletiva, isto é, de obedecerem à tabela, funciona como critério de justiça para o preço praticado, conforme especifica Eduardo [Fiscal de uma usina na região de Catanduva], “Eles [a usina] trabalham nesta tabela que se o cabra reclamar de preço, não tem como, teve caso da turma parar, aí chama o sindicato, o sindicato diz ‘pode parar [= voltar ao trabalho], tá certo o preço que tão pagando...”.

Assim, a legitimidade “oficial” ou não da paralisação, nesses casos, fica condicionada ao cumprimento ou não da tabela de preços, pela empresa canavieira, seja usina, seja fornecedor. Ocorre, no entanto, que os trabalhadores tendem a avaliar o preço da cana, a partir de outros critérios, como revela o trecho do relato de Claudeci, abaixo transcrito:

A gente recebe sempre à tarde, quando a gente recebe que não gosta do pagamento, a gente já sai no ônibus, a caminho de casa, já debatendo, isso aí, que ta ruim, tá difícil, é injusto **o tanto de cana que a gente ta cortando, o peso da cana** e não ta vindo nada de dinheiro. A gente falou, amanhã de

⁵¹ Para maiores informações sobre o sistema Quadra-fechada, remeto o leitor a dissertação de Juliana Guanais (2010)

manhã a gente não vai trabalhar não, enquanto o homem o responsável por isso, não aparecer para dá uma satisfação sobre o que está acontecendo.

Como se pode depreender do trecho acima, os trabalhadores tendem a avaliar se o preço pago pela usina é justo ou não, a partir da produção de cada um (quantidade de cana cortada) e do peso da cana. São estes os critérios utilizados para se avaliar a justeza ou não do pagamento e, portanto, do preço vigente. Esperam que o pagamento corresponda tanto à quantidade de cana cortada quanto ao peso da cana, pois, dessa forma, têm-se um equilíbrio nos vencimentos, que, o baixo preço da cana “boa” tende a ser compensado pela produtividade [quantidade de cana cortada], e, quando se trata de cana “ruim” [em geral mais pesada], a pouca produtividade será compensada pelo peso da cana (ver tabela 05). Estranham, pois, e se indignam quando os vencimentos atuais revelam uma diferença acentuada para baixo, em relação aos pagamentos anteriores.

Tabela 05 – Tipo de cana x produtividade

TIPO DE CANA	PESO	PRODUTIVIDADE
BOA	-	+
RUIM	+	-

Além disso, os trabalhadores tendem a invocar sua experiência de cortadores de cana, como argumento para o entendimento que alegam possuir sobre as distintas variedades de cana, como enfatiza este trabalhador: “Eu tenho oito anos cortando cana, já dá prá conhecer, a gente conhece quando a cana vale, quando é pesada e quando é maneira, e o preço é menor” (Pedro Rosário, 40 anos, trabalhador-migrante, paraibano).

Em conversa com Atanásio [trabalhador migrante oriundo de Tavares – PB], o mesmo me contou que na safra de 2009, os trabalhadores que viviam com ele, queriam fazer uma greve, por conta do preço de cana, ele disse, “olhe, não faça não, vocês sabem que eles pagam do jeito que querem e que nunca pagam o **preço justo**”. Pergunto o que é o preço justo, ele diz que é o “preço que a cana vale”, pergunto como ficam sabendo, responde: “Oh, Marcelo a gente corta cana um dia, por tanto [referência ao preço], aí no outro dia, depois, a gente vai cortar a mesma cana [referência a qualidade], ai a usina só quer pagar tanto [referência a um preço menor], tá errado”.

Além da experiência, os trabalhadores, também, afirmam serem informados sobre os preços pagos por outras usinas, como nos revela este trecho da entrevista com Rosenildo:

Marcelo – Como é que eles têm contato com as outras usinas?

Rosenildo – Porque quando é de noite chega um cara, porque naquelas cidades não só mora gente que trabalha numa usina só, tem muita gente que trabalha noutras usinas que moram na mesma cidade, que nem Novo Horizonte, tem Santa Isabel, tem a tal Santa Inês, São José, Colombo, Cerradinho, então tem esse pessoal que mora tudo em Novo Horizonte, trabalhando nessas usinas. Então se uma tiver pagando um preço um pouco mais cara, eles vão chegar nos outros peões: “Mas rapaz, eu tou trabalhando na Cerradinho, o preço de cana lá, tá a vinte centavos”. Aí o outro pião “Mas, rapaz, como é, se onde eu tô trabalhando, só tá pagando de quinze?”. “Ah, não, isso aí tá errado”.

Essa percepção de que a empresa não está pagando um preço justo, pode ganhar densidade, gerando sentimentos de indignação, como nos revela a fala de Pedro Roseiro:

Aqui é difícil, aqui não é fácil, foi a safra pior que eu já tirei aqui no Estado de São Paulo, porque é um tipo de fornecedor que não está dando assistência nenhuma, só a pessoa raciocinar o que o empregado está passando, porque nós trabalha em quarenta e cinco pessoas e eu tou achando que não tem dez satisfeita, só tem os coitados dos paulistas, porque não tem para onde ir, então eles ficam acuado, são uns seis paulistas, o resto tudo reclama.

Os trabalhadores migrantes tendem, pois, a partilharem entre si os sentimentos de indignação, a conversarem sobre a percepção de estarem sendo “lesados/roubados” pelas empresas, este sentimento intersubjetivamente vivido, pode dar vazão à ações, dentre as quais a paralisação ou greve, como nos revela a fala de Rosenildo:

Então, sabendo que em outra usina, o preço da cana está sendo pago num valor mais alto, os trabalhadores começam a se organizar. Geralmente, um deles toma a dianteira e puxa o movimento, será o líder. Planejado o início da greve, quando as turmas chegam nos canaviais, os chefes da greve já pegam cada um, um facão, vão para as portas dos ônibus e diz: ‘Olhem, hoje aqui ninguém trabalha se não aumentarem o preço das canas, quem inventar de cortar cana vai apanhar’ Daí o pessoal se reúne, daí a pouco vem a polícia, o sindicato, o chefe da usina, o gerente...

Sobre o uso dos podões durante as paralisações, os trabalhadores tendem a enfatizar que tal uso tem a função de amedrontar o pessoal da usina, como nos informa Danilo:

Nós participamos armados, mas nós não agredimos ninguém, nós trabalhava como meio de se defender deles... No caso nós estamos ali só pra assustar eles, nós não vamos fazer nada com eles, até a policia ta de acordo com nós, até a policia ajudou nós nessa greve.

Geralmente, a polícia é convocada pelos patrões visando intimidar os trabalhadores, no entanto, o fato da instituição não se meter diretamente nos conflitos, mas, permanecer impassíveis nos locais de paralisação, é interpretado, pelos trabalhadores como sinal de que os policiais estão de seu lado. Com efeito, segundo informações dos próprios trabalhadores, a polícia, quando acionada, tende a não interferir no movimento dos trabalhadores, como relata Claudeci:

Eles [os policiais] não se metem não. A não ser que o cabra faça bagunça, tipo assim, meter uma cana em algum carro da usina, ou num fiscal ou mesmo em outro trabalhador. Eles dizem que nós podemos fazer greve, mas não podemos quebrar nada, porque se não a gente perde nossos direitos... Na greve que fizemos, como paramos o carregamento de cana, e era uma empresa terceirizada [que fazia o carregamento] foi ela que chamou os polícias para fazerem o Boletim de Ocorrência, para não terem prejuízo, eles tinham que provar que estavam trabalhando e que não foi por vontade deles que pararam o carregamento, então mandaram fazer o boletim.

A paralisação pode durar apenas uma parte do dia ou se estender por mais de um dia, caso em que os trabalhadores denominam de “greve”. Alguns relatos apontam para a paralisação não apenas da atividade da colheita, mas, também, do carregamento de cana, com os trabalhadores fechando as vias de tráfego para os caminhões. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 2008, na usina Cerradinho, durante a greve organizada por Claudeci e outros trabalhadores.

Em 2010, tomei conhecimento de uma greve ocorrida na usina Santa Isabel, região de Novo Horizonte (SP) e na qual os trabalhadores, liderados por uma turma composta em sua maioria por pernambucanos, também pararam o carregamento e fecharam a estrada, conforme relatou um dos gerentes de Recursos Humanos da empresa: “eles [os trabalhadores] impediram o carregamento, fecharam a entrada, impediram a entrada de cana na usina”. Este ato foi julgado pelo gerente, que então nos falava, como algo ilegal, em suas palavras: “Eles [os trabalhadores] podem fazer greve, agora, por exemplo, se o motorista quer fazer greve, ele tem que fazer no setor dele, motorista, ele não vai lá impedir o cortador de cana, assim como o cortador de cana, ele não pode impedir o motorista...”. Todavia, claro está que não é o motorista que sai prejudicado, ao contrário, como as palavras do gerente deixam entrever, o carregamento é um setor de estrangulamento, pois uma vez que os caminhões continuem carregando cana para as usinas, a produção não para. Assim, que sempre tem cana cortada, a paralisação dos trabalhadores da colheita não afeta muito a produção, desde que não se estenda por muitos dias, nem afete os outros setores.

Outra reclamação do gerente está relacionada ao fato dos trabalhadores *não saberem fazer greve*, sobre isso, suas palavras são esclarecedoras:

Eles não sabem fazer. Eles têm o direito de greve, a gente tem conversado com eles ‘quando for fazer greve, comunique ao sindicato, para não ter esse problema, o sindicato vem conversa, dá um prazo de setenta e duas horas, terminou os setentas e duas horas, a gente pode rever o que pode ser melhorado’.

Embora façam, *os trabalhadores não fazem direito*, não fazem direito porque não têm o direito de fazer sozinhos, precisam da tutela de seus “representantes”, o sindicato. Ocorre que para os trabalhadores, o sindicato não tem legitimidade para lhes representar, pois na prática, tem optado por defender os interesses do patrão, como esclarece os seguintes trechos das falas dos trabalhadores:

Porque a gente paga todo mês uma taxa pro sindicato quase vinte reais, e no final de contas você não vê, nunca vi sindicato na minha frente, só vejo sendo descontado. (Claudeci, trabalhador-migrante oriundo do Município de Tavares – PB).

Só que o sindicato daqui tem um problema, nós não pode comunicar [a greve] a este sindicato daqui, porque eles não resolvem nada, tem que ir diretamente para o Ministério Público (Pedro Roseiro trabalhador-migrante oriundo do Município de Tavares – PB).

Os migrantes tecem representações diferentes sobre o sindicato, as quais estão ancoradas na atuação dessas entidades, isto é, dependendo da região e da atuação do sindicato local tecem-se representações positivas ou negativas sobre o mesmo. Para uma grande maioria dos entrevistados, os sindicatos não atuam, seus líderes são alheios aos problemas vivenciados por esses trabalhadores. Há, porém, municípios onde os sindicatos são mais atuantes em relação às demandas dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar. Nestes, geralmente, o presidente se faz mais presente no cotidiano dos cortadores que sentem seu apoio. Muitas vezes, trabalhadores de outros municípios solicitam a ajuda desses representantes em detrimento mesmo dos representantes do sindicato local. O sindicato de Cosmópolis e de Catanduva são citados pelos trabalhadores como os mais atuantes. Em termos de liderança é conhecida e reconhecida pelos trabalhadores a atuação de Carlita (Cosmópolis).

Há, por outro lado, uma dificuldade por parte dos sindicatos em reunir esses trabalhadores e envolvê-los no processo de tomada de decisões. Se para alguns, a sorte é o sindicato, para outros, a exemplo de **Valdecir** (42 anos, município de Tavares, pequeno

agricultor, pai de três filhos, migrante cortador de cana-de-açúcar)⁵², “O sindicato não visita, não. Tem que ser um sindicato de fora, de Catanduva, e qualquer coisa o pessoal fala logo: ‘se não achar bom, peça a conta’”.

Ao não reconhecerem a **legitimidade da instituição sindical**, os trabalhadores, diante das péssimas condições de trabalho e da exploração a que estão sujeitos, passam a contar com sua própria capacidade de enfrentamento, tornando-se protagonistas de ações espontâneas, isto é, ações não tuteladas por “suas entidades representativas”, a exemplo do sindicato e cujo modelo, como vem apontando Cândido e Malagodi (2010) vêm demonstrando que:

Para desencadear um processo de luta de classes não é suficiente que exista uma instituição representativa, mas que as circunstâncias políticas, econômicas e morais estejam postas, ou seja, o sindicato combativo pode contribuir para a luta, entretanto não determina a existência da luta (CÂNDIDO; MALAGODI, 2010, p. 13).

Interessante registrar, com base nos relatos dos próprios trabalhadores, acima transcritos, que paralisações e greves sinalizam para a passagem do discurso oculto para o público. Estou aqui fazendo referência à relação entre política e infrapolítica, ou entre as formas cotidianas e macros de resistência, tal como entendida por Scott, para quem, seja por medo, por prudência, ou, ainda, como forma de conseguir favores, os trabalhadores tendem publicamente a agir conforme as expectativas dos fiscais e outros funcionários da usina, a fazer o jogo do outro. Essa maneira de agir publicamente, isto é, nas interações face a face, com os intermediários dos patrões, Scott denomina “discurso público”. Assim: o mais provável é que qualquer análise baseada exclusivamente no discurso público chegue à conclusão de que os grupos subordinados aceitam os termos de sua subordinação e participam, voluntariamente, e com entusiasmo da mesma. (SCOTT, 2000, p. 27).

O autor em tela nos convida a olhar para além da cena, enfocando não apenas o explícito, mas igualmente o implícito, não apenas o discurso público, mas também aquilo que os atores fazem e dizem fora e longe do palco e dos olhos do poder. É ao conjunto dos ditos e feitos realizados nos bastidores, que Scott (2000) nomeia de Discurso Oculto. Em suas palavras: “cada grupo subordinado produz, a partir de seu sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica ao poder feita às costas/às escondidas do dominador” (Scott, 2000: p. 21). Tal discurso pode se manifestar tanto de forma indireta, por meio de reclamações sobre o pagamento, de expressões da injustiça sofrida, xingamento dos fiscais etc., quanto de forma indireta, através de paródias, canções etc. Assim, durante a safra de 2008, quando residi com

⁵² Entrevista realizada no dia 16 de Setembro de 2007 no município de Novo Horizonte – SP.

os trabalhadores-migrantes paraibanos no município de Sales, interior de São Paulo, era comum escutá-los cantando, contando e recontando a lenda do menino do pastorinho, segundo a qual:

No tempo da escravidão, havia um fazendeiro que maltratava negros e peões. Um certo dia ele mandou um menino negro pastorear cavalos e potros recém-comprados. No final da tarde, quando o menino voltou sem um dos cavalos o fazendeiro o castigou com chicotadas. Aflito, o menino foi a procura do animal. De volta à fazenda sem o cavalo, foi castigado novamente, dessa vez amarrado nu sobre um formigueiro. No dia seguinte o menino estava lá, de pé, sem nenhuma marca das chicotadas ou mesmo picadas de formigas. Ao lado dele a Virgem Nossa Senhora e mais adiante o cavalo desaparecido. O fazendeiro se jogou no chão pedindo perdão e o negrinho nada respondeu. Apenas beijou a mão da Santa, montou no cavalo e partiu.

Por se constituir como um depositário de feitos e ditos que não podem vir à luz do dia, sem abalar as estruturas do poder, que representa um confronto com o que se passa na cena, é que o discurso oculto possui e requer um espaço público e um conjunto de atores específicos. Segundo Scott (2000 p. 149) “os espaços sociais do discurso oculto são aqueles lugares onde não é necessário calar as súplicas, reprimir a cólera, morder a língua; onde, fora das relações de dominação, se pode falar abertamente com veemência todas as palavras”. Para isso são necessárias duas condições, sendo a primeira, a existência de um lugar separado, longe da cena e da vigilância do poder e, a segunda, a existência de confidentes que compartilhem a mesma experiência de exploração.

Foi assim que em 2009, tomei conhecimento de um grupo de trabalhadores-migrantes que trabalhavam para um fornecedor de cana na região de Novo Horizonte, interior de São Paulo. O grupo, constituído por cerca de oito trabalhadores, todos eles oriundo da região de Princesa Isabel, na Paraíba, estava insatisfeito com o preço da cana pago pela empresa. Na ocasião, planejavam uma paralisação e, com este objetivo, se reuniam todas as noites no *barraco*⁵³ de um deles. De acordo com o líder do grupo, o motivo da indignação era o preço da cana, conforme trecho de sua entrevista:

O que tá acontecendo é por causa de, a gente sabe estamos sendo lesados, e a gente tá vendo na própria cara, nós fizemos um pequeno movimento, paremos a turma completa, o prazo que nós demos pra eles [usina], ta quase se vencendo...

⁵³ O termo refere-se aos locais de moradia dos trabalhadores-migrantes durante o tempo da safra.

Marcelo – Lesados em que sentido?

Em preço de cana, cana boa de cortar ta pagando a R\$ 0,14 (quatorze centavos), sendo que era pra pagar a vinte, vinte e dois... Cana ruim ta pagando a vinte e sete, sendo que era pra pagar trinta e dois a quarenta, a média é o que os outros pagam... (Pedro Roseiro, Paraibano).

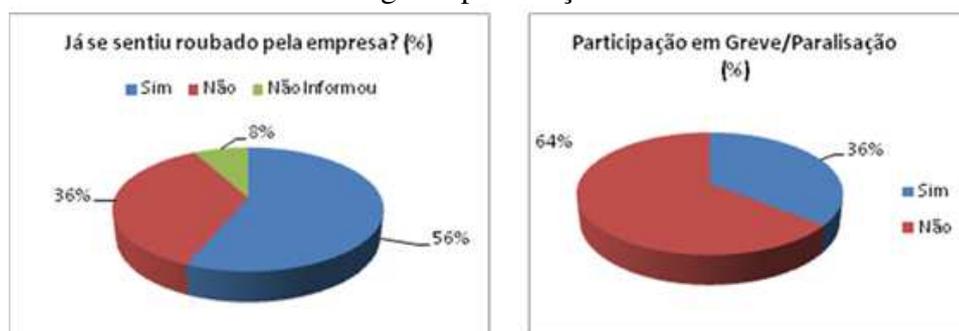
Buscando fugir de possíveis *delatores*, o grupo lançava mão de vários mecanismos de solidariedade e seletividade, expresso na escolha dos locais das reuniões, na seleção criteriosa de quem seria convidado e com quem poderiam contar. Nesse sentido, é revelador o seguinte trecho da fala de Pedro Roseiro:

Nós combina antes de pegar no serviço, a gente combina na roça, vai para um cantinho e vamos combinar, longe do fiscal, até porque se ele descobrir ele já liga pra o patrão, Lá tem uma mulher e quatro pessoas que nós não podemos confiar hora nenhuma, no meu barraco mesmo tem coisas que nós não podemos conversar, porque se é de dizer aqui, para eles [os fiscais] não ouvir, se disser perto dessas pessoas é melhor dizer logo diretamente ao fiscal que já vai encaminhado, que quem vai levar sempre aumenta.

Pelo exposto, podemos perceber que as ações espontâneas dos trabalhadores não são desprovidas de organização/planejamento. Ao contrário, os trabalhadores tendem a planejar sua ação, este planejamento não ocorre à luz do dia, mas num espaço separado, forjado como espaço de liberdade, longe da cena e da vigilância do poder. Espaço social, mais que geográfico, sinalizando para táticas de apropriação e resignificação do espaço do “outro”; espaço criado continuamente mediante táticas seletivas e de monitoramento da interação.

Questionados sobre a percepção do roubo, a maior parte dos trabalhadores entrevistados responderam afirmativamente (Gráfico 17). No entanto, apenas uma minoria diz ter participado de alguma greve/paralisação (Gráfico 18).

Gráfico 17 – Percepção do “roubo” por parte dos trabalhadores/ Gráfico 18 – Participação em greve/paralisações



Fonte: Pesquisa do autor

Menezes (2002, p. 192) chama a atenção para o fato de que os indivíduos tendem a combinar “as alternativas de que dispõem, com seus interesses individuais e circunstâncias especiais, num dado momento de sua trajetória”. Dessa forma, os dados do gráfico 19, sugerem que, embora o percentual dos que afirmam nunca terem participado de greve e paralisações seja maior do que os que afirmam o contrário, quando comparados com os mais velhos, os jovens que dizem terem participado de greve e paralisações é maior (38%) do que os trabalhadores mais velhos (25%). O que pode ser explicado pelo maior número dos trabalhadores jovens.



Fonte: Pesquisa do autor

Mas não é só isso, mesmo entre os mais jovens, a participação em paralisações e greves pode ser um instrumento utilizado para conseguir fins outros, além do objetivo direto, como por exemplo, voltar para casa antes do final da safra, quando, todavia, se trabalhou o tempo demandado para se requerer o seguro-desemprego. Nesse sentido, são reveladoras as palavras do senhor Sitônio (41 anos, oriundo do Município de Manaíra, Paraíba):

Pra falar a verdade, em greve eu não entro mais não, já fui embora uma vez por causa de greve, me arrependi. Eu não enfrentei, os cabras se reuniram lá, ai eu já estava com sete meses de trabalho, la em Mato Grosso, porque foi em Mato Grosso, ai eu fui saber com os chefe do ministério do trabalho, se eu tinha direito ao seguro, ai ele disse que eu tinha, ai eu disse pois eu vou pegar descendo.

O que também é confirmado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Novo Horizonte, São Paulo:

Quando tem greve, o Sindicato é convocado, pelas usinas, mas, quando a gente chega lá, percebe que, muitas vezes, os trabalhadores querem ir embora, mas não querem ir de mão abanando, não querem abandonar o emprego, então eles são espertos, inventa a greve, pega alguma coisa pra reclamar, que sempre tem, e pronto, sempre conseguem alguma coisa.

E, em 2009, acompanhando o planejamento de uma greve, pelo grupo liderado por Pedro Roseiro, pude notar a preocupação deste para conter os ânimos dos trabalhadores, evitando, assim, que os mesmos iniciassem algum movimento [paralisação ou greve] antes de completarem quatro meses de trabalho, em suas palavras:

Agora é o seguinte, nós temos que ter calma, não adianta nós passar o presente das mãos, se nós for mandado com setenta e cinco dias nós não pega o seguro, não adiante, tem que esperar três meses e um dia, três meses significa o quê? Dia vinte e nove... Dia vinte e nove desse mês [Julho], quando for dia primeiro em diante, nós pode resolver, agora o que foi que aconteceu comigo o ano passado, por causa de um dia, eu me avexei, perdi o seguro.

Pelas falas acima transcritas, podemos perceber que os trabalhadores que se envolvem em paralisações e greves esperam e contam com represálias por parte das empresas, sendo a mais comum, a demissão. Assim, grande parte dos trabalhadores migrantes diz não participar nem se envolver com esta forma de ação coletiva, como revela esse trecho de uma entrevista com Pedro Gomes (Trabalhador-migrante, oriundo de Santa Cruz da Baixa Verde).

Marcelo: E greve, participou de alguma greve?

Pedro Gomes: Greve... Se o cara participar de uma greve lá, eles mandam. Teve uns caras lá que inventaram, mas eles mandam só quem tiver inventado, os outros eles não mandam não.

Marcelo: E você, já inventou alguma vez?

Pedro Gomes: Eu nunca inventei não.

(Pai que está ao lado): Meu filho não inventa isso não.

Marcelo: Você inventaria?

Pedro Gomes: Eu não, Deus me livre.

Marcelo: Por que não?

Pedro Gomes: Porque não vale a pena não, o cara passar, ir pra lá e trabalhar três meses, inventar uma greve, não vale a pena não... Ai, às vezes o cabra quer entrar noutro canto e não pode entrar... Teve uma vez que os caras lá inventaram greve, eu fiquei trabalhando. Os que inventaram foi quem foi mandando...

Além da demissão, muitos trabalhadores têm o nome inscrito nas listas negras pela participação em paralisações e greves. No início de 2010, tive acesso a uma lista negra elaborada por uma usina localizada na região de Novo Horizonte (SP), dentre os itens pelos quais os trabalhadores tiveram seu nome incluído na lista, destacam-se os seguintes: agitador,

desobediente, bagunceiro, falta muito, difama e bagunceiro e agitador. Em conversa com o arregimentador fui informado de que “bagunceiros” são os trabalhadores que se metem em “bagunça”, tais como greves e paralisações; o “bagunceiro e agitador” é o trabalhador que não apenas se envolve em greves e paralisações, mas “agita a turma”, promovendo a participação de outros trabalhadores.

Há, portanto, um esforço, por parte das empresas para desvirtuar a atuação dos trabalhadores, sobretudo se tal atuação traz em seu bojo o questionamento da realidade social em sua aparência idealizada. Como resultado, há esse trabalho de estigmatização ou diabolização do outro levado a cabo pelas empresas, e através do qual os trabalhadores são apresentados como bagunceiros, criminosos e delinquentes. Por esse expediente, as empresas buscam desviar a atenção das demandas políticas dos grupos estigmatizados.

Socializados no seio de uma família camponesa, muitos trabalhadores são orientados, pelos próprios pais, a não se meterem em *bagunça*, assim é que durante a entrevista de Pedro, seu pai, que permaneceu ao lado do rapaz durante o transcorrer da gravação, fazia questão de frisar que “não quer o filho se metendo em *bagunça*”, o termo *bagunça* sendo utilizado para referir-se às greves e paralisações.

Muitos trabalhadores preferem, também, retornar para o mesmo município de destino, em safras posteriores, sobretudo, pelos laços firmados com setores específicos da população local (dono de mercados, farmácias, mulheres etc.), dessa forma, tentam não se “queimar” com determinada empresa, facilitando assim, o retorno para o mesmo lugar. Essa busca de não se queimar, por parte dos trabalhadores, pode estar relacionada também a um interesse de permanecer mais tempo na safra vigente, seja por não ter direito ao seguro desemprego, naquele ano; seja por não ter outras opções no lugar de destino ou de origem. Em nenhum desses casos, no entanto, o trabalhador-migrante revela um desconhecimento sobre as condições de exploração e injustiça a que está sujeito, no entanto, em todos esses casos, a tendência é a utilização de outras formas de resistência. É, ainda, Atanásio [trabalhador-migrante oriundo de Tavares- PB] que diz:

Não adianta fazer greve porque quem se prejudica é a gente, a não ser que o preço tivesse muito ruim... Tem outras maneiras da gente conseguir as coisas: você ajeita um fiscal aqui, ajeita outro ali, vai fazendo o que eles pedem, aí de repente um ajeita um eito pra você, faz vista grossa para um serviço seu...

Assim, sugiro que entendamos a fala acima a partir do contexto [*se o preço tivesse muito ruim*], bem como dos interesses individuais em jogo, uma vez que este mesmo

trabalhador, em outro contexto ou com base em outros interesses pode vir a protagonizar uma ação grevista.

6.9. A busca do direito na justiça

Muitos trabalhadores, quando retornam aos municípios da Paraíba e de Pernambuco, resolvem buscar a justiça do trabalho, abrindo processo contra usinas nas quais trabalharam. Assim foi que, em 2009, Fábio (24 anos, Santa Cruz da Baixa Verde – PE) tendo liderado uma greve na usina Santa Isabel, foi mandado embora (despedido) juntamente com toda a turma. Ao retornarem para Santa Cruz da Baixa Verde buscaram a justiça do trabalho, em Serra Talhada (PE), onde deram entrada num processo trabalhista contra a usina na qual trabalharam. No momento da entrevista fazia pouco tempo que a ação [trabalhista] tinha sido julgada procedente e a usina obrigada a pagar várias obrigações financeiras devidas aos trabalhadores, tais como décimo terceiro e férias proporcionais, dias trabalhados e não pagos etc.

Nas linhas que se seguem, tentarei analisar a Judicialização de ações trabalhistas por parte dos trabalhadores aqui focalizados, tendo como alvo as empresas do setor canavieiro, que figuram como reclamadas. Tomarei como material os processos trabalhistas julgados ou em tramitação na vara do trabalho de Serra Talhada – PE, a qual está inserida na 6º Região a Justiça do Trabalho.

O pressuposto é que o ajuizamento de ações trabalhistas, pelos trabalhadores-migrantes, expressa a resistência desses sujeitos, em sua busca de resgate dos direitos que “se pretendem violados” durante o período de trabalho. Nesse sentido, a imagem de um trabalhador fazendo “as malas” e retornando para os pequenos municípios dos Estados da Paraíba ou de Pernambuco, muitas vezes, como resultado de uma dispensa do trabalho após a deflagração de uma greve, não significa o fim da história, uma vez que ao chegarem nessas localidades o embate iniciado nos espaços dos canaviais, pode ser continuado por outras vias, a da justiça. Dessa forma, creio, vale a pena se debruçar sobre essas ações buscando explicitar seus conteúdos, mas visando, igualmente, compreender como esses sujeitos vêm se colocando no campo jurídico, haja vista que o mesmo é constituído por um conjunto de regras cujo reconhecimento torna-se vital para o sucesso dos agentes. Com efeito, conforme sinaliza Bourdieu:

As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto de funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência... e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, desse modo, o universo das soluções propriamente jurídicas (BOURDIEU, 1989, p. 211).

Bourdieu propõe que não tomemos o direito nem como um sistema autônomo, “cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua ‘dinâmica interna’”, nem como um sistema em que se expressariam, de forma mecânica, as relações econômicas. Buscando fugir de ambas as visões o autor propõe, como enfatizado, pensar o direito como um campo duplamente determinado, em primeiro lugar pelas relações de força específicas, que lhes confere sua estrutura e que orienta os conflitos de competência em torno da interpretação “correta” da lei; e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que a cada momento determinam o espaço de possível. (BOURDIEU, 1989, p. 209-211).

Ora, as relações de força presentes no campo jurídico estão relacionadas à concorrência pelo monopólio de “dizer” o direito, a partir da interpretação de um *corpus* de texto que “consagram a visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.212). No entanto, a interpretação não se faz num espaço totalmente aberto, uma vez que o texto jurídico, embora não delimite totalmente, também não autoriza toda e qualquer interpretação. Mas, ao não delimitar o *corpus jurídico* termina por acolher uma diversidade, mesmo que finita de interpretações, sendo que o próprio campo se encarrega de limitar e resolver os conflitos de interpretação mediante “um corpo fortemente integrado de instâncias hierárquicas” (BOURDIEU, 1989, p. 214). Citando literalmente o autor:

Com efeito, o conteúdo prático da lei que se revela no veredicto é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competência técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios e recursos jurídicos disponíveis, pela exploração das “regras possíveis”, e de os utilizar eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa (BOURDIEU, 1989, p. 224).

A referência à luta simbólica entre profissionais revestidos de competência técnica e social para dizerem o direito, nos afasta de uma visão neutra dos veredictos da justiça, haja vista que o veredicto será resultado, como afirmado por Reale, do encontro entre norma, fato e valores e que estes últimos sinalizam para a posição que o interprete assume no interior do campo que, por sua vez, é análoga a sua posição na estrutura social. Ou seja, como a norma faz referência a um fato, e como não existem dois fatos idênticos, a aplicação da norma

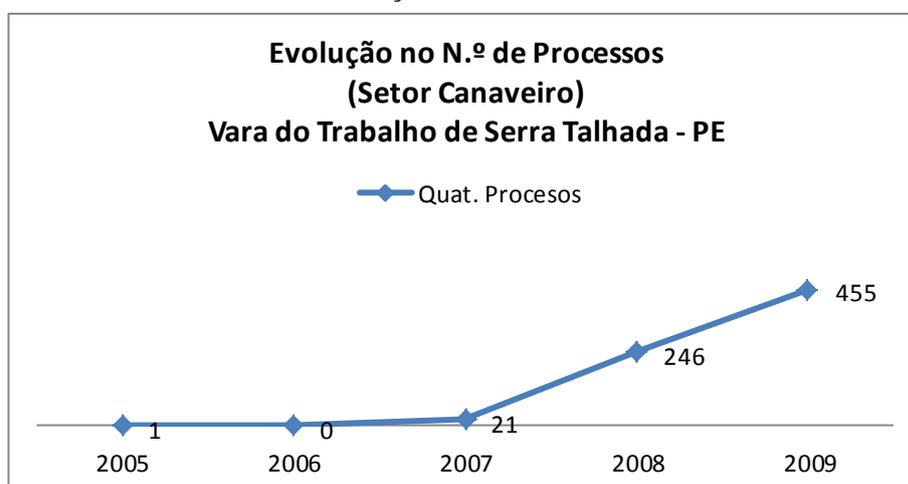
demanda que a mesma seja interpretada, visando adaptá-la ao caso concreto, fazendo surgir assim, um espaço para o arbítrio do interprete, que tende a interpretar o fato e a norma a partir de seus esquemas de percepção e de ação, em outras palavras, de seu habitus profissional que guarda a homologia com o sua posição no campo social mais amplo⁵⁴.

Segundo Bourdieu, o que está em jogo no campo jurídico é a luta pelo direito de dizer o direito, isto é, a ordem boa e justa. Em outras palavras, os conflitos são orientados pela busca do monopólio da produção da visão do mundo social, no caso em questão, a luta pela produção da “verdade” acerca do trabalho no universo dos canaviais.

6.9.1. A evolução das ações trabalhistas envolvendo o setor canaveiro

Acompanhando a evolução dos processos trabalhistas nos quais as empresas do setor canaveiro figuram na qualidade de **reclamadas**, nota-se um aumento no número desses processos, sobretudo a partir do ano de 2007, quando a vara do trabalho de Serra de Talhada (PE) registrou a entrada de vinte e um processos trabalhista envolvendo empresas do setor canaveiro.

Gráfico 20 – Evolução dos Processos Trabalhistas



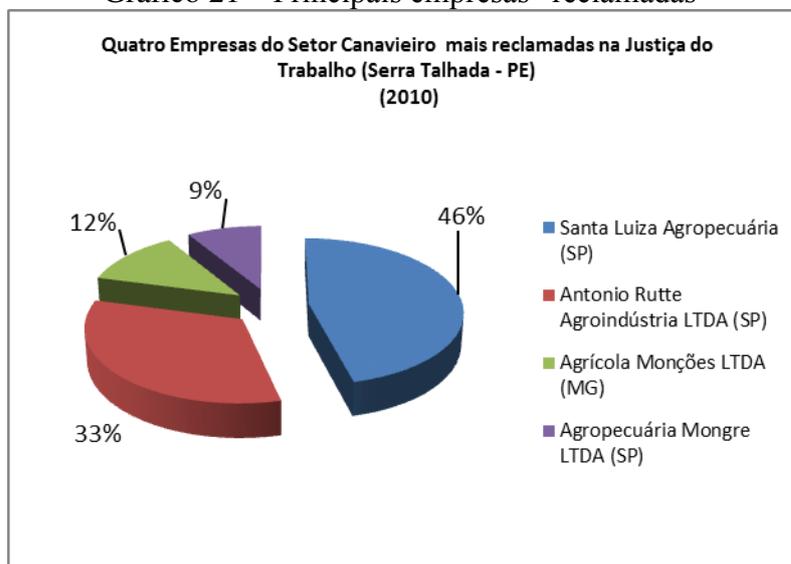
Fonte: Pesquisa do autor

Em 2009, os processos envolvendo empresas do setor canaveiro, na vara de trabalho de Serra Talhada representaram 33% do total de processos julgados por aquela instância. O próximo gráfico apresenta as quatro empresas, do setor canaveiro, que tiveram mais reclamações junto a justiça do trabalho, durante o ano de 2010. Como podemos perceber, em

⁵⁴ A esse respeito é interessante a menção ao fato de que Gomes e Persanha realçam que a profissão de juiz do trabalho ainda é permeável aos estratos menos privilegiado da sociedade .

primeiro lugar, registra-se a empresa Santa Luiza Agropecuária, pertencente ao grupo Santa Isabel, localizada na região de Novo Horizonte, interior de São Paulo; seguida pela empresa Antônio Rute Agropecuária LTDA, também localizada em São Paulo. O fato da “Santa Luiza” figurar como primeira na referida lista tem relações com o fato de ser esta a empresa que, que mais tem contratado trabalhadores nas regiões foco desta pesquisa.

Gráfico 21 – Principais empresas “reclamadas”



Fonte: Pesquisa do autor

Para Saulo Augusto, juiz de direito do trabalho de Serra Talhada, o fato das ações trabalhistas envolvendo o setor canavieiro só começarem a aparecer, na referida vara, a partir da segunda metade da década de 2000, está ligado a uma mudança na jurisprudência, haja vista que “o art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vai dizer que o local do ajuizamento das ações trabalhistas é o local da prestação do serviço, ou seja, se você presta serviço no Rio Grande do Sul, tem que demandar no Rio Grande do Sul”. Nesse sentido, para o informante, o fato de trabalhar na região Sudeste e/ou Centro Oeste do país, tornava impossível para esses trabalhadores ajuizarem ações na vara de Serra Talhada, por conta do referido instituto jurídico.

Segundo o professor de Direito, Magno Leite, não é que a jurisprudência tenha mudado, mas sim, o posicionamento dos magistrados frente ao instituto jurídico. Para o

professor, o direito do trabalho é regido pelo princípio de defesa da parte hipossuficiente, no caso em questão, do trabalhador.

Além disso há que se levar em conta igualmente que toda relação contratual antes de se consolidar (via efetivação do contrato em si), passa pela fase da “policitação” (isto é, o período em que a proposta de contrato ainda não assinada, mas no qual já foi criada, para o empregado, a expectativa do emprego e, portanto, de direito. Dessa forma, mesmo o contrato de trabalho tendo sido assinado em São Paulo e a prestação de serviço tenha se dado nesse mesmo lugar, a constituição do contrato se fez no local de origem dos trabalhadores-migrantes (isto é, os municípios da região de Princesa Isabel, na Paraíba e de Serra Talhada, em Pernambuco), o que traz obrigação para o proponente e garante ao trabalhador o direito de acionar a justiça tanto no lugar onde prestou o serviço quanto no lugar onde o contrato foi constituído.

Ainda segundo o professor Magno Leite, o fato das empresas canaveiras enviarem funcionários, ou prepostos, para contratarem trabalhadores significa que tais prepostos falam e agem em nome da empresa, assim sendo, o foro do contrato é o local onde o mesmo foi discutido e não, necessariamente, o lugar onde a usina está localizada.

Essa idéia de que os magistrados passaram a se posicionar diferente frente ao instituto jurídico também transparece nas palavras do Dr. Saulo, juiz de direito da comarca de Serra Talhada – PE, para quem, foi tomando contato com a realidade do trabalho, mediante depoimentos dos próprios trabalhadores, que os juízes foram se sensibilizando. Em suas próprias palavras:

Então essas pessoas começaram a contar na justiça o que estava acontecendo [o fato delas serem contratadas nos municípios da Paraíba e de Pernambuco, para trabalharem na lavoura de cana-de-açúcar nas regiões Sudeste e Centro Oeste do país] e alguns magistrados foram dizendo: “Espera aí, eu tenho uma diferença de fato. A lei não pode ser tão cruel, ela não pode ser interpretada dessa forma, visto que esse contrato nasceu em Serra Talhada – PE”. Porque as pessoas saem daqui de Princesa Isabel – PB, que são as cidades onde as empresas canaveiras arrematam trabalhadores para São Paulo. Ontem eu comecei a contar, vão vinte e quatro ônibus, eles vão levar mil e cem trabalhadores [informação repassada durante audiência realizada no dia anterior, pelo preposto da usina Santa Isabel], então esse contrato [referência ao contrato de trabalho] já nasceu aqui, pois o contrato é uma realidade, ele não precisa ser escrito para existir contrato, esse contrato existe antes da escrita, esse contrato é um pacto, é um acordo entre as partes, então a jurisprudência mais moderna, mais progressista, ela foi mais sensível a esta realidade... A prestação de serviços é em São Paulo, mas a prestação ocorre aqui [referência à região de Serra Talhada – PE], então aqui é igualmente competente e se não for dessa forma, pode dizer adeus a expectativa de essas pessoas discutirem seus direitos.

A maior parte das ações que chegam a justiça do trabalho traz, na petição inicial, as seguintes reclamações: horas *in itinere*; danos morais, verbas rescisórias não pagas, as quais estão relacionadas sobretudo aos casos de “abandono do trabalho”. Vejamos algumas dessas petições:

Processo N.º 709/09-0 (Jul. 2009): Horas extras e de repouso de todo o período trabalhado, 13] salário proporcional e férias proporcional acrescida de um terço, FGTS + 40%, aviso prévio, multa do Art. 477 da CLT, horas *in itinere*, conforme Art. 59 - CLT, honorários advocatícios (20%), juros e correção monetária, pagamento dos dias não recebidos, indenização por danos materiais e morais, indenização relativa a seguro desemprego, por ser o trabalho comparado a trabalho escravo

Processo N.º 00779/09-9 (Julho de 2009): Aviso Prévio; Diferença no 13º salário proporcional (03/12); Diferença das férias proporcionais +1/3 proporcional (3/12); Diferença do FGTS+40%; Multa por art. 477, parag. 8º; Indenização referente ao termino do contrato; Horas extras para almoço e descanso, horas *in itinere*, indenização por danos morais e materiais no valor de 100 salários mínimos.

Processo N.º 0040-94/10 (Janeiro de 2010): Aviso prévio, diferença no 13º, diferença no FGTS + 40%, multa do artigo 477 da CLT, diferenças das férias proporcionais, indenização referente ao termino do contrato, horas extras, horas extras intrajornada, horas extras e suas repercussões, sobre o décimo terceiro, sobre as férias proporcionais, sobre o FGTS. Horas "in itinere" e seus reflexos: sobre o décimo terceiro, sobre o FGTS (= 40%), sobre as férias proporcionais. Indenização pela quebra do contrato, referente ao término do contrato, por danos morais.

Nascimento (2011) argumenta que o direito do trabalho tem na proteção da figura do trabalhador o seu maior princípio. Para o autor, tal princípio visa compensar a inferioridade do trabalhador no contrato de trabalho e, dessa forma, restaurar o equilíbrio entre os sujeitos do contrato de trabalho (empregador e empregado). Em suas palavras:

O direito do trabalho sob esta perspectiva [proteção], é um conjunto de direitos conferidos ao trabalhador como meio de dar equilíbrio entre os sujeitos do contrato de trabalho, diante da natural desigualdade que os separa, e favorece uma das partes do vínculo jurídico, a patronal (NASCIMENTO, 2011, p. 455).

Por se fundar no princípio da proteção da figura do trabalhador, é que a petição de uma ação, no âmbito do direito do trabalho, pode ser elaborada de forma mais simplória do que nos demais ramos, haja vista que o ônus da prova, não cabe ao reclamante, mas ao reclamado, isto é, a parte patronal. Ou seja, compete ao empregador provar que os itens da petição foram totalmente observados durante a vigência do contrato de trabalho.

A esta petição inicial, as empresas reclamadas tem respondido através de seus advogados por duas vias, primeiramente alegando incompetência da vara trabalhista em razão do lugar. Ou seja, requerem que o processo seja julgado não na vara trabalhista de Serra Talhada (PE), mas no local onde ocorreu a prestação de serviços, isto é, no âmbito de localização das empresas, notadamente nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Raramente, o pedido de exceção de incompetência em razão do lugar é acolhido, uma vez que, conforme sinalizou o juiz Saulo Augusto, em depoimento acima transcrito, os magistrados estão inclinados a aceitarem a tese de que acolher o referido instituto equivaleria, na prática, a tolher o acesso à justiça por parte dos trabalhadores, que os mesmos não se dispõem, inclusive em decorrência de recursos financeiros a saírem de suas localidades de origem para demandar a justiça em outro Estado. Nesse sentido, são esclarecedores alguns argumentos utilizados pelos magistrados para fundamentar suas decisões a respeito do ponto aqui em questão. Vejamos:

Embora o local de execução do contrato de trabalho tenha sido o município de Mendonça – SP, sujeito à jurisdição da Vara do Trabalho de José Bonifácio – SP, **o autor foi arrematado em Serra Talhada – PE**, informação que ficou incontroversa por não ter sofrido impugnação.

Há que se levar em consideração que as despesas do trabalhador com o deslocamento até o Estado de São Paulo desencorajam a procura da justiça, representando, assim, óbice ao acesso a ela.

É necessário destacar, ainda, que a sazonalidade é característica inerente ao trabalho rural canavieiro e a outros tipos de serviço que lhe são acessórios. É fato de notório conhecimento que anualmente os trabalhadores desta Região viajam para outros estados, em que a safra está para iniciar, a fim de encontrar trabalho, com a finalidade de melhorar suas condições de vida.

O afastamento do trabalhador, nesses casos, é nitidamente temporário. Assim, em homenagem ao princípio constitucional do acesso à justiça (artigo 5º, XXXV da Constituição da República), entendo que esta Vara é competente para processar e julgar a presente reclamação trabalhista (grifos colocados).

Note-se que o que se pretende proteger é o princípio do acesso a justiça, entendendo-se, mesmo, que a acolhida do pedido de exceção equivaleria a negar o princípio constitucional expresso no art. 5º, XXXV da Constituição Federal, o qual apregoa que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (Constituição Federal, Art. 5º, XXXV)

Mas não é sempre que o pedido de exceção de incompetência em razão do lugar não recebe acolhida por parte dos magistrados, assim é que Joseildo Gabriel dos Santos, residente

em Manaíra, tendo sido contratado pela empresa ASTHÚRIAS AGRÍCOLA S/A – empresa localizada no Estado de Minas Gerais para o trabalho na colheita de cana-de-açúcar, tendo sido contratado para o plantio da cana, que se iniciou em 09 de Março de 2010. Em Minas Gerais, o reclamante prestou serviços também, naquele mesmo ano, a empresa CENTRAL ENERGÉTICA PARAÍSO, sendo que diferentemente da primeira empresa, a segunda (Central Energética) contratou o trabalhador quando o mesmo se encontrava em Minas Gerais, tendo inclusive o mesmo informado a contratante que residia em rua localizada no município de São Sebastião do Paraíso – MG.

Ao retornar para a cidade de Manaíra – PB, o trabalhador, resolveu ajuizar ação trabalhista contra a empresa Central Energética. Tendo a mesma apresentado pedido de exceção de incompetência em razão de lugar, o qual diante das provas apresentadas pela reclamada, acolheu o referido pedido, determinando a remessa dos autos para a vara do trabalho de Guaxupé (MG), decisão esta que prevaleceu mesmo tendo o reclamante e seu advogado recorrido ao tribunal de trabalho da segunda instância, localizado na cidade de Recife (PE).

Como podemos notar pelo teor da sentença acima transcrita, o não reconhecimento das regras do campo jurídico, acarreta a produção de evidências que poderão, se manipuladas pelas empresas, funcionar contra os trabalhadores, como ocorreu com relação ao endereço informado pelo reclamante por ocasião da celebração do contrato de trabalho.

Além de, em todos os casos, as empresas pedirem exceção de incompetência em razão do lugar, elas têm também buscado desqualificar todos os itens da petição inicial dos reclamantes, buscando construir evidências que comprovem a não violação de qualquer direito trabalhista. Em muitos casos, tais evidências são construídas com a participação ativa dos trabalhadores. Assim é que um trabalhador que alegava, na petição inicial que começava a laborar às 7 horas e em alguns dias só terminava às 16 horas, o próprio trabalhador, quando instado a produzir provas, precisou utilizar-se de um testemunho [outro trabalhador] que, por ocasião da oitiva, declarou que “que ele depoente **não consignava o horário nos registros de presenças, que apenas assinava;** que quem colocava o horário era o fiscal”. Ora, claro está que o horário colocado no controle era o horário oficial e não o horário de fato trabalhado.

Além de muitas vezes contribuírem para forjar evidências que podem ser utilizadas contra si próprios os trabalhadores-migrantes não se engajam, durante o tempo em que estão no trabalho, na produção de possíveis provas para si. Assim é que, embora em algumas petições os trabalhadores-migrantes peçam danos morais, alegando, por exemplo, “terem

ingerido comida azeda, nos espaços de trabalho”, os mesmo não conseguem produzir provas substanciais, que torne evidente o argumento utilizado. Assim foi que Eduardo Moraes dos Santos, que trabalhou na Agropecuária Terras Novas – S/A, situada no estado de São Paulo, ao retornar para ajuizado ação contra a referida empresa, afirmando, na inicial, que:

Seria devido o pagamento por danos morais porque, considerando que era obrigado a acordar às 3h para fazer a sua própria refeição, vez que embarcava por volta das 5h para a frente de trabalho, não raras vezes, no horário de almoço a comida já estava estragada, azeda, imprópria para consumo humano.

O pedido foi indeferido, tanto na primeira quanto na segunda instância, vez que para os desembargadores que julgaram o pleito na segunda instância, “inexistia prova de qualquer conduta delituosa por parte da recorrida, não havendo, portanto, como atribuir responsabilidade à empresa por suposto dano moral”. Os desembargadores argumentaram ainda que “a prova em face do ato antijurídico praticado pelo empregador há de ser revelar consistente, a fim de que a compensação se faça justa e proporcional”, e que, “não havia prova robusta da alegação de que o autor era obrigado a ingerir comida estrada”.

Assim, também funciona em relação à moradia, quando os trabalhadores alegam que, nos espaços de trabalho, foram-lhe fornecidas moradias precárias, ao que as empresas costumam contrapor fotografias de casas, podendo ocorrer casos em que o trabalhador realmente tenha morado em casas precárias, mas por não reconhecerem as regras que regem o campo jurídico, as empresas conseguem instaurar a sua visão, apresentando, como contra-argumentos fotos de moradias em ótimas condições.

Mas, é notadamente em torno da definição do que seja “abandono” de trabalho, que têm se dado os grandes embates na vara de trabalho de Serra Talhada, pois não é raro ocorrer casos de trabalhadores, que acometidos por determinadas enfermidades ou mesmo tendo sido vítimas de acidentes de trabalho e, não encontrando guarida por parte das empresas, decidem voltar para o seu grupo familiar. Ocorre que, geralmente, as empresas se esforçam para que tais casos sejam tomados e tratados como abandono de trabalho. Assim foi com o senhor Gabriel (45 anos, trabalhador-migrante oriundo do Município de Tavares – PB), o qual, em 2009 sofreu um acidente quando cortava cana para usina Santa Isabel. Tendo escorregado num terreno declinado, o trabalhador passou a ser acometido por dores na coxa direita. Durante entrevista, o trabalhador afirmou que chegou a procurar um médico do trabalho, na cidade de Novo Horizonte (SP) e que o mesmo teria lhe dito que não haveria mais possibilidade de trabalhar na colheita de cana. Na declaração do médico, que Sr. João me

apresenta, pode-se ler: “Lesão de fêmur, região do Trocanter maior, com zona de opacidade com Desmineralização óssea, agricultor com limitação funcional, tendo dificuldade de exercer suas atividades profissionais, necessitando de auxílio - doença, por 120 dias” (grifos colocados).

De posse do atestado, o trabalhador procurou o fiscal, o qual, no entanto, teria se recusado a receber o atestado. Sem condições de continuar trabalhando, o senhor João Gabriel, resolveu “abandonar o emprego”, e retornar para o sítio Domingos Ferreira, onde, até a época da entrevista, esperava pacientemente uma ligação do advogado de Serra Talhada informando-lhe o dia da perícia médica demandada pela justiça.

Alguns acidentes são mais fáceis de serem relacionados ao trabalho, casos em que as ações tendem a serem solucionadas em tempo mais hábil. Exemplo desse tipo pode ser ilustrado com a história de Carlos Eduardo, o qual trabalhou na usina Santa Isabel no ano de 2009, sendo vítima de um acidente com o facão, em consequência do qual ficou impossibilitado de pegar peso com a mão esquerda (atingida pelo facão). Segundo Carlos Eduardo, “no momento do acidente, ele estava utilizando luvas de pano, as quais só têm proteção no dedo polegar e indicador, sendo que o facão atravessou a referida luva, vindo a atingir o dedo deposite”. Após o acidente, o trabalhador chegou a procurar a empresa, propondo um acordo a fim de ser despedido sem justa causa, o que foi negado, reiteradamente, pela empresa, levando o trabalhador a pedir demissão. Na justiça, consegui ter seu pleito reconhecido, ainda na primeira instância, embora a reclamada alegasse não ser responsável pelo acidente, foi-lhe, dessa forma, reconhecido o direito a indenização por dano moral e, ainda, o direito a indenização pela redução da capacidade laboral. Vejamos o teor da sentença:

Da indenização por dano moral e estético – O dano moral, no caso concreto, é considerado em sentido lato, não há uma agressão moral à imagem do trabalhador, ou seja, à sua honra objetiva e não há, também uma violação muito extensa da honra subjetiva, sob o enfoque do amor próprio, do conceito que ele tem de si mesmo.

Todavia, não resta dúvida que a lesão causa dano estético (perda de falange de um dos dedos da mão), intranquilidade, inquietação que se transfere para a qualidade de vida do empregado, sendo tais manifestações um resultado gravoso que deve ser indenizado, proporcionalmente à sua intensidade.

Da indenização pela redução da capacidade laboral – Reiterando, que a presente indenização pela redução da capacidade laboral se restringe à enfermidade descrita na inicial, este juízo reconhece apenas perda parcial definitiva de um quírodáctilo, o que, conforme tabela da SUSEP representa um percentual de 3% da capacidade laboral do empregado.

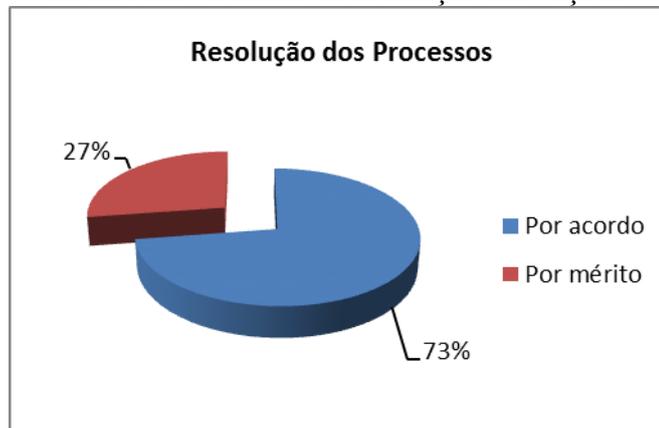
Este percentual da última remuneração deve ser pago de uma só vez, pois assim postulado pelo autor, correspondendo ao número de meses da

expectativa de sobrevivência deste conforme tabela do IBGE, na data do acidente, ou seja, 3/11/2009.

Como resultado da referida sentença, ao trabalhador foi reconhecido o direito à quantia de R\$ 20.000,00, a título de indenização por dano moral e estético e mais R\$ 10.192,92 a título de indenização pela redução da capacidade laboral. No entanto, embora a data da sentença seja Fevereiro de 2011, até o presente mês, o trabalhador, ainda, continua esperando a decisão final, uma vez que a reclamada interpôs recurso ordinário, levando o processo para a segunda instância.

O período entre a petição inicial e a decisão final pode ser muito demorado para o trabalhador, não podemos esquecer o fato de que muitos continuam migrando anualmente, não podendo comparecer às audiências marcadas, sobretudo quando as mesmas são agendadas nos meses de trabalho, e é por esta razão que grande parte dos trabalhadores não se abstém de fazer acordo sempre que a empresa se disponibiliza. Como os dados do gráfico abaixo sinalizam, a maior parte das ações são solucionadas mediante acordos.

Gráfico 22 – Formas de resolução das “ações”



Fonte: Pesquisa do autor

Silva e Ribeiro (2010) analisando as ações trabalhistas movidas pelos trabalhadores da colheita de cana-de-açúcar contra as empresas do setor canavieiro, também constataram a existência de muitos acordos na justiça do trabalho. Segundo os autores, o alto índice de acordos estaria relacionado “a pouca escolaridade dos trabalhadores, o que acaba restringindo o conhecimento e o acesso aos seus direitos trabalhistas”, outra chave de leitura, utilizada pelos autores é a dependência dos trabalhadores em relação ao setor canavieiro e o medo de represálias (SILVA; RIBEIRO, 2010, p. 13).

Por sua vez, o magistrado da justiça do trabalho da 6ª Região, Saulo Augusto, expressou o seguinte entendimento sobre os acordos:

Infelizmente, também esses processos da cana-de-açúcar eles tendem a ser conciliados, eles entram em acordo e no acordo é como se de repente uma nuvem pairasse sobre o direito. Você não sabe exatamente o que aconteceu, a gente costuma fazer uma alegoria que é a seguinte: onde os dois lados vão ceder um pouco. Eu pessoalmente tenho um patamar mínimo para homologar uma conciliação. Eu não posso conciliar aquilo que a lei já assegura. Se trabalhou trinta dias, tem direito a salário, qualquer conciliação é acima do valor do salário, eu posso conciliar, por exemplo, uma correção monetária sobre o salário. Eu não posso conciliar o próprio valor do salário quando os trinta dias são protestados. Então essa questão do mínimo é assegurado em lei: salário, verbas rescisórias, 13º salário, FGTS, férias proporcionais. Ou seja, não dá para conciliar em cima desses direitos, pois eles são indiscutivelmente devidos. Agora na temática das horas-extras, diferenças de produção, coisas que depende de provas, a conciliação vai ocorrer antes da prova ser produzida e, nesse caso, a gente não sabe se esse direito era efetivamente devido. O que a gente vê um mínimo razoável, que alguma coisa era devida, era, pois nada que não fosse direito seria conciliado pelas empresas.

Na fala do magistrado há um elemento que eu gostaria de enfatizar que é quando o mesmo realça que se a usina não devesse alguma coisa para o empregado, certamente ela não estaria disposta a conciliar, então se a reclamada propõe acordo é que alguma coisa de fato é devida. A existência de acordo e mesmo a tentativa de “solucionar” pelo acordo representa uma quebra da paridade entre as partes, haja vista que o acordo tende a ser pactuado antes da satisfação dos direitos dos trabalhadores. No entanto, a não conciliação equivaleria à necessidade da produção de provas, mas também implica num tempo maior, um tempo em que o trabalhador nem sempre está disposto a aceitar quando há possibilidade de acordo, visto que, como me disse um trabalhador ao sair de um acordo “é melhor ficar com o certo do que com o duvidoso (Viana, 45 anos, trabalhador-migrante, oriundo do município de Santa Cruz de Tavares - PB)”, e eu acrescentaria, melhor ainda se o duvidoso também for custoso.

Gostaria ainda de me debruçar sobre dois temas, constantemente presente nos processos trabalhistas aqui analisados. O primeiro diz respeito as horas *in itinere*, e, o segundo, está relacionado ao argumento de que o trabalho na colheita de cana-de-açúcar pode ser caracterizado como trabalho análogo a escravidão. Vejamos cada uma dessas temáticas.

Sobre o instituto das horas *in itinere* o Art. 58, §2º da CLT reza que:

O tempo despendido pelo empregador até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

Notemos que a lei não faz menção ao tempo que se gasta com transporte, mas ao tempo do percurso do local de moradia até o local de trabalho. E mais, só é considerado hora *in itinere* quando, tratar-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público. Com relação aos trabalhadores do setor canavieiro este tempo é estipulado em convenção coletiva⁵⁵ e não costuma exceder o valor de uma hora (1h). Como especificado, um dos itens que costuma constar nas petições dos trabalhadores diz respeito as horas *in itinere*. Geralmente, os trabalhadores alegam terem feito um percurso superior ao acordado na convenção coletiva. Este item da petição costuma ser indeferido, sendo que os juízes costumam fundamentar tal decisão na existência das “convenções coletivas”, realçando que as mesmas são resultados da negociação entre as empresas do setor canavieiro e os órgãos representativos dos trabalhadores, isto é, os sindicatos, conforme se pode ler na sentença abaixo transcrita:

Não houve pedido de demissão, mas dispensa por justa causa, o documento de rescisão do contrato, digitalizado e padronizado não foi compatível com a condição de trabalhador rural do reclamante. Defero: aviso prévio postulado, integração temporal a todos os efeitos legais, diferenças das verbas rescisórias 913, férias, FGTS, 40%) bem como a multa de 40% sobre o depósito fundiário. **Indeferido o argumento de que as condições de trabalho era análogas a trabalho escravo baseado no fato de que o reclamante tinha carteira de trabalho assinada e recebiam pagamento a exemplo da hora de percurso.** Deferido horas extras, equivalente a 50% do valor da hora normal. **Indefere as horas in itinere, com base na convenção coletiva da categoria.** Defero o saldo relativo aos 15 dias trabalhados e não recebidos, segundo informação do reclamante. Indeferido o pedido de danos morais, argumentando que as provas devem ser robusta, firme e isenta de qualquer dúvida (grifo colocado).

Alguns juízes, no entanto tem deferido o pedido de horas *in itinere* não pagas, reconhecendo, por exemplo, como faz o magistrado Saulo Augusto que este sindicato que acordou a convenção coletiva, não representa os trabalhadores-migrantes, uma vez que “esse trabalhador, por não está fixado naquela zona territorial, provavelmente não tenha votado na composição desse sindicato, (...) então, nesses casos, essas convenções coletivas não irão representar os anseios desses trabalhadores”.

⁵⁵ Nascimento (2011, p. 433) diz que a convenção coletiva é “a norma jurídica resultante das negociações entre os trabalhadores e os empregados, para a autocomposição de seus conflitos coletivos”.

Nesta mesma sentença é possível vislumbrar a luta em torno da definição do trabalho análogo a trabalho escravo, que para o autor da inicial o trabalho do cortador de cana poderia sim ser classificado como trabalhado análogo a trabalho escravo, pensamento este que vai de encontro ao julgador, para o qual não há possibilidade de fazer-se tal analogia, uma vez que o “empregador tinha carteira de trabalho assinada e recebia pagamento”. Com efeito, Nascimento esclarece que condições análogas a trabalho escravo “é uma forma específica de trabalho forçado. Caracteriza-se pelo cerceamento real da liberdade de uma pessoa” (NASCIMENTO, 2011, p. 936), o mesmo autor esclarece ainda que trabalho escravo ou análogo não deve ser traduzido “em condições degradantes, indecentes, inseguras ou ilegais. Tampouco significa salário abaixo do padrão exigido. Desde que essas condições não envolvam cerceamento ou inibição da liberdade, não há a tipificação” (NASCIMENTO, 2011, p. 938).

Parece ser este também o entendimento do julgador na sentença acima transcrita. No entanto, a matéria não é consensual, visto que outros juristas tende a interpretar o trabalho análogo a escravidão tanto pelo critério da imobilização da força de trabalho, quanto pelo critério das condições degradantes de trabalho, interpretação esta que se fundamenta, precisamente, no art. 149 do código penal que define o trabalho análogo a trabalho escravo como “reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringido por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contratada com o empregador ou preposto”. Nesse sentido o trabalho análogo a escravidão seria o gênero do qual o trabalho forçado e o trabalho degradante seria a espécie.

Como bem relata Esterici:

Escravidão tornou-se, pode-se dizer, uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não-livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Muitas vezes, sob a designação de escravidão, o que se vê mais enfaticamente denunciado são maus tratos, condições de trabalho, de remuneração, de transporte, de alimentação e de alojamento não condizentes com as leis e os costumes.

Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável, expressão de um sentimento de indignação que, afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os obviamente envolvidos na luta pelos direitos (ESTERCI, 1994, p. 31).

Ver-se assim, que estamos longe ainda de um consenso em torno da categoria e que o embate em torno da mesma ocorre não apenas no campo do direito mas nos diversos campos sociais, mobilizando uma diversidade de atores com valores e visões de mundo diferentes, sendo, no entanto, o campo jurídico o lugar em que essas diferentes visões se digladiam na busca de reconhecimento e, conseqüentemente, de definição da própria realidade, numa dialética sugerida por Bourdieu, segundo a qual o direito constrói o mundo social ao tempo em que é por este construído.

Como vimos, o que está em jogo na justiça do trabalho é a própria definição do trabalho que é realizado pelos trabalhadores-migrantes e outros, no espaço dos canaviais. São as condições, relações e caracterização do trabalho. Enquanto uns querem e se esforçam para mostrar a doçura do mel e a pureza do etanol (enquanto fonte de energia “limpa” e renovável), consubstanciado num trabalho digno, realizado sob condições humanas e no respeito aos direitos humanos e trabalhistas consagrados tanto na Constituição Federal, quando na CLT; outros se esforçam para retirar o véu que cobre e encobre a sujeira presente no cotidiano do eito, uma sujeira perversa, pois constituída por rostos de trabalhadores desfigurados pela barbárie de um trabalho que humilha, envelhece e ceifa a vida e a esperança de um contingente expressivo de trabalhadores e trabalhadoras. Para citar novamente Bourdieu:

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e importem o campo da tomada de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Como procurei esclarecer, o resultado da luta não está dado de antemão, nem mecanicamente, visto que o discurso e a prática dos operadores do direito, isto é, dos que se situam no campo jurídico são duplamente determinadas e, dessa forma, a concorrência entre os interpretes bem como o processo de racionalização próprio do campo jurídico poderá levar ao reconhecimento e a uma maior visibilidade das condições e relações de trabalho a que esses trabalhadores estão submetidos nos espaços dos canaviais, bem como a imposição de novas barreiras à desmedida do capital canavieiro. Como alertava Marx (2006, p. 312) “o capital não tem a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-la”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que um trabalho científico, qualquer que seja o seu nível, representa sempre uma pausa na caminhada, afinal, não há conhecimento acabado, pronto, feito de uma vez por todas, ao contrário o conhecimento científico é sempre provisório e de lacunas composto. Sendo assim, não dá para concluir, mas simplesmente para colocar alguns elementos, a título de síntese e a partir das reflexões esboçadas no decorrer do trabalho.

A tese teve como foco os trabalhadores-migrantes que anualmente migram da região de Princesa Isabel – PB e do vale do Pajeú – PE, para os canaviais do Estado de São Paulo. A migração é um processo que sempre esteve presente na história da humanidade e que, nos últimos anos, graças ao avanço da técnica (estrada, transportes) vem se intensificando. Com efeito, estudiosos tem chamado a atenção para a intensificação dos fluxos migratórios tanto internamente quanto no plano internacional. Migração remete a fluxos e lembrei em outro espaço (SILVA, 2006) que fluxos de pessoas implicam em fluxos de valores, mercadorias, ideias, visões de mundo etc.

Em artigo recente, Menezes passa em revista as principais teorias pelas quais a migração foi pensada. Primeiramente a partir do paradigma histórico estrutural fundado na idéia da existência de espaços marcados por fatores de expulsão, dos quais as pessoas saiam por serem atraídas, sobretudo por outros espaços marcados por fatores de atração. A tônica era colocada em regiões “atrasadas” que tendiam a expulsar a força de trabalho aí presente, a qual se dirigia para as regiões “adiantadas”.

A partir da década de 1970 e início de 1980, os pesquisadores passaram a focar, sobretudo na importância da migração para a reprodução da condição camponesa, questionando a idéia de migração definitiva e advogando que o Sul se constitui para grande parcela do campesinato nordestino enquanto caminho para o roçado, para parafrasear um dos títulos representativo da produção acadêmica sobre a migração, no período aqui considerado. Para Menezes:

Esses estudos, embora avalie a importância das migrações definitivas, observa que a mobilidade, o ir e vir entre as regiões nordeste e sudeste, entre o trabalho agrícola e urbano pode ser uma das estratégias de sobrevivência da família e ao mesmo tempo contribui para a dinâmica econômica das localidades de pertencimento dos migrantes.

Nos últimos anos, pontua Menezes, os pesquisadores têm se engajado na construção de categorias que possa iluminar as recentes configurações dos fluxos migratórios. Tais modificações estão relacionadas segundo os autores ao deslocamento entre mobilidade espacial e social (BRITO, 2009); bem como a emergência de novos fluxos e padrões migratórios, a exemplo da migração múltipla e de retorno que questiona as categorias de “origem” e “destino” (SILVA, 1992, MENEZES, 2002). Estas transformações tem suscitado uma mudança no foco das análises, que passaram a privilegiar o sujeito, isto é, o migrante “e sua capacidade de circular, construir e apropriar-se dos espaços, produzindo, assim, territórios e identidades sociais” (MENEZES, 2011). Nesse sentido:

O centro da análise não é propriamente a migração, mas o migrante bem como suas redes de relações sociais – a família, a vizinhança, os amigos, agentes intermediadores dos empregadores, seus empregadores, bem como outros atores com os quais estabelecem relações, como comerciantes, políticos, sindicatos, igrejas, etc.

Colocar o acento dos estudos no migrante, não significa, no entanto, desconsiderar os constrangimentos estruturais. Assim é que, no caso dos trabalhadores focalizados nesta tese, a migração está relacionada, como se procurou mostrar, a uma série de processos interdependentes, dentre os quais, merece destaque:

1. O atual processo de expansão pelo qual passa o setor canavieiro, como resultado da busca de fontes de energias “limpas” e “renováveis”, o que tem favorecido uma maior demanda pelo etanol brasileiro, tanto internamente quanto externamente, demanda esta igualmente atrelada ao desenvolvimento dos automóveis tipo “Flex-fuel”;
2. A reconfiguração do mercado de trabalho urbano e sua repercussão sobre a absorção dos trabalhadores-migrantes nordestinos pelos setores urbano-industriais; sobretudo quando se leva em conta o perfil dessa fração da força de trabalho especificamente, seu nível de escolaridade;
3. A configuração socioeconômica dos pequenos municípios da região de Princesa Isabel, na Paraíba e do Vale do Pajeú, em Pernambuco, os quais, não obstante as atuais políticas direcionadas aos agricultores familiares, “pouco têm a oferecer à população rural [e mesmo urbana], no que se refere, particularmente, à oferta de bens e serviços e à constituição de mercados locais de proximidade e de alternativas de ocupação” (WANDERLEY, 2009, p. 221).

Visando atender as suas necessidades e de seus familiares, os trabalhadores tem se engajado em práticas migratórias, historicamente percebidas como opção real de acesso ao mercado de trabalho, visando garantir o suprimento dessas necessidades pessoais e sociais.

Utilizando-se, pois, de seus laços de parentescos e vizinhança, isto é de suas redes sociais, esses trabalhadores vão alargando seu espaço de trabalho e de vida, o qual passa a compreender desde a casa e o roçado até as pequenas cidades do interior de São Paulo e também de Mato Grosso do Sul, para as quais se dirigem anualmente em busca de trabalho, sobretudo nas usinas do setor canavieiro.

Sucedo, no entanto que se, por um lado, o trabalho na colheita de cana, tem possibilitado o acesso aos direitos sob a forma de bens e serviços antes interditados a esses trabalhadores, a atual configuração do trabalho no setor em tela, representa igualmente a vivência de um trabalho degradante apontando para uma fragilização em sua condição de migrante.

Penso que não é demais lembrarmos que o trabalho na colheita de cana é realizado a céu aberto e sob calor intenso ou friagem, dependendo da estação. Além disso, o trabalhador está exposto a uma série de agentes físicos, químicos e biológicos que representam riscos potenciais a sua saúde e comprometem sua qualidade de vida.

Se considerarmos apenas as ações e atividades realizadas pelos trabalhadores no desempenho de suas tarefas, fechando os olhos para os riscos a que eles estão susceptíveis no ambiente de trabalho, seremos forçados a perceber que a atividade de cortar cana requer um alto dispêndio de energia, pelas quantidades de golpeadas que o trabalhador realiza com o facão, durante a jornada de trabalho, às quais deve ser acopladas o peso da cana, visto que além de cortar é necessário carregar e/ou jogar a cana-de-açúcar nos “montes”, além de que, é preciso considerarmos também, os movimentos demandados para realização da atividade fim, bem como o distância percorrida pelo trabalhador durante um dia de serviço.

Devemos considerar, igualmente, que o salário do cortador de cana é por peça, isto é, ele recebe por produção. Estando longe de casa, o trabalhador precisa garantir sua própria sobrevivência no lugar de moradia (pequenos municípios do estado de São Paulo), bem como enviar algum recurso para os familiares que permaneceram nos municípios da Paraíba ou de Pernambuco e ainda juntar algum pecúlio que lhe acene para a realização de seus projetos pessoais e familiares (comprar um chão de casa, um terreno, uma cabeça de gado etc.). Vê-se assim forçado a atingir e mesmo ultrapassar as metas de produtividade estipuladas pelo setor, desconsiderando, nesse processo, seus limites corporais.

Guanais realça que:

Pelo fato de receberem de acordo com sua produtividade individual e desconhecerem ao certo a quantidade de cana que cortam por dia, os trabalhadores rurais convivem diariamente com a insegurança de não saber previamente o valor que irão receber por um dia de trabalho. Neste contexto, não são raras as ocasiões em que muitos trabalhadores se empenham mais do que o suportável para cortar uma quantidade cada vez maior de cana (para que seja possível ter sua remuneração aumentada), podendo, assim, vir a se machucar e a se lesionar seriamente (GUANAIS, 2011, p. 46).

Durante a realização das entrevistas era comum escutar dos trabalhadores que nem sempre as pausas estipuladas para almoço e lanche são rigorosamente obedecidas, não obstante a recomendação dos funcionários das usinas de cana-de-açúcar. São relatos de trabalhadores que não param, nem mesmo para realização de suas atividades fisiológicas básicas (comer, defecar, urinar).

Alguns informantes ao se referirem a esse tipo de trabalhador os denominavam de “olho de liga”, fazendo referência a um trabalhador que não se cuida, mas que tem “o olho crescido para o dinheiro” (Dário, 40 anos, trabalhador-migrante oriundo do município de Tavares – PB). Para alguns trabalhadores, não há vantagem em ser “olho de liga” uma vez que eles estão mais susceptíveis aos adoecimentos, como o trecho da fala de Dário deixa transparecer:

Rapaz, pra mim os olho de liga não leva muita vantagem não, por que não come! Só cresce o olho em cima da cana... Pra mim não dá muito resultado pra eles não. É desses, vamos supor, trabalhar 10 anos seguidos desse tipo, sem comer nada, por que ele só come quando chega em casa de tarde, a comida que ele leva de manhã pra roça, quando dá duas horas da tarde ele joga no mato por que já tá azedo e ele não tem come. Só arranja doença, né? Pra eles não é resultado não.

Não sendo *resultado* para eles, isto e, para os trabalhadores não significa que não o seja para as usinas, haja vista que como sinalizado, as empresa estão interessadas em manter e mesmo elevar continuamente os índices de produtividade.

Conforme sinalizado, as condições e relações de trabalho no âmbito dos canaviais têm marcado os trabalhadores com o signo do adoecimento e mesmo da morte. Dados da Pastoral dos Migrantes apontam a morte de vinte e um (21) trabalhadores em decorrência do excesso de trabalho nos canaviais, durante os últimos anos. (GUANAIS, 2011, p. 47).

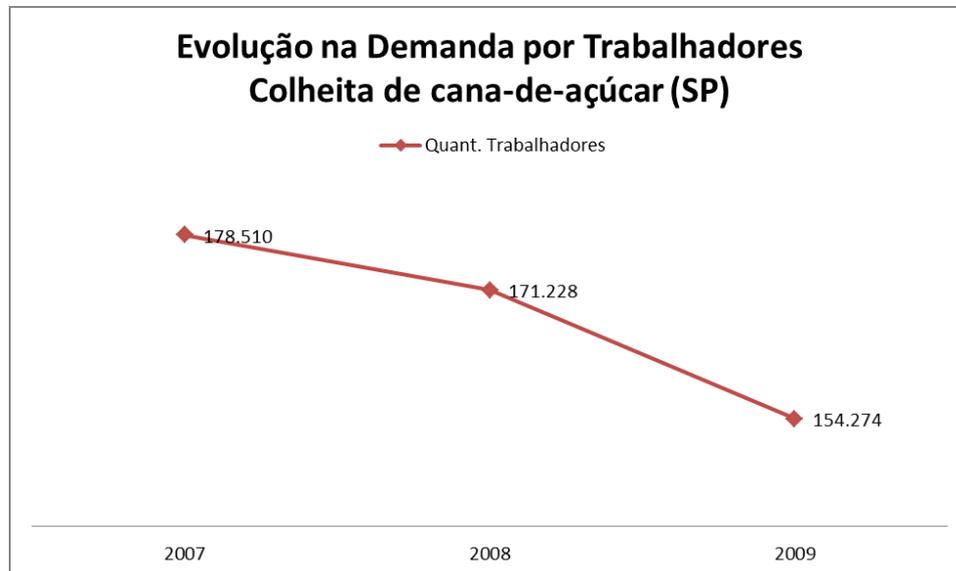
É importante enfatizar também que mesmo o processo de mecanização da colheita de cana atualmente vivido pelo setor, não implicou em melhores condições de trabalho. Ao

contrário, tal processo está favorecendo uma maior intensificação da exploração do trabalho vivo. Assim é que, durante a safra de 2008, quando convivi com um grupo de trabalhadores-migrantes, no município de Sales – SP em várias ocasiões fui testemunha da agonia e do desespero dos trabalhadores. Não raramente ao retornarem do eito, eles chegavam irritados com o fato de terem passado o dia trabalhando na diária, cortando cana crua [na palha], como eles diziam, “para as máquinas”. Tratava-se de cortar cana nos locais declinados, onde as máquinas não alcançavam e/ou de abrir caminho, corredores, para a passagem das máquinas. Havia também o fato de que cortando cana crua, na palha, eles estavam se expondo bem mais aos riscos decorrentes de acidentes com animais peçonhentos.

Dessa forma, com a introdução das máquinas e considerando a diversidade dos terrenos de uma mesma empresa, os terrenos mais declinados, são deixados para os trabalhadores manuais, enquanto os mais planos ficam para as máquinas. Mas não são apenas os terrenos, nos relatos dos trabalhadores manuais são constantes as reclamações de que, com as máquinas, além dos piores terrenos, os trabalhadores têm ficado com as piores variedades de cana, como relata Claudeonor (Paraibano, cortador de cana): “Pra você ver, nós só corta cana caída, e a maquina cana em pé, porque se cortar cana em pé o pião vai produzir muito, tira a cana boa, que fica para a máquina e a cana ruim fica para mão de obra humana”. Sentimento este também partilhado por Honda (Paraibano, cortador de cana): “Em São Paulo a cana é mais dura e mais pesada, a cana boa eles deixam para as máquinas. Cana em pé, só quem corta é a máquina”.

Mas o maior impacto do trabalho morto [as máquinas] sobre o trabalho vivo está relacionado à possibilidade de extinção ou no mínimo de extrema diminuição do corte manual de cana-de-açúcar. Dessa forma, a colheita manual de cana-de-açúcar viveria atualmente uma morte anunciada pela evolução descrente da demanda de trabalhadores para o corte, por parte das empresas canavieiras, conforme sinaliza o gráfico abaixo:

Gráfico 23 – Evolução da demanda de trabalhadores para a colheita manual de cana-de-açúcar (SP)



Dados: MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

A menor demanda de trabalhadores por parte das usinas tem representado para as mesmas uma maior possibilidade de selecionarem trabalhadores que mais se adequem a função de cortador de cana e os que mais se adequam a este perfil são os que apresentam os maiores índices de produtividade e docilidade. Assim é que no mês de Maio de 2011, encontrei-nos com Claudeci, funcionário do grupo COSAN, o qual se encontrava na região de Cajazeira – PB, visando arregimentar trabalhadores. Durante os poucos instantes de conversa, o mesmo me relatou que para a safra atual a usina estava contratando cerca de três mil (3.000) trabalhadores daquela região, número esse que, segundo o informante, representava a mesma média de contratações da safra anterior (2010).

Indagado sobre o processo de mecanização Claudeci afirmou que nas usinas do grupo COSAN a previsão é de que, até o ano de 2014, haja uma diminuição considerável de trabalhadores para o corte manual em razão da mecanização que estaria aumentando. No entanto, observei que mesmo com a mecanização a média de trabalhadores contratados para a safra de 2011 foi a mesma da safra passada, ao qual o mesmo me respondeu que na safra passada teria contratado 3.000 trabalhadores da região de Cajazeiras-PB e mais 3.000 da região de Minas Gerais, todavia, neste ano de 2011, a usina preferiu continuar contratando os trabalhadores oriundos da Paraíba, reduzindo o número de contratações no estado de Minas Gerais. Perguntei então qual o critério, e o mesmo disse-me que o pessoal de Minas é mais

trabalhoso, falta mais, coloca mais atestado: basta ter uma festa, que no outro dia o pessoal não vai trabalhar... Além disso, complementa, “o pessoal da Paraíba é mais produtivo”.

Como o trabalhador-migrante vem se colocando nesse processo? Eu diria que os trabalhadores-migrantes não são apenas errantes, seres circulantes em busca de uma oportunidade de trabalho e totalmente a mercê dos constrangimentos estruturais. Creio que esses trabalhadores circulam e circulando criam e se apropriam dos espaços, seja este o espaço de moradia, seja de trabalho.

Como me disse um arregimentador da região de Cajazeiras e me foi confirmado por outros da região de Princesa Isabel – PB, “nem sempre a gente consegue saber se o trabalhador não dá trabalho, não é *nó cego*”. Esta frase é emblemática, ela acena para o fato de que não é apenas no espaço de trabalho que os trabalhadores *dissimulam*, mas que o jogo entre o trabalhador e os gerentes da usina, começa desde o momento da arregimentação/contratação dos trabalhadores quando os mesmos, buscando conquistarem “vaga” em determinadas usinas manipulam bem as máscaras sociais no sentido de serem reconhecidos como “bons trabalhadores”.

Como procurei demonstrar, sobretudo no capítulo V desta tese, os trabalhadores se apropriam dos espaços dos canaviais, fazendo deste um espaço de luta contínua, embora sutil, entre eles e aqueles que buscam extorquir-lhe mais trabalho. Utilizando-se das armas dos pobres: fazer corpo mole, dissimular, fazer o jogo do outro, buscando, no entanto, tirar proveitos próprios, os trabalhadores vão acoplado outra lógica, fundada na esperteza.

O que eles conseguem com tais armas? Qual o seu alcance efetivo? Aqui é preciso deixar claro que os trabalhadores-migrantes não estão interessados em mudanças estruturais, mas apenas em minorar a exploração a qual estão sujeitos e, no limite, conseguir aumentar a produção, ou, no mínimo evitar um esforço maior, ou ainda, evitar ter sempre os fiscais às costas, evitando maiores aborrecimentos. Eles [os trabalhadores] não fazem projeto de passar a vida toda cortando cana, têm consciência que dada a atual configuração do trabalho, isso equivaleria a morte, seus projetos estão sempre relacionados a noção de um período, o tempo em que se estrutura melhor, o tempo em que se constrói a casa, se compra um terreno, “se arruma algo para fazer “lá” [referência aos municípios da Paraíba ou de Pernambuco], e é nesse sentido que podemos entender o bonito insight de Cover (2011) quando o mesmo afirma que os trabalhadores têm suas armas apontadas para o “Norte”.

Pode suceder, no entanto, que aquilo que deveria ficar em surdina, venha a ganhar proporções maiores, quando os trabalhadores irrompem na cena pública, seja em defesa de

sua dignidade e honra como é frequente nos episódios envolvendo conflitos entre trabalhadores e fiscais, os trabalhadores sempre frisando, em seus relatos, que “ele humilhou muito o cabra” (Neilson); seja em defesa de seus direitos supostamente negados, como é o caso das greves e paralisações que ocorrem geralmente motivadas pelo preço da cana (noção de preço justo).

A resistência ainda pode se expressar mediante a busca de direitos no âmbito da justiça trabalhista, forma esta que conforme sinalizei tem aumentado, nos últimos anos. A busca de direitos na justiça do trabalho pode ser motivada tanto pela percepção de terem sido lesados em seus direitos trabalhistas, quanto pelas relações de amizade e vizinhança (quando se coloca na justiça porque toda a turma decidiu), ou mesmo em decorrência da concorrência entre os operadores do direito, sobretudo os advogados. Sobre este último ponto é mister esclarecer que tanto na região de Princesa Isabel – PB, quanto na região do Vale do Pajeú – PE, tem sido comum, sobretudo no período da entressafra que os advogados façam propagandas direcionadas aos trabalhadores-migrantes buscando, dessa forma, aumentar ou mesmo conquistar uma clientela. São propagandas pautadas no argumento de que o trabalhador que tenha prestado serviço a determinada usina, durante um determinado ano, teria direitos a receber. Segue abaixo, a transcrição de duas propagandas divulgada no mês de Fevereiro-Março de 2011, na cidade de Tavares – PB.

Propaganda 01 - O Dr. Fulano de Tal informa que no próximo dia “x” estará atendendo os trabalhadores que trabalharam na usina “Y” nos seguintes anos [segue a descrição dos anos]

Propaganda 02 - Você que trabalhou na usina “X”, durante os anos “Y”, compareça ao escritório do Dr. Fulano, que você tem direitos a receber.

Muitas vezes é o próprio trabalhador que buscou o advogado e que teve suas demandas ou parte delas reconhecidas pela justiça, quem se encarrega de anunciar aos demais trabalhadores indicando-lhes, inclusive, os serviços do mesmo advogado.

É importante enfatizar, o que faço com ênfase, que a configuração das condições e relações de trabalho no espaço dos canaviais é resultado dessa dialética entre as estratégias das usinas e as táticas dos trabalhadores. Assim, há que reconhecer que sem pretenderem fazer nenhuma revolução social, os trabalhadores vêm contribuindo, com suas ações e protagonismo para a feitura do espaço dos canaviais. Há, para parafrasear Elias, a construção de algo não planejado, não intencional, mas que não existiria, do jeito que existe, se não fosse às ações e reações dos indivíduos interdependentes. Assim a política de atestado, de prêmios, a decisão de contratar fiscais estabelecidos no Estado de São Paulo ou nos Estados

Nordestinos; bem como a decisão sobre a intensidade da mecanização, são todas decisões que os gerentes e empresários do setor canavieiro têm tomado em sintonia com as ações e desempenho dos trabalhadores. Em outras palavras, se eles são constrangido pelo campo no qual laboram, o inverso não é menos verdadeiro.

Mas, não é apenas o espaço do trabalho que os trabalhadores recriam, também os ambientes de moradia são por eles apropriados e recriados visando fazer desse, um espaço habitável, mesmo que provisoriamente. Assim a decisão em residir nas casas, barracos, pensões, deve ser lida como busca, por parte dos trabalhadores de resguardarem para si, espaços de liberdade.

Há que se ter presente igualmente que nos espaços de moradia, os trabalhadores-migrantes vão alargando suas redes sociais, como forma de acessarem bens e serviços, tornando o tempo da safra, do trabalho, mais confortável ou, no mínimo, suportável.

Nesse processo ganha destaque o papel desempenhado pelas mulheres nos municípios para onde se dirigem os trabalhadores-migrantes nordestinos. Com efeito, elas têm propiciado um elo entre esses trabalhadores e a população “local”, diminuindo o impacto da chegada “em terras alheias”, e em muitos casos acenando, inclusive, para a possibilidade de inserção em outras atividades laborais.

Como se procurou demonstrar os trabalhadores-migrantes não só marcam como são igualmente marcados por esse processo, e é nesse sentido que podemos entender a as palavras de Menezes, quando a mesma pontua que “a condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, antes uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais”, sendo que nesse processo os trabalhadores-migrantes vão constituindo a si mesmos.

Assim, nada mais longe do que a imagem de um trabalhador-migrante encarcerado no labor e pelos constrangimentos estruturais. Como diz o poeta Thiago de Mello, “mesmo enrolada de pó, dentro da noite mais fria, a vida que vai comigo é fogo, está sempre acesa”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALVES, Francisco. *Políticas Públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto*. RURIS I Volume 3, n°1. Campinas/SP, 2009.
- _____. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. In: INTERFACEHS. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.2, Artigo 2, abr./agosto. 2008
- _____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: *Migrantes*. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). J.R. Novaes e F. Alves (orgs). São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2007.
- _____. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- _____. *Greve nos canaviais e agricultura mecanizada: novos desafios*. Disponível in: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_16.pdf
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era de mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.
- ARONI, Rafael. *Diário de Campo*, São Paulo- SP (mimeo)
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- BARONE, Luíz Antônio & FERRANTE, Vera L. S. Botta. *Dilema dos assentamentos rurais em São Paulo: expressões de conflitos e acomodações na produção para o Etanol*. Disponível in: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6146_Luis_Antonio_Barone.pdf
- BERNARDO, Márcia Hespanhol. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRESOLIN, Keberson. *Gadamer e a reabilitação do preconceito*. In: Rev. Intuito. Nº 01, Porto Alegre, 2008.

BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes* / Fausto Brito. – Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Os sentidos do trabalho na construção civil: o “esforço alegre” sem a alegria do esforço. In: JACQUES, Maria da Graça e CODO, Wanderley (Orgs.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. In: *O poder simbólico*. 9.ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Condição de classe e posição de classe*. In: Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BUAINAIN, Antônio Márcio e DEDECCA, Claudio Salvadori. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.9).

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 14 ed. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CÂNDIDO, Paulo e MALAGODI, Edgard. *Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro*. Ponencia apresentada no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. V. 1 – Ates de fazer. 13 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspecto da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIOVETT, Simão Pedro. *Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados*. Disponível in: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_simao.pdf

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Guariba e Bebedouro: a luta dos cortadores de cana e apanhadores de laranja*. São Paulo, Jaboticabal, 1984.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar - safra 2008: terceiro levantamento, dezembro/2008*. Brasília: CONAB, 2008.

COVER, Maciel. *O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”*: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Campina Grande: UFCG/PPGCS, 2011. Dissertação de mestrado.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

_____, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. 5.ed. São Paulo, Cortez, 1992.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro. 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. *A historiografia brasileira pós-70: uma revisão*. In: Educ. e Filosofia. Urberlândia, 5 (9): 57-67, Jul/Dez, 1990. (mimeo).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, Geovani Jacó de. *Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. Coleção Antropologia da Política.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (Tradução de Flávio Paulomeurer). Vol. 01. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. *O problema da consciência histórica*. (Tradução de Paulo Cesar Duque Estrada). 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GAGNEBIN, Jeane Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

GARCIA, Afrânio. *A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro*. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n. 10, Julho/dezembro, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIDDENS, Antony. *A constituição da Sociedade*. Tradução Álvaro Cabral. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. Tradução de Roneide Venancio Majer, Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. *Considerações sobre a expansão recente da lavoura canavieira no Brasil*. Rev.. Informações econômicas, SP, v. 39, Out, 2009. Disponível in: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2009/tec7-1009b.pdf>

GONZAGA, Maria Cristina. *O uso dos equipamentos individuais de proteção e das ferramentas de trabalho no corte manual da cana - de - açúcar*. São Paulo: Ministério do Trabalho e do Emprego/FUNDACENTRO, 2002. Disponível in: <http://www.nrcomentada.com.br/download/relatorios/8Rel.2005-BoaVista.pdf>

GORZ, André. *Adeus ao proletariado - para além do socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GOSDAL, Thereza Cristina. *Dignidade do trabalhador: um conceito construído sobre o paradigma do trabalho decente e da honra*. Curitiba: UFPR, 2006. Tese de doutorado. (mimeo).

GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico de trabalho na lavoura canavieira*. São Paulo: Hucitec, 1981.

GUANAIS, Juliana. B. *Degeneração física, acidentes de trabalho e mortes: o nexos causal entre o pagamento por produção e o adoecimento dos cortadores de cana*. In: *Saúde Coletiva em Debate*. Disponível in: *Saúde Coletiva em Debate*, 1(1), 26-39, ago. 2011.

_____. *No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2010 (Dissertação de mestrado).

HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KOHLHEPP, Gerd. *Análise da situação da produção do etanol e biodiesel no Brasil*. In: *Estudos Avançados*, 24 (68) 2010. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/17.pdf>

LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade*. São Paulo, Scritta, 1994.

LEONE, Cinthia. *Biocombustíveis: solução ou novos problemas?* Disponível In: http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/voxsocientiae/chintia_leone_41.htm

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

LIMA, Isabelle Moreira. *Os biocombustíveis vão produzir escassez de alimentos?* In: Portal G1. Disponível in: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL418110-9356,00-OS+BIOCOMBUSTIVEIS+VAO+PRODUZIR+ESCASSEZ+DE+ALIMENTOS.html

LINHART, Danielle. Para uma Prospectiva do Trabalho. In: _____. *A desmedida do capital*. (Tradução de Wanda Caldeira Brant). São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARONI, Amnéris Angela. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política; Livro I*. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. – 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. O trabalho alienado. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAYOUL, Pierre. O pão e vinho. In: CERTEAU, Michel et al. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. (Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth). 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

_____. O bairro da Croix-Rousse. In: CERTEAU, Michel et al. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. (Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth). 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Migrações e mobilidades: teorias, tipologias e conceitos*. I Seminário Migrações e Cultura Migrações: Implicações Passadas, Presentes e Futuras, Marília, 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2011.

_____. *Juventudes rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais*. Projeto Pesquisa. CNPq/ UFCG, 2009.

_____. *Economia Moral: um conceito para o campesinato*. Texto-Relatório Pós-Doutorado, New Haven, Yale University, 2005, mimeo.

_____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: UFPB, 2002.

_____. *O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência a dominação: a contribuição de James C. Scott*. In: Raízes. Vol 21, n. 01, Jan/Jun 2002.

MAYER, P. 'The origin and decline of two rural resistance ideologies'. In: MAYER, P. (Ed.) *Black villagers in an industrial society*, Anthropological perspectives on Labour migration in South Africa, Cape Town: Oxford University Press. 1980.

MICHELL, J. Clyde. A questão da quantificação na Antropologia Social. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MONSMA, K. James C. *Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica* In: BIB, RJ, n. 49, 1º Semestre de 2000.

MORENO, Camila. Agroenergia x Soberania Alimentar: a questão agrária do século XXI. In: VIA COMPESSINA. *Soberania Alimentar, os agrocombustíveis e a soberania alimentar*. – Subsídios para estudo. Brasília: Secretaria Operativa da Via Campesina, Maio de 2007.

NASCIMENTO, Celso G. *Os Ayaara: construindo a revolução índia no ciberespaço*. Campina Grande: UFCG/PPGCS, 2009. Tese de Doutorado (mimeo).

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, J.R.P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro* (os heróis do agronegócio brasileiro). J.R. Novaes e F. Alves (orgs.). São Carlos EdUFSCAR, 2007.

_____. *O paradoxo no mundo do trabalho*. IHU On line. Disponível in: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158344143.77pdf>.

OIT. *Não ao trabalho forçado*. Relatório Global do seguimento da Declaração da OIT Relativa a princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Relatório do Diretor Geral. Relatório I (B), Conferência Internacional do Trabalho. 89.a Reunião 2001. Oficina Internacional do Trabalho. Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra, 2001.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do Complexo Agroindustrial Sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canvieira* (estudo comparativo em 12 estados do Brasil. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Engenharia de Produção, UFRJ, 1994.

PALMER, R. *Hermenêutica*. Trad. Maria Luíza R. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1969.

PASTORAL DE MIGRANTES/GUARIBA. *Dossiê: 2001-2003*. “Rota de mobilidade humana para o interior paulista.” Pastoral de Migrantes /Guariba, 2004.

PENTEADO, Maria Antonieta G. *Estratégias da fome: trabalhadores e trabalhadoras da cana*, Maio de 1984 (Movimentos Sociais em São Paulo). Campinas-São Paulo: UNICAMP, 1995.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAMOS, Pedro. *O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectiva*. In: BUAINAIN, Antônio Márcio e DEDECCA, Claudio Salvadori. (Coord.) *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.9).

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. Hans Gerog Gadamer e a Teoria da Hermenêutica. In: *História da Filosofia*. Vol. III. São Paulo: Vozes, 1991.

RIBEIRÃO PRETO: cana avança em áreas menos tradicionais. Disponível In: “Direto da Usina”. Endereço Eletrônico <http://www.diretodausina.net/noticia2.aspx?NoticiaId=191>

RODRIGUES, Délcio & ORTIZ, Lúcia. *Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil*. Amigos da terra Brasil/ Vitae Civilis. Outubro de 2006. Disponível in: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/etanol_sustentabilidade.pdf

ROSEIRO, Maria Nazareth1 & TAKAYANAGUI, Ângela Maria Magosso. Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana-de-açúcar. In: *Rev. Saúde*. Vol. 30 (1-2): 76-83, 2004. Disponível in: <http://w3.ufsm.br/revistasauade/2004/30%281-2%2976-83,%202004.pdf>

SANTOS, Gláucio da Cunha. *Estudo Prospectivo da Internacionalização do Etanol Combustível*. Rio de Janeiro: FVG/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa/Mestrado Executivo em Gestão Empresarial, 2010 (Dissertação de Mestrado). Disponível in: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7977/Glaucio%20da%20Cunha%20Santos.pdf?sequence=1>

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. Hucitec.São Paulo 1997a.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHWARTZ, M. & SCHWARTZ, C. G. Problems in Partipant Observation. In: *American Journal of Sociology*, 60 (jan), 1955.

SCHLESINGER, Sérgio. *Lenha nova para a velha fôrnalha: a febre dos agrocombustíveis*. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. (Tradução: Marilda Aparecida de Menezes e Lemuel Guerra). In: *Raízes*. Vol 21, n. 01, Jan/Jun 2002, p. 10-31.

_____. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

_____. 'Everyday forms of peasant resistance'. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 2, January 1986, pp.5-35.

_____. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Massachusetts: Yale University, 1985.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas*. In: RAC, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000: 93-112. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n1/v4n1a06.pdf>

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de São Paulo. *Programa Cana Limpa: sistema de colheita – corte manual*. São Paulo: SENAR, 2005.

SILVA, Marcelo Saturnino e MENEZES, Marilda Aparecida. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry *et al* (Orgs.). *Gênero e Geração em Contexto Rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Marcelo Saturnino. *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural*. Campina Grande: UFCG, 2006 (Dissertação de Mestrado) (mimeo).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e RIBEIRO, Jadir Damião. *Violação dos Direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas*. Ponencia apresentada no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool. In: J.R. Novaes e F.Alves (orgs.) *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro* (os heróis do agronegócio brasileiro).São Carlos, EduFSCAR, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes *et al*. *Do Karoshi no Japão à birola no Brasil*. Revista Nera ANO 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006. Disponível In <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Silva.PDF>

_____. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. *Pastoral dos migrantes: peregrinos da resistência*. In. Site da Pastoral dos Migrantes. Disponível in: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=218%3Apastoral-dos-migrantes-peregrinos-da-resistencia &option=com_content&Itemid=78

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida. Migrantes temporários: fim dos narradores. In: *Neho-história* – Revista do Núcleo de Estudos em História Oral. Número 1. São Paulo: USP/FFLCH/DH, Novembro, 1999.

SIMMEL, Georg. *Superordenação e subordinação*. Sociologia (Org. Evaristo de Moraes: Tradução de Carlos Alberto Pavanelli *et alli*. São Paulo: Ática, 1983.

SKINNER, B. F. *Contingencies of Reinforcement; a theoretical analysis*. Appleton-Century-Crofts, New York, 1969.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *et al.* Agroindústria canavieira no Brasil: intervencionismo, desregulamentação e neocorporatismo. In: *Rev. Economia e Agronegócio*. V. 02, Nº 03, 2004. Disponível in: http://www.economia-aplicada.ufv.br/revista/pdf/2004/Artigo4_V2N3.pdf

SHIKIDA, Pery Francisco Assis e BACHA, Carlos José Caetano. *Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995*. Rev. Brasileira de Economia. Rio de Janeiro 53(1): 69-89 JAN.FMAR. 1999.

SZMRECSANYI, Tamás e GONÇALVES, Daniel Bertoli. *Efeitos socioeconômicos e ambientais da expansão da lavoura canavieira no Brasil*. Disponível in: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/SzmrecsanyiTamas.pdf>

TAYLOR F. W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas; 2006.

THOMPSON, E. P. Thompson, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII In: *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. III Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

_____. *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*. In: *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia da Letras, 1988.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. (Tradução de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

VETTORASSI, Andréa. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: J.R. Novaes e F.Alves (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*São Carlos, EduFSCAR, 2007.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Vol. I. São Paulo, Hedra, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. In: *VII Congresso da ALASRU*. Porto de Galinhas, 2010.

_____. *Dominação ou construção de consensos: dinâmicas locais e desenvolvimento rural*. In: SILVA, Aldenôr Gomes da. et al. (Orgs). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins. (Org's.). *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: UNICAMP, 2003. (Tradução de Pedro Maia Soares).

ANEXO I
QUESTIONÁRIO

MIGRANTES NORDESTINOS PARA O CORTE DA CANA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Município: _____ Estado: _____ Data: _____

Entrevistador: _____ Início: _____ Término: _____

1. Identificação

1. Nome: _____ Apellido: _____ 2. Idade: _____ 3. Sexo: ____ (1 – Homem
2 – Mulheres) 4. Local de moradia: Sítio: _____ Cidade (Rua e
Nº): _____ Bairro: _____ 5. Estado Civil: _____ (1 – Solteiro, 2- Casado) 3
– Separado, 4 – Viúvo). 6- Tem filhos? ____ (1 – Sim, 2 – Não). 7 - Quantos? ____ 8. (Se tiver filhos) Especificar:

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	LOCAL DE RESIDÊNCIA

9. Escolaridade: ____ (1 – Analfabeto, 2- Ens. Fund. Incompleto, 3 – Ens. Fund. Completo, 4. Ens. Médio Incompleto, 5 – Ens. Médio Completo, 6 – Ens. Superior incompleto, 7 – Ensino superior completo). 10. Quantos integrantes na família? _____ 11. Quantos moram em casa? _____

2. Condição de vida no local de origem:

12. Tem terra? _____ (1 – Sim, 2 – Não) 13. Quantos hectares? _____ 14. Condição de acesso à terra: _____ (1 – Própria, 2 – de parentes, 3 – arrendatário). 15. (Se terra própria) 16. Como conseguiu? _____ (1 – Compra, 2- Herança). 17. Cria gado? _____ (1 – Sim, 2 – Não). 18. Outras ocupações no lugar de origem?

19. Você é beneficiado por algum programa governamental? () Sim () Não. 20. Qual?

Qual (PRONAF, FOME ZERO, EMPRÉSTIMO ETC.)	QUANTIA RECEBIDA	FINALIDADE DECLARADA	FINALIDADE EXECUTADA	OBSERVAÇÕES

3. Dados migratórios:

21. Ano da primeira migração: _____ 21. Município: _____ 22. Estado: _____ 23.
 Usina: _____ 24. Empresa: _____ 25. Função Exercida: _____ 26.
 Para quantos estados você já migrou? _____

27. Migrações realizadas _____

Migrações (indicar a safra)		Quem era o empregador: Usina (U) Empreiteiro (E) Fornecedor(F)	Quem era (ou é) o arregimentador que levou você aqui do município
Local (usina, empresa)			
Município e estado			
Ano			
Duração			
Local (usina, empresa)			
Município e estado			
Ano			
Duração			
Local (usina, empresa)			
Município e estado			
Ano			
Duração			

28. Como fica sabendo da vaga? _____ (1 – **Parentes**, 2 – **Amigos**, 3- **Arregimentado**– **localizar o nome e onde a pessoa mora**, 4- **Outros**) 29. Que época do ano viaja? Ida _____ Volta _____. 30. Quem paga o transporte? _____ (1- **Você**, 2- **Usina**, 3- **Empreiteiro**, 4 - **Outro**) 31. Qual a empresa de ônibus? _____

32. Na sua turma, tem amigos? _____ Parentes? _____ (1 – **Sim**, 2 – **Não**) 33. Onde é feito o registro da carteira: _____ 34. O que é exigido? _____ 35 - No momento da contratação é acertado quanto vai ganhar? _____ 36 - É acertado onde vai morar? _____

37. É acertado sobre a alimentação? _____ 38. Quantos metros por dia em média você corta? _____

39. Qual foi o salário médio por mês na ultima safra? _____ 40. Quanto em média gasta por mês no local de destino? _____

41. Envia dinheiro para a família? _____ (1- **Todo mês**, 2- **De vez em quando**, 3- **Não envia**) 42. Quanto consegue economizar por mês? _____ 43. Quanto mais ou menos consegui trazer de dinheiro para o local de origem? _____

44. O que compra com o dinheiro economizado? _____ 45. No estado que você vai cortar cana fica em? _____ (1-**casa**, 2- **alojamento**, 3 – **Pensão**, 4 - **Outro**)

(Se respondeu alojamento, responder questões 45, 46 e 47. Se fica em casa, responder questões 48, 49)

46. Alojamento: Quantos trabalhadores têm? _____ 47. Quantos ficam em cada quarto? _____

48. O que você acha do alojamento: _____

49. Para a casa: quantos cômodos têm a casa? _____ 50. Quantas pessoas moram na casa? _____

51. Você prefere casa ou alojamento? _____ 52. Por quê? _____

53. O que vocês comem no café da manhã? _____

54. O que vocês comem no almoço? _____

55. O que vocês comem no jantar?

56. Quem prepara a alimentação? _____ 57. Já aconteceu de você não fazer alguma das três refeições, no período do trabalho? _____ (1- Sim, 2 – Não) 58. (Se sim)

Motivos: _____

59. Lugares freqüentados durante o tempo da safra?

PARA ONDE VAI?	COM QUEM?	EM QUE PERÍODO	FAZER O QUÊ?

60. Na ultima safra, quantas vezes você faltou ao trabalho? _____

61. Motivos das faltas:

61.1. () Doença.

Especificar? _____

61.2. () Ressaca

61.3. () Viagem. Especificar? _____

61.4. () Sem motivos

61.5. () Cansaço

61.6. () Outros motivos. Especificar? _____

62. Que horas você acorda para ir ao trabalho? _____ 63. Que horas o ônibus passa? _____ 64. Que horas chega ao local do trabalho? _____. 65. Condições do transporte: () ruim () bom () regular () ótimo. 66. Por quê: _____

67. Há quebra para o almoço? _____ 68. A quebra para o almoço é obrigatória? _____ 69. O que acontece com o trabalhador que não respeita a quebra do almoço? _____

70. Local do almoço: _____ (1-a critério do trabalhador, 2 – próximo ao ônibus, 3 – Outro. Especificar)

71. Há horários definidos para o lanche? _____. 72. Quais? _____. 73. Local do lanche: _____

74. A quebra para o lanche é obrigatória? _____

75. Quais as exigências da usina/fornecedor? _____

76. Você cumpre todas as exigências da usina/fornecedor? _____ (1- Sim, 2- Não)

77. O que você faz para não ser punido quando não está cumprindo as exigências? _____

78. Você se considera um bom trabalhador? _____ (1- Sim, 2- Não). 87. Por quê? _____

79. Você já participou de alguma greve? _____ (Sim, 2 – Não). 89. Por quê? _____

80. Você já fez alguma reclamação da usina/fornecedor? _____ (1- Sim, 2 – Não). 80. 1.. Por quê? _____

81. (se respondeu sim a pergunta de n. 79.) 82. A quem você reclamou? _____ (1- Ao próprio fiscal, 2- A outro funcionário da usina (especificar), 3- Ao sindicato, 4 – Ao Ministério do Trabalho, 5 – Outros. Especificar).

83. Você já se sentiu “roubado” pela usina? _____ (1 – Sim, 2 – Não). Especificar?

(Se respondeu sim, a questão anterior). 100. O que você fez?

84. Você já procurou o sindicato? _____ (1- Sim, 2 – Não). 85. Por quê?

86. Você já procurou o Ministério Público? _____ (1- Sim, 2 – Não). 87. Por quê?

88. O que você acha do pagamento por produção?

89. Você já foi vítima de algum tipo de preconceito nas cidades de destinos? _____. Especificar:

Questões de adoecimento:

90. No ambiente de trabalho, há riscos? _____ (1-Sim, 2- Não) 91.

Quais: _____

92. Você já teve ou tem alguma doença? _____ (1- Sim, 2- Não). 93. Tem alguma relação com o trabalho de cortar cana? _____ (1- Sim, 2 – Não). 111. Qual? _____

94. Procurou assistência médica? _____ (1- Sim, 2 – Não) 95. Onde? _____ (1- Posto do PSF, Hospital, Médicos da usina, Outros. Especificar). 96. Qual foi o diagnóstico? _____

97. Qual foi o tratamento?

98. Como você avalia o atendimento?

99. Nas duas últimas safras, você sentiu alguma dor ou sofreu algum tipo de acidente? (relatos): (investigar procedimentos)

100. Os equipamentos de proteção individual são utilizados? _____ (1 – Sim, 2 – Não) 101. Por quê?

102. São adequados? _____ (1- Sim, 2 – Não) 102.1.. Por quê?

103. Como é seu sono durante a safra? _____

104. O que você costuma sonhar, durante o tempo do trabalho?

105. Como você sente o corpo no período da safra?

106. Como você sente sua mente no período da safra?

107. Avaliação sobre o trabalho:

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS

108. Você gostaria de falar alguma coisa?

Assinatura do/a entrevistador/a